

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

REGIANE MANEIRA

**PARA REPENSAR A EPOPEIA DA IMIGRAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE
VIDA DE DESCENDENTES DE ITALIANOS NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ**

FLORIANÓPOLIS

2023

REGIANE MANEIRA

**PARA REPENSAR A EPOPEIA DA IMIGRAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE
VIDA DE DESCENDENTES DE ITALIANOS NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientadores: Janice Gonçalves

Luiz Felipe Falcão (*in
memoriam*)

FLORIANÓPOLIS

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Maneira, Regiane
PARA REPENSAR A EPOPEIA DA IMIGRAÇÃO :
MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE DESCENDENTES DE
ITALIANOS NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ / Regiane
Maneira. -- 2023.
270 p.

Orientador: Janice Gonçalves
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

1. Imigração italiana. 2. Irati ? PR. 3. Epopéia. 4. Memórias. 5.
História do Tempo Presente. I. Gonçalves, Janice . II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

REGIANE MANEIRA

PARA REPENSAR A EPOPEIA DA IMIGRAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE DESCENDENTES DE ITALIANOS NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Dr. Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dr^a Gláucia de Oliveira Assis
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dr. Hélio Sochodolak
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Dr^a Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Florianópolis, 19 de outubro de 2023

AGRADECIMENTOS

Escrevo os agradecimentos, antes mesmo de concluir a tese, porque sinto que é preciso, nessa tarde de domingo, em que, enquanto estudo, meus pais, Araci e Evandro cuidam do meu pequeno Isaac. Pai e mãe, obrigada por todo apoio ao longo dessa jornada. Vocês foram mais que essenciais!

Ao meu amor e companheiro de vida, Elcio, obrigada por me lembrar inúmeras vezes que concluir o doutorado era o meu sonho e me encorajar quando a vontade de desistir era maior que a de continuar. Agora vamos viajar!

Ao meu amado filhinho, Isaac. Obrigada por me tornar um ser humano melhor e me mostrar a importância das coisas simples da vida. Obrigada por tornar essa jornada mais leve, mesmo com a pesada carga da maternidade. Ver seus brinquedos ao lado do computador, no meio dos meus livros, embaixo da minha cadeira, foi doído, pois eu sabia que o tempo que eu dedicava para a tese, era o tempo que eu não estava com você. Passou! Agora os finais de semana serão todos seus e vamos brincar muito no parquinho.

Aos colegas de doutorado, grandes pessoas que tive a sorte de conhecer, conviver por alguns semestres e manter uma linda amizade até hoje: Carina Santiago dos Santos, Dones Claudio Janz Júnior, Gabriela Lopes Batista, Gustavo Grein da Silva, Helena Antunes de Moraes, Hudson Campos Neves, Joelma Ferreira dos Santos, Jorge Luiz Zaluski, Merylin Ricieli dos Santos e Rúbia Caroline Janz. Não à toa, nosso grupo do *Whatsapp* permanece movimentado. Os *tubbies* são demais!

E por falar em “grandes pessoas”, o doutorado me permitiu conhecer o professor Luiz Felipe Falcão, que iniciou a orientação desta tese. Suas perguntas, sempre instigantes, questionamentos e sugestões de leitura nortearam meu trabalho, mesmo após sua ausência. Você foi cedo demais!

Agradecimento especial a quem acolheu minha pesquisa após a partida do Felipe, minha atual orientadora, Janice Gonçalves. Quanta sorte eu tive! Pessoa responsável, comprometida, sensível e com uma leitura super atenta. Seus apontamentos sempre foram pertinentes e respeitosos. Ela soube conduzir esse trabalho da forma mais leve possível. Profe, obrigada por não me deixar desistir!

Aos *Nonni* que compartilharam suas histórias de vida comigo. Gratidão por abrirem as portas de suas casas e partilharem seu precioso tempo relembrando suas histórias, nem sempre felizes. Obrigada pela oportunidade de escutá-los!

A Edite Andreassa Grocholski e ao Edison Moro Rios, que por anos trabalharam voluntariamente e colecionaram materiais relacionados aos descendentes de italianos em Irati, os quais foram de extrema importância para a realização deste trabalho, e, ainda, gentilmente nos concederam entrevistas. Muito obrigada pelo carinho, amizade e acolhimento!

Aos queridos professores que fizeram parte da banca de qualificação e da banca de defesa: Emerson César de Campos, Gláucia de Oliveira Assis, Hélio Sochadolak, Leonardo Conedera e Maria Catarina Chitolina Zanini. Obrigada pelas leituras, perguntas, apontamentos e por me mostrarem caminhos e possibilidades de análise. Agradecimento especial ao Hélio Sochadolak que acompanha meus trabalhos acadêmicos desde a Iniciação Científica na Unicentro.

A Deus, pela inspiração e força!

Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en movimiento
Nunca estamos quietos, somos trashumantes
Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco
(MOVIMIENTO - JORGE DREXLER)

RESUMO

Esta tese problematiza narrativas sobre a imigração italiana no Brasil, especialmente no Paraná, cujos elementos compõem um enredo épico, centralizado na figura do *imigrante-herói*, compreendido na pesquisa como aquele que deixou a Itália devido às difíceis condições de vida, chegou ao Brasil e, por meio do trabalho, prosperou. Na cidade de Irati - PR, a chegada de imigrantes italianos e descendentes ocorreu nas primeiras décadas do século XX, oriundos de colônias de Campo Largo - PR. Algumas manifestações identitárias, ocorridas entre os anos de 2005 e 2016, buscaram (re)construir o sentimento de italianidade e reafirmar a narrativa triunfalista do imigrante, como a Festa da Polenta, ações desenvolvidas pelo grupo folclórico *Chiaro di Luna* e o museu *Casa dei Nonni*; tais manifestações são abordadas na tese. No processo de pesquisa foram utilizadas como fontes obras na área de Ciências Humanas, genealogias, livros comemorativos, jornais, documentos governamentais, documentos de arquivos das famílias imigrantes, fotografias, produções audiovisuais, postagens em redes sociais e entrevistas com os idealizadores do grupo folclórico *Chiaro di Luna*. Tais documentos compreendem o período de 1854 até 2022. Para história a contrapelo das narrativas épicas, foram ainda realizadas entrevistas com os *nonni*, idosos e idosas descendentes de imigrantes italianos, na forma de histórias de vida, fontes que permitiram compreender vivências, sociabilidades e sentidos dados ao passado partindo de concepções do presente. Essas fontes foram analisadas a partir de concepções da História do Tempo Presente e da História Oral. Compreende-se que alguns elementos da epopeia se fizeram presentes nas produções bibliográficas, manifestações identitárias e, também, nas lembranças dos *nonni* em suas narrativas de *acontecimentos vividos por tabela*, conceito cunhado por Michael Pollak; essas últimas, porém, rompem com a narrativa linear, coerente e triunfante do *imigrante-herói* e incorporam suas próprias experiências, que foram vividas de maneira única e particular.

Palavras-chave: Imigração italiana; Irati – PR; Epopeia; Memórias; História do Tempo Presente;

ABSTRACT

This thesis problematizes narratives about Italian immigration in Brazil, especially in Paraná, whose elements make up an epic plot, centered around the figure of the immigrant-hero, understood in the research as the one who left Italy due to difficult living conditions, arrived in Brazil and, through work, thrived. In the city of Irati - PR, the arrival of Italian immigrants and their descendants took place in the early decades of the 20th century, coming from colonies in Campo Largo - PR. Some manifestations of identity, which took place between 2005 and 2016, sought to (re)construct the feeling of Italianness and reaffirm the triumphalist narrative of the immigrant, such as the Festa da Polenta, actions developed by the *Chiaro di Luna* folklore group and the *Casa dei Nonni* museum; these manifestations are discussed in this thesis. The research process used as sources the works in the field of Human Sciences, genealogies, commemorative books, newspapers, government documents, documents from immigrant family archives, photographs, audiovisual productions, posts on social media and interviews with the creators of the *Chiaro di Luna* folklore group. To tell the story against the backdrop of the epic narratives, interviews were also carried out with the *nonni*, elderly men and women descended from Italian immigrants, in the form of life stories, sources that allowed us to understand experiences, sociability and meaning given to the past based on present-day conceptions. These sources were analyzed from the perspective of the History of Present Time and Oral History. It is understood that some elements of the epic were present in bibliographical productions, identity manifestations and, in a more subtle way, in the memories of the *nonni*; the latter, however, break with the linear, coherent and triumphant narrative of the immigrant-hero and incorporate their experiences, which were lived in a unique and particular way.

Keywords: Italian immigration; Irati – PR; Epic; Memories; History of the Present;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da Revista Brasileira de História - 1997	45
Figura 2: Planta das colônias japonesas, alemãs e italianas no Brasil do século XIX	80
Figura 3: Paróquia Imaculado Coração de Maria	106
Figura 4: Igreja São Pedro e São Paulo	106
Figura 5: Igreja Nossa Senhora da Luz	106
Figura 6: Igreja São José Operário	107
Figura 7: Igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria	107
Figura 8: Igreja Assunção de Nossa Senhora	107
Figura 9: Igreja Nossa Senhora do Rosário	107
Figura 10: Igreja São João Batista	107
Figura 11: Imagem de Nossa Senhora das Graças	109
Figura 12: Alcatra na Chapa	113
Figura 13: Lista de presença do primeiro encontro do grupo <i>Chiaro di Luna</i> - 2005	125
Figura 14: Estandarte do grupo <i>Chiaro di Luna</i>	126
Figura 15: Comemoração do centenário de Irati - 2007	130
Figura 16: Folder turístico de Irati - 2007	132
Figura 17: Brasão do município de Irati	136
Figura 18: “Tombo da Polenta” - 11 ^a edição da Festa da Polenta - 2016	151
Figura 19: “Tombo da Polenta” - Google Imagens	153
Figura 20: Ingresso para o “ <i>Cena fra Amici</i> ” - sem data	156
Figura 21: Ingresso para o “ <i>Cena fra Amici</i> ” - junho/2022	156
Figura 22: Capa do <i>Facebook</i> da vinícola Cosmos	164
Figura 23: Casa de Alzira Dembiski Bueno	168
Figura 24: Demolição da casa de Alzira Dembiski Bueno	170
Figura 25: Museu <i>Casa dei Nonni</i>	174
Figura 26: Cama do museu <i>Casa dei Nonni</i>	177
Figura 27: Exposição de fotos no museu <i>Casa dei Nonni</i>	179
Figura 28: Quarto de <i>Nonno Momi</i>	182
Figura 29: Objetos expostos no <i>Casa dei Nonni</i>	183
Figura 30: Bordado e brocha em toalha	190
Figura 31: “Polenta” no Google Imagens	205

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Curitiba, Irati e Paranaguá no Paraná	18
Mapa 2: Localização do município de Campo Largo	76
Mapa 3: Linha férrea ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul - 1935	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Retorno de imigrantes para a Itália partindo do Brasil	50
Tabela 2: Colônias de Campo Largo	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECSUL	Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Paraná
AMCESPAR	Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná
HTP	História do Tempo Presente
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
USP	Universidade de São Paulo
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I: DA ITÁLIA PARA O BRASIL, ITALIANOS E DESCENDENTES EM MOVIMENTO.....	36
CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA: ITALIANOS E DESCENDENTES – BRASIL, PARANÁ, CENTRO-SUL	37
1.1 TEM UMA EPOPEIA NA MINHA HISTÓRIA	37
1.2 NEM SÓ DE EPOPEIA VIVE A HISTÓRIA	49
1.3 A ITÁLIA E OS ITALIANOS: UM PAÍS E UM Povo EMIGRANTE	56
CAPÍTULO II : FACETAS PARANAENSES DA EPOPEIA ITALIANA: O ESTADO DO PARANÁ E SUA REGIÃO CENTRO-SUL.....	66
2.1 “EPOPEIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA” - EM TERRAS PARANAENSES	66
2.2 A HISTORIOGRAFIA PARANAENSE E A IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	73
2.3 ITALIANOS E DESCENDENTES NA HISTÓRIA DE IRATI	844
PARTE II: REFÚGIOS E PERFORMANCES DA NARRATIVA ÉPICA	100
CAPÍTULO III: POLONIDADES, UCRANIDADES, ITALIANIDADES.....	101
3.1 O IMIGRANTE- HERÓI TAMBÉM É POLONÊS E UCRANIANO?	101
3.2 ITALIANIDADES EM CONSTRUÇÃO	112
CAPÍTULO IV: A ITALIANIDADE PERFORMADA: FALAR, CANTAR, COMER E BEBER “COMO ITALIANO”	119
4.1 “ <i>LA BELLA POLENTA</i> ”: A ATUAÇÃO DO GRUPO <i>CHIARO DI LUNA</i>	119
4.2 NEM FESTA DA CEBOLA E NEM DA UVA, VAMOS FAZER A FESTA DA POLENTA!.....	139
4.3 “A VIDA INTEIRA NÓS FIZEMOS VINHO!”	156
CAPÍTULO V: A MUSEALIZAÇÃO DE MATERIALIDADES DO COTIDIANO: <i>CASA DEI NONNI</i>	167
5.1 A <i>CASA DEI NONNI</i> É POLONESA	167
5.2 SOBRE QUAL PASSADO FALA O MUSEU?	171
PARTE III: NARRATIVAS PRIVADAS DE IDENTIDADES CRUZADAS: VOZES DE <i>NONNI</i>	187
CAPÍTULO VI: A ITÁLIA, A POLENTA E O VINHO NAS VOZES DOS <i>NONNI</i> 188	
6.1 QUANDO O GRAVADOR DESLIGA, OS SILENCIOS FALAM.....	188

6.2 “CHEGA DE FALAR DA ITÁLIA, PORQUE AQUI TEM CAFÉ, LÁ NÃO!” .	195
6.3 A POLENTA E O VINHO COMO REFEIÇÃO E BEBIDA DIÁRIA	203
CAPÍTULO VII: DAS DORES E DELÍCIAS DA VIDA	214
7.1 (RE)LEITURAS ÉPICAS	214
7.2 INFÂNCIA: TEMPO DE TRABALHAR, TRABALHAR, TRABALHAR ... BRINCAR E ESTUDAR	223
7.3 ENTRE OLHARES, CARTINHAS E RECADOS: DO NAMORO AO CASAMENTO	228
7.4 NEM TUDO SÃO FLORES: A VIDA MATRIMONIAL	238
7.5 O BOTEQUIM TAMBÉM É NO MEU LAR	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	248
FONTES	253
REFERÊNCIAS	259

INTRODUÇÃO

Nasci em uma família de descendentes de italianos, em uma comunidade da área rural da cidade de Irati, estado do Paraná, chamada Rio do Couro. Lá permaneci até os 24 anos, quando casei e fui residir na área urbana. Meus pais, pequenos agricultores, sempre trabalharam com o cultivo de tabaco, milho e feijão e, por não terem alternativa, acabavam me levando, quando criança, para a lavoura, às vezes “mais para estorvar do que para ajudar”, segundo minha mãe. Como não gostava de ir para a roça, meus pais me deixavam na casa do meu avô materno, Gerônimo Maneira (já falecido), durante as horas em que estavam no trabalho da lavoura. *Nonno*¹ Momi, como era carinhosamente chamado pelos seus netos, era uma pessoa paciente, amorosa e comunicativa. Lembro de como eu gostava de ficar escutando suas histórias de quando era jovem². Diferentemente de muitas histórias de valentia que os homens costumavam contar, *Nonno* Momi narrava exatamente o contrário, de como era um jovem, e até mesmo um adulto, medroso. Lembro que a história mais divertida que ele contava era dos pequenos bailes que algumas famílias faziam no paiol de suas propriedades e convidavam os vizinhos para irem festejar. Em um desses bailes, não muito longe da casa de seus pais, foi com seus irmãos, a pé. O problema era que para chegar até o local do baile tinha que passar por uma mata fechada onde não havia casas. Para ir, ainda havia a luz do sol e estava com seus irmãos. Porém, durante o baile, arranjou uma namorada – uma “guria”, como ele dizia – e foi levá-la até sua casa. Segundo *Nonno* Momi, a casa da moça era longe e para ir e voltar a pé demorou bastante, tempo suficiente para o baile acabar e seus irmãos irem embora. Quando chegou e viu que seus irmãos não estavam mais ali, não teve coragem de atravessar a mata e teve que passar a noite dormindo no degrau do paiol, por medo de ir embora sozinho.

Das muitas outras histórias que contava, outra sempre atraía minha atenção: a história da vinda dos imigrantes italianos para o Brasil, entre eles, sua avó, Giovanna Bianco (chamada de Joana). Segundo *Nonno* Momi, sua avó lhe contava que a vida na Itália era muito sofrida e o sonho de buscar mais oportunidades fez com que ela e outros parentes emigrassem. Em sua narrativa, a parte que mais ganhava atenção era a travessia do Atlântico, descrita como uma viagem demorada (a ponto de conseguirem plantar alface a bordo do navio

¹ Na escrita da tese, utilizei a expressão “*Nonno*” (avô) e “*Nonna*” (avó) também para me referir aos idosos e às idosas que concederam as entrevistas, visto que são palavras cotidianamente utilizadas pelos descendentes de italianos para se referirem a seus avôs e avós.

² À época que *Nonno* Momi narrava suas histórias para mim, ele tinha aproximadamente 60 anos de idade e eu cerca de 12 anos.

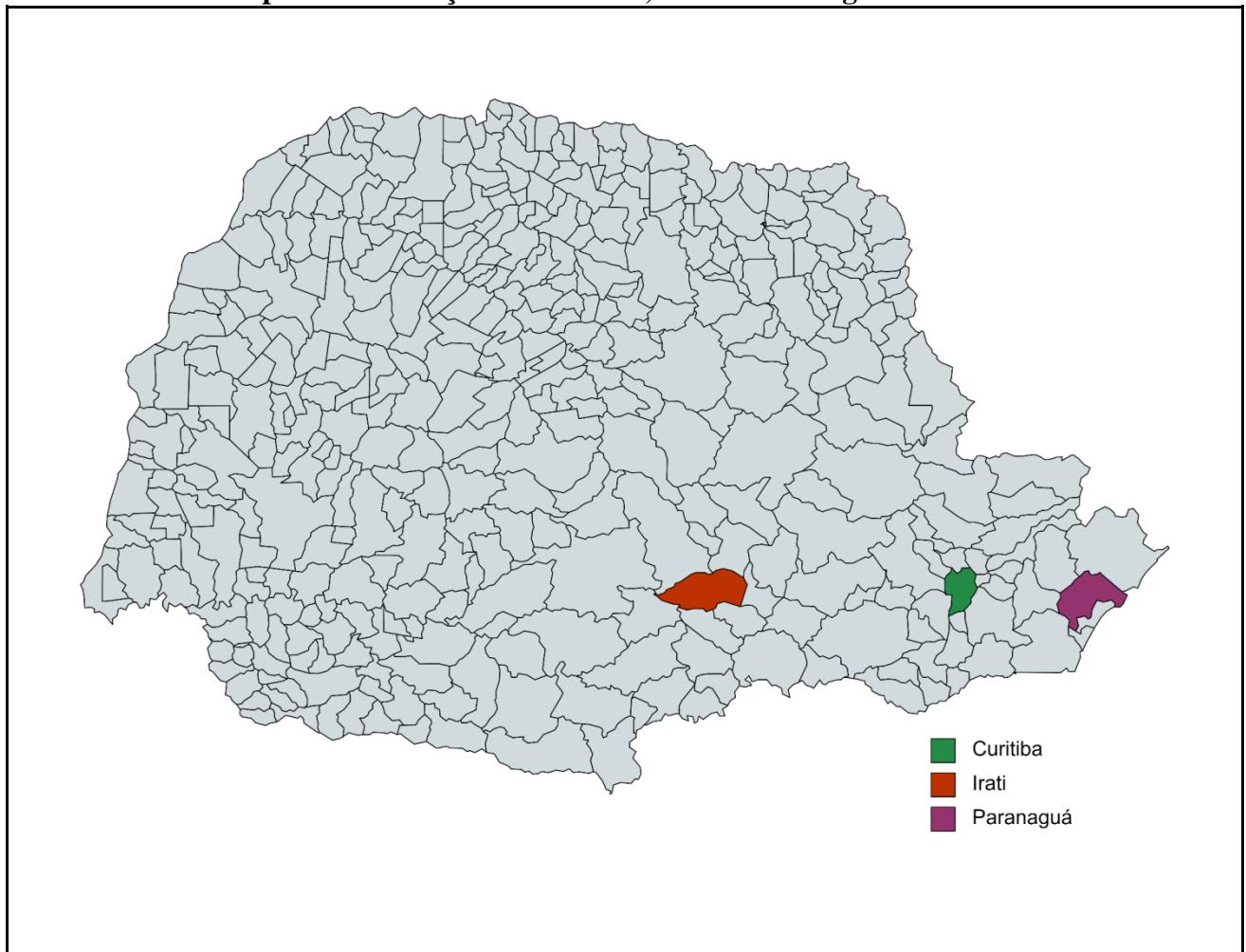
e consumi-la ainda durante o percurso) e sofrida, devido aos muitos casos de doenças que se espalhavam pela embarcação, obrigando a tripulação a jogar os corpos ao mar. Ao chegarem ao Brasil, mais especificamente ao Porto de Paranaguá, no Paraná, se dirigiram para Campo Largo-PR de carroça, com muita dificuldade por não compreenderem a língua portuguesa. Lá, com muito esforço e trabalho, conseguiram comprar sua terra.

Meus avós, tanto maternos quanto paternos, eram netos de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil, especificamente ao Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1888, com o vapor Canton, o qual havia saído do porto de Gênova. Após 5 dias no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro, partiram para o Paraná com o vapor Ladário, chegando no dia 1º de janeiro de 1889 em Paranaguá, local em que a hospedaria de imigrantes registrou o desembarque de 200 italianos e 1 português. 198 seguiram para Curitiba, provavelmente de trem. (AGGIO, 2005, p. 53-54)

O tempo de estadia em Curitiba foi curto, segundo *Nonno Momi*, e dentro de poucos dias os imigrantes foram direcionados para a “Campina”, onde puderam comprar seus lotes de terra. A “Campina” a que se referia era a Colônia Balbino Cunha (localizada em Campo Largo, atual região metropolitana de Curitiba), criada pelo governo da província em 1889. Pela consulta bibliográfica (AGGIO, 2005; SCARPIM, 2017), sabemos que, além da Colônia Balbino Cunha, também foram direcionados alguns imigrantes para a Colônia Dona Mariana, porém, não me recordo desta última ter sido mencionada por *Nonno Momi*.

O fato de os imigrantes formarem, com o passar dos anos, famílias numerosas nessa colônia foi, segundo *Nonno Momi*, o fator primordial que fez com que a quantidade de terras se tornasse insuficiente para abrigar e dar sustento para tantos membros. A consequência foi que muitos filhos desses imigrantes (caso dos pais e sogros de *Nonno Momi*), nascidos no Brasil, após se casarem, acabaram saindo da colônia e comprando terras na cidade de Irati, devido aos preços mais baixos, nas primeiras décadas do século XX.

Mapa 1: Localização de Curitiba, Iriti e Paranaguá no Paraná



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Juntamente com essas recordações, repassadas oralmente por *Nonno Momi*, ele guardava em seu guarda-roupa, dentro de uma caixinha de metal, originalmente de biscoitos da marca “Piraquê”, fotos das pessoas que “apareciam” em sua fala e também cartões postais que eram trocados entre familiares que haviam permanecido na Colônia Balbino Cunha. Grande parte das fotos e cartões foi enviada na ocasião das festas de final de ano e contém mensagens que mesclam frases em português e italiano, desejando boas festas de Natal e Ano Novo. Lembro que essa caixinha era guardada com muito zelo por *Nonno Momi* e ele dificilmente me deixava manusear essas fotos quando eu era criança, somente sob sua supervisão ou de algum adulto da família.

As histórias, a trajetória da família e aquela caixinha de fotos de *Nonno Momi* sempre me inspiraram e aguçaram minha curiosidade sobre os imigrantes e seus descendentes

no Brasil³. Essas histórias de vida, narradas na simplicidade de alguém que mal sabia ler e escrever revelam o quanto as memórias de sujeitos simples, idosos, têm a contribuir para repensarmos e ampliarmos os estudos sobre a imigração italiana e seus descendentes no Paraná.

Se, de um lado, temos narrativas de experiências de vida únicas de *Nonno Momi*, de outro, observamos em suas memórias elementos que, ao descreverem a travessia, chegada e adaptação dos imigrantes em terras brasileiras, são bastante recorrentes quando o assunto é a imigração italiana. Entendo que se construiu uma epopeia, com ênfase na figura do *imigrante-herói*, aquele que passou por condições precárias, ainda na Itália, mas que teve coragem em sair de seu país e, mesmo sem conhecer o outro lado do Atlântico, aventurou-se, sozinho ou em família, no sonho de buscar melhores condições de vida. No Brasil, ainda na perspectiva dessa narrativa épica, a situação não foi nem um pouco fácil, mas com muito trabalho e fé, conseguiram comprar sua terra, garantir o sustento de sua família e prosperar.

Telenovelas brasileiras reforçaram esse tipo de narrativa, como foi o caso de “*Terra Nostra*” e “*Esperança*”, exibidas pela Rede Globo em 1999 e 2002, respectivamente. “*Terra Nostra*”, escrita por Benedito Ruy Barbosa e dirigida por Jayme Monjardim, retratou um romance entre dois imigrantes, Matteo (Thiago Lacerda) e Giuliana (Ana Paula Arósio), os quais haviam saído do porto de Gênova, Itália, em direção ao Brasil, no final do século XIX, em busca de melhores condições de vida. O primeiro capítulo exibido da telenovela mostrou os imigrantes italianos a bordo do navio “*Andrea I*”, rumo às lavouras de café em São Paulo, em um clima que mesclava felicidade, entusiasmo e esperança com a nova vida que se prometia no Brasil e também a incerteza quanto ao lugar desconhecido. A novela também retratou a manifestação e proliferação da “peste”, entre os imigrantes ainda em alto mar. Já no primeiro capítulo, os pais de Giuliana morrem vitimados pela doença contagiosa, tendo seus corpos lançados ao mar. Uma criança de colo também é vitimada pela doença, porém sua mãe se recusa a entregar seu corpo para ser lançado ao mar e foge; quando a tripulação a encontra no navio e tenta lhe tirar o corpo do bebê à força, percebe-se que não havia falecido e o clima de emoção toma conta da cena. Matteo apresenta os primeiros sintomas da peste, porém

³ A pesquisa que desenvolvi em um projeto de iniciação científica, ainda na graduação em História, e que resultou na dissertação de mestrado intitulada “Narrativas sobre a praga de gafanhotos nas localidades de Faxinal do Rio do Couro, Faxinal dos Mellos e Rio do Couro: Irati-PR, década de 1940”, também foi inspirada pelas lembranças que eu tinha de *Nonno Momi* contando sobre as dificuldades que sua família e a comunidade em que viviam enfrentaram na década de 1940, com a escassez de alimentos provocada por uma infestação de gafanhotos.

sobrevive. Tendo somente um ao outro, ao desembarcar no Brasil o casal acaba se perdendo e trajetórias diferentes vão sendo construídas no decorrer dos capítulos.

“Esperança” narrava uma imigração mais tardia se comparada com “*Terra Nostra*”, já que se ambientava no período da “Grande Depressão”, impulsionada pela quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos, em 1929. Os personagens principais, os italianos Toni (Reynaldo Gianecchini) e Maria (Priscila Fantin), formaram o casal em torno do qual toda a trama se desenvolveu. Toni, ao escutar as histórias sobre o Brasil que seu tio, o comunista Giuseppe (Walmor Chagas), contava, decide emigrar para trabalhar em São Paulo em busca de condições de vida melhores, o que não é aceito por seu pai Genaro (Raul Cortez). Maria é proibida por seu pai Giuliano (Antonio Fagundes) de acompanhar Toni e permanece na Itália, na esperança de seu regresso. Maria, que já estava grávida de Toni sem que ele soubesse, é obrigada a casar-se com Martino (José Mayer) e, anos mais tarde, por perseguição política, o casal e o filho acabam se deslocando, também para o Brasil. A trama se desenvolve e o que é de se esperar acontece ao final da novela: o casal Toni e Maria finalmente fica junto.

Essas telenovelas retrataram a imigração italiana seguindo uma linha narrativa que se inicia na Itália, com uma vida simples e difícil, passa pela travessia de navio (no caso de “*Terra Nostra*”, há uma ênfase nas dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em alto mar, como proliferação de doenças e a consequente morte de muitos italianos), depois a chegada nos portos brasileiros e a inserção na sociedade por meio do trabalho. Em toda essa trajetória vivenciada pelo imigrante, constrói-se a imagem de “herói” que sai de condições difíceis e prospera por meio do trabalho árduo, seja nas lavouras de café ou em outras atividades, como o comércio, por exemplo.

A telenovela é uma construção narrativa de caráter artístico e midiático – tecida a partir de cenários, figurinos, personagens, tramas, enredo – e que “leva incrustada uma interpretação da vida, ou seja, uma filosofia da História” (RAMA, 1962, p. 169). Nas telenovelas anteriormente mencionadas buscou-se (re)construir a história da imigração e dos imigrantes italianos sob determinada interpretação histórica. Nota-se que, nessas narrativas, o imigrante passou por inúmeros empecilhos e dificuldades, na Itália e no Brasil, mas que ao final triunfa em terras brasileiras.

Esse tipo de narrativa, como já observado por Luís Fernando Beneduzi (2004), contribui para a criação da ideia da imigração (e do próprio imigrante) como algo único e sem pluralidades, como um processo universalizador e sem peculiaridades ou singularidades. Não

se apresentam “os imigrantes”, com suas diferentes trajetórias, origens e destinos, mas “o imigrante”, figura universal e carregada de estereótipos positivados. Segundo Beneduzi,

Os eventos comemorativos, assim como a novela [...] constroem uma identificação com o processo e contam como eram os italianos, atribuem uma identidade a estes outros e direcionam o processo construtor de uma memória sobre a vinda e o enraizamento dos imigrantes italianos. (BENEDUZI, 2004, p. 18)

Importante destacar que as mídias operam na construção e reconfiguração de memórias sociais em torno do imigrante, especialmente relacionadas à memória étnica de um grupo, como bem pontuou Jiani Adriana Bonin (2009, p. 85). As mesmas mídias que interferem na construção da memória coletiva do grupo também são responsáveis pelos esquecimentos, pelas lacunas da memória. Ainda de acordo com Bonin (2009, p. 101), não é apenas a mídia que interfere no que ela chama de “*palimpsestos* da memória”, mas as relações familiares, o contato com outros grupos de descendentes, e acrescento, também, a participação em festas étnicas e museus.

As novelas exibidas pela Rede Globo tiveram como local de ambientação São Paulo e suas fazendas de café, distanciando-se da realidade enfrentada pelos imigrantes italianos que se deslocaram para a região sul do Brasil, onde a principal característica foi o trabalho em pequenas propriedades cultivando outros gêneros agrícolas. Era de se esperar que os descendentes que assistiram a essas produções não se sentissem parte da história que era exibida. Porém, em algum momento, as memórias afloram, seja na cena de um quadro pendurado na parede, no fogão a lenha, nas roupas, nos armários, nas louças, nos móveis de madeira, enfim, esses objetos “operam para a produção de significados e sentidos, transportando os telespectadores não apenas para o mundo criado pela dramaturgia, mas também para aquele mundo particular e individual, escondido sob as névoas da memória” (DADAM, 2004, p. 19).

Assim como as novelas, memoriais, museus e parques, como é o caso do parque cultural “Epopeia Italiana”, localizado em Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul, também operam na produção de sentidos e significados para a imigração e os imigrantes. No parque “Epopeia Italiana”, por meio da construção de 10 cenários, é retratada a história de dois imigrantes italianos, Rosa e Lázaro, que teriam deixado o porto de Gênova em 1876, com destino ao Rio Grande do Sul. A narrativa se inicia na cidade de Perdersano, norte da Itália, passa pela representação do porão do navio, a chegada em Porto Alegre, o desbravamento das matas e o trabalho árduo já em Bento Gonçalves.

Em matéria publicada sobre o parque, em 2017, é possível observar a reiteração da já indicada narrativa triunfalista: “Em 10 cenários, o visitante revive as dificuldades que Susana Giordani⁴ e parte dos moradores da Serra Gaúcha enfrentaram para erguer uma cidade até então inabitada, além do êxito que as famílias tiveram com trabalho e dignidade” (FRONZA, 2017).

Há de se considerar também a influência de músicas como “*La Merica*” autoria atribuída a Angelo Giusti, a qual pela lei nº 12.411⁵, de 22 de dezembro de 2005, foi instituída, na ocasião das comemorações dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, como tema da colonização italiana no estado. Em Santa Catarina, com a promulgação da lei nº 14.239, em 05 de dezembro de 2007, também se instituiu a canção como tema da colonização italiana no estado. Em 6 de agosto de 2018, com a lei ordinária nº 17.565, em seu artigo 27, oficializou-se a música como tema da mesma colonização. Em Irati essa música é entoada durante a Festa da Polenta e em apresentações do grupo folclórico *Chiaro di Luna*.

“*La Mérica*”, escrita em primeira pessoa, descreve a trajetória dos imigrantes italianos que deixaram a Itália “com sua honra” e que, após 36 dias de viagem, de trem e navio, chegam à tão sonhada América, seu “ramo de flores”. Encontraram a realidade de dormirem no chão, como animais, mas com as “indústrias” fundaram vilas e cidades. Claramente, a música reproduz a história do *imigrante-herói* e de sua epopeia vitoriosa.

La Mérica

Dall’ Italia noi siamo partiti
siamo partiti col nostro onore
trentasei giorni di macchina e vapore
e in Mèrica noi siamo arrivà.

Mèrica, Mèrica, Mèrica,
Cosa sara la sta Mèrica
Mèrica, Mèrica, Mèrica!
L’è un bel mazzolino di fior.

E nella Mèrica noi siamo arrivati
non abbiam trovato né paglia e né fieno
abbiam dormito sul nudo terreno
come le bestie abbiam riposà.

E la Mèrica l’è lunga e l’è larga
l’è circondata di monti e di piani
e con l’industria dei nostri italiani
abbiam formato paesi e città.

América

Da Itália nós partimos
partimos com a nossa honra
trinte e seis dias de trem e vapor
Na América nós chegamos

América, América, América
O que será essa América
América, América, América
Um belo ramo de flor

Na América nós chegamos
não encontramos nem palha e nem feno
dormindo no solo nu
como animais repousamos

A América é grande e larga
é formada por montes e planícies
e com a indústria de nossos italianos
fundamos vilas e cidades

⁴ Uma das fundadoras do parque.

⁵ Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/12.411.pdf>. Acesso em 12/02/2023.

Quando falamos em epopeia estamos nos referindo a um estilo literário baseado em uma narrativa triunfalista de feitos memoráveis, na qual a figura de um herói é exaltada e que, a partir desta, uma coletividade será representada. Na escrita da tese o termo será utilizado de forma menos precisa se comparado a textos literários. No caso da “epopeia italiana”, o herói é o próprio imigrante, cuja vitória no Brasil é alcançada por meio da junção de duas grandes “qualidades” que lhe seriam próprias: o trabalho e a parcimônia. O trabalho, realizado nas lavouras ou no comércio, juntamente com a economia de dinheiro feita dia após dia, teria feito com que a fortuna do imigrante fosse construída paulatinamente (BENEDUZI, 2004, p. 32). A figura do imigrante que prosperou, não obstante todos os obstáculos, de forma heroica, acaba sendo a representação de toda uma coletividade, de um imaginário comum.

Busquei compreender em que medida narrativas de cunho épico também podem ser observadas em obras escritas sobre a imigração italiana. Para isso, utilizei como fonte histórica obras historiográficas, bem como de outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia e as Artes. Juntamente com essa produção, livros genealógicos produzidos em comemoração ao centenário de algumas colônias italianas em Campo Largo também foram tomados como fonte histórica.

Como contraponto às produções bibliográficas, analisei documentos que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Paraná, como mensagens e relatórios de governo, bem como documentos enviados pelos imigrantes das colônias de Campo Largo ao governo do estado.

Analisei entrevistas: histórias de vida de idosos descendentes de italianos, residentes no centro-sul⁶ do estado do Paraná, que permitiram repensar as narrativas historiográficas já consolidadas (em especial, a perspectiva épica anteriormente indicada) e compreender como tais narrativas podem ser associadas a diferentes elementos culturais como o museu *Casa dei Nonni*, o grupo folclórico *Chiara di Luna* e a Festa da Polenta. Agora, não são apenas as histórias de *Nonno Momi* que me inspiram, mas as histórias de muitos *nonni* que residem na região Centro-sul do Paraná e que possuem histórias de vida tão encantadoras, alegres,

⁶ Utilizo a definição “Centro-sul”, como comumente é conhecida essa região, conforme dados apresentados pela AMCESPAR - Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná, que compreende os municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Contudo, de acordo com dados do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, esses municípios correspondem à região Sudeste do Paraná.

Fonte: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_Regiao_geografica_Parana.pdf
<https://www.amcespar.org.br/pag.asp?id=69>

Acesso em 18/07/2023.

divertidas e sofridas quanto as que ele contava. Talvez essas pessoas idosas não tenham tido a oportunidade de narrar suas “aventuras” para outras pessoas, quem sabe nem para os próprios netos, por considerarem suas histórias “sem importância” ou por não terem “grandes feitos”. Minha pesquisa cumpre um papel não apenas historiográfico, mas também social, pois assumi a função de ouvir sobre os silêncios e sentimentos desses idosos.

Minha intenção foi lançar luz para as histórias que vão “a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225) de narrativas que enfatizam somente o êxito, a vitória, o triunfo do imigrante; pesquisar as narrativas em que a epopeia não se cumpriu, sobre as histórias de vida que não falam do êxito e vitórias dos imigrantes e seus descendentes, mas que mostram uma vida de muito trabalho como pequenos agricultores, que começava já na infância quando as crianças assumiam funções tanto na roça quanto no espaço doméstico. Na história narrada a partir dos *nonni*, o *imigrante-herói* dará lugar para os silêncios, vivências e sentimentos desses homens e mulheres.

Dentre as cidades do Centro-sul do Paraná, Irati terá uma atenção especial na pesquisa, por possuir uma significativa parcela da população com ascendência italiana, principalmente as comunidades rurais de Pinho de Baixo e Rio do Couro. Em Pinho de Baixo, entre os anos de 2005 e 2017, foram realizadas 12 edições da “Festa de Polenta”, evento que, além da gastronomia, reunia música, trajes e a própria decoração em alusão à Itália e a seus imigrantes. A festa era organizada pelo grupo folclórico *Chiaro di Luna*, formado por moradores da localidade e algumas pessoas da área urbana de Irati. O grupo participava de apresentações musicais na própria “Festa da Polenta” e também em outros eventos, geralmente de cunho religioso, até mesmo fora do município. Grande parte dos membros do grupo participava também de aulas de italiano que eram ministradas gratuitamente na Igreja São Sebastião, em Pinho de Baixo, por um dos idealizadores da Festa da Polenta. Por intermédio do grupo, a comunidade construiu um museu, intitulado como “*Casa dei Nonni*”, inaugurado em março de 2016, no qual estão alocados objetos que eram utilizados no trabalho do dia a dia dos moradores descendentes de italianos, seja na prática da agricultura ou mesmo no serviço doméstico, além de fotos e móveis antigos que foram doados pelos moradores.

As fontes históricas utilizados para a análise da “Festa da Polenta”, do grupo folclórico “*Chiaro di Luna*” e do museu “*Casa dei Nonni*” foram fotografias, recortes de jornais, documentos impressos, convites, publicações em redes sociais, produções audiovisuais e entrevistas com os organizadores, Edite Andreassa Grocholski e Edison Moro Rios. Grande parte dos documentos escritos fazia parte do acervo pessoal de Edite.

Sobre as histórias de vida dos descendentes, busquei compreender aspectos relacionados a sua infância, seu cotidiano, suas vivências e relações familiares, sob o prisma das sensibilidades. Amparada em estudos da História Cultural, comproendo por sensibilidade os sentidos, os significados, as emoções e os sentimentos que os indivíduos expressam por meio da memória, sobre suas vivências. Concordo com Pesavento (2008):

As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo. O conhecimento sensível opera como uma forma de apreensão do mundo que brota não do racional ou das elucubrações mentais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. Às sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade. (p. 56)

Das sensibilidades que afloram nas narrativas é preciso também considerar memórias relacionadas aos ressentimentos, que entendemos como o resultado, a longo prazo, de repressões das emoções e afetos (SCHELER, 1998, p. 29 *apud* KONSTAN, 2004, p. 62). Pierre Ansart (2004) afirmou a necessidade de questionamentos em relação à memória dos ressentimentos, seja ela coletiva ou individual, em que se procure levar em consideração a “tentação do esquecimento”. Esquecimento não no sentido dos fatos que ocorreram, mas das memórias ressentidas sobre o fato. Nas palavras de Ansart, “o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas se esquece ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos.” (2004, p. 31)

A partir das entrevistas, procurei orientar a pesquisa em torno de dois eixos centrais: primeiro, a multiplicidade das experiências e das memórias dessas pessoas comuns frente a uma história da imigração italiana que aparece narrada de maneira “encapsulada”, ou seja, em um formato único e coerente; segundo, como se deu/dá a construção de uma memória identitária entre descendentes de imigrantes italianos na região Centro-sul do Paraná a partir de documentos de arquivo, artefatos e determinadas práticas culturais coletivamente partilhadas.

Na pesquisa foram ouvidos sujeitos (homens e mulheres) comuns, criados em famílias numerosas, em sua maioria em áreas rurais, que trabalharam na lavoura desde crianças, frequentaram pouco tempo a escola, tiveram seus filhos e, hoje, narram essas histórias e dão significados a seu passado a partir de seu presente. Foram realizadas 12 entrevistas, sendo 9 com mulheres e 3 com homens.

O recurso às fontes orais não tem como característica principal o estudo de eventos, mas sim de seus significados (PORTELLI, 1997a, p. 31). Dessa maneira, quando se utilizam

as fontes orais, diferentes “olhares” podem ser enfocados sobre temas que dificilmente poderiam ser abordados somente com fontes escritas. Soma-se a isso a escassez de fontes escritas disponíveis para a pesquisa nos arquivos públicos municipais da região geográfica da pesquisa. Grande parte dos documentos escritos que utilizei para a tese é de acervos particulares que estão sob a guarda das famílias pesquisadas, como fotos, cartas, cartões de final de ano, recortes de jornais e revistas, entre outros.

Além disso, como meu trabalho tem como recorte definidor o pertencimento a um grupo étnico, que são os descendentes de italianos, é importante que a história seja contada por esses mesmos sujeitos - conforme ressaltou Paul Thompson, “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E, ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.” (1998, p. 337). Meu papel como historiadora foi o de analisar essas memórias e observar a construção dessas narrativas.

A utilização das fontes orais, obtidas por meio de entrevistas realizadas diretamente por mim, possibilita, ainda, a análise da atuação de grupos que não faziam parte do núcleo de poder e que foram deixados à margem na narrativa histórica (THOMPSON, 2002, p. 16). No caso do nosso grupo de entrevistados, trata-se de pessoas idosas que passaram grande parte de suas vidas trabalhando na roça, com o cultivo de milho, feijão, arroz, cebola, entre outros gêneros, destinados, em grande parte, para a própria subsistência. Ou seja, são pequenos agricultores, que dificilmente ganhariam espaço na “memória oficial” da cidade⁷. Pessoas comuns que, nas entrevistas, narraram suas histórias de vida, deixando transparecer sentimentos e emoções, anseios, frustrações e alegrias. Essas histórias de vida revelam não apenas as trajetórias individuais, mas reverberam aspectos da sociedade na qual esses indivíduos estavam inseridos.

Paul Thompson, em artigo intitulado “História oral e contemporaneidade”, chamou a atenção para as “esferas ocultas” dentro da história oral, ou seja, aspectos da vida da maioria das pessoas que não são contemplados dentro de arquivos históricos, sendo a experiência da velhice uma delas. A velhice, muitas vezes, acaba sendo vista como uma fase da calmaria, mas é uma fase de desafios ocasionados por mudanças, “quando as pessoas têm que se respaldar criativamente em suas experiências de vida anteriores para combater a depressão e a doença” (THOMPSON, 2002, p. 17).

⁷ Entendo por “memória oficial” produções narrativas construídas sobre o passado de determinados grupos ou pessoas e que são legitimadas como verdades inquestionáveis, tendendo-se a excluir ou produzir um “apagamento” de memórias de indivíduos que não fazem parte de que se considera “oficial”. Esse tema será tratado com mais ênfase no capítulo II da tese.

Sobre as memórias das pessoas idosas, afirmou Ecléa Bosi:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 60)

Levando em consideração as assertivas de Bosi, selecionei, para a realização das entrevistas, pessoas idosas⁸, homens e mulheres, que possuem pai e mãe com ascendência italiana e que residem na região Centro-sul do estado do Paraná. A idade dos entrevistados variou entre 73 a 88 anos. A grande maioria dos entrevistados relatou que seus avós vieram da Itália, alguns ainda crianças, e se instalaram com auxílio governamental em colônias ou com recursos próprios na região de Curitiba, sendo Campo Largo um dos lugares que se destacam numericamente. Após algum tempo, nas primeiras décadas do século XX, muitos já com filhos nascidos no Brasil, migraram para Iriti e cidades próximas. Para as entrevistas, o contato com essas pessoas ocorreu, primeiramente, em duas localidades da área rural de Iriti: Rio do Couro e Pinho de Baixo, nas quais residem famílias de descendentes de italianos vindos da região de Campo Largo. Após o contato com os descendentes, outras pessoas foram indicadas por eles, ou por serem conhecidas ou por terem algum grau de parentesco. Dessa forma, foram coletadas entrevistas não somente em Iriti, mas também nas cidades de Rebouças e Imbituva.

As entrevistas foram realizadas na forma de histórias de vida, que entendemos como:

[...] depoimentos aprofundados e, normalmente, mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstituir, através do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde sua mais tenra idade até os dias presentes. (DELGADO, 2010, p. 21)

As entrevistas que realizei estão organizadas como semiestruturadas, pois algumas perguntas foram feitas no decorrer da narrativa, relacionadas aos pais e às lembranças que tinham deles, à infância (como eram as brincadeiras), à juventude (como eram os namorados), ao casamento (como foi o dia do casamento, o que mudou na rotina depois dele, quantos

⁸ De acordo com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - o Estatuto da Pessoa Idosa - é considerada pessoa idosa, quem tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (BRASIL, 2004)

filhos, se os partos foram assistidos por parteiras), se existiu algum fato que havia marcado suas vidas e o que mudou, daqueles tempos para os dias atuais.

De acordo com Delgado (2010, p. 21-22), as histórias de vida podem ser de três tipos: depoimento biográfico único, pesquisa biográfica múltipla e pesquisa biográfica complementar. Nossas entrevistas se enquadram na pesquisa biográfica múltipla, ou seja,

Trata-se de um conjunto de depoimentos de histórias de vida, vinculados a um projeto de pesquisa que se propõe, por exemplo, a recolher depoimentos de sujeitos históricos, anônimos ou não, que atuaram em um mesmo movimento social, político, religioso ou cultural. (DELGADO, 2010, p. 22)

Mas Meihy (1994, p. 56) alerta que, quando se trabalha com a “história oral de vida”, cada pessoa deve ser tratada como um caso específico. Isso porque a trajetória de vida é interpretada de maneira singular e cada pessoa a significa de maneira diferente. Complementarmente, as vivências e os grupos sociais com os quais se tem relação acabam.

A média de duração de cada entrevista foi de 1 hora e 20 minutos, tendo sido gravados apenas os áudios, com prévia autorização dos entrevistados, e depois realizadas as transcrições.

Por tratar de assuntos íntimos de cada pessoa, que gentilmente cedeu tempo de sua vida para narrar memórias, sentimentos e emoções sobre o que viveu, e também pelo fato de a pesquisa compreender as narrativas individuais dentro do grupo social ao qual pertencem, preferi preservar a identidade de cada entrevistado, utilizando pseudônimos vinculados apenas às iniciais dos nomes, em vez de seu nome completo.

Para as entrevistas, atentei para as questões éticas que envolvem o uso das fontes orais. Para isso, o projeto foi previamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que o aprovou em 24/10/2018. Antes da realização das entrevistas, cada termo de consentimento livre e esclarecido foi lido e explicado para os depoentes e então, caso concordassem em participar da pesquisa, assinados.

Pierre Nora afirmou que a memória permanece em um constante processo de atualização pelos grupos sociais a partir do tempo presente, tornando-a viva, mutável, atualizável e passível de manipulação. Dessa forma, as memórias que afloram do passado são fruto das inquietações que temos hoje, no tempo presente.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e

manipulações, susceptível de longas latências, e de repentinhas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (NORA, 1993, p. 9)

Maurice Halbwachs analisou a relação da memória com os locais sociais de pertencimento dos indivíduos, como a família, a classe social, a escola, a igreja.

[...] quando um homem entra na sua casa sem estar acompanhado de ninguém, sem dúvida durante algum tempo 'ele andou só', na linguagem corrente - mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer um instante de estar encerrado em alguma sociedade. (HALBWACHS, 2006, p. 42)

Para o autor, quando lembramos de algo, não estamos revivendo, mas refazendo, reconstruindo, a partir do presente, as experiências do passado. Os passos dados em direção ao passado não são solitários, mesmo que de antemão pareçam ser, mas acompanhados por algo que caminha ao lado, ou melhor, à frente, e que vai demarcando a estrada por onde as lembranças passarão. Os limites laterais desenhados na estrada são o que podemos entender como a memória coletiva, pois ela serve de guia para que algumas de nossas lembranças (seriam nossas?) não se percam e que sejam encontradas pela luz do presente. Aquelas que ultrapassam os limites da estrada da memória coletiva, perdem-se, tornam-se fugidias, porque a luz que o presente lança não consegue mais alcançá-las. De acordo com Halbwachs, essas lembranças que se perdem são aquelas que pertencem só a nós e são as mais difíceis de serem evocadas.

A memória é pensada em relação a um espaço e tempo. No caso de Halbwachs, quando se trata de uma memória de um grupo social, existe um esforço para que as memórias individuais sejam anuladas e uma coletiva seja construída. Dessa forma, quando se narra sobre o passado de um grupo é muito mais fácil acessar as histórias que pertencem ao coletivo do que as histórias que são particulares (2006, p. 49). Isso não quer dizer que as histórias que fazem parte da memória coletiva serão acessadas sempre da mesma forma, pois segundo Halbwachs, a memória individual "é um ponto de vista sobre a história coletiva" (2006, p. 51) e cada pessoa narra a partir do lugar que ocupa na sociedade.

Corroborando com o conceito de memória coletiva de Halbwachs, Ecléa Bosi afirma que os grupos sociais dos quais fazemos parte interferem na construção da memória, a ponto de termos certeza que muitas das ideias e dos pensamentos que temos são exclusivamente nossos, mas que na verdade foram inspirados nas conversas com outras pessoas e, com o

passar do tempo, enriquecidos por experiências e embates (BOSI, 1994, p. 407). A autora, porém, diferentemente de Halbwachs, relativiza o conceito de memória coletiva e reconhece a importância do próprio indivíduo no processo de rememoração. Nas palavras de Bosi: “Por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

Para a autora Maria Catarina Chitolina Zanini a construção de memórias é, ao mesmo tempo, coletiva e individual:

Individual, porque quem refaz as memórias com sentido é o indivíduo; coletivo porque é o grupo que lhe dá legitimidade e partilha de significação. Assim, a memória grupal é experienciada com sentido pelo descendente, que a atualiza conforme sua própria trajetória de vida, sua classe social, seu gênero etc. Nesse processo, mantém-se o que é compartilhado no presente como elemento valorativo e legítimo de ser ação de enquadramento constituidor de italianidade. (ZANINI, 2007, p. 522)

É importante ainda ressaltar o dinamismo da memória coletiva, pois, segundo Antônio Torres Montenegro (2003, p. 19), ela representa determinados fatos, acontecimentos ou situações do passado que partem de diferentes interpretações, sendo que tanto o grupo quanto o indivíduo podem operar transformações.

Concordo com Zanini, quando afirma que memória e construção caminham juntas, uma vez que o ato de lembrar sobre o passado possui uma estreita ligação com o grupo no qual se está inserido. Assim, a memória de cunho coletivo só sobrevive quando adquire um sentido comum socialmente válido (ZANINI, 2006, p. 23).

Entendo que as histórias de vida que aqui serão analisadas são “transpassadas” por diferentes discursos, ora influenciados por uma memória construída coletivamente, ora por experiências únicas e individuais. Essa balança não possui pesos iguais, pois apesar do grupo social interferir no que cada pessoa lembra, as experiências individuais se sobressaem. Cada *Nonno*, cada *Nonna*, que relatou sua trajetória, reavivou memórias que marcaram a sua história de vida, no singular. E mesmo que sejam memórias amparadas no “plural”, no coletivo, elas são acessadas individualmente por cada pessoa.

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, afirmou Michael Pollak no artigo intitulado “Memória e Identidade Social”. O autor define identidade como

a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser

percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 5)

O outro. Esse é um elemento que, segundo Pollak, escapa do próprio sujeito e do grupo ao qual pertence, pois para construir o sentimento de identidade, toma-se como referência a figura do outro. Conclui-se, dessa forma, que a identidade e a memória são construídas por meio de disputas sociais intergrupais (POLLAK, 1992, p.5). Em consonância com os estudos de Pollak, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart também enfatizaram a figura do outro como essencial para se compreender a definição de identidade étnica, visto que esse conceito não é definido somente no interior do grupo: “um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exodefinição” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 143).

Como resultado dessas leituras, entendo que nem tudo o que foi vivido por essas pessoas será lembrado ou mesmo mencionado durante as entrevistas, o que não se trata de uma capacidade física de armazenamento do cérebro, mas da memória seletiva configurada socialmente no tempo presente. Dito de outra maneira, o que foi vivido por cada pessoa passa por filtros, que se encontram no presente, os quais selecionam o que vai ser capturado do passado, ou seja, o que será lembrado e esquecido. Isso não significa que existam fatos que ocorreram na vida das pessoas e que serão acessados e reproduzidos, por meio da fala, na íntegra, como uma verdade absoluta e inquestionável, pois a memória é uma constante reconstrução, que se dá mediante o convívio com determinados grupos sociais dos quais o indivíduo faz parte.

Importante também ressaltarmos que, no momento da entrevista, a interação entre o pesquisador e o entrevistado produz singularidades no que está sendo narrado.

Quando uma pessoa idosa é convidada a narrar sua história de vida ou determinados acontecimentos, é preciso considerar que isso não é algo simples e mecânico, pois a memória está envolta em vivências e emoções (FERREIRA, 2002, p. 321), e que nem sempre esses sentimentos serão expostos a alguém com um gravador em mãos. Muitas vezes, como já afirmou Ecléa Bosi, as recordações mais vivas são narradas depois que a entrevista se finaliza, no café, no jardim, na escada, como uma confidência (BOSI, 1994, p. 39). Essas situações ficaram mais evidentes, na pesquisa, em algumas entrevistas com mulheres que narravam algum assunto íntimo de suas vidas, como a relação conjugal, por exemplo. Lembro de uma situação específica, na qual a entrevistada narrava as dificuldades que passou após o

casamento pelo fato de o marido beber com frequência e ter relações extraconjugaies com outras mulheres, vindo inclusive a ter um filho fora do casamento; porém, essa última informação só me foi exposta quando desligamos o gravador.

Falar em memória também requer a abordagem dos silêncios. Os silêncios fazem parte da história, sejam eles produzidos pela formação de uma memória oficial excludente, ou silêncios resultantes, como analisou Michael Pollak (1989, p. 6), de memórias traumáticas (das vítimas do Holocausto, por exemplo). No caso da nossa temática, não tratamos de temas como os que Pollak abordou, mas, a partir das histórias de vida, buscamos analisar assuntos sensíveis narrados pelos descendentes de italianos, como a infância marcada pelo trabalho, a relação rígida entre pais e filhos, os casamentos precoces, os relatos dos partos, o alcoolismo, as precárias condições de vida – enfim, temas delicados e que muitas vezes não são expostos ao pesquisador⁹.

A memória, individual e coletiva, sendo, portanto, o registro de “espaços, tempos, experiências, imagens e representações” (DELGADO, 2010, p. 61), corresponde à percepção de diferentes experiências temporais ou, conforme conceito desenvolvido por Reinhart Koselleck, “estratos do tempo”. Koselleck (2014) desenvolveu uma crítica ao entendimento do tempo apenas como linear ou circular, cujos modelos, segundo o autor, são insuficientes para se compreender a história, defendendo a existência de diferentes ritmos temporais, “que se repetem ou se modificam lentamente; por isso as experiências humanas são preservadas, mudadas ou refratadas em tempos escalonados” (2014, p. 62). Para Koselleck, “a história contém numerosos estratos distinguíveis, que mudam de forma ora mais rápida, ora mais lenta, mas certamente em ritmos distintos” (2014, p. 221). Dessa forma, as experiências humanas podem ser formadas por diferentes estratos de tempo e os historiadores têm como função identificá-los e diferenciá-los. (KOSELLECK, 2014, p. 221). Em paralelo à discussão sobre o tempo histórico, feita por Koselleck, entendo que as memórias também podem representar diferentes estratos, na medida em que refletem sobre diferentes experiências temporais vivenciadas por cada pessoa.

A memória parte do presente, sendo organizada e atualizada a partir deste. Assim, quando uma pessoa narra sua história de vida, devemos observar que é uma visão do passado ancorada no presente. Jacques Le Goff já afirmava que essa característica é própria da história

⁹ Um fator que pode ter contribuído para que esses temas aparecessem nas histórias de vida é o fato de que eu faço parte do grupo sobre o qual realizei a pesquisa e grande parte das pessoas que entrevistei são de meu convívio, o que auxiliou no estabelecimento de uma relação de confiança ao narrar sobre temas tão sensíveis, muitos deles confidenciados quando o gravador era desligado.

como campo de conhecimento, que é contemporânea “na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo” (1990, p. 51).

Nas últimas quatro décadas, houve um avanço nas discussões sobre o presente e a história. “Tempo presente” é um conceito de grande importância para esta pesquisa, primeiramente, porque o Programa de Pós-graduação em História da UDESC, no qual essa tese foi elaborada, possui como área de concentração “História do Tempo Presente” e, segundo, porque minhas fontes principais foram produzidas no presente. Soma-se a isso, também, o fato de que algumas questões que são fundamentais para a HTP, como a produção social de memórias, jogos identitários e as representações e usos do passado permeiam as discussões que desenvolvi ao longo da tese.

Os grandes crimes de massa, destacando-se o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, segundo Henry Rousso (2016, p. 220) contribuíram de maneira significativa para que a história recente tivesse um papel central nas discussões historiográficas. Para Rousso “nos anos 1960 na Alemanha e em Israel, nos anos de 1970 na França, nos anos 1980 nos Estados Unidos [...] a lembrança do Holocausto se torna um problema público nacional e internacional relevante” (2016, p. 220).

No período pós Segunda Guerra a atenção dos historiadores se voltou para os testemunhos, no intuito de se compreender tais conflitos, principalmente em relação aos judeus sobreviventes dos campos de concentração (FICO, 2012, p. 47).

Em 1978, na França, foi criado o Instituto de História do Tempo Presente, dirigido primeiramente por François Bédarida, que defendia que seu surgimento teria relação com o “retorno vigoroso da história e da memória, uma busca ansiosa de identidade, a crise dos paradigmas das ciências sociais, enfim, um presente cheio de incertezas em relação a si mesmo e ao futuro” (BÉDARIDA, 1996, p. 219). O surgimento da HTP é marcado não somente pela incerteza em relação ao futuro, provocada pelo contexto sociopolítico que a Europa enfrentava na segunda metade do século XX, como também quanto ao seu próprio desenvolvimento como área de conhecimento.

A pesquisa está inserida na área de HTP, antes de tudo, por trabalhar com fontes orais produzidas no presente, bem como com a análise de processos de construção social de memórias manifestadas em espaços como o museu *Casa dei Nonni* e a “Festa da Polenta”. Saliento que o uso da história oral não é o que, exclusivamente, caracteriza a HTP, conforme ressaltou François Dosse (2012, p. 16). De acordo com Henry Rousso (2016, p. 259-260), o

que caracteriza e ao mesmo tempo singulariza a HTP é a escrita de uma história na qual os atores, sendo ou não requisitados, estão presentes fisicamente, sendo que o historiador escreve sob a vigilância e atenção destes. Em outras palavras, um dos grandes desafios e singularidades do historiador do tempo presente é escrever uma história na qual investigador e investigado fazem parte de um mesmo tempo. Assim, “pode-se dizer, com direito, o que se quiser sobre os mortos [...] não se pode fazer isso com os vivos [...]” (ROUSSO, 2016, p. 260).

A discussão levantada por Rousso é um alerta para a pesquisa, pois estamos escrevendo sobre as memórias de pessoas idosas que convivem conosco no tempo presente e dessa forma podem não se reconhecer ou mesmo não concordar com nossa narrativa. Eis nosso desafio!

Outro conceito bastante importante para a tese é o de “identidade”. Segundo Stuart Hall (2011), a identidade é compreendida como algo construído historicamente, ou seja, formado ao longo do tempo e que “permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’” (p. 39). A formação de uma identidade faz com que as diferenças, as singularidades sejam anuladas em função de um projeto maior, universalizador e generalizante. No caso da imigração italiana, desconsideram-se as diferentes origens, profissões, trajetórias de cada imigrante, as levas imigratórias, construindo-se um todo coerente e homogêneo, anulando-se, então, a diferença. Nesse sentido, constrói-se “o imigrante”, marcado por características fixas e gerais, a partir das quais toda uma coletividade será representada.

Essa preocupação já foi apresentada por Regina Weber, em artigo intitulado “Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade”, no qual a autora problematiza a representação da categoria “imigrante”. Para Weber (2013), é preciso, primeiramente, pensar a imigração a partir de 3 possibilidades:

as imigrações mais antigas, cujo protótipo são as imigrações por levas, concentradas no século XIX – que, por sua vez, alimentaram novas correntes migratórias no século posterior; as imigrações contemporâneas; e uma terceira possibilidade que, num sentido restrito do termo, não constitui imigração, pois se relaciona aos descendentes de imigrantes, muitas vezes de gerações distanciadas dos antepassados da primeira geração. (2013, p. 6)

Segundo Weber, a definição “imigrante”, sem levar em conta as características apresentadas acima (imigrações mais antigas, contemporâneas e descendentes de imigrantes),

ocorre até mesmo em trabalhos e eventos acadêmicos, que se baseiam no modo como os membros do grupo se veem, não havendo distinção entre a primeira geração de imigrantes e as de descendentes (2013, p. 7 -9). Na escrita da tese serão levados em consideração os estudos e as representações sobre as “imigrações mais antigas” e a imigração na perspectiva dos descendentes.

A tese é composta por sete capítulos: o primeiro, tem como objetivo central analisar as produções bibliográficas, na área de Ciências Humanas, especialmente História, Arte e Sociologia, sobre a imigração italiana no sentido de perceber como se construiu a narrativa nessas obras amparada em elementos épicos. Neste capítulo, contemplei ainda trabalhos que buscaram desconstruir essa narrativa triunfalista do imigrante. O segundo capítulo, ainda pensando na narrativa épica, tem como foco de análise as produções bibliográficas sobre a imigração italiana no Paraná, especialmente Irati, como trabalhos historiográficos, dissertações e também livros comemorativos e de caráter genealógico. Em ambos os capítulos, as produções foram tomadas como fontes históricas. No terceiro capítulo, que compõe a segunda parte da tese, fiz uma análise em torno da italianidade, em Irati, levando em consideração a presença de outros grupos étnicos como poloneses e ucranianos, tomando por base os estudos de Poutignat e Streiff-Fenart sobre etnicidade e fronteiras étnicas. No quarto capítulo, por meio de duas entrevistas, publicações em jornais, fotos, postagens em redes sociais, busquei compreender algumas práticas que afirmavam a italianidade na região, e reforçavam a figura do *imigrante- herói*, como a criação do grupo folclórico *Chiaro di Luna* e a Festa da Polenta. No quinto capítulo, a partir do conceito de “vetores de memória”, de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, o foco de análise foi no museu *Casa de Nonni*, sua construção e organização. O sexto e o sétimo capítulo compõem a terceira parte da tese, para os quais utilizei as entrevistas na forma de histórias de vida como fontes históricas. No sexto capítulo analisei a forma como a Itália, a polenta e o vinho aparecem nas memórias dos *nonni* e se essas narrativas reforçam a epopeia e a figura do *imigrante-herói*. Por fim, no sétimo e último capítulo, a análise foi centrada nas histórias de vida dos *nonni*, suas interpretações e significações sobre o passado e sobre si mesmos.

***PARTE I: DA ITÁLIA PARA O BRASIL, ITALIANOS E DESCENDENTES EM
MOVIMENTO***

CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA: ITALIANOS E DESCENDENTES – BRASIL, PARANÁ, CENTRO-SUL

1.1 TEM UMA EPOPEIA NA MINHA HISTÓRIA

Existe uma relação bastante estreita entre epopeia e História, cuja análise foi feita por François Hartog em um artigo intitulado “A fábrica da História: do ‘acontecimento’ à escrita da história, as primeiras escolhas gregas”, no qual o autor afirma que a epopeia está na origem da história (2000, p. 7). A ruptura entre epopeia e história foi feita por Heródoto, no sentido de que ele abordou o passado não mais amparado na autoridade das Musas, como era feito na epopeia, mas sim na sua própria investigação. O passado passa a ser descrito pelo que Heródoto viu ou por quem viu e pode testemunhar. No seguinte trecho, Hartog descreve como eram pronunciadas as narrativas épicas pelo aedo, “o poeta-cantor”:

Inspirado pela Musa, o aedo (poeta-cantor) celebra os deuses e os grandes feitos dos heróis. Convidado para o banquete, espera-se dele que proporcione aos convivas o prazer e esquecimento das tristezas presentes. Pelo seu canto, aquele que vive gloriosamente e que tem uma morte gloriosa recebe, em troca, uma glória imortal (“que não se desgasta”). O aedo é o distribuidor da glória e o ordenador da memória do grupo. Cada vez que começa a cantar, os heróis assumem a forma de “homens de outrora” e assim se tecce, se repete e se transmite um passado glorioso: o passado. (HARTOG, 2000, p. 9)

Na epopeia emerge o herói que morreu gloriosamente e quem garantia a veracidade do que era cantado pelo aedo era a Musa, que o inspirava em seus versos. Quando a narrativa histórica surgiu, “o mundo mudou. A prosa substituiu o verso, a escrita se impôs: a Musa desapareceu” (HARTOG, 2000, p. 7). Heródoto não se torna nem aedo e nem *histor* (um mediador de conflitos que atua com base no que testemunhou ou que outros testemunharam), mas sim, segundo Hartog, o autor da *historiê*, ou seja, a investigação, que é sua primeira operação historiográfica (2000, p. 7; 1999, p. 10).

A história, como forma de conhecimento, é sobretudo, uma narrativa que é construída e organizada pelo pesquisador. Conforme afirmou Paul Veyne (1998):

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressal das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração. (...) Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza. (VEYNE, 1998, p. 18)

Se assim a entendemos, como uma construção, é possível refletirmos sobre a forma como os historiadores “organizam” suas narrativas ou seus discursos. A narrativa histórica, além de ser fruto de uma construção e organização, também pode ser entendida como um discurso. Para Michel de Certeau, os discursos conduzem a escrita da história e “enquanto falam *da* história, estão sempre situados *na* história” (CERTEAU, 2011, p. 4). Segundo Certeau, os próprios discursos são históricos, pois estão “ligados a operações e definidos por funcionamentos” (2011, p. 4).

Para outros autores, como Hayden White, a forma como o passado é organizado é feita a partir de um empreendimento literário, ou seja, o passado organizado e apresentado pelos historiadores só é possível de ser conhecido por meio da escrita. Assim, uma das maiores preocupações do autor é compreender os “componentes estruturais” das narrativas sobre o passado (1992, p. 19). Segundo White (1992), existem diferentes níveis na conceituação da obra histórica: crônica, estória, modo de elaboração do enredo, modo de argumentação e modo de implicação ideológica. Para pensarmos a estrutura da epopeia, interessa-nos o que White chamou de “elaboração do enredo”.

Prover o “sentido” de uma estória através da identificação da *modalidade de história* que foi contada é o que se chama explicação por elaboração de enredo. Se, ao narrar uma estória, o historiador lhe deu a estrutura de enredo de uma tragédia, ele a “explicou” de uma maneira; se a estruturou como uma comédia, ele a “explicou” de outra maneira. A elaboração de enredo é a via pela qual uma sequência de eventos modelados numa estória gradativamente se revela como sendo uma estória de um tipo determinado. (WHITE, 1992, p. 23)

White elenca como as principais formas de enredo a estória romanesca, a tragédia, a comédia e a sátira; porém, reconhece a existência de outras, como a épica. Nesse caso, entende-se que toda a narrativa histórica é organizada dentro de um enredo e “um historiador qualquer é forçado a pôr em enredo todo um conjunto inteiro de estórias que compõe sua narrativa” (1992, p. 23).

No caso do enredo épico, White o associa à crônica. A organização de uma crônica, para o autor, é definida da seguinte forma:

Em primeiro lugar os elementos do campo histórico são organizados numa crônica pelo arranjo dos acontecimentos que serão tratados na ordem temporal de sua ocorrência; depois a crônica é organizada numa história pelo posterior arranjo dos componentes de um “espetáculo” ou processo de acontecimento, que, segundo se pensa, possui começo, meio e fim discerníveis (WHITE, 1992, p. 21).

Nas narrativas sobre a imigração italiana é possível observar esse encadeamento dos fatos seguindo uma ordem no tempo. A narrativa, em sua maioria, se inicia na Itália, passa

pela viagem de navio, chega aos portos brasileiros, o trabalho na lavoura, principalmente, em São Paulo, e finda com o êxito do imigrante.

Essas narrativas também podem ser associadas à forma de enredo romanesca, já que “a estória romanesca é fundamentalmente um drama de autoidentificação simbolizado pela aptidão do herói para transcender o mundo da experiência, vencê-lo e libertar-se dele no final” (WHITE, 1992, p. 24).

Se na narrativa épica tradicional o herói é um indivíduo excepcional, quando se trata da imigração italiana, percebo que a excepcionalidade é transferida ao grupo, que tem destacadas suas virtudes, como o trabalho e a religiosidade. Na redação da tese, optei por utilizar a expressão “imigrante-herói”, mas saliento que se refere ao coletivo.

Eventualmente, a narrativa épica mobiliza indivíduos excepcionais, como o caso de Francesco Matarazzo, imigrante italiano que ficou conhecido pelos seus empreendimentos industriais no Brasil e que, de acordo com uma biografia a seu respeito, escrita por Jorge da Cunha Lima e uma das descendentes de Francesco, Maria Pia Matarazzo, teria iniciado sem muitos recursos financeiros (MATARAZZO, 1982). Em uma rápida pesquisa pelo *Google*, ao digitarmos “Francesco Matarazzo”, encontramos títulos, tanto de produções escritas como audiovisuais, como: “Francisco Matarazzo: pioneiros e empreendedores”, “A história de Francesco Matarazzo: o maior empreendedor do Brasil”, “Visionários que fizeram história”, “A incrível história de Francesco Matarazzo - o rei da indústria”, “Francesco Matarazzo: o patrão de São Paulo”, “História de imigrante: Francesco Matarazzo, o ‘imperador do Brasil’”. Apesar dos empreendimentos da família, após algumas gerações, falirem, a figura de Francesco Matarazzo é representativa quando se trata de narrativas que exaltam o sucesso dos imigrantes italianos no Brasil.

O “imigrante-herói” seria, assim, essa representação do imigrante sonhador, que saiu da Itália em busca de melhores condições, passou fome, sofreu, mas, ao final, obteve êxito, e que acaba sendo o “modelo” de trajetória que se aplica a todos que emigraram, reproduzido em narrativas de uma forma épica.

Mesmo a constituição da História tendo implicado em uma ruptura com a epopeia, é possível haver uma influência desse estilo de narração nas produções sobre o tema da imigração? E, nesse caso, e que nos interessou para a pesquisa, haveria a presença de uma linha narrativa que segue a epopeia nas produções sobre a imigração italiana?

Sem criar um suspense na leitura, adianto que a resposta para as duas perguntas é: sim. Seguindo uma ordem cronológica de publicação, selecionei algumas obras que são

referências nos estudos sobre a imigração italiana no Brasil na área de Ciências Humanas, especialmente História, Arte e Sociologia, em que é possível identificarmos uma narrativa com elementos épicos.

A primeira obra em que observei a presença da narrativa épica é um livro bastante conhecido sobre a imigração italiana no Brasil, de autoria de Franco Cenni, intitulado “Italianos no Brasil: *andiamo in Merica*”, que teve sua primeira edição publicada em 1960, a segunda em 1975 e a terceira em 2003. De acordo com a biografia presente em seu livro, Franco Cenni nasceu na Itália, em 1909, onde teve sua formação na Academia de Belas Artes e Liceu Artístico de Milão. Em 1931 mudou-se para São Paulo, onde atuou como escritor em jornais, publicando críticas sobre teatro e artes plásticas, e também como pintor e cenógrafo. Em 1960, Cenni ganhou o “Prêmio Itália”, promovido pela Companhia Antarctica Paulista para obras literárias sobre a presença dos italianos no Brasil, o que resultou na publicação da primeira edição do livro. A proposta do concurso surgiu após uma visita feita por Giovanni Gronchi, presidente da Itália, ao Brasil, em setembro de 1958. Muito provavelmente havia interesses políticos e econômicos por parte da empresa com a Itália.

No discurso da solenidade de entrega do “Prêmio Itália”, proferido por um dos membros do Conselho Administrativo da Companhia, o qual está publicado na terceira edição da obra, exalta-se o povo italiano: “O povo italiano tem revelado, no decurso de sua longa história, qualidades inatas, originais e altamente atuantes, de forma a deixar um traço marcante nos destinos da humanidade.” (COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA *in* CENNI, 2011, p. 533). Ainda:

Assinalar, portanto, a presença dessas virtudes e aptidões na história do Brasil, por meio da contribuição dos homens de origem italiana na formação brasileira, foi o escopo que a Companhia Antarctica Paulista Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos teve em vista ao instituir o Prêmio Itália para uma obra cultural que tivesse tal assunto como tema [...] (COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA *in* CENNI, 2011, p. 534)

Para o livro de Cenni ter ganhado esse prêmio, seu conteúdo deveria, minimamente, atender essas expectativas de exaltação do povo italiano na formação da sociedade brasileira.

No primeiro contato que tive com a terceira edição do livro, o primeiro título do sumário, que se refere a uma apresentação da obra, escrita por Alfredo Bosi, me chamou a atenção: “Italianos no Brasil: crônica e épica da emigração italiana”. Segundo Bosi:

A crônica dos viajantes e migrantes italianos assume, na escrita de Cenni, uma dimensão épica, tal é a extensão no tempo e no espaço que a obra vai cobrindo, começando pelo tempo dos capitães de ventura que precederam Vespúcio e

Colombo na gesta dos descobrimentos e chegando às vésperas da Segunda Guerra Mundial. (BOSI in CENNI, 2011, p. 16)

A dimensão épica a que se refere Bosi parece estar relacionada aos grandes feitos dos italianos como algo surpreendente, admirável e excepcional. Organizados cronologicamente em 14 capítulos, desde os mais longínquos aos que se aproximam do tempo presente, Cenni inicia sua narrativa mostrando as importantes contribuições de italianos como Américo Vespúcio no período dos descobrimentos, no século XV, inclusive a participação de navegadores italianos nas descobertas portuguesas. A partir do quarto capítulo, Cenni abordou em sua escrita a imigração italiana para o Brasil ocorrida em meados do século XIX, enfatizando o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo e São Paulo, este último tendo notoriedade no capítulo “O Rei Café e a Grande Imigração”.

Na narrativa de Cenni, alguns “imigrantes-heróis” ganham nome, como Geremia Lunardelli, o “Rei do Café”, Rodolfo Crespi, no ramo têxtil, e, claro, Francesco Matarazzo. O que perpassa a história desses três homens? Suas trajetórias cumprem a tradicional narrativa épica, de alguém que chegou ao Brasil com pouquíssimos recursos financeiros vindos de famílias pobres¹⁰ e que, com virtudes, principalmente a vontade de trabalhar, enfrentaram as dificuldades e se tornaram referência na área agrícola ou industrial. Trago aqui a descrição sobre Lunardelli que sintetiza a característica do “imigrante-herói”: “gente [...] que trazia no sangue e no espírito a sedimentação de virtudes transmitidas de gerações em gerações: vontade de trabalho, desejo de progredir, amor à poupança e um vivíssimo espírito de observação” (CENNI, 2011, p.226).

Outro ponto interessante na narrativa de Cenni é que a “vitória” desses indivíduos representou não apenas o acúmulo de riqueza de suas próprias famílias, mas também trouxe importantes contribuições para o progresso econômico do Brasil, tanto na área agrícola quanto industrial.

Ao lado de Lunardelli, Crespi e Matarazzo, que tiveram subtítulos especialmente dedicados para suas histórias de vida, Cenni destacou nomes, sem descrever em muitos detalhes suas trajetórias, que, segundo ele, foram importantes em áreas como a medicina, direito, literatura, arquitetura e artes. Os nomes que cita não cumprem todos os requisitos do

¹⁰ A exceção é Matarazzo que, segundo Cenni, provinha de uma família com tradição nas “lettras e nas profissões liberais” e que se dirigiu ao Brasil com uma carga de vinhos e queijos, mas a embarcação naufragou, fazendo com que chegasse apenas com sua “indomável vontade de trabalhar”. (CENNI, 2011, p. 260). Nesse caso a pobreza não é herança familiar, mas resultado de um evento durante a travessia.

“imigrante-herói”, a começar por serem pessoas que não emergem de um cenário de pobreza¹¹ ou da escassez de recursos financeiros, uma vez que se trata de profissões que muito comumente eram ocupadas por pessoas abastadas; e segundo por não desenvolverem trabalhos “braçais”, recurso que era utilizado principalmente na prática da agricultura.

Na área de História, destaco a obra “Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889), de autoria de Lucy Maffei Hutter, publicada em 1972 pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. O livro é resultado da tese de doutorado que Hutter defendeu em 1971, orientada por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Thereza Schörer Petrone. A divisão dos capítulos feita na obra segue uma linha cronológica que se inicia apontando para o cenário vivido pela Itália na segunda metade do século XIX e o perfil das pessoas que optaram por sair do país; passando pelo contexto econômico e social do Brasil nesse mesmo período, com destaque para São Paulo; a viagem desses imigrantes e suas instalações em São Paulo nas lavouras de café ou em pequenas propriedades e, por fim, sua adaptação.

Gostaria de chamar a atenção para o parágrafo que encerra a obra de Hutter:

Tentamos, por meio deste estudo, esboçar a luta inicial travada por aqueles italianos que chegaram a São Paulo quando este Estado não passava de uma pequena Província, assim como as dificuldades de viagem e dos primeiros contactos com o país de adoção até que se estabelecem definitivamente nesta terra onde criaram raízes e permaneceram para sempre. (1972, p. 163).

Esse parágrafo ilustra a trajetória feita pelo imigrante até sua instalação e permanência “para sempre” no Brasil. A expressão “criar raízes” transmite a ideia de que o imigrante criou vínculos com o país e viu nele um lugar de pertencimento. A autora reconhece a existência de associações italianas que conservavam características de determinadas regiões da Itália, mas afirma que a integração ao contexto brasileiro foi rápida, o que resultou na “naturalização” de muitos imigrantes, cujo número a autora não informou devido à ausência de documentação.

Ao contrário do imigrante que se adaptou e se naturalizou brasileiro, Hutter reconhece, em uma pequena parte de seu texto, casos de “repatriação” devido a “não-adaptação”:

A maior ou menor facilidade de adaptação não parece estar ligada a este ou aquele país, cidade ou região mas, ao que tudo indica, há pessoas capazes de adaptar-se facilmente, podendo emigrar para qualquer parte [...]. Enquanto que, no caso inverso, a pessoa jamais se sentirá satisfeita em outro lugar, senão naquele do qual é originário. (1972, p. 129-130)

¹¹ Lembro aqui da afirmação de Maria Catarina Chitolina Zanini sobre a pobreza dos pioneiros ser interpretada como um atributo positivo nas trajetórias familiares (ZANINI, 2006, p. 129).

Ao que parece, as condições que o imigrante encontrava no país, o apoio ou não do governo, não eram fatores determinantes para o retorno, apenas “retardavam a adaptação”. O que determinava o regresso de muitos era a característica pessoal de cada um, de ter ou não facilidade de adaptar-se, como algo individual e subjetivo.

Percebo uma linha narrativa na obra de Hutter, mesmo que em determinado momento de seu texto ela reconheça casos de repatriação, que segue a ideia do imigrante que saiu da Itália, enfrentou a difícil viagem e os desafios na chegada do Brasil, como a insalubridade das hospedarias, falta de estrutura física, imprevistos com o desembarque e bagagem, mas que se adaptou e permaneceu “para sempre”.

A resistência do imigrante em terras brasileiras foi assunto analisado de maneira mais aprofundada na dissertação de mestrado de Zuleika Alvim, que resultou na publicação, em 1986, do livro “Brava Gente!: os italianos em São Paulo”. Uma das primeiras formas de resistência contra a “proletarização” dos imigrantes foi a mobilidade geográfica, em que os imigrantes ou retornavam para a Itália ou se dirigiam para outros núcleos urbanos (ALVIM, 1986, p. 115). A “urbanização do imigrante” foi algo de grande importância, pois, segundo Alvim, havia um considerável número de italianos que não tinha o intuito de se tornar proprietário de terras, mas sim, ganhar a vida nas cidades, como pequenos comerciantes ou artesãos (1986, p. 139-140).

O livro de Alvim está organizado em 3 capítulos. No primeiro, intitulado “Da Itália ao Brasil: a trajetória do imigrante”, a autora trata, primeiramente, das condições e motivos que levaram muitas pessoas a deixarem seu país e partirem para o Brasil, principalmente no norte da Itália, região do Vêneto, atraídos pela expansão da lavoura cafeeira em São Paulo, somada à eliminação da mão de obra escrava ao final do século XIX. No segundo, intitulado “Trabalho e família”, a autora destaca a presença de contratos de trabalhos na lavoura cafeeira estabelecidos predominantemente por grupos familiares, característica já presente nas lavouras italianas, e a importância que o trabalho do conjunto da família representava para o imigrante. No terceiro e último capítulo, sob o título “A resistência do dia a dia”, Alvim destaca a mobilidade geográfica e “urbanização do imigrante” como formas de resistência, como indicado no parágrafo anterior.

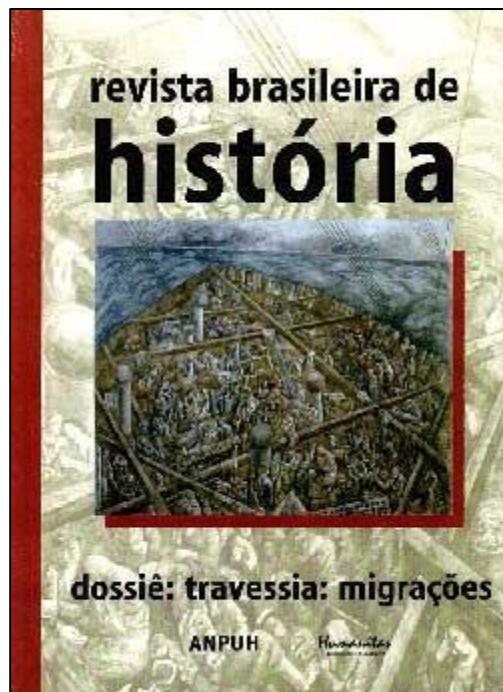
Na narrativa de Alvim também é possível observar a construção de uma linha narrativa que prioriza o encadeamento temporal dos fatos do mais antigo para o mais recente (primeiro as dificuldades enfrentadas na Itália e depois no Brasil). O grande diferencial é que

Alvim reconstrói, em seu enredo, as dificuldades encontradas tanto na Itália como no Brasil pelos italianos e enfatiza as ações ligadas às formas de resistência ao processo de proletarização do imigrante, seja nas fazendas de café ou nas áreas urbanas de São Paulo. Em determinado momento do texto, a autora reconhece uma certa generalização em relação ao imigrante, que vê o particular como extensivo ao todo, no sentido que a historiografia relaciona o acesso à pequena propriedade à consequente ascensão social dos imigrantes, sem considerar os “perdedores”, ou seja, aqueles que não obtiveram êxito (1986, p. 151). Apesar disso, é possível observar que não há referência àqueles imigrantes que não conseguiram praticar a “resistência” e que, devido às difíceis condições de vida encontradas, sucumbiram ao álcool, à loucura, ao suicídio ou mesmo ao retorno à Itália.

Em 1997, foi publicado artigo de autoria da socióloga Antonia Colbari intitulado: “Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira”. O artigo de Colbari foi o primeiro trabalho sobre imigrantes italianos na Revista Brasileira de História. O dossiê no qual o artigo foi publicado, também, foi o primeiro que a revista destinou ao tema das migrações.

A imagem exposta na capa da revista é uma reprodução do quadro “Navio de Emigrantes”, do pintor Lasar Segall e, segundo a orelha da revista impressa, “sintetiza a perenidade do drama dos deslocados para a América”. Vale destacar que o quadro foi pintado no início da Segunda Guerra Mundial e que seu autor também emigrou. Bem se vê, ao observarmos, que se trata de um aglomerado de homens, mulheres e crianças com fisionomias tristes e rostos cabisbaixos, em um navio. Bastante diferente das novelas que citei anteriormente (que apesar de exibirem as dificuldades enfrentadas pelo imigrante, também mostravam momentos de alegria, festa e descontração a bordo do navio), a pintura me desperta o sentimento de tristeza e desesperança.

Figura 1: Capa da Revista Brasileira de História - 1997



Fonte: **Revista Brasileira de História**. Dossiê: travessia: migrações. nº 34, volume 17, 1997. Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>. Acesso em 06/05/2023.

Uma vez proposto o tema das “migrações”, entende-se que narrativas que contemplam qualquer deslocamento territorial, até mesmo dentro do próprio país, poderiam ser abordadas nos textos, inclusive um dos artigos do dossiê trata da migração de cearenses para fazendas de café em São Paulo em meados do século XIX. Mas esses migrantes não necessitaram de um navio para se deslocarem. Quem utilizou navios foram pessoas que vieram, em sua maioria, da Europa. Penso que a reprodução da imagem é uma tentativa de representar a imigração. Ainda, penso que a “travessia” e as condições enfrentadas nos navios são importantes elementos acionados nas narrativas sobre imigrantes e a imigração, principalmente a europeia, para o Brasil.

Dos 12 trabalhos que compõem a edição, além do de Colbari, apenas mais um teve como tema a imigração italiana. Intitulado “Pacto Social e Luta Operária em Schio”, de autoria de Antonio Folquito Verona, o artigo tem como assunto uma greve operária ocorrida em Schio, localizada no Vêneto, em 1891, e que teria sido a causa do deslocamento de muitas pessoas para o Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santos e Rio de Janeiro. Porém, a análise do capítulo está centrada na Itália e

somente nos primeiros parágrafos é mencionado o Brasil e como essa greve está presente nos relatos dos descendentes de imigrantes italianos no RS.

Já no artigo de Colbari, a autora se propôs a analisar a “contribuição dos imigrantes italianos na afirmação dos alicerces culturais e morais da sociedade brasileira” (1997, p. 53), atentando-se para “a importância do capital cultural dos imigrantes italianos na definição de um padrão de racionalidade” (1997, p. 53). A análise da autora centra-se, de maneira geral, no Espírito Santo, estado que, a partir de 1875, começou a receber imigrantes vindos da região norte da Itália, os quais foram atraídos, segundo ela, para resolver problemas do povoamento, com a instalação de pequenas propriedades nos núcleos coloniais (1997, p. 60).

Segundo Colbari (1997), os imigrantes enfrentaram uma série de problemas nos primeiros anos de sua instalação no Brasil, tais como:

As péssimas condições de viagem, a opressão dos latifundiários, a falta de escrúpulos dos agenciadores de mão-de-obra, o suborno dos funcionários do governo etc. Além desses infortúnios, deparavam-se com a dureza das condições materiais: as terras não eram férteis, o governo e os agentes de imigração não cumpriam as promessas ou os compromissos firmados, como o pagamento pela construção de estradas, a derrubada de árvores e edificação de casas, e o adiantamento dos instrumentos para a lavoura. Por sua vez, as cobranças que recaíam sobre os imigrantes eram rígidas. A designação de lotes de terra estava regulada por um conjunto de cláusulas como: o compromisso de que após seis meses do recebimento do lote medido e demarcado, já deveria estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas, além da construção de uma casa. A obtenção do título definitivo ocorreria depois do pagamento total das terras e de todas as dívidas com o governo. Os colonos recebiam terra para plantar e construir a casa, porém enfrentavam a falta de material para construção e de ferramentas para o trabalho. (p. 62)

Após a proclamação da República, as condições de vida do imigrante não apresentaram melhora, pelo contrário, se acentuaram:

Os relatos dos imigrantes, descrevendo seu cotidiano de trabalho, evidenciam as difíceis condições de vida: o trabalho era árduo, iniciado desde a madrugada e se estendendo até o pôr-do-sol. Plantavam café, milho, feijão, e para manter a família eram obrigados a trabalhar em outras propriedades até o início da produção dos cafezais. Quando o cafezal estava formado, as atividades aumentavam e a família toda, inclusive mulheres e filhos, era mobilizada. As mulheres ajudavam na roça e assumiam as funções da casa, que incluíam a formação de hortas e a criação de galinhas. Muitos dos imigrantes, por serem portadores de habilidades artesanais, efetuavam tarefas de pedreiro, marceneiro, carpinteiro - o que explica a construção de igrejas nos núcleos coloniais e até de pontes - e fabricavam acessórios de couro. (p. 62)

Apesar de todas essas dificuldades, Colbari afirma que o “espírito empreendedor” do imigrante se sobressaiu:

[...] no desbravamento de matas e formação de lavouras, na construção de estradas, escolas, capelas e cemitérios, na constituição de povoados que depois se

transformaram em vilas, e em outras manifestações, por exemplo, a fundação de times de futebol. (p. 63)

O grande elemento diferenciador, segundo a autora, do imigrante italiano em relação ao trabalhador nativo é a presença de um “capital cultural” que lhe colocava em um patamar superior, haja vista que “muitos eram alfabetizados, tinham assimilado uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na igreja e nos grupos de parentesco”. (COLBARI, 1997, p. 64)

Juntamente com o trabalho, a religião também é apontada por Colbari como um elemento diferenciador do imigrante italiano. A religiosidade teria contribuído para a formação de uma moralidade estruturada em valores comunitários e não individualistas; assim, os núcleos constituíam-se enquanto lugares que, devido a seu isolamento, ajudavam a formar “a coesão, a solidariedade e ajuda mútua no interior do grupo”, o que “minimizava a interferência de forças desagregadoras” (COLBARI, 1997, p. 65). Apesar do isolamento, a autora afirma que não havia exclusão de outros grupos, pois “a propensão para a assimilação do povo italiano favorecia a convivência interétnica” (COLBARI, 1997, p. 65).

A atitude do imigrante-herói que convive com os demais grupos étnicos, sem excluí-los e com propensões à assimilação é uma virtude, algo louvável e que merece ser destacado na epopeia. Porém, essa afirmação vai de encontro ao próprio conceito de identidade, que se baseia na diferença estabelecida entre o “nós” e os “outros”. Andreazza e Nadalin (1994, p. 71) afirmam que as relações que o imigrante estabeleceu com a sociedade na qual foi inserido tiveram como fundamento a diferença e as identidades que foram sendo construídas foram uma defesa à própria sobrevivência do imigrante e seus descendentes.

Finalmente, a autora sintetiza elementos recorrentes nos grupos constituídos por imigrantes italianos e que teriam sido os motivadores da sobrevivência dos imigrantes: “a ética do trabalho, a organização familiar dos italianos e outros atributos como a religiosidade, a honradez, a solidariedade, a resignação e o espírito comunitário” (COLBARI, 1997, p. 68).

Observa-se, na construção do texto de Colbari, a representação de um imigrante com características ímpares e positivadas, as quais foram responsáveis pela sobrevivência e êxito do grupo no Brasil. Ao mesmo tempo, constrói-se um modelo generalizante e universalizador, que sugere a ideia de que todos os italianos que imigraram foram bem-sucedidos. O imigrante enfrentou as dificuldades, como as péssimas condições da viagem, a opressão dos latifundiários, a infertilidade das terras, o descumprimento das promessas feitas pelo governo

e agenciadores, o desbravamento das matas, o que poderia acarretar em uma situação permanente de extrema pobreza e exploração, ou mesmo um retorno em massa para a Itália; porém, com seu espírito empreendedor, ético, solidário, resignado e religioso, superou esses empecilhos de maneira triunfante.

Destaco que, no trabalho de Colbari, não são citados nomes de pessoas que representam o excepcional, como o caso de Francesco Matarazzo, por exemplo, mas se refere a um grupo étnico em sua coletividade, os imigrantes italianos. Nessa narrativa de perspectiva épica, o herói não é o indivíduo, mas o grupo étnico. Se por um lado, o herói possui virtudes que o tornam excepcional, é importante também refletir sobre o não excepcional, nesse caso, os demais imigrantes ou povos nativos, como mencionado no artigo, que não possuíam o “capital cultural” presente nos imigrantes italianos.

Trabalho e religião, como destacados no texto de Colbari, são acionados de forma recorrente em produções historiográficas que narram o triunfo do “imigrante-herói”.

Títulos de livros também reforçam características do imigrante de maneira positivada, como sua vontade de vencer, sua coragem, sua bravura, determinação e consequentemente, a riqueza que construíram. Importante salientar que todos os autores do quadro abaixo possuem sobrenomes que revelam sua ascendência ou mesmo naturalidade (como é o caso de Grosselli) italiana.

Quadro 1: Livros que positivam a figura do imigrante

Autor	Título	Ano da publicação
ALVIM, Zuleika Maria Forcione.	Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920.	1986
GROSSELLI, Renzo Maria.	Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras.	1987
FURLAN, Oswaldo Antônio.	Brava e buona gente, cem anos pelo Brasil	1997
BALDIN, Nelma.	Tão fortes quanto a vontade: história da imigração italiana no Brasil: os Vênetos em Santa Catarina.	1999
BERRI, Alessio	Imigrantes italianos, criadores de riquezas.	1993

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Fica aqui um questionamento: essas características positivadas presentes nos títulos das obras são resultado dos próprios vínculos identitários dos autores? Esse vínculo identitário dificulta um viés mais crítico em relação ao percurso dos imigrantes? Talvez, para responder a essas perguntas, eu necessitasse entrevistar cada um desses autores ou, ao menos, fazer uma análise minuciosa dessas obras. Como isso não foi feito na tese, falarei pela minha própria experiência: é um grande desafio estranhar aquilo de que eu mesma faço parte.

1.2 NEM SÓ DE EPOPEIA VIVE A HISTÓRIA

No período da “grande emigração”, em sua maioria, não eram as famílias numerosas que partiam, conforme observado pelo italiano Arrigo De Zettiry, em viagem a São Paulo, em 1891, mas as “compostas por um casal com um, dois, três e até sete filhos pequenos [...] Seus

membros vivem nas costas do pai, que é o único a trabalhar e podem se declarar contentes quando conseguem comer" (ZETTIRY, 1893 *apud* ALVIM, 1986, p. 40). Para os moldes atuais, uma família composta por sete filhos pode ser considerada uma família numerosa, porém, para a época em questão, era comum as famílias terem em torno de 15 membros, visto que era comum os filhos homens casarem e permanecerem na casa dos pais.

No caso dos emigrantes de origem vêneta, que geralmente partiam em família, era frequente que vendessem a produção agrícola e todos os bens que possuíam, como animais, móveis da casa e a terra, caso fossem proprietários, o que explica algumas pequenas somas de dinheiro que levavam (FRANZINA, 2006, p. 265; ALVIM, 1986, p. 35). A venda dos poucos bens, juntamente com a safra agrícola, pode ser justificada pela ideia de irem para a América sem a intenção de regressar. Porém, as estatísticas mostram que esse objetivo, na maioria das vezes, não se cumpriu. No caso da França e da Alemanha, 90% dos vênitos voltaram para a Itália nos anos 90 do século XIX; entre 1905-1930, um em cada dois italianos que partiam para os Estados Unidos regressavam; no Brasil, os números são semelhantes, ainda que um pouco menores (BERTONHA, 2006, p. 100).¹²

Uma afirmação de Dino Cinel, citado na dissertação de Ilana Periciari Rocha, traz os números de retornos, partindo do Brasil, que se aproximam dos dados mencionados por Bertonha, os quais estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1: Retorno de imigrantes para a Itália partindo do Brasil

PERÍODO	ENTRADA DE IMIGRANTES	RETORNO PARA A ITÁLIA	PERCENTUAL DE RETORNO
1902-1910	300.000	165.000	55%
1911-1920	125.000	68.000	54,4%
1921-1930	76.000	12.000	15,7%

Fonte: CINEL, 1991, p. 106 *apud* ROCHA, 2007, p. 24. Adaptado pela autora.

¹² No caso brasileiro, várias foram as causas que motivaram os retornos para a Itália, como problemas de saúde e morte de familiares ao chegar no país, envolvimento com a política local, condições de pobreza parecidas com o que era vivenciado na terra natal, descontentamento com as condições encontradas (levando em consideração as propagandas divulgadas sobre as oportunidades no Brasil). Para mais detalhes, conferir a dissertação de Ilana Periciari Rocha, intitulada "Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890-1920. (ROCHA, 2007)

O retorno, para muitos imigrantes, significava apenas uma parte das idas e vindas a que estavam acostumados pelo seu modo de vida, no qual viam a emigração e o exterior como “postos avançados” da economia familiar (BERTONHA, 2006, p. 101). O ato de migrar esteve presente nas aldeias italianas, em que os camponeses ora migravam sazonalmente, impulsionados pela necessidade de mão de obra em outras regiões, ora permanentemente, motivados, entre outros fatores, pelas condições estruturais de seu país. Para outros, quando se tratava de uma emigração mais longínqua, o retorno era o sonho que os acompanhava desde a partida, porém “não o retorno como um fracasso, e sim o retorno vitorioso, muitas vezes convertido em viagem de poucas semanas para rever os parentes, entender as origens, exibir os traços invejáveis do êxito” (FAUSTO, 1998, p. 19).

Retornar sem estar na condição de exibir uma “vitória” significava o fracasso, a decisão errada, a epopeia não cumprida, o imigrante que não é herói, que talvez não tenha trabalhado o suficiente e nem tido persistência de aguardar tempos melhores chegarem. “Vencer ou morrer¹³”! Retornar é pior, não é nem ter vencido e nem ter morrido com a honra de quem muito lutou.

Ilana Periciari Rocha, em sua dissertação, afirmou não haver estudos suficientes sobre o tema, que ela chama de “refluxo”, e os que existem o tratam de maneira resumida (2007, p. 21). Seria essa ausência de bibliografia sobre o tema uma consequência de narrativas de cunho épico que desconsideram o que não deu certo?

“Fazer a América” era o sonho de muitos que emigravam, o que significava acumular recursos e retornar para a Itália a fim de desfrutar do que haviam acumulado com o trabalho em terras brasileiras. Segundo Boris Fausto (2000, p. 24), essa estratégia teria sido concretizada por cerca de metade dos imigrantes.

“Fazer a América” era o lema de quase todos os imigrantes que cruzavam o Atlântico. Para eles, a prioridade básica consistia em acumular poupanças com as quais esperavam poder desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem. Por isso, aceitavam quaisquer trabalhos que lhes oferecessem, ainda que de baixo status, porque esses trabalhos aparentemente sem perspectivas proporcionavam-lhes melhores salários do que os pagos em seus países. Para cerca de metade dos imigrantes que chegaram, essa estratégia funcionou e acabaram retornando a seus países nativos. (FAUSTO, 2000, p. 24)

Alguns estudos apontam não somente para o sucesso do *imigrante-herói*, mas o retorno à Itália mesmo sem concretizar esse propósito de enriquecimento. Em meio às

¹³ Expressão contida no livro já citado do sociólogo Renzo Maria Grosselli.

propagandas que difundiam a ideia de um Brasil, país da Cocanha¹⁴, no qual se realizaria o sonho de se tornar proprietário, enriquecer e prosperar com facilidade, muitos foram os que partiram cheios de esperança e retornaram envoltos em uma atmosfera de frustração e fracasso.

O livro “Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana”, escrito em 1963, de autoria de Constantino Ianni, me parece bastante interessante para pensar sobre narrativas que rompem com o épico. De acordo com uma breve biografia sobre o autor, presente no livro, Ianni era filho de italianos, nascido em São Paulo e teve sua formação acadêmica na área do Direito e da Economia, atuando, também, como jornalista; a obra foi resultado de pesquisas que realizou na Itália, lugar em que o autor permaneceu por pouco mais de um ano. O livro de Ianni me chamou a atenção a começar pelo título. Ao contrário de “Vencer ou Morrer” e “Brava Gente!”, que remetem a um certo heroísmo por parte do imigrante, “Homens sem paz”, traz a ideia oposta, dos problemas trazidos à vida das pessoas pela imigração. Trata-se de um texto jornalístico em que o autor renunciou a escrever um livro acadêmico, como ele próprio menciona na abertura da obra, e que, segundo ele, surgiu a partir de inquietações ao perceber que, ainda na década de 1960, a Itália precisava “‘exportar’ centenas de milhares de trabalhadores por ano [...]” (1972, p.9). Trata-se, portanto, de críticas à emigração mais recente ocorrida na Itália. Apesar disso, partes da obra destacam as primeiras décadas do século XX e a construção da narrativa de Ianni me parece importante, uma vez que rompe totalmente com a ideia do “imigrante-herói”.

Segundo Ianni (1972, p. 105), se referindo às primeiras décadas do século XIX, “Cada navio que chega à Itália desembarca silenciosamente em Gênova ou em Nápoles um número variável de vencidos – ou de vítimas da emigração – que tiveram a coragem de voltar, pois para voltar pobre é preciso ter mais coragem do que para partir”. Desconsidera-se, ou apaga-se da memória coletiva do grupo, aqueles que partiram, trabalharam e lutaram no dia a dia das fazendas de café ou em colônias do sul do Brasil, mas que sucumbiram ao fracasso, à fome e à pobreza. A esses foram reservados reservaram o silêncio e o esquecimento. Ou seja,

¹⁴ O país da Cocanha, descrito em um poema francês do século XIII, representava um lugar onde os alimentos são fartos, não há pobreza ou carência, não existe adoecimento ou empobrecimento e as pessoas são livres para fazerem o que desejarem (BAGNO; EWALD, 2009, p. 249-250). O tema foi analisado de forma aprofundada por Hilário Franco Júnior em seu livro “Cocanha: a história de um país imaginário” (FRANCO JÚNIOR, 1998). Em 2000, José Clemente Pozenato, escritor gaúcho, publicou “A Cocanha”, que relaciona a Cocanha com a imigração italiana para o Brasil, especificamente para o Rio Grande do Sul. O romance histórico relata a história de camponeses pobres que partiram no norte da Itália, na segunda metade do século XIX, fugindo das difíceis condições de vida, em busca de fartura na América, a terra da Cocanha. (POZENATO, 2000).

Na Itália, costuma-se identificar emigrados com riqueza, supondo-se que todos os que vivem no exterior são milionários. É que os que não tiveram êxito desaparecem à sombra dos palacetes construídos com as economias enviadas de além-mar e a ideia de êxito e de riqueza é que determina as atitudes gerais para os expatriados. A propaganda da emigração ajuda de vários modos a alimentar essa imagem falsa da realidade. Ignora-se, mesmo nos países de imigração, o número e a imensidão do drama dos malogrados. Ninguém sabe que há velhos emigrados vivendo da caridade de entidades assistenciais até mesmo na rica São Paulo. São muitos milhares de imigrantes que têm um padrão de vida desconhecido em seus países de origem. Quando se fala nos velhos *contadini* enviados às fazendas de café lembram-se apenas os que conseguiram tornar-se proprietários e renomados como o “rei do café”. Ainda hoje encontramos muitos deles e legiões de seus descendentes vivendo em condições primitivas nas áreas rurais e suburbanas do Estado de São Paulo. (IANNI, 1972, p. 103-104)

Segundo Constantino Ianni, a repatriação ocorria em muitos casos por “alienação mental¹⁵”, causada, de acordo com o autor, pela nostalgia¹⁶. No sentido abordado por Ianni, a nostalgia pode ser entendida como a saudade da terra natal e de quem lá ficou. Porém, segundo Svetlana Boym, a nostalgia é responsável por inventar um passado e pode ser definida como “um desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu. Nostalgia é um sentimento de perda e deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia.” (BOYM, 2017, p. 153). Assim, a nostalgia é uma construção de um passado ideal, um passado fictício que nunca existiu ou mesmo que não existe mais. Para Arnold Gehlen, em seu texto “A felicidade evadida: uma interpretação da nostalgia”, o ponto crucial que leva a um retorno nostálgico ao passado é a busca pela felicidade. (GEHLEN, 2017, p. 144). Já para Sayad (2000), a nostalgia ocorre quando os imigrantes desejam voltar, porém isso é impossível, não no sentido do deslocamento, mas sim do retorno ao mesmo espaço e tempo. Tempo e espaço mudam e quando se retorna se encontra o desconhecido. Quando isso acontece, resta-lhes a “intranquila nostalgia e a saudade da terra”:

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra [...]. A noção do retorno estaria no centro do que pode ser ou do que desejaria ser uma antropologia total do ato de emigrar e de imigrar: antropologia social, cultural, política, na qual se introduz eficazmente a lembrança da dimensão universal do fenômeno migratório (SAYAD, 2000, p.11-12)

¹⁵ Até meados do século XX, o termo significava loucura.

¹⁶ O termo foi cunhado por Johannes Hofer, em 1688, em sua tese na área de medicina, que a definia como “o triste clima que se origina do desejo de retornar a sua terra natal”. No século XVII, a nostalgia era considerada uma doença comum passível de cura por meio do ópio, sanguessugas e uma viagem aos Alpes. Soldados suíços, sabendo que a nostalgia era tratada como patologia, utilizavam a “falsa nostalgia” para poderem regressar do exterior onde estavam servindo (BOYM, 2007, p. 154).

Essa situação de não pertencimento ocupada pelos que emigraram, tanto os que enriqueceram como os que permaneceram pobres, naturalizados ou repatriados, tornou-os, segundo Ianni (1972, p. 110-111), “homens sem paz”, pois esses não mais se reconhecem nem no país de origem, nem no país para o qual emigraram.

Há uns trinta e poucos anos, um comerciante italiano bem estabelecido no centro de São Paulo ia frequentemente à Itália. Vivia nesse vaivém. Um dia, um seu amigo [...] observou-lhe: “Mas você não pensa na velhice. Nesse vaivém você gasta tudo o que ganha”. O emigrado-comerciante respondeu: “O problema é que quando estou em São Paulo quero ir à Itália. Chego na Itália e depois de pouco tempo tenho saudade do Brasil e quero voltar. Eis o que me fez a emigração: me destruiu a paz”. (IANNI, 1972, p. 111)

Um dos dados numéricos apresentados por Ianni (1972, p. 106) revela-se bastante interessante em relação aos suicídios entre imigrantes cometidos a bordo dos navios, entre os anos de 1910-1915: cinco suicídios nas viagens de ida e dezenas nas de volta. O número de pessoas que se suicidavam em seus retornos é o triplo do das viagens de ida, no período analisado. Seria o retorno uma travessia mais dolorosa? Seria reflexo das frustrações em terras brasileiras? Seria resultado de mudanças bruscas em relação à cultura, à sociedade, à língua, aos costumes, à alimentação? Seria resultado da solidão e da saudade da Itália?

Em uma citação de Ernesto Comucci, extraída de reflexões escritas em 1885, presente no livro de Constantino Ianni, o autor apresenta a solidão como uma das maiores e mais cruéis “doenças” do emigrado:

Nos casos mais favoráveis, há as doenças da alma: logo o emigrado se sentirá só, e o solitário é infeliz, um desgraçado, um rejeitado. A lembrança da família, dos amigos, da cidadezinha natal, é o íncubo ou o vampiro da sua alma: o coração se atormenta ao sentir-se vazio, e o vazio do coração é a mais opressora das enfermidades; depois vêm o suplício e a dor inenarrável de descer e subir as escadas alheias. Logo os sonhos se esfrangalham na realidade de cruéis desilusões, se acumulam todas as angústias do exílio e a mágoa da pátria longínqua. (COMUCCI, p. 23-24 *apud* IANNI, 1972, p. 108-109)

Nesse caso, ao que parece, o autor considera que a solidão era sentida apenas pelos indivíduos que emigraram sozinhos, sem a companhia da família. Porém, é de se esperar que a infelicidade e a saudade da terra natal estivessem presentes, principalmente nos primeiros anos de estadia no Brasil, em grande parte dos imigrantes italianos.

Alguns autores consideram que a condição de imigrantes os predisponha a problemas mentais. Constantino Ianni (1972, p. 106-109) afirmou que, no Brasil, a alienação mental era duas vezes maior entre os estrangeiros se comparada aos nacionais. Em pesquisa desenvolvida por Clementina Pereira da Cunha sobre o Hospício Juquery, em São Paulo, a autora analisou

uma citação do médico Franco da Rocha, que ilustra a relação estabelecida entre a loucura e os imigrantes:

Entre os imigrantes abundam os desequilibrados, sonhadores de riquezas, que imaginam com os olhos na América, um infinito de prosperidade e fortuna. Aqui chegados, vendo em pouco tempo desfeitas suas ilusões, esbarrando com a dura realidade da luta pela vida, longe da terra em que nasceram, oprimidos pela saudade, recorrendo ao álcool como consolo, lá vão a caminho do hospício, aumentar os detritos da sociedade recolhidos àquela casa. (ROCHA, 1901, p. 12 *apud* CUNHA, 1986)

Para o médico, o alcoolismo seria uma “válvula de escape” para a realidade enfrentada pelos imigrantes no Brasil, que se mostrou bastante diferente da “terra da Cocanha” descrita nas propagandas. Para Clementina Pereira da Cunha, as propagandas que foram feitas na Europa para atrair os imigrantes alimentaram o “sonho de fazer a América” e criaram a expectativa da prosperidade quase como uma certeza. Foram elas as responsáveis, não unicamente, pela frustração vivida por essas pessoas ao experienciarem o falso eldorado (CUNHA, 1986, p. 52).

Outra obra que gostaria de destacar e que rompe com a ideia do “imigrante-herói”, inclusive por se tratar da história de uma mulher, haja vista que na maioria dos discursos o imigrante desbravador está relacionado à figura masculina, é o livro “A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura”. No livro, Yonissa Marmitt Wadi analisou a história de uma descendente de italianos no Rio Grande do Sul que foi internada no Hospício São Pedro, Porto Alegre, em 1909, por “sofrer das faculdades mentais”, depois de ter sido indiciada em inquérito criminal por ter afogado sua filha, de quase 2 anos, alguns meses antes. Por meio das fontes documentais (prontuários médicos, cartas enviadas por Pierina e o inquérito criminal), Wadi buscou reconstruir o cotidiano de Pierina antes do acontecido com a filha e destacou uma rotina voltada para o trabalho na roça, nas atividades domésticas e na confecção de chapéus, atividade realizada em dias de chuva, domingos e dias santos (WADI, 2009, p.59-60). Uma vida dura, de extrema pobreza e de muito trabalho circundava o cotidiano dessas mulheres descendentes de imigrantes italianos no início do século XX. As narrativas do imigrante-herói silenciam essas atividades desempenhadas pelas mulheres, de afazeres domésticos e atividades artesanais, uma vez que o trabalho que realmente importa é aquele que gerava renda e por mais que elas ajudassem na roça, essa era uma atividade tida como masculina; portanto, reforça-se a ideia de que a riqueza e prosperidade dos imigrantes foi resultado do trabalho do homem e não da mulher. O livro de Wadi rompe com esse estereótipo, por reconstruir a importância que o trabalho das mulheres possuía, inclusive em

atividades que geravam renda, como o trabalho na roça e a confecção de chapéus. Mesmo assim, a epopeia não se cumpriu na vida de Pierina.

1.3 A ITÁLIA E OS ITALIANOS: UM PAÍS E UM POVO EMIGRANTE

O deslocamento territorial de pessoas esteve presente desde os primórdios da história humana e acredita-se que o próprio povoamento da terra dependeu dessa característica e fez a espécie humana única e capaz de sobreviver por um longo tempo (GOLINI; AMATO, 2001, p. 45). Se observarmos diversos períodos da história, poderemos constatar que a experiência migratória se fez presente e muitos lugares tiveram que conviver com a partida ou chegada de pessoas em seu território. Em tese, a saída dos grupos humanos para outros locais, na maioria das vezes desconhecidos, teve como objetivo norteador a procura de espaços que oferecessem melhores condições de sobrevivência. Ou seja, quando o ser humano se sente impossibilitado de manter as condições de subsistência que possuía em períodos anteriores, desloca-se, garantindo a sobrevivência para si e seus dependentes.

No século XIX, a Europa, especificamente a Itália, vivenciou não apenas a migração dentro de seu próprio território, mas a saída em massa de grandes contingentes populacionais que se deslocaram para outros países, grande parte deles localizados na América. Se observarmos que no período entre 1870-1970 um total de 26 milhões de pessoas deixou a Itália, número que corresponde ao total da população italiana em 1870, poderemos perceber a importância do fenômeno migratório para o país e para os italianos, “um povo de emigrantes” (BERTONHA, 2016, p. 81). A importância desses deslocamentos, internos e externos, é tão expressiva que, segundo o historiador João Fabio Bertonha (2016, p. 81), “tentar entender a Itália e seu povo sem abordar a emigração seria difícil, talvez impossível”.

Alvim (1986, p. 23) afirma que as próprias condições naturais, especificamente a presença de regiões montanhosas, influenciavam a saída das pessoas para outras regiões da Itália ou mesmo para outros países, como foi o caso da França e da Alemanha, em busca do sustento familiar.

Mas o que levou essas pessoas a se deslocarem de seu país de origem, seu continente, e partirem para lugares em que nunca estiveram, sem saber sequer a língua local, deixando para trás grande parte de seus familiares? Qual a situação que a Itália vivia nesse contexto que

permitiu a saída em peso de seus cidadãos? Essas são questões comumente presentes nos estudos sobre a imigração italiana. Seriam o século XIX e as condições vividas pela Itália o marco inicial da epopeia?

É importante salientarmos que, a partir da década de 1970, houve uma guinada nos estudos sobre as migrações. Até esse período seguia-se o modelo tradicional do *push-pull* (atração-repulsão), no qual levava-se em consideração somente as variáveis que condicionavam os migrantes em seu local de origem e de destino (PEREIRA, 2008, p. 27-28). Nesse modelo, considerava-se que eram as condições econômicas, políticas e sociais do país de origem, juntamente com as políticas públicas e possibilidades de inserção no território de destino, que explicavam os deslocamentos populacionais. Após 1970, os estudos migratórios sofreram a influência da micro-história, que em linhas gerais defende que a redução da escala de análise do historiador permitiria vislumbrar características e significados não observáveis em escala macro. Essa nova abordagem resultou em novos olhares sobre os deslocamentos humanos, que passaram a não ser entendidos somente enquanto processos estruturais, mas como resultados das vontades e escolhas dos indivíduos.

Giovanni Levi, um dos expoentes da microanálise, em seu artigo “Appunti sulle migrazioni”, salientou a importância de pensar a Europa a partir das migrações de pequenas distâncias que aconteciam no continente ainda no Antigo Regime (LEVI, 1993, p. 35). Isso mostra que migrar não foi uma prática presente apenas na segunda metade do século XIX, mas algo habitual e que passou a se prolongar ao longo do tempo. Giovanni Levi (2015, p. 205) também aponta como imprescindível, nos estudos sobre imigração, levar em consideração os locais de partida e chegada desses sujeitos, no período da “Grande Emigração” (últimas décadas do século XIX e início do XX), a partir de estudos relacionais.

Em consonância com os estudos de Levi, Vendrame (2018) entende que:

[...] devemos estudar o mundo relacional dos dois lugares – o de origem e o de chegada – buscando perceber em que momento do ciclo de vida das famílias ocorria a emigração, quem, como e em quais condições os sujeitos se utilizavam da estratégia da mobilidade para garantir a reprodução e sobrevivência do grupo. (p. 278)

Dessa forma, a partir da guinada nos estudos sobre migrações amparados na micro-história, os imigrantes não podem ser compreendidos apenas como uma massa de sujeitos, sem nome, sem voz, sem rosto, sem história, que partiram para a América “empurrados” pelo seu país de origem, eles também são pessoas que, impulsionadas por projetos individuais ou

familiares, buscaram novos horizontes, criando estratégias de sobrevivência e adaptação em seu novo país.

A estrutura econômica, política e social são fatores propulsores, porém não únicos, das migrações. Vejamos como a Itália configurava-se, nesses termos, no período que compreendia a segunda metade do século XIX, contexto em que um maior contingente de italianos se dirigiu para o Brasil.

Por volta de 1870, a Itália era um país recém-unificado e contava com uma população pobre que sobrevivia, sobretudo, da agricultura. As pequenas propriedades eram cultivadas pelas famílias, muitas vezes numerosas e organizadas em torno da figura paterna, que se voltavam para pequena produção para sua própria sobrevivência. As técnicas que utilizavam para o cultivo da terra eram rústicas, o que gerava mais dificuldade quando o relevo impossibilitava a produção, como é o caso da região de Trento, com uma vasta região montanhosa, que permitia que se produzisse, quase de maneira insuficiente, somente para o próprio consumo das famílias. Devido às propriedades serem pequenas e a terra ser explorada até sua exaustão, dado o nível de conhecimento técnico que se possuía nesse período, a saída era recorrer ao trabalho de todos os membros da família, incluindo crianças e velhos, para tentar suprir as necessidades do grupo (GROSSELLI, 2008, p. 30-31). Nessas condições, já era comum que muitas pessoas deixassem o campo e partissem para outras regiões em busca de melhores condições de vida que pudessem sustentar a si próprios e seus dependentes, como foi o caso de homens trentinos que foram para regiões limítrofes, trabalhar com atividades artesanais ou mulheres nas fiações do Vêneto e da Lombardia (GROSSELLI, 2008, p. 31).

A situação dos camponeses agravou-se a partir da intensificação da penetração capitalista na Itália. No campo, havia a concentração de propriedade, taxas elevadas de impostos pelo uso da terra, endividamento dos pequenos proprietários, que sofriam com a concorrência das grandes propriedades, que ofereciam produtos a preços mais baixos; com isso, o pequeno produtor passou a se transformar em mão de obra para a indústria. (ALVIM, 1986, p. 22). Não à toa, a imigração para outros continentes, como a América, por exemplo, teve um número significativo de agricultores, cerca de 55% a 65% em 1876, chegando a 70% em 1895. A esse contingente somavam-se, em menor número, artesãos, operários, comerciantes e industriais¹⁷ (HUTTER, 1972, p. 16-17).

¹⁷ Sabe-se que esses trabalhadores acabavam entrando nas estatísticas como lavradores, pois era a condição necessária para obterem auxílio do governo. (HUTTER, 1972, p. 37)

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, foi sentida tardeamente na Itália, se comparada a outros lugares da Europa. No norte do continente, por exemplo, no início do século XIX, as indústrias passaram a se desenvolver e absorver grande quantidade de mão de obra que saía do campo. Ao mesmo tempo, as grandes propriedades agrícolas alastraram-se, levando à falência pequenos agricultores e artesãos. Somou-se a isso o rápido crescimento populacional. O resultado foi uma massa crescente de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza e tendo que escolher entre morrer de fome, trabalhar como operários nas indústrias ou emigrar. Grã-Bretanha, Alemanha e países escandinavos destacaram-se numericamente na quantidade de pessoas que emigraram, principalmente, para os Estados Unidos (BERTONHA, 2016, p. 82).

O processo de industrialização na Itália, mesmo que tempos depois, causou efeitos semelhantes aos observados no norte da Europa, principalmente nas áreas rurais, acentuando ainda mais o cenário de crise, miserabilidade e empobrecimento dos camponeses.

Milhões de camponeses viram-se incapazes de enfrentar a concorrência dos grandes produtores (e também do trigo americano e russo, que começou chegar ao mercado europeu por volta de 1880) e pagar impostos e outras despesas e faliram, tendo de vender suas terras [...] (BERTONHA, 2016, p. 84)

Outros autores, como Zuleika Alvim (1986), concordam que a expansão do capitalismo industrial teve uma significativa contribuição para a criação de um ambiente de “expulsão” dos camponeses (p. 23-24). O processo de Unificação italiana teria contribuído para que se formasse um mercado capitalista unificado, o qual abarcou o campo com que a crise vivida pelos camponeses, devido à concorrência com grandes produtores, se acentuasse (BERTONHA, 2016, p. 84). Somava-se a isso a instalação de ferrovias e a invenção do navio a vapor, que facilitavam e agilizavam o deslocamento dos imigrantes de uma região para outra (BERTONHA, 2016, p. 84).

O processo de industrialização não ocorreu de maneira uniforme em toda Itália. Nas regiões onde a industrialização se desenvolveu, ocorreu a inserção dos camponeses nas fábricas como operários e, onde não houve esse desenvolvimento, pequenos e médios proprietários obrigaram-se a sair para outros lugares em busca de emprego, seja dentro do próprio país ou fora, na chamada emigração definitiva ou de grande duração (ALVIM, 1986, p. 27).

A Revolução Industrial impulsionou mudanças não somente no campo econômico e nas relações de produção, mas também em âmbito social e cultural, tais como nas relações do

homem com a natureza, na percepção do espaço-tempo e, com o aumento das cidades e do modo de vida urbano, na emergência de um novo código moral, o que não foi visto de maneira positiva por parte do clero (ZANINI, 2006, p. 39-40). Grande parte dessas mudanças atingiu de maneira direta a estrutura familiar¹⁸, haja vista que, devido à precariedade das condições de trabalho no campo, era preciso romper com os laços de trabalho dentro no núcleo familiar, baseado principalmente na figura paterna e no conservadorismo, e ir atrás de novas possibilidades de sobrevivência. A busca por melhores condições de vida não deslocou o grupo familiar em sua íntegra, mas apenas alguns indivíduos, geralmente os filhos.¹⁹

Ver os filhos se afastarem para trabalhar em ferrovias, casas de famílias, no serviço militar ou em fábricas de fiação, era entendido como um risco à economia familiar, até então baseada no trabalho coletivo de todos os membros. Esse afastamento da família fez com que os filhos tivessem que se sustentar por conta própria, longe de suas famílias, e também entrassem em contato com um novo modelo de vida e de consumo, consideravelmente diferente do mundo camponês no qual viviam (GROSSELLI, 1987, p. 138-140). Para alguns grupos, emigrar seria, porém, uma tentativa de reconstruir, na América, uma sociedade que havia sido desintegrada pelo capitalismo e pela industrialização: baseada na propriedade para o autoconsumo, em estreitas relações sociais amparadas na religiosidade, na qual a família patriarcal era a “célula-mãe” do grupo (GROSSELLI, 2008, p. 15).

Essa interpretação sobre a imigração é particularmente importante, pois rompe com a ideia, difundida na narrativa épica, de que o imigrante prosperou economicamente no Brasil acumulando riquezas, uma vez que, de acordo com Grosselli, para muitos, emigrar representava a reconstrução de um modelo de vida em que a produção não era para acumular riquezas, mas sim para o autoconsumo e sobrevivência do grupo familiar.

É importante, também, ressaltarmos o papel do Estado italiano na “expulsão” dos camponeses. Constantino Ianni (1972, p. 26) afirmou que somente a miséria em que vivia uma parcela da população italiana, somada ao excedente populacional, não explica a saída de

¹⁸ A família acabou se tornando, ao longo dos séculos, uma grande preocupação por parte da Igreja Católica, no que se refere aos padrões morais e de comportamento. É nela que o grupo socializa e partilha de seus códigos culturais. No caso dos imigrantes, era sobre a família que o próprio grupo aplicava um maior controle, de maneira a evitar influências externas. (SCARPIM, 2010; SCARPIM, 2017)

¹⁹ Segundo João Fábio Bertonha (2016, p. 100), a emigração em família, com pais, filhos e parentes, foi algo comum quando se tratava de agricultores com destino ao sul Brasil ou sudoeste da França e que partiam sem intenção de retornar; porém, esse não foi o padrão, pois, em geral, eram homens sozinhos, que emigravam com a firme intenção de retornar para a aldeia, na qual haviam deixado a mulher, filhos e amigos. Às mulheres cabia, então, a responsabilidade de cuidar da propriedade e dos filhos até o retorno do marido (BERTONHA, 2006, p. 100).

milhares de pessoas da Itália, pois é preciso levar em consideração o papel que o Estado desempenhou: “Assim, para o Estado italiano, a expatriação de um trabalhador é mais rendosa do que sua ocupação no interior, pois custa menos e as remessas²⁰ são igualmente um componente da renda nacional.” (IANNI, 1972, p. 26). Dessa forma, a emigração poderia ter sido vista como uma solução de problemas internos que o Estado enfrentava, como esgotamento das terras, exploração dos trabalhadores, crise agrícola, entre outros. Dito em outras palavras: a “batalha da emigração” não foi uma batalha do povo italiano, mas contra o povo italiano (IANNI, 1972, p. 31).

Em um cenário de crise, fome, miséria, proletarização, expulsão dos camponeses das pequenas propriedades, crescimento demográfico, haveria outra saída se não a emigração? Partir com a família ou tentar a sorte sozinho? Vender os bens que possuíam ou deixá-los para um possível regresso? Partir definitivamente ou regressar? Talvez essas tenham sido as perguntas que muitas pessoas fizeram antes de tomar a decisão de partir.

O maior contingente de trabalhadores que se destinou ao Brasil, no século XIX, estava ligado à terra, seja na condição de pequenos proprietários ou na de *braccianti*²¹, que, geralmente, eram desprovidos de propriedade e o único recurso que possuíam era sua força de trabalho. Porém, é importante considerar outros grupos, como camponeses que na terra natal não tinham mostrado aptidão para o trabalho na lavoura, artesãos, sapateiros, alfaiates, barbeiros, entre outros. Quando chegavam ao Brasil, esses imigrantes adentravam as estatísticas como agricultores e eram direcionados para o trabalho no campo, geralmente para as fazendas cafeeiras em São Paulo. A consequência era que muitos patrões não se agradavam do trabalho desempenhado por esses trabalhadores no campo, pois não tinham aptidão para o serviço na lavoura (HUTTER, 1972, p. 37).

Na narrativa épica, o imigrante teve como “arma” principal para lutar contra a pobreza a força de trabalho e é com ela, somado à poupança dos poucos recursos financeiros, que o imigrante conquistará riquezas, independente das condições que enfrentou. Não existe a possibilidade de não adaptação, de desistir, de regressar, de não ter aptidão. A epopeia precisa ser cumprida. Mas a afirmação de Hutter, desconstrói o “herói” ao afirmar que nem todos tinham aptidão para o serviço na lavoura, ou seja, as condições que enfrentaram tiveram uma

²⁰ As remessas a que o autor se refere eram de valores enviados pelos imigrantes a seus parentes na Itália.

²¹ Termo utilizado por Zuleika Alvim, que preferiu não traduzir como “trabalhadores braçais”. Segundo a autora, havia os *braccianti* obrigados ou fixos, que estavam ligados à terra por meio de um contrato, e os *braccianti* temporários, que eram acionados somente nos períodos em que havia uma maior necessidade de mão de obra na lavoura. (ALVIM, 1986, p. 29)

grande influência na vida dessas pessoas. Aqui, também, é importante considerar uma possível “romantização” da vida rural e da unidade familiar como harmônicas, pacatas e sem qualquer forma de conflito ou mesmo divergências.

No século XIX, como já discutido acima, tinha-se uma Itália “expulsora”, marcada pela miséria, proletarização dos camponeses, falta de terras agricultáveis e industrialização no campo. Nesse mesmo século, o Brasil (principalmente a região sudeste) era apresentado como um país no qual havia a necessidade de mão de obra para a lavoura cafeeira em substituição ao trabalho escravo, abolido definitivamente em 1888 e, em outras regiões do país, devido à existência de “vazios demográficos” que necessitavam ser povoados. Considerava-se e incentivava-se, nos discursos políticos desse período, a vinda de “colonos laboriosos e morigerados”, que já tivessem uma tradição agrícola em seu país de origem. Os trabalhadores italianos, nesse momento, apresentavam características que supostamente satisfaziam tais “requisitos”, porém, como já apontado por Hutter (1972, p. 37), nem todos se adaptaram ao trabalho agrícola.

A ideia da necessidade de povoar os “vazios demográficos” esteve bastante presente na historiografia paranaense, sendo considerada uma das causas de “atração” dos imigrantes, principalmente para o Paraná, *versus* uma Europa, no século XIX, que processava mecanismos de repulsão (NADALIN, 2001, p. 63). De acordo com Sérgio Odilon Nadalin, nesse momento, nas jovens nações americanas, praticava-se a máxima “*gobernar es poblar*”, ou seja, era preciso ocupar demográfica e economicamente as enormes regiões (NADALIN, 2001, p. 63). Nesse discurso, excluiu-se e promoveu-se o apagamento da memória das populações livres pobres e também dos povos originários que já habitavam essa região.

Autores que trabalham a imigração italiana em outras regiões do país, como é o caso de Constantino (1991, p. 53), também defendem a importância que o povoamento teve, especialmente na região sul, nos discursos sobre a vinda de imigrantes. Na região sudeste, parece ser a necessidade da substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café uma das principais causas da imigração.

Tornou-se necessário um suprimento de mão-de-obra diversificada para alimentar o crescimento verificado no setor comercial e financeiro, tanto sob o aspecto quantitativo, como sob o aspecto da qualificação. Foi preciso prover os espaços vazios que surgiram em decorrência do rápido processo de urbanização, prover a mão-de-obra para a crescente lavoura do café que se ressentia da escassez do elemento escravo. Era necessário, ainda, povoar e colonizar diversas áreas improdutivas, especialmente na região sul do país onde se encontrava o principal eixo econômico. (CONSTANTINO, 1991, p. 53)

A produção cafeeira no Brasil, a partir da década de 1840, passou a superar a açucareira no mercado internacional, o que exigia a ampliação da mão de obra disponível (TRENTO, 1989, p. 19-20). A produção baseada na mão de obra escrava começou a enfrentar dificuldades para suprir essa demanda quando em 1850 foi criada a Lei Eusébio de Queiróz, que proibia a vinda de africanos escravizados para o Brasil. A solução imediata encontrada pelos produtores de café foi o comércio interno, no qual os escravizados eram comprados de outras regiões do país, o que trouxe um alto lucro para os donos de pequenos plantéis, devido ao aumento do preço dos escravizados. Essa situação gerou um outro problema, como no caso do Paraná: a falta de trabalhadores para a produção de gêneros alimentícios, que só seria suprida com a vinda de imigrantes (NADALIN, 2001, p. 68-69). Essa é uma das particularidades da imigração conforme apresentada pela historiografia paranaense.

Uma das formas de incorporar trabalhadores estrangeiros ao trabalho na lavoura foi o sistema de parceria. Introduzido pioneiramente pelo Senador Vergueiro, a partir de 1847, em São Paulo, o qual trouxe para a fazenda de Ibicaba 90 famílias portuguesas e, anos mais tarde, 400 imigrantes alemães e suíços. Esse sistema previa o pagamento antecipado das despesas da viagem, alimentação e equipamentos agrícolas do imigrante durante o primeiro ano, além de um lote de terra para a produção do café e outros gêneros alimentícios. Nesse caso, o imigrante deveria pagar ao fazendeiro 6% ao ano de juros pelo valor das despesas da viagem e metade do lucro que havia obtido com a venda dos produtos que cultivara no lote de terra (TRENTO, 1989, p. 21).

Devido à exploração que os imigrantes sofriam por parte dos fazendeiros, que chegavam a fraudar livros de contabilidade, pesos, medidas, taxas de câmbios e preços de produtos, esse sistema gerou descontentamento entre os trabalhadores, levando a fugas, abandono das fazendas e até mesmo revoltas, como foi o caso da fazenda de Ibicaba, no interior de São Paulo em 1856, que teve como líder o imigrante suíço Thomas Davatz. O resultado foi o abandono desse sistema a partir dos anos de 1870.

As décadas de 1840 e 1850, no que tange à legislação imperial, foram fundamentais para se compreender as políticas de incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil. Em 28 de outubro de 1848 passou a vigorar a Lei nº 514 que, em seu Artigo 16, transferia para as províncias as terras devolutas, as quais teriam como única finalidade a colonização:

Art. 16 A cada huma das Províncias do Império ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis leguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos em quanto

não estiverem effectivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao dominio Provincial se dentro de cinco annos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição. (LEI IMPERIAL, n. 514, artigo 16, de 28 de outubro de 1848)

A promulgação dessa lei foi uma tentativa de transferir para as províncias a tarefa do povoamento e colonização do território, o que fez com que cada região passasse a ver na imigração uma forma de atender às necessidades locais.

Importante destacar que o incentivo à imigração no Brasil na década de 1850 não atraiu inicialmente italianos, devido ao contexto da Itália nesse período, como já destacamos anteriormente. Somente duas décadas depois a política nacional canalizou esforços para atrair esse grupo étnico, que passou a ser visto, especialmente os de origem vêneta e lombarda, por suas características de “parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade” (TRENTO, 1989, p. 41). Importante destacar que a construção da imagem do “imigrante-herói” considera, dentre essas características, apenas a parcimônia como uma qualidade. Narra-se o imigrante como corajoso e destemido, não dócil. Ser dócil remete à ideia de aceitação das condições que lhe foram impostas, independentemente de quais tenham sido. O imigrante que aparece na epopeia não foi dócil e sim, corajoso, determinado e trabalhador, que enfrentou as difíceis condições e prosperou.

Nesse contexto, se intensificou a ação da iniciativa privada, por meio das companhias de colonização. Esse fato fez com que a imigração adquirisse características específicas em cada província, uma vez que passou a atender aos interesses da elite regional. Iotti considera que outros dois importantes fatores para a instalação de companhias colonizadoras foram a Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, que proibia a entrada de escravizados no Brasil (o que gerou um problema em relação ao suprimento de mão de obra, principalmente para a lavoura cafeeira) e a Lei de Terras, também de 1850, que proibiu a doação de terras por parte do Estado e transformou a terra em mercadoria. (IOTTI, 2010, p. 6).

Nota-se, portanto, a existência de uma política de imigração e colonização por parte do governo brasileiro que beneficiava as elites regionais e que facilitou a instalação de companhias particulares responsáveis pela colonização. É importante destacarmos as diferenças entre os significados de imigração e colonização, na América e, em especial, no Brasil, como bem apontou Altiva Pilatti Balhana:

Na história americana, de modo geral, a palavra imigração tem sido empregada restritamente para o período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de salariado. Já a palavra colonização, no mesmo período, foi usada para

caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque, nos três Estados do sul do Brasil, colonizar significa pequeno proprietário, ou seja, um trabalhador independente, ao passo que colônia constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas. (BALHANA, 1996, p. 39-40)

É necessário salientarmos que houve características específicas da imigração e da colonização em cada região do Brasil. Nesse caso, é importante destacarmos as particularidades desse processo na região sul do Brasil, especialmente no Paraná, pois trata-se do estado que nossa pesquisa aborda.

Até aqui me propus a analisar algumas obras, em ordem cronológica de publicação, que tratam da imigração para o Brasil (no caso de Hutter e Alvim com destaque para São Paulo) em que é possível observar elementos de uma narrativa épica amparados na figura do imigrante-herói, sem deixar de salientar que muitas obras procuraram desconstruir essa narrativa e mostraram que nem sempre a epopeia se cumpriu na vida de homens e mulheres.

E quanto à imigração italiana no Paraná, é possível encontrarmos narrativas épicas? A historiografia reforça ou refuta a ideia do imigrante-herói?

CAPÍTULO II: FACETAS PARANAENSES DA EPOPEIA ITALIANA: O ESTADO DO PARANÁ E SUA REGIÃO CENTRO-SUL

2.1 “EPOPEIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA” - EM TERRAS PARANAENSES

Primeiramente, considero relevante fazer uma discussão sobre a importância que a figura positivada do imigrante europeu teve na construção do discurso sobre a identidade paranaense e, consequentemente, sua influência na historiografia, principalmente, na década de 1950.

Em 1953 é publicada, na ocasião da comemoração do centenário de emancipação política do Paraná, a obra “Paraná Vivo: sua vida, sua gente, sua cultura”, de autoria de Temístocles Linhares²². Não se trata de uma obra sobre imigrantes italianos, mas considero importante discuti-la, visto que o autor buscou construir a ideia de um Paraná que se diferenciava do restante do país devido à presença “do imigrante” e de seu trabalho. Nas palavras de Ana Maria Burmester, a qual analisou trabalhos de Temístocles Linhares, “O que dá vida ao Paraná é o trabalho, sendo o imigrante definido como seu ator principal” (1990, p. 150). Quando Temístocles Linhares menciona “o imigrante”, como uma categoria genérica, refere-se ao branco e europeu, que chegou para trazer o “progresso” e povoar os “vazios demográficos”, imprimindo ao estado seus valores morais, que se tornam, então “os valores do homem paranaense”. Dentro dessa narrativa, reafirmada também em outra obra, na área de sociologia, “Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná”, de Wilson Martins, publicada em 1955, busca-se construir o Paraná como um estado diferenciado do restante do país, com uma identidade regional específica, omitindo-se a presença de portugueses, negros e indígenas.

A ideia de que o Paraná se diferenciava do restante do país, seja pela paisagem, pelo clima ou pela população, assemelhando-se à Europa, foi amplamente difundida, pelo chamado Movimento Paranista; o “paranismo”, apesar de ter sido utilizado a partir de 1927 por Alfredo Romário Martins, iniciou-se após a emancipação política do Paraná, em 1853. Tratava-se de

²² Nascido em 1905 e falecido em 1993, Temístocles Linhares foi um crítico literário, historiador e professor, que atuou na Universidade Federal do Paraná, onde aposentou-se como professor titular de Literatura Brasileira e Literatura Hispanoamericana. Contribuiu para jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, além de ter sido docente de Literatura Brasileira e História do Brasil entre 1965 e 1967, na Universidade de Coimbra, Portugal.

um movimento intelectual e artístico que buscava criar uma identidade regional que se diferenciasse de São Paulo e dos demais estados brasileiros (BATISTELLA, 2012, p. 2-4).

As obras de Temístocles Linhares e Wilson Martins, ambas produzidas na década de 1950, faziam parte de um projeto de modernidade paranaense que procurava valorizar o imigrante europeu e negar a presença de negros, portugueses e indígenas na formação social e histórica do estado. Nas palavras de Martins:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. (MARTINS, 1955, p.71)

Lúcio Tadeu Motta, no livro “A Guerra dos índios Kaingang”, analisou como as obras de Linhares e Martins, juntamente com as de outros pesquisadores que escreveram na década de 1960, ligados ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, produziram um discurso que legitimou a existência de “vazios demográficos”, “terras devolutas” nas regiões norte, oeste e sudoeste do estado, negando a presença dos povos indígenas e mostrando a importância “do herói colonizador” desses espaços. Motta ainda mostrou como esse discurso ultrapassou o campo da historiografia acadêmica e passou a ser reproduzido, inclusive, em livros didáticos. Outro ponto discutido em sua obra é que a colonização desses “vazios” foi interpretada, se referindo à região norte do Paraná, como uma verdadeira “epopeia”.

Nas obras que fazem a apologia da colonização do norte do Paraná essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade. O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização. (MOTTA, 2008, p.63)

Percebo que nos discursos sobre a vinda dos imigrantes europeus para o Paraná, também associados ao povoamento de “vazios demográficos”²³, a figura do herói desbravador é o próprio imigrante que, em meio às matas, trabalhou arduamente conquistando riquezas e bens e, ainda, trazendo o progresso ao estado.

É inegável que as obras de Temístocles Linhares e Wilson Martins se tornaram bibliografia renomada e, duas décadas depois, apareciam em trabalhos publicados na área de

²³ Altiva Pilatti Balhana, no artigo “Política Imigratória do Paraná,” publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento, em 1996, cita que um dos objetivos da imigração foi povoar os “vazios demográficos”. (BALHANA, 1996, p.40-42)

História, Geografia, Sociologia, Economia e Política, como bem apontou Lúcio Tadeu Motta (2008, p.49).

No final na década de 1950, mais especificamente em 1958, a historiadora Altiva Pilatti Balhana publicou “Santa Felicidade: um processo de assimilação”, resultado de seu trabalho de livre-docência na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (atual Universidade Federal do Paraná). Nessa obra, Balhana realizou uma análise centrada na colônia italiana de Santa Felicidade, em Curitiba, destacando aspectos demográficos e culturais desse grupo de imigrantes, como a configuração da população, as habitações, as atividades rurais, criações de animais, artesanato, transporte, alimentação, a organização social e religiosa, festas, jogos, dentre outros. Uma das discussões realizadas por Balhana se refere às causas que levaram a Itália a ser um dos países com um grande contingente populacional que emigrou, principalmente da região do Vêneto, e as causas de o Brasil ser o país de destino dessa leva imigratória. Destaca, ainda, que a falta de alimentos não foi enfrentada pelos colonos ao se instalarem no Paraná, mas sim, a dificuldade de adaptação ao clima e às terras pouco favoráveis para o cultivo na região litorânea, o que teria forçado a uma migração para a região de Curitiba (1956, p. 35). Na colônia Santa Felicidade, a autora observou um “atraso [...] na sua integração étnica e cultural, como uma decorrência natural do caráter eminentemente rural da Colônia” (p. 243). Salientou, ainda, referindo-se ao momento em que produziu o livro, “que todas as manifestações culturais ainda fiéis à cultura de origem, estão em franca desintegração e tendem rapidamente a serem substituídas pelos padrões da cultura tradicional luso-brasileira” (p. 243).

Nota-se que, na obra, também é recorrente o estilo de narrativa que tem início na discussão das condições de vida precárias na Itália e a partida para o Brasil, país em que os imigrantes, apesar de não passarem fome, conforme apontou Balhana, não conseguiram se adaptar ao clima e às terras inférteis do litoral do Paraná. Já na Colônia Santa Felicidade, local para o qual se dirigiram, conseguiram prosperar, praticando a agricultura, criando animais e mantendo laços estreitos com a religiosidade. Essa característica agrária, juntamente com o “caráter conservador” do imigrante, teriam contribuído para que, inicialmente, esse grupo não tivesse contato com outros, o que facilitou a não assimilação de outros valores culturais. Novamente, percebe-se uma construção narrativa que faz emergir o imigrante vencedor: nesse caso, aquele que ainda conseguiu se manter “fiel à cultura de origem”.

Convém destacar, também, como as dificuldades iniciais de adaptação desses imigrantes foram superadas por meio do deslocamento, no caso do grupo estudado por

Balhana, do litoral paranaense para a região de Curitiba, o que, costumeiramente, não é interpretado positivamente como uma forma de “resistência”, apenas como uma condição para despossuídos. A falta de apoio do governo é outro ponto importante em relação aos livres e pobres, o que fazia com que muitos sobrevivessem “de favor” em terras alheias, tornando-se, muitas vezes, agregados, ou então contraindo onerosas dívidas, até mesmo com o próprio governo, para comprar lotes de terras.

A presença da narrativa com enredo épico, inclusive havendo a expressão “epopeia” no próprio título, é observada em um poema de autoria do padre Luiz Corso, que está presente no livro “Centenário da Colônia Antônio Rebouças (1878-1978), obra de Pedro Fedalto. A colônia Antônio Rebouças, mencionada em alguns documentos como Timbituva, estava localizada na região de Curitiba. O poema recebeu o título de “Epopeia da imigração italiana” e por ser uma produção longa optei pelo recorte de trechos mais relevantes para a discussão.

Há cem anos, um grupo de imigrantes
Por trilhas do sertão desconhecidas
Entre Rio Verde e morros
circunstâncias,
Buscavam terras a eles prometidas.

Demandavam a gleba colonial
Antônio Rebouças nominada
Por ordem do governo imperial
Aos Ítalos colonos destinada.

Transbordando por fim numa
clareira,
Recém aberta em denso matagal,
Ouviram a notícia alvissareira
Que a longa viagem chegara ao final.

Depois de uma odisseia atribulada
Por mar e terra e tanto sofrimento
Esta gente à sua sorte abandonada,
Na oração tomaram seu alento.

Alguém tirou do fundo do baú
Uma tela guardada com desvelo
E a pendurou na vara de bambu
Era Nossa Senhora do Carmelo.

Padroeira fiel do caminhante.
E foi rezando o terço e as ladinhas
E o canto que por fim rompeu
vibrante
Das crianças cobria as choraminhas.

As trevas ao cair são pavorosas:
Deitados sobre fardos e ao relento,

Passaram horas e horas angustiosas
De sobressalto ao uivar do vento

[...]

A voz do chefe, todos empolgados,
Esqueceram o medo e a canseira
E o sol, morrendo ao toque dos
machados,
Beijava a cruz já erguida na clareira.

Desperta a aurora à sinfonia da serra,
O eco acorda ao fragor da derrubada:
O inferno verde cede, emerge a terra,
Ao crepitar do fogo na queimada.

[...]

Nas encostas, não longe da Igrejinha,
Sua casa ergueram, simples e
asseada;
Engastada entre as roças, a horta e a
vinha,
Lindo painel, brilhava ensolarada.

[...]

Resolveram também o problema
interno
Fazendo estradas, pontes e cemitério;
Sem esperar ajuda do Governo,
Construíram casas para o magistério.

[...]

Ouviu-se então no anitecer fagueiro
Desafios de vozes a cantar:
Gente que ao saborear o vinho
caseiro,
Queriam matar saudades de outro lar.

[...]

Colônia Rebouças é El-Doirado
Em que o progresso é doce realidade;
Onde as feras roncavam seu miado
Prospera hoje feliz a comunidade.

[...]

Tudo isso se deve aos fundadores,
Um punhado de heroicos italianos,
Que chegaram na história dos albores
Com a enxada nas costas há cem
anos.

(Padre Luiz Corso, grifo meu)

O contexto no qual o poema foi escrito era da comemoração aos 100 anos na Colônia Antônio Rebouças, materializada na publicação de um livro que se propunha a “contar a história” dessa colônia. Muito provavelmente, o padre Luiz Corso escreveu o poema a convite do autor do livro, Pedro Fedalto, que era Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, nascido na colônia. O momento de celebrar o centenário é um momento propício a elogios, ao reforço de positividades, a comemorar vitórias.

O espírito de iniciativa é umas das qualidades do imigrante exaltadas no poema, pois, segundo o padre Luiz Corso, algumas obras de interesse público como estradas, pontes e “casas para o magistério”, foram construídas “sem esperar ajuda do governo”. Na sua tese de doutorado, Elaine Cátia Falcade Maschio pesquisou sobre a escolarização nas colônias italianas de Curitiba, entre elas Antônio Rebouças, e afirmou que em 1880 os colonos haviam solicitado, além de um padre e uma igreja, uma escola, pois havia mais de 70 crianças italianas em idade escolar; porém, de acordo com a autora, poucos foram os registros sobre a criação e manutenção de uma escola pública na colônia, e ainda afirmou que, devido à dificuldade das províncias instituírem um sistema público de ensino, as iniciativas particulares foram a realidade no decorrer do século XIX (MASCHIO, 2012, p. 82-85). Sobre estradas e pontes, não encontramos referência de auxílio governamental.

No poema, é possível observar as características que já apontamos anteriormente em outras obras: a presença do trabalho e da religiosidade como grandes impulsionadores do “imigrante-herói”. O sacrifício e o sofrimento dos imigrantes desde sua saída da Itália até os primeiros anos no Brasil, os desbravamentos das matas, a construção das casas, dos vinhedos, das lavouras, escolas, pontes, estradas, entre outros, também são recorrentes.

Ao comparar o percurso feito pelos imigrantes como uma “Odisseia”, poema grego atribuído a Homero, que descreve as aventuras e peripécias de Odisseu (Ulisses) ao retornar para a Ítaca após a Guerra de Troia, reafirma-se o caráter épico da trajetória dos imigrantes italianos, porém o final da “Odisseia” não se encerra ao chegarem em terras brasileiras, uma vez que “foram abandonados à própria sorte”, e foi por meio da “oração” ou seja, da religiosidade que esses imigrantes teriam encontrado o “alento”, na visão do Padre Luiz Corso.

Além de livros publicados em comemoração a datas especiais, como foi o caso da obra na qual o poema do padre Luiz Corso está contido, serem propícios para a exaltação dos imigrantes e de suas contribuições, as obras de caráter genealógico

também apresentam narrativas que reforçam o pioneirismo, a bravura e o heroísmo de seus ancestrais, especialmente em prefácios e dedicatórias. Trago aqui dois exemplos:

Em 2005, Osmar Aggio, descendente de italianos das colônias de Balbino Cunha e Dona Mariana, em Campo Largo, publicou o livro “A colônia que veio do pó”, título que possui um duplo significado: de um lado, faz referência à região cortada pelo rio Pô, no norte da Itália, de onde partiu a maioria dos imigrantes que veio para o Paraná, em especial o grupo estudado pelo autor; de outro, indica a trajetória de pessoas que vieram “do nada”, ou seja, da miséria e da falta de recursos. A genealogia contemplou 23 sobrenomes de famílias que se fixaram nas colônias de Balbino Cunha e Dona Mariana: Aggio, Azzolin, Baggio, Berton, Bianco, Camillo, Campagnaro, Campese, Crovadore, Feltrin, Fior, Fraccaro, Giacomazzi, Longato, Magaton, Manera, Maran, Maso, Pavarin, Pellizzari, Sicuro, Stocco e Vechiatto.

O trabalho de Aggio está subdividido pelo sobrenome dessas famílias e apresenta os dados sobre a filiação, data e local de nascimento, casamento e óbito das pessoas que imigraram, bem como essas mesmas informações dos filhos que tiveram no Brasil, salvo alguns casos em que esses dados não foram encontrados pelo autor.

Em 23 julho de 2005²⁴, um sábado à noite, foi realizado o lançamento do livro na localidade de Rio do Couro, onde eu residia na época. Recordo que foi feito um culto religioso na capela São Sebastião, com a presença de Osmar Aggio que, após a celebração religiosa, falou sobre seu livro, e em seguida, no pavilhão da igreja, a obra foi vendida e autografada pelo autor, enquanto era servido um jantar à base de polenta, frango e vinho, ao som de músicas italianas.

Nessa genealogia destaco a parte final do prefácio da obra, escrita pelo padre Edvino Sicuro:

Percorrendo estas páginas, cada um de nós se sente motivado a vivenciar aquele espírito de camaradagem que reinou entre os imigrantes; a ajuda mútua no sofrimento; a fé de que um dia estes campos poderiam florir e, como Abraão, eles poderiam conquistar a Terra Prometida.

[...]

Em memória dos bravos desbravadores e do seu sofrimento, continuaremos firmes e fiéis à fé e esperança que nos transmitiram e saberemos honrar e nome que nos deram. (SICURO in AGGIO, 2005, p. 10)

Importante ressaltar que na escrita de Edvino Sicuro transparece seu lugar social enquanto sacerdote da Igreja Católica, destacando-se personagens e passagens bíblicos, além de virtudes espirituais dos imigrantes como a fé e a solidariedade,

²⁴ A data consta no livro que foi adquirido por Maria Elizabeth Maneira no dia do evento e autografado por Aggio.

mantidas mesmo em situação de sofrimento, se referindo muito provavelmente às dificuldades enfrentadas no Brasil ou mesmo na Itália. Reafirma-se no imigrante sua bravura e seu desbravamento e que os descendentes devem honrar, por meio da fé e a esperança, seus ancestrais.

Outra obra, escrita por Luiza Nelma Fillus e Izabel Passos Bonete sobre a família Stroparo (que partiu da Colônia Antônio Rebouças em Campo Largo, no início do século XX e se instalou em Iratí), em sua dedicatória exalta os antepassados italianos e destaca virtudes como a determinação e fé. “Dedicamos, ainda, aos descendentes desta numerosa família para que sintam orgulho de suas raízes, onde a determinação e a fé têm sido os alicerces que sempre sustentaram os ideais das famílias Simionato e Stroparo” (FILLUS; BONETE, 2007). O primeiro contato que tive com essa obra foi quando visitei uma livraria em Iratí, ainda na fase da elaboração do projeto da tese, e informei que gostaria de ver livros sobre a imigração italiana, pois estava pesquisando sobre o tema; prontamente uma senhora, que relatou ser descendente de italianos, proprietária da livraria, localizou a genealogia entre as prateleiras, como quem havia encontrado uma pérola, e me contou de forma muito entusiasmada sobre a história que havia nela, por fim me presenteando com o livro.

Saliento que a intenção aqui não foi realizar uma crítica desvalorizadora aos autores analisados, pelo contrário, esses trabalhos foram de extrema importância para que eu pudesse compreender diversas faces da imigração, tanto na Itália como no Brasil. O que objetivamos com a análise dessas obras é mostrar que existem resquícios da narrativa ou enredo, de acordo com Hayden White, com base em elementos da epopeia, com a organização dos fatos de tal modo que se apresentam as dificuldades encontradas pelo imigrante e a partir dessas dificuldades emerge a figura do “imigrante-herói”.

2.2 A HISTORIOGRAFIA PARANAENSE E A IMIGRAÇÃO ITALIANA

Art. 1º - Fica o governo autorizado a promover a emigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil. (PARANÁ, 1855, p. 18-19)

Essa lei teria contribuído de maneira significativa para o crescimento demográfico da população curitibana na segunda metade do século XIX. Na década de

1870 intensificou-se a instalação de núcleos coloniais, chegando a 26, a maioria na região de Curitiba e seus arredores, o que atraiu imigrantes alojados em outras partes do Paraná e até mesmo em outras províncias, como o que já havia ocorrido com os alemães de Santa Catarina, os quais se instalaram nas colônias já existentes ou formaram colônias particulares, ou mesmo ingressaram em atividades artesanais ou industriais fora das colônias (BALHANA, 1987, p. 125).

Com o considerável progresso dos núcleos coloniais, a região litorânea do Paraná passou a fazer parte do projeto de colonização. Em 1875 foi instalada a primeira colônia de italianos no estado, por iniciativa de Savino Tripoti, a colônia Alexandra. Porém, o clima, a insalubridade e o desconhecimento de moléstias e pragas teriam feito com que os imigrantes não se adaptassem e a colônia não progredisse (BALHANA, 1987, p. 125). Segundo Balhana (1987, p. 126), com o objetivo de acomodar os imigrantes que não desejavam mais permanecer em Alexandra e também aqueles que chegavam ao porto de Paranaguá, fundou-se, em 1877, a colônia Nova Itália, em Morretes, também no litoral, composta por 12 núcleos coloniais; contudo, também não houve sucesso, o que foi atribuído à ausência de mercados consumidores e falta de orientação sobre o cultivo e plantas locais.

Lucy Hutter acrescenta outro fator que impediu a adaptação dos imigrantes na região litorânea: a presença de florestas (HUTTER, 1987, p. 89). As vastas regiões de mata atlântica impediam que a agricultura fosse praticada já nos primeiros tempos, o que demandava um esforço extra de derrubada da vegetação e, então, o início das atividades agrícolas. Como forma de contornar esse “problema”, o imigrante não “desbravou” o território, mas migrou para outras colônias próximas. Essa afirmação de Hutter é particularmente importante para a tese, pois desconstrói a narrativa do imigrante-herói que desbravou as florestas, enfrentando os perigos nela existentes para trazer a prosperidade por meio de seu árduo trabalho.

Alguns se fixaram nas colônias já existentes, onde se instalaram ao lado de imigrantes de outras nacionalidades, como nas colônias Argelina, Pilarzinho, Muricy, Orleans, Inspetor Carvalho, Antônio Rebouças, Presidente Faria, Maria José, Balbino Cunha e Antônio Prado. [...] Outros colonos foram localizados em colônias criadas para tal fim, como as de Alfredo Chaves, atual município de Colombo, Santa Gabriela e Santa Maria do Novo Tirol. Muitos reemigrantes adquiriram terrenos na municipalidade de Curitiba, constituindo colônias de povoamento espontâneo, como a colônia Dantas, na Água Verde. [...] Outros adquiriram terrenos de particulares, como em Santa Felicidade, Ferraria, Campo Magro, Bateias e outras. (BALHANA, 1987, p. 126)

Uma das regiões para as quais se dirigiu um considerável número de imigrantes italianos, muitos vindos das colônias litorâneas do estado e outros diretamente da Itália, foi Campo Largo, atualmente na área metropolitana de Curitiba.

Mapa 2: Localização do município de Campo Largo



Fonte: <http://www.guiageo-parana.com/mapas.htm>. Acesso em 05/01/2023.

Em Campo Largo foram instaladas 4 colônias italianas, conforme dados da tabela abaixo:

Tabela 2: Colônias de Campo Largo

Ano	Colônia	Distância da municipal	Área em hectares	Nº de lotes	Nº de imigrantes
1878	Antônio Rebouças ou Timbituva	14 km	350,9	34	244
1885	Mendes de Sá ou Rondon	4 km	2.000,0	180	148
1889	Balbino Cunha ou Cambará	8 km	225,9	25	122
1889	Dona Mariana ou Verde	8 km	315,3	33	170

Fonte: BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 164-167

A instalação dessas colônias nos arredores de Curitiba, segundo Carlos Roberto Antunes dos Santos (2017, p. 80), também professor no Departamento de História na UFPR, formou um “cinturão verde”, impulsionando um aumento na produção dos gêneros agrícolas a partir da segunda metade do século XX; porém, não o suficiente para atender às demandas internas do mercado de alimentos. Mesmo não atingindo as expectativas, o sistema não foi abandonado, “pois o novo sistema de colonização colocava em gestação a estrutura de produção agroalimentar, um dos componentes essenciais do projeto de modernidade e desenvolvimento arquitetado para a província do Paraná” (SANTOS, 2017, p. 81).

A primeira colônia, Antônio Rebouças ou Timbituva, foi formada por colonos que, primeiramente, foram alojados em colônias no litoral do Paraná, e que devido à não adaptação seguiram para Curitiba, onde permaneceram durante 5 meses em barracões improvisados (FEDALTO, 1978, p. 21-22 *apud* SCARPIM, 2010, p. 36). Nesse espaço de tempo, ocorreu a definição do local para a formação da colônia, a medição dos lotes de terra e a construção de casas, ocorrendo a inauguração oficial em 11/09/1878. A colônia foi dividida em 34 lotes, os quais não correspondiam ao número de famílias, pois havia a possibilidade da compra de mais de um lote caso houvesse

recursos financeiros para isso (FEDALTO, 1978, p. 21-22 *apud* SCARPIM, 2010, p. 37).

A colônia Mendes de Sá, também chamada de Rondinha, foi inaugurada anos mais tarde, em 1885, por iniciativa privada dos irmãos José Olintho de Sá e José Mendes de Sá, proprietários de vastas quantidades de terras na região. Dividida em 180 lotes de terras, número significativo se comparado às demais colônias, Rondinha abrigou não somente imigrantes italianos, mas poloneses e também brasileiros (SCARPIM, 2010, p. 38).

Em 1889, como visto, outras duas colônias governamentais foram criadas em Campo Largo, Dona Mariana e Balbino Cunha. A primeira com 33 lotes de terras e a segunda com 25. Segundo Osmar Aggio (2005, p. 59-61), os italianos que formaram essas colônias eram de origem vêneta e teriam chegado em 1888, em dois vapores: San Gottardo e Canton. Levando-se em consideração que esses imigrantes teriam chegado ao Paraná em 1888 e as colônias inauguradas somente em 1889, é de se imaginar que teriam permanecido em outro local – nesse caso, em barracões improvisados, conforme afirmou Fabio Scarpim (2010, p. 39).

Um telegrama enviado pelo promotor público José Ferreira de Barros ao Presidente da Província do Paraná, em 8 de janeiro de 1887, expõe uma situação semelhante em relação ao abrigo provisório dos imigrantes e até mesmo à falta de alimentos para os mesmos: “Acabão de chegar 7 carroças com imigrantes. Dr. Cândido de Abreu²⁵ seguiu para Tamanduá. Calcula-se virá amanhã. Consegi chaves do Theatro e os fiz recolher. Sobre alimentação? Espero ordens de Vossa Excelência” (BARROS, 1887).

De maneira geral, a principal atividade desempenhada pelos imigrantes nas colônias de Campo Largo foi a agricultura, tarefa que não foi facilitada nos primeiros anos de estada no Brasil, devido ao desconhecimento do clima, das técnicas, dos tipos de solo e, sobretudo, pela escassez de sementes e ferramentas para o início das primeiras plantações. Somavam-se a isso outras dificuldades enfrentadas, como a falta de alimento nos armazéns das colônias, fornecedores que cobravam valores exorbitantes por produtos de primeira necessidade e doenças que atingiam essa população. Tais dificuldades foram relatadas em uma carta, datada em junho de 1889, enviada em nome

²⁵ Cândido Ferreira de Abreu (1856-1918) exercia, nesse período, a função de Inspetor de Terras e Colonização no Paraná.

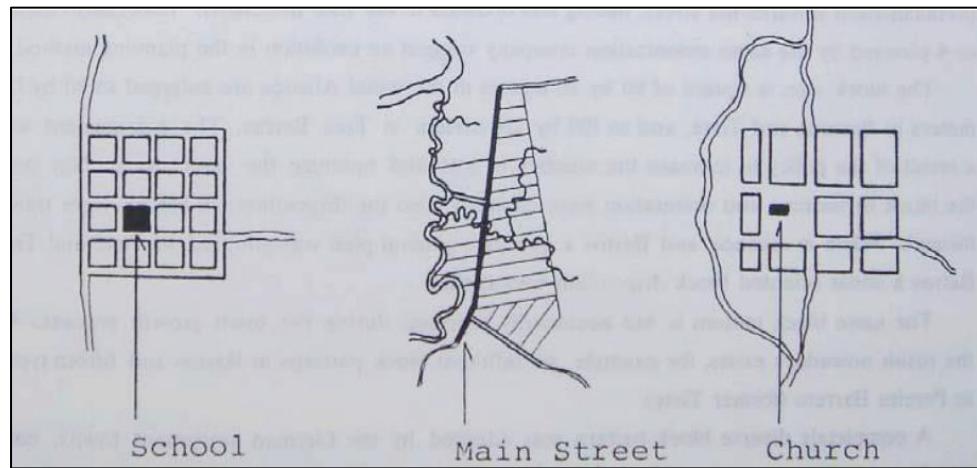
dos imigrantes das colônias Balbino Cunha e Dona Mariana ao presidente da província, Jesuíno Marcondes.

Pedimos a Sua Excelência a concessão pela graça de nossos pedidos. Primeiro – pedimos as ferramentas necessárias para o cultivo da terra. Segundo – pedimos as sementes. Terceiro – pedimos a comida durante o tempo necessário para o preparo da terra. Quarto – pedimos a graça do trabalho contínuo. Quinto – pedimos a restauração das estradas que não estão completamente prontas nem para as Colônias Campina, Mariana e Rio Verde. Sexto – pedimos um padre para as duas colônias. Sétimo – pedimos dinheiro pelo menos uma vez ao mês, ao invés do vale, porque o fornecedor não tem gêneros em quantidade suficiente para todas as famílias e também pedimos um outro fornecedor porque este vende gêneros muito mais caros do que os outros. E se comprarmos mil réis, pagamos vinte por cento a mais e nesta condição não podemos viver e temos que mandar nossas mulheres pedirem esmolas [...] Em nome de todos os imigrantes das duas colônias. (AGGIO, 2005, p. 70-71)

A carta demonstra os mecanismos acionados pelos imigrantes para contornar as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos nas colônias, nesse caso juntando forças e cobrando providências das autoridades, bem como denunciando abusos cometidos por parte dos comerciantes de gêneros alimentícios. Se esses imigrantes prosperaram, não foi de forma “heroica”, somente por meio do trabalho e da fé, mas também mobilizaram estratégias, articulando com instâncias governamentais, para terem suas necessidades atendidas.

Além das ferramentas e sementes, os imigrantes solicitavam a presença de um padre para a atender as duas colônias, o que denota a importância que a religião possuía para esses sujeitos. Em pesquisa realizada por Humberto Yamaki e Kunihiro Narumi, os autores analisaram a organização dos lotes de terras nas colônias do sul do Brasil e perceberam uma diferença entre alemães, italianos e japoneses. No caso dos alemães, destacava-se a rua central, que atravessava a colônia e facilitava o transporte, o escoamento dos produtos e o deslocamento; entre os japoneses, a escola; e entre os italianos, a igreja (YAMAKI; NARUMI, 1983, p. 435-443 *apud* NISHIKAWA, 2015, p. 176). Nota-se, portanto, o papel central que a religião, especificamente a católica, exercia na vida desses imigrantes.

Figura 2: Planta das colônias japonesas, alemãs e italianas no Brasil do século XIX



Fonte: YAMAKI; NARUMI, 1983, p. 437 *apud* NISHIKAWA, 2015, p. 177.

Segundo Fabio Scarpim, nesse período destacava-se, inclusive nos relatórios de governo, o deplorável estado em que se encontrava a religião no Paraná, com poucas pessoas frequentando a missa e falta de zelo do clero com as igrejas, o que causava estranhamento e escândalo entre os imigrantes (SCARPIM, 2017, p. 162). Dessa forma, os imigrantes faziam solicitações em diferentes instâncias para que o aspecto religioso fosse contemplado.

Meses mais tarde, uma nova solicitação de ferramentas e sementes foi feita, dessa vez pelo Padre Pietro Colbachini, a qual transcrevi abaixo. Ao que parece, um dos itens que constavam no documento escrito no mês de junho de 1889 foi atendido, não necessariamente pelo governo: a presença de um sacerdote italiano.

Illmō Excellmō Snr Presidente da Provincia do Paraná

Os immigrantes dos novos nucleos Coloniaes do Rio Verde e de Campinas, no Municipio de Campo Largo, pedem a V. Excellencia Illma que se digne na sua bondade de dar providencias ao fim de obter os ferramentos dos quaes precisaõ por tra[tt]ar da lavoura da terra e um sussidio de milho por ter o necessario a viver no tempo que devem empregar no trabalho da ro[ss]a, devendo-se [rittirar] neste prazo de tempo dos travalhos da estrada, unico mejo de sussistencia que agora elles tem. O umilde abaixo asignado, no inttuito de comprar a uma obra de [umani]dade tam propria no seu ministerio ten a honra de presentar a V. Excelll. Ilma o pedido d'aquellas pobres collonias, testimunhando a verdade do esposto, e aggradeçendo.

Deus guarde a V. Excell. Illmā

Um Servo

P. Pedro Colbachini [Miss.] [Ap.co]
(COLBACHINI, 1889)

A prática da agricultura foi para esses imigrantes algo de suma importância, pois a grande maioria desses sujeitos dedicaram-se a fazer pequenas plantações, atividade que muitos já realizavam na Itália, como forma de sobrevivência. Para que essa atividade fosse possível, a terra era um bem primordial.

Reinaldo Nishikawa (2015, p. 165), em sua pesquisa sobre as colônias no Paraná, ao analisar documentos sobre a distribuição dos lotes na Colônia Assunguy²⁶ percebeu que as terras mais férteis não estavam nas mãos dos imigrantes, mas sim nas de grandes proprietários, o que refuta a tese de Balhana, que afirmava a predominância de pequenas propriedades no Paraná. Assim, além da falta de ferramentas e sementes, a baixa qualidade das terras também era outro empecilho para a prática da agricultura, produzindo apenas para o consumo das famílias ou em baixa quantidade para o comércio. Além disso, Nishikawa também observou que os valores dos lotes de terras variavam conforme a distância que estavam do mercado consumidor: quanto mais distantes mais baratos eram, pois o transporte das mercadorias tornava-se difícil (2015, p. 180).

No caso das colônias Dona Mariana e Balbino Cunha, ambas possuíam lotes relativamente pequenos, se comparadas às demais, configurando-se como um aglomerado urbano (NISHIKAWA, 2015, p. 174-175). Levando-se em consideração que um número considerável de descendentes de italianos residentes na cidade de Irati e região menciona essas colônias e algumas próximas como locais dos quais partiram seus avós/bisavós, seria somente a terra um fator preponderante para o deslocamento dessas pessoas para o interior do estado, nas primeiras décadas do século XX?

Não podemos desconsiderar a falta de terras como a mola propulsora de um movimento de reemigração para as áreas interioranas, haja vista que as colônias não receberam um número exato de imigrantes, pois era comum parentes que chegavam posteriormente, da Itália, procurarem se fixar em colônias nas quais já residiam alguns de seus familiares. Muitas vezes, os imigrantes recorriam ao governo como estratégia para conseguirem adquirir essas terras, como mostra um pedido feito pelo imigrante Pedro Cavalli, o qual indica, inclusive, um possível vendedor do lote na colônia Alfredo Chaves, região de Curitiba.

²⁶ Segundo Nishikawa (2015), a Colônia Assunguy foi a primeira a ser inaugurada após a emancipação política do Paraná, em 1853, sendo até o final do século XIX, a maior, em termos populacionais, no estado. Cerca de 2,2% dos imigrantes da colônia eram italianos (NISHIKAWA, 2015, p. 107).

Pedro Cavalli colono italiano vem requerer a V Ex^a um lote de terra na Colônia Alfredo Chaves, onde se achao estabelecidos todos os seus parentes, porém não existe mais lote vago e o suplicante querendo estar junto dos mesmos, vem por isso pedir a V Ex^a se digne mandar comprar um terreno que oferece a venda Manoel Theodoro Gonsalves o qual se acha anexo a mesma colonia e junto ao lote de seu primo e demais parentes [...].
CAVALLI, 1899)

Quando não havia a possibilidade de fixação nas colônias, mesmo por intermédio do governo, seja pela falta de lotes ou por condições financeiras, muitas famílias iam formando, espontaneamente, pequenos povoados nos arredores, como foi o caso de Santa Felicidade, hoje um bairro de Curitiba, que teve sua fundação em novembro de 1878, com cerca de dez famílias italianas que compraram terras de particulares (BALHANA, 2003b, p. 178). Esse aglomerado cresceu de maneira considerável, pois dentro de quatro anos já residiam cerca de 70 famílias no local, resultado da vinda de outros imigrantes de colônias do litoral ou diretamente da Itália (BALHANA, 1958, p. 36-37).

Nota-se, portanto, que na segunda metade do século XIX a região de Curitiba teve um crescimento populacional considerável, motivado não apenas pela vinda de imigrantes italianos, mas também alemães, poloneses, suíços, entre outros grupos. Além disso, devemos apontar o aumento populacional relacionado aos nascimentos dos filhos de imigrantes no Brasil. Estudos realizados por Altiva Pilatti Balhana (2003b; 1987), em um grupo de imigrantes italianos da colônia Santa Felicidade, mostram que já nas primeiras décadas de sua residência no Paraná houve um acelerado crescimento dessa população. Segundo a autora, essa situação pode ser explicada pela composição da própria colônia, pois em sua maioria eram adultos jovens ou jovens que se casaram precocemente já nos primeiros anos de sua estadia em Santa Felicidade, que formavam um conjunto de pessoas em plena idade de reprodução (BALHANA, 2003b, p. 179). Balhana (2003b, p. 180) observou que, no período de 1888 a 1909, a idade média do casamento entre as mulheres foi de 20,7 anos e entre os homens de 23,78. A essa condição, somava-se o elevado número de casamentos e o baixo índice de celibato, principalmente feminino. Nesse cenário também de inexistência ou desconhecimento, fomentados pela Igreja Católica, de práticas anticonceptivas, era de se esperar um alto índice de nascimentos, entre 9, 10 e 11 filhos (BALHANA, 2003b, p. 184). Possivelmente, essa quantidade de crianças eram as que sobreviviam, não sendo mencionada a quantidade das que faleceram logo após o nascimento ou nos primeiros meses, ou mesmo os abortos. Essa discussão seria bastante pertinente, porém, não

encontrei dados, nem bibliografia sobre as colônias de Campo Largo para respaldar o assunto.

Oswaldo Truzzi aponta para o sistema de herança praticado no local de origem como um dos fatores motivadores do deslocamento populacional (2008, p. 204), ou seja, quando os bens passados de pai para filho não eram suficientes para garantir a permanência do grupo, os indivíduos tornavam-se predispostos ao ato de emigrar.

O elevado número de filhos também foi comum em outras colônias italianas próximas, como indicam os casos dos casais Candido Manera e Constanza Camillo, que tiveram 15 filhos; Luigi Maso e Angela Fraccaro, com 16 filhos; e Angelo Manera e Carlota Regina Aggio, também com 16 filhos, todos residentes na colônia Balbino Cunha²⁷. Em outros grupos de imigrantes, como os ucranianos de Antônio Olynto, uma colônia no sul do Paraná, estudados por Maria Luiza Andreazza, também esse cenário pode ser visualizado. A autora constatou que, no período entre 1895-1949, a idade média em que as mulheres se casavam era em torno de 20 anos, tendo, no decorrer da vida, entre 8 e 9 filhos (ANDREAZZA, 1996, p. 209). No caso de Constanza, Carlota e Angela, além da quantidade de filhos que tiveram, o que me chamou a atenção foi a idade na qual tiveram seus últimos filhos, todas com mais de 40 anos, Angela inclusive com 47 anos. O fato de terem filhos até em idades consideradas “avançadas” para uma gravidez nos padrões atuais, também é um fator relevante para a quantidade de filhos que possuíam.

O cenário que se apresentava nas colônias italianas de Campo Largo, nas primeiras décadas do século XX, não favorecia a permanência das numerosas famílias; afinal, as terras que estavam sob a posse dos primeiros imigrantes não foram suficientes para produzir o sustento dos filhos após estes crescerem e se casarem e, como discutido anteriormente, o elevado preço das terras, motivado pela proximidade com centros comerciais, também dificultava a compra de áreas nos arredores que garantissem que o grupo permanecesse unido.

²⁷ Cândido e Constanza casaram-se em Campo Largo no dia 30/06/1895, ele aos 40 e ela aos 24 anos. Constanza teve seu penúltimo filho aos 43 anos, sendo que não podemos afirmar a idade com que teve o último, de nome Antônio, pois esta informação não pôde ser encontrada. Luigi e Angela casaram-se em Campo Largo em 23/06/1896, ele aos 19 anos e ela aos 18. Angela teve seu último filho aos 47 anos. Angelo e Carlota casaram-se em 15/09/1889, também em Campo Largo, ele aos 26 anos e ela aos 18 anos, tendo seu último filho aos 43 anos. Esses dados foram extraídos da genealogia das famílias italianas moradoras das colônias Balbino Cunha e Dona Mariana, publicada por Osmar Aggio (2005).

2.3 ITALIANOS E DESCENDENTES NA HISTÓRIA DE IRATI

O número de estudos sobre italianos em Irati e região é consideravelmente pequeno, principalmente na área de História, na qual localizei apenas 2 trabalhos.

Inicio a discussão sobre algumas obras escritas e que não estão vinculadas a universidades, como é o caso dos livros escritos por José Maria Orreda e Elizete Bacil.

A primeira referência que encontrei foi um livro escrito por José Maria Orreda²⁸, de 1974, no qual o autor, de forma muito breve, cita a vinda de “migrantes italianos” da região de Campo Largo, entre 1915 e 1917. Orreda não menciona quais fontes utilizou para chegar a essas informações e é possível perceber que há um destaque para os sobrenomes das famílias que se instalaram na área rural, nas localidades de Rio do Couro e Mato Queimado, não havendo menção àqueles que permaneceram na área urbana. Percebo também uma preocupação em explicar qual a “origem” dessas famílias, ou seja, qual sua procedência.

Entre 1915/1917, a migração de origem italiana, procedente da região de Campo Largo, fixou-se em Rio do Couro, no distrito de Gonçalves Júnior e posteriormente em outras áreas do território municipal, mencionando-se as famílias Maneira, Fracaro, Magaton, Aggio, Jacumasso, Longato, Feltrin, Seguro, Crovador, Fiori, Camilo, Bianco, Campanharo e outras. Na região do Mato Queimado [...] as famílias Marochi, Brandalize, Slompo e outras. (ORREDA, 1974, p.51)

Em outra obra de Orreda, escrita em 1980, os “italianos” aparecem novamente, desta vez enfatizando as famílias com sobrenomes italianos que fabricavam vinho. No segundo volume do livro “Aleluia”, são citadas algumas famílias da localidade de Rio do Couro e proximidades que produziam vinho de uva, branco e tinto. Interessante observar que a grande maioria dos sobrenomes são de ascendência italiana, porém, alguns como “Letchacoski”, “Haagsma” e “Mello” não são, o que revela que a prática da fabricação artesanal do vinho não acontecia apenas entre os “italianos”. Outro ponto que chama a atenção é que outras frutas também eram utilizadas para a fabricação do vinho, como a maçã e a pera, utilizadas por mulheres, e a ameixa, por Antonio

²⁸ José Maria Orreda nasceu em Irati em 1936 e teve sua formação na Escola Superior de Educação Física e Desportos do Paraná no final da década de 1950, sendo responsável por várias obras sobre a “História de Irati” produzidas entre 1968 e 1988 e também pela criação do jornal “O Debate” em 1961. Cito suas principais produções: “Pequena História da Erva Mate” (1968); “Educação e Comunidade” (1970); “Jogos Desportivos, Educação Integral para Todos” (1971); “História de Irati vol. I” (1972); “História de Irati II” (1974); “Congregação de Missão” (1975); “Revista Irati 70 anos” (1977); “Rio de Prata e Aleluia I” (1978); “Rio de Prata e Aleluia II” (1980); “História de Irati III” (1981); “O Esporte em Irati I” (1987); “O Esporte em Irati II” (1988). Esses livros, apesar de Orreda não ser historiador, são considerados referências, sendo citados em muitos trabalhos acadêmicos como “verdades” inquestionáveis sobre a história de Irati.

Haagsma, porém todas as famílias descendentes de italianos são mencionadas como fabricantes do vinho de uva.

[...] corrente sem elo, vinho dos Mello
um copázio, vinho dos Aggio
não diga besteira
tome vinho do Fortunato & Fioreto
José & Miro Maneira
mourão de portão, vinho do Beltrão
baile de pichirão²⁹, vinho tinto
dos Magaton, na varanda
ou no bosque, vinho dos Letchacoski
D Catarina faz vinho de maçã
D Margarida de pera
Antonio Haagsma de ameixa
em reprise, vinho dos Brandalize
conferir no stock
vinho branco ou tinto dos Marochi
no estágio vinho de Raimundo Aggio
um desacato, vinho dos Longato
sentir pelo faro, vinho dos Fracaro
sem estardalhaço
tome vinho dos Jacomasso
na mesa ou na esteira
vinho do Claudino, Andre, Antonio
e Joaquim Maneira
no bico do garrafão, na caneca
ou no pote de barro
vinho seco dos Campagnaro
frio ou calor, vinho dos Crovador
sim & sim, vinho do Antonio Feltrin
não levar tombo, vinho do Slompo
vinho dos Fiori sem rima
no sol ou neblina & frango
no espeto, vinho dos Bortoleto
um estouro, vinho branco ou tinto
no Rio do Couro
no copinho
vinho do Nhozinho Mello
braço forte, punho do arado, vinho
do Mato Queimado, sem paralelo
vinho do Miguel Vieira de Mello. (ORREDA, 1980, p. 93)

Na ocasião da comemoração do centenário da construção da capela São Sebastião, na localidade de Pinho de Baixo, em 2012, Elizete Bacil escreveu “Capela São Sebastião: 100 anos de fé e religiosidade”, no qual a autora dedicou algumas páginas para relatar sobre a “Colonização de Pinho de Baixo”.

²⁹ O pichirão, também chamado de “pixirum” e “puxirão”, era uma prática muito comum nas localidades que se organizavam enquanto faxinal. O faxinal consistia em uma cultura que esteve presente na região de Irati, na qual as terras eram divididas em terras de plantar, destinadas à prática da agricultura, e terras de criar, nas quais animais como porcos, cavalos, ovelhas, bois e aves eram criados de forma comum. Para que esses animais não adentrassem às áreas agrícolas, existia uma cerca construída coletivamente, da qual cada família responsabilizava-se pela manutenção de determinado trecho. Atualmente, poucas localidades ainda se organizam dessa forma, entre outros fatores, devido à compra de terras, dentro das áreas de criar, por famílias de outras regiões para o plantio de pinus, tabaco, soja, entre outros gêneros. (MANEIRA, 2014)

Preservando tradição e cultura, sempre lembrando da bonita história de seus antepassados, é assim que a comunidade de Pinho de Baixo vive há anos. Afinal, imigrantes que vieram para o Brasil em busca de uma qualidade de vida que na época não seria possível encontrar em seus países, juntamente com moradores já existentes no local e outros que se somaram à comunidade são heróis e merecem ter suas ações gravadas na história. A fé, o trabalho, a determinação, a persistência e a coragem fazem parte da trajetória de vida de muitas pessoas que ajudaram e estão ajudando a construir essa comunidade que é destaque no município de Irati. (BACIL, 2012, p. 51).

A narrativa de Bacil retoma elementos recorrentes sobre o “imigrante-herói”: trabalho, fé e persistência. Porém, é particularmente interessante, pelo fato de reconhecer a existência de outros grupos na localidade e não apenas italianos, como portugueses, espanhóis e afro-brasileiros ou o que a autora chama de “descendentes de escravizados”. E o que eles têm em comum? “Todos trouxeram na bagagem apenas a esperança de vencer em terras até então desconhecidas por eles” (BACIL, 2012, 51-52). Na interpretação da autora, todos seriam, de alguma forma, “imigrantes”, inclusive os africanos que foram escravizados.

Os italianos são heróis, mas os que já residiam no local, também o são, com exceção de povos indígenas que são silenciados nessas narrativas. Aqui se rompe com a ideia do imigrante italiano desbravador de matas virgens, pois ele chegou depois, quando já havia outras pessoas no local, também, de alguma forma, oriundos de processos migratórios.

Chamou-me atenção a escassa produção dentro da historiografia. Na área de História, cito o trabalho desenvolvido por Fabiano Locatelli, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), no qual o autor, utilizando da história oral, analisou “as tradições italianas em Pinho de Baixo”, especialmente a produção do vinho. No trabalho, é possível observar a presença da narrativa do imigrante que trabalhou arduamente e desbravou as florestas, nesse caso para o plantio dos pés de uva.

A colônia de imigrantes italianos do Pinho de Baixo teve seu início quando especificamente quatro famílias chegaram ao Brasil, e posteriormente a referida comunidade, no ano de 1925. Após se estabelecerem, os imigrantes trabalharam duro na exploração da mata e rapidamente iniciaram o cultivo de diversos produtos, entre eles a videira. (LOCATELI, p. 2, 2009)

Um aspecto que merece destaque nessa citação é o caráter pioneiro atribuído aos imigrantes italianos na formação da localidade de Pinho de Baixo, desconsiderando-se qualquer outro grupo que já residia no local. Ressalto ainda que grande parte dos “italianos” que se dirigiam para a localidade eram filhos de imigrantes e, portanto, brasileiros, mas que nessas narrativas são mencionados como “imigrantes italianos” que além de explorarem as matas, ainda deram início à “colônia” de Pinho de Baixo.

Outro trabalho desenvolvido na área de História na UNICENTRO foi a dissertação de mestrado de Cleusi Bobato Stadler, intitulada “*Colônia Bella Vista*: um espaço construído pelas práticas sociais dos imigrantes italianos em Imbituva/PR”, defendida em 2015. Apesar de se referir ao município de Imbituva, o trabalho de Cleusi aborda algumas práticas da localidade de Pinho de Baixo, como a Festa da Polenta. As principais fontes utilizadas por Bobato foram as orais, por meio de entrevistas com os moradores e descendentes de italianos da Colônia *Bella Vista*.

Os demais trabalhos que identifiquei e que fazem referência à presença de italianos e descendentes em Irati são das áreas de Letras e Turismo, também vinculados à UNICENTRO.

A dissertação de Rosana Taís Rossa, “Crenças e atitudes linguísticas de descendentes de imigrantes italianos de Pinho de Baixo, Irati, Paraná”, na área de Letras, analisou entrevistas com os moradores de Pinho de Baixo no intuito de “apresentar e analisar crenças e atitudes linguísticas positivas e negativas³⁰ de descendentes de imigrantes italianos da comunidade de Pinho” (ROSSA, 2017, p. 9).

Outros trabalhos são da área de Turismo, como a monografia “A Festa da Polenta como instrumento para a preservação da identidade cultural do Pinho de Baixo”, de autoria de Vinícius Wacelyczem, e o artigo “As vinícolas do Pinho de Baixo e a potencialidade para o turismo de experiência”, de Elieti de Fátima Goveia, Alan Aparecido Guizi e Patrícia Denkwicz,

De maneira geral, a bibliografia sobre a presença de italianos em Irati aponta as primeiras décadas do século XX como marco para a chegada em massa dessas pessoas, vindas de colônias de Campo Largo. Grande parte dos que saíram das colônias Balbino Cunha e Dona Mariana fixaram-se na área rural, atualmente denominada de “Rio do Couro”. Já outras famílias, como aquelas instaladas na comunidade de Pinho de Baixo, de acordo com as entrevistas que realizei para a tese, teriam vindo das colônias Rondinha, Ferraria, Santa Felicidade e Bateias. Para Imbituva, cidade que faz divisa territorial com Irati, teriam vindo imigrantes e descendentes das colônias Dantas e Antônio Prado, os quais fundaram uma nova colônia, chamada de “*Bella Vista*” (STADLER, 2015, p. 84).

A escritura de compra e venda de terras da família Manera, juntamente com outro documento de retificação dessa mesma área de terra, corrobora a tese de que

³⁰ De acordo a autora, as atitudes positivas seriam aquelas em que se apresenta um comportamento de aceitação referente à língua; negativo seria a rejeição da prática linguística. (ROSSA, 2017, p. 58)

grande parte dos imigrantes e descendentes teriam se dirigido para Irati nas primeiras décadas do século XX, especialmente na década de 1920. Isso porque o documento, datado de 22 de julho de 1922, mencionou todos os proprietários das terras que faziam divisa com a área adquirida por Giovanna e nenhum deles possuía sobrenome italiano. Anos mais tarde, em 9 de fevereiro de 1932, Giovanna Bianco escriturou, no mesmo cartório, uma retificação da mesma área que havia adquirido. O que nos chamou atenção foi o fato de, em poucos anos, já existirem vários proprietários de ascendência italiana na região:

[O terreno] começa em um marco cravado a beira da estrada antiga que se dirigia para Prudentópolis, deste segue na mesma direção abaixo até encontrar outro marco onde faz canto, deste lado divide com as terras de Domingos Berton e Frederico Fiori, deste marco vai em linha reta até encontrar uma sanga e desta até encontrar um marco, deste lado divide com as terras de João Jacumasso e Fiorindo Maneira, faz canto e segue em linha reta até encontrar com as terras de Antonio Braz da Silva e José Magatão, deste marco sobe em linha reta até encontrar terras dos herdeiros de Gaudêncio Eleutério Pereira. (SABOIA, 1932, grifo da autora)

Entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, Irati passou por mudanças políticas, econômicas e sociais bastante significativas. Em 1899 foi inaugurada a Estação Ferroviária e Telegráfica Iraty, fazendo parte da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Nesse momento, o fluxo de pessoas e de mercadorias começou a aumentar e Irati passou a fornecer para outras regiões produtos como cereais, toucinho, charque e farinha de milho (ORREDA, 1974, p. 173). Segundo Kroetz,

Por força das leis de concessões previa-se a criação de núcleos povoadores ao longo dos trilhos da estrada de ferro, por parte das companhias ferroviárias. [...] Teixeira Soares, Irati, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Dorizon, Paulo Frontim, Vargem Grande, Paula Freiras foram localidades sem um aparente desempenho na economia paranaense, mas a partir da implantação da via férrea, desenvolveram atividade agrícola, comercial e industrial. (KROETZ, 1985, p. 109)

Mapa 3: Linha férrea ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul - 1935



Fonte: <http://blogdogiesbrecht.blogspot.com/2015/06/o-parana-e-seus-trens.html>. Acesso em 14/03/2020.

Alguns autores, como Kroetz, associam a vinda de imigrantes europeus, principalmente poloneses e ucranianos, para a região de Irati à construção da ferrovia, que demandava mão de obra, o que resultou no aumento do contingente populacional dos núcleos coloniais existentes ao longo da estrada de ferro (1985, p. 110).

No caso dos imigrantes poloneses, muitos foram atraídos para a região por meio da política imigratória de caráter oficial na ocasião da instalação do Núcleo Colonial Irati; outros, porém, com o transporte facilitado pela estrada de ferro, vinham sem auxílio governamental, partindo, por conta própria, de colônias localizadas em Curitiba, Prudentópolis, São Mateus, Campo Largo e Araucária (TELEGINSKI, 2012, p. 92). Tomás Coelho foi uma das colônias nos arredores de Curitiba da qual teriam partido algumas famílias polonesas para Irati, como foi o caso da família Filipak.

José Filipak, nascido nessa colônia, casou-se em Campo Largo, em 1908, com Anna, também moradora de Tomás Coelho e permaneceram por lá por alguns anos. As notícias das terras férteis na região de Irati, somadas à facilidade de deslocamento motivada pela estrada de ferro, fizeram com que a família de José, juntamente com seus irmãos, se deslocasse para a região em 1918, onde adquiriu 12 alqueires de terra na colônia Alto da Serra dos Nogueiras, construindo benfeitorias e se dedicando à agricultura e à criação de animais (GRYCZYNSKA, 2004, p. 242).

A ferrovia também permitiu a extração e o escoamento de madeira, principalmente pinheiro e imbuia, vinda de vastas reservas florestais nativas, o que

atraiu inúmeras serrarias a se fixarem na região. Junto com as serrarias vieram comerciantes e outros migrantes, dispostos a trabalhar nessas madeireiras.

Documentos mostram os próprios italianos instalando esse tipo de comércio. Entre 1907-1908, na área urbana de Irati, o imigrante italiano João Batista Anciutti instalou uma serraria, às margens da ferrovia, em um bairro chamado “Riozinho”. Anciutti teria residido primeiramente em Campo Largo e depois se mudado com seu comércio para Irati. A presença da serraria teria atraído outros comércios, como as bodegas³¹, por exemplo, que abasteciam os trabalhadores e outros bodegueiros da região (VALENGA, 2003, p. 37).

A influência desses comerciantes do setor madeireiro, junto com os da erva-mate, outro produto de extrema importância na economia da região, fez que, em 1907, Irati se emancipasse do município de Imbituva, por meio da lei nº 716, a qual instituía 3 distritos judiciais: Irati, Bom Retiro e Imbituvinha. No ano seguinte, em 1908, foi criado, por iniciativa federal, o “Núcleo Iraty”, atual colônia Gonçalves Júnior, a qual fixou imigrantes ucranianos, poloneses, holandeses e alemães. Ainda nesse mesmo ano, foi inaugurada a colônia de Itapará, com imigrantes ucranianos e poloneses.

A movimentação que ocorria na cidade, com o trem, efervescia o comércio e a circulação de pessoas, como os imigrantes, que se dirigiam para a cidade com suas carroças a fim de comprar e vender seus produtos. Esse cenário tornou-se uma preocupação para o padre polonês Casemiro José Andrejewski, que em 1920 registrou, em uma ata do livro tombo da Igreja Nossa Senhora da Luz, sua inquietação com a dinâmica urbana de Irati:

Comerciantes grandes e pequenos esta ‘gens transfuga’ de todas as nações construíam a galoppe as suas bodegas, casas de comércio, depósito de herva e madeira, primeiro bem perto da Estação, e quando faltou logar, bem perto do último negócio e sobre todas as estradas por onde circulam as carroças e os carroceiros. Todos querem viver, todos querem ganhar, todos fazem ‘negóccio’. Não é pois prudente, até perigoso é, perguntar a alguém delles de simetria das ruas, casas, etc..! Tudo ali está misturado, paixões com casas de tabuas, depósitos com casas brancas, bodegas com palacetes, confeitorias com salsicharias; Brasileiros com Turcos, Polacos, Syrios, Italianos, Ruthenos e Allemães. A própria Capela bem perto da “chave” da Estação, onde as maquinhas não manobram nem apitam quando a Capela está fechada! Basta começar a Missa, Sermão, catecismo ou intonar o “Dominus uobiscum” já vem a locomotiva com os seus pi-pi-pi em falso, para estragar tudo! Harmonia, catequética, homilia e a própria liturgia!...Das ist der Fluch der bösen tat! Onde o “negózzio” serve de alicerce, ali as paredes não podem servir para devoção. (BATISTA NETO, 2004, p. 20)

³¹ As bodegas eram armazéns ou comércios de secos e molhados que foram de suma importância para o abastecimento da região nas primeiras décadas do século XX. Para mais detalhes sobre esse tema, conferir a dissertação de Neli Maria Teleginski (2012).

Além da circulação de pessoas, o que preocupou o padre foi a “mistura” de diferentes tipos de comércio e diferentes origens étnicas. Destaca-se também, uma certa impaciência e perturbação com o barulho emitido pelo trem, cuja estação localiza-se nas proximidades da igreja, e que, segundo o padre, apitava justamente no momento da missa, acabando com a “harmonia” do ambiente. A própria disposição das casas, armazéns e paióis preocupou o padre, dando a entender que o espaço urbano se encontrava em uma “desordem”.

O discurso do padre Casemiro tensiona o discurso épico da vinda dos imigrantes, a começar por se referir aos mesmos como “*gens transfuga*”, que em uma tradução livre, corresponde a “fugido”. Um herói não foge, pois tem coragem. O imigrante-herói não fugiu da Itália, ele veio em busca de melhores condições. Não para o padre Casemiro. Segundo, por criticar a lógica do “negócio” e a vontade de enriquecer desses imigrantes com a instalação de pequenos comércios “a galope”, ou seja, sem qualquer organização e planejamento. Mas o imigrante não precisava acumular riquezas e prosperar? Não para o padre Casemiro.

O livro “A colônia que veio do pó” me permitiu analisar a vinda de imigrantes e descendentes para Irati, especificamente partindo das colônias Balbino Cunha e Dona Mariana, ambas em Campo Largo.

Quadro 2: Imigrantes e descendentes que migraram para Irati

Imigrantes ³²	Primeira Geração
Guglielmo Aggio e Maria Fracaro	Fiorindo Aggio e Joana Berton
Giovani Longato e Maria Campese	Eugenio Aggio e Honorina Stella Manera
Giovanni Crovadore	Raimundo Aggio e Maria Fracaro
Francesco Crovadore	José Aggio e Michalina Venar
Giovanna Bianco	Frederico Aggio e Thereza Crovador
	Faustina Aggio
	Laurindo Berton e Josephina Campagnaro

³² No quadro são contemplados apenas moradores das colônias Balbino Cunha e Dona Mariana.

	<p>Victório Berton e Tereza Campagnaro</p> <p>Luis Berton</p>
	<p>Manoel Bento Camilo e Carlota Magaton</p>
	<p>Luis Campagnaro e Maria Ansolin</p> <p>Primo Campagnaro e Escolástica Vieira de Mello</p> <p>Antonio Campagnaro e Carolina Berton</p>
	<p>Isidoro Crovadore e Elena Clara Aggio</p> <p>Sperandio Crovadore e Maria Faustina Aggio</p> <p>João Crovador</p> <p>Josefina Crovador</p>
	<p>José Fior e Mariana Manera</p>
	<p>Eugenio Fracaro e Angela Campagnaro</p> <p>Fiorindo Fracaro e Catharina Longato</p> <p>Frederico Fracaro e Judith Berton</p> <p>Antonio Fracaro e Angela Campagnaro</p>
	<p>João Giacomazzi e Carolina Aggio</p>
	<p>Luis Longato e Judite Carlota Aggio</p> <p>Emilio Longato e Maria Narcisa Sicuro</p>
	<p>Ricardo Magaton e Maria Joanna Longato</p> <p>Jorge Magaton e Joana Stropparo</p>
	<p>João Baptista Manera e Olívia Bianco</p> <p>Fortunato Manera e Joana Bianco</p> <p>Miro Manera e Justina Stocco</p>

	Fiorindo Manera e Justina Aggio
	José Manera e Elisa Bianco
	Candido Manera Filho e Josephina Bianco
	Luis Manera e Pierina Fior
	João Manera e Emilia Stocco
	João Maso e Victória Crovador

Fonte: Adaptado pela autora a partir de AGGIO (2005), p. 64 e 143-329.

Na primeira coluna do Quadro 2 agrupamos apenas as pessoas nascidas na Itália e que tiveram o óbito registrado na cidade de Irati, entre eles 2 casais. A segunda coluna, subdividida pelo sobrenome do marido, no caso de casais, contém o nome das pessoas que tiveram seu nascimento registrado em Campo Largo e óbito em Irati. Apesar de existirem lacunas nas informações sobre algumas pessoas, o Quadro 1 tem o intuito de analisar quem eram essas pessoas que deixaram Campo Largo e reemigraram para Irati. Seriam os próprios imigrantes ou seus filhos já adultos? Partiam em família ou sozinhos? No caso dos filhos, reemigravam casados ou solteiros?

Em relação à primeira coluna, verificou-se que um total de 7 pessoas nascidas na Itália se instalaram em Campo Largo em 1889 e, tempos depois (não podemos afirmar precisamente quando), reemigraram. Nesse total, havia 2 casais.

O primeiro: Guglielmo Aggio e Maria Fracaro, os quais se casaram em 29/07/1890, menos de um ano após sua chegada ao Brasil; provavelmente, ambos já se conheciam na Itália, pois vieram de Brusaporco, Treviso, região norte do país³³. O casal teve um total de 11 filhos, todos nascidos em Campo Largo, dos quais 8 deles, em algum momento de suas vidas, estabeleceram alguma relação com a localidade de Rio do Couro, área rural de Irati, alguns com casamento e/ou registro de óbito.

Ao contrário de Guglielmo e Maria, Giovanni Longato e Maria Campese emigraram da Itália para o Brasil ainda crianças, com 5 e 4 anos respectivamente,

³³ Fabio Scarpim, em sua dissertação de mestrado, observou que entre os moradores da colônia Balbino Cunha houve vários casos de casamentos de imigrantes em que os noivos eram nascidos na mesma *comuni*, grande parte deles em Brusaporco. Para aqueles que vieram crianças, Scarpim afirma haver uma preferência entre as famílias pelos cônjuges nascidos na mesma região (SCARPIM, 2010, p. 74). No caso de Guglielmo Aggio e Maria Fracaro, essa situação não se aplica, pois os mesmos já vieram para o Brasil em idade adulta, 24 e 18 anos, respectivamente.

instalando-se na colônia Dona Mariana. Não se sabe em qual data se casaram. O casal teve um total de 10 filhos, 9 deles nascidos em Campo Largo, o primeiro com nascimento registrado no dia 29/02/1902. Desse total de filhos, 7 deles tiveram registro de casamento, nascimento e/ou óbito registrado em Irati.

No caso dessas duas famílias, podemos perceber que ambas tiveram, com exceção de um dos filhos do segundo casal, todos os nascimentos registrados em Campo Largo, o que nos leva a crer que os casais de imigrantes permaneceram em Campo Largo nas primeiras décadas da chegada ao Brasil. Essa situação não se repetiu com os filhos desses casais, pois grande parte deles se deslocou para Irati.

História semelhante verifica-se na genealogia da família de Francisco e Luiza Stroparo, casal que residia na colônia Antônio Rebouças, em Campo Largo, e que em 1920 migrou para Irati com seus seis filhos, onde compraram uma pequena quantidade de terras para construção de uma casa e para a plantação, posteriormente abrindo um comércio (FILLUS; BONETE, 2007, p. 32-33). Atualmente, essa área de terras encontra-se no perímetro urbano de Irati, denominando-se “Bairro Stroparo”.

Mesmo a grande maioria dessas pessoas tendo nascido no Brasil, em Campo Largo, e então se deslocado para Irati, sendo, portanto, brasileiros, é comum as narrativas se referirem a eles como “italianos”, independente de não terem nascido na Itália. E nesse caso, alguns estudos, já analisados anteriormente, narram sobre “imigrantes” que chegaram e “povoaram”, “desbravaram” e “formaram colônias”. A trajetória dos descendentes de imigrantes também remete ao “imigrante-herói”.

Na tentativa de compreender a trajetória dessas famílias que migraram para Irati, compilamos um novo quadro, com mais detalhes sobre os casais presentes na segunda coluna do Quadro 2. Selecioneamos apenas os casais, na tentativa de observarmos se essas pessoas saíam de Campo Largo solteiras ou após o casamento.

Quadro 3: Filhos de imigrantes que migraram para Irati

CASAL	NASCIMENTO	LOCAL CASAMENTO	ÓBITO
FAMÍLIA AGGIO			
Fiorindo Aggio	Campo Largo	Irati	Irati
Joana Berton	Campo Largo		Irati

Eugenio Aggio Honorina Stella Manera	Campo Largo Campo Largo	Campo Largo	Irati Irati
Raimundo Aggio Maria Fracaro	Campo Largo Campo Largo	?	Irati Irati
José Aggio Michalina Venar	Campo Largo ?	Irati	Irati ?
Frederico Aggio e Thereza Crovador	Campo Largo Campo Largo	Irati	Irati Irati
FAMÍLIA BERTON			
Laurindo Berton Josephina Campagnaro	Campo Largo Campo Largo	Irati	Irati Irati
Victório Berton Tereza Campagnaro	Campo Largo Campo Largo	Irati	Irati Irati
FAMÍLIA CAMILO			
Manoel Bento Camilo Carlota Magaton	Campo Largo Campo Largo	Campo Largo	Irati Irati
FAMÍLIA CAMPAGNARO			
Luis Campagnaro Maria Ansolin	Campo Largo	Irati	Irati
Primo Campagnaro Escolástica Vieira de Mello	Campo Largo ?	Irati	Irati ?
Antonio Campagnaro Carolina Berton	Campo Largo Campo Largo	Irati	Irati Irati
FAMÍLIA CROVADORE			
Isidoro Crovadore	Campo Largo	Irati	Irati

Elena Clara Aggio	Campo Largo		Irati
Sperandio Crovadore	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Maria Faustina Aggio	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA FIOR			
José Fior	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Mariana Manera	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA FRACARO			
Eugenio Fracaro	Campo Largo	Campo Largo	Campo Largo
Angela Campagnaro	Campo Largo		Irati
Fiorindo Fracaro	Campo Largo	Irati	?
Catharina Longato	Campo Largo		Irati
Frederico Fracaro	Campo Largo	Irati	?
Judith Berton	Campo Largo		
Antonio Fracaro	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Angela Campagnaro	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA GIACOMAZZI			
João Giacomazzi	Campo Largo	?	Irati
Carolina Aggio	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA LONGATO			
Luis Longato	Campo Largo	Irati	Irati
Judite Carlota Aggio	Campo Largo		Irati
Augusto Longato	Campo Largo	?	Irati
Emilia Campagnaro	?		?
Luis Longato	Campo Largo	?	Irati
Judite Carlota Aggio	Campo Largo		Irati

Emilio Longato	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Maria Narcisa Sicuro	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA MAGATON			
Ricardo Magaton	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Maria Joanna Longato	Campo Largo		Irati
Jorge Magaton	Campo Largo	?	Irati
Joana Stropparo	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA MANERA			
João Baptista Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Olívia Bianco	Campo Largo		Irati
Fortunato Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Joana Bianco	Campo Largo		Irati
Miro Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Justina Stocco	Campo Largo		Irati
Fiorindo Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Faustina Aggio	Campo Largo		Irati
José Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Elisa Bianco	Campo Largo		Irati
Candido Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Josephina Bianco	Campo Largo		Irati
Luis Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Pierina Fior	Campo Largo		Irati
João Manera	Campo Largo	Campo Largo	Irati
Emilia Stocco	Campo Largo		Irati
FAMÍLIA MASO			

João Maso Victória Crovador	Campo Largo Campo Largo	Campo Largo	Iratí Iratí
--------------------------------	----------------------------	-------------	----------------

Fonte: Adaptado pela autora a partir de AGGIO (2005), p. 143-329.

Observei a predominância dos casamentos dentro do próprio grupo, representando 94,1% dos casos. Fabio Scarpim, ao analisar os registros de casamentos da Paróquia de São Sebastião (Campo Largo), Nossa Senhora da Piedade (Campo Largo) e São José (Santa Felicidade), do período entre 1878 a 1920, chegou a um número bastante próximo ao nosso. Segundo o autor, não somente na primeira geração, mas também na segunda, manteve-se a prática dos casamentos dentro do próprio grupo étnico, sendo que nesse período apenas 6% dos casamentos não ocorreram dessa forma. O autor ainda percebeu que os casamentos ocorriam em sua maioria com pessoas da mesma colônia, com destaque para a colônia Balbino Cunha ou Campina, onde tal fato é bastante perceptível (SCARPIM, 2010, p. 73).

Para Scarpim (2010, p. 72), essa prática pode estar relacionada ao fato de que o matrimônio significava uma forma de preservação do patrimônio (material e simbólico) e também de agregar forças de trabalho; assim sendo, os casamentos interétnicos eram uma forma de manter a estabilidade não apenas do casal, mas também da própria comunidade. Nesse sentido, a entrada de membros externos poderia representar uma forma de desorganização e risco à coesão do grupo. Scarpim também aponta que nas colônias de Campo Largo, como a Balbino Cunha, essa prática pode estar relacionada à distância geográfica de outros núcleos coloniais, o que dificultava o contato com outros jovens; além disso, os locais de socialização que frequentavam eram restritos à colônia, como celebrações familiares e religiosas. Somava-se a esses fatores a interferência dos pais na escolha do cônjuge dos filhos, o que fazia com que as uniões não fossem motivadas pelo ideal do amor romântico, mas pela racionalidade da organização familiar (2012, p.73).

Dos 34 casais que nasceram nas colônias Balbino Cunha e Dona Mariana, 13 casaram-se em Iratí, 16 deles em Campo Largo e 5 não constam nos registros na genealogia escrita por Osmar Aggio. Uma hipótese é que essas pessoas que casaram em Iratí migraram ainda jovens, junto com outros familiares, como foi o caso da família Aggio, que dos 5 homens que vieram, 4 eram solteiros, e para um deles não foi encontrado registro de casamento. Fiorindo, Eugênio, Raimundo, José e Frederico e

mais duas mulheres, Elena Clara (casada, em Iriti, com Isidoro Crovadore) e Judite Carlota (casada com Luis Longato), eram irmãos, filhos dos imigrantes Guglielmo Aggio e Maria Fracaro, casal que também migrou para Iriti. Provavelmente, esse foi outro caso, como ocorrido com a família Stroparo, em que pais e filhos migraram juntos.

Na família Manera, ocorreu exatamente o contrário, pois das 10 pessoas (8 homens e 2 mulheres) que migraram para Iriti, todas se casaram em Campo Largo. Uma escritura de compra e venda de terras, datada de 22 de julho de 1922, anteriormente mencionada, nos ajuda a compreender a trajetória da família. Nesse documento, a italiana Giovanna Bianco, viúva de Achile Manera, junto com seus filhos, Fortunato (27 anos, casado), José (25 anos, casado), Regina (24 anos), Angela, (19 anos), João (17 anos, solteiro), todos residentes em Campo Largo, fizeram uma aquisição de 18 alqueires de terras em Iriti, o equivalente a 435.600 m². As terras, de acordo com a escritura, foram divididas da seguinte forma: 8 alqueires para Giovanna e dois alqueires para cada filho (SILVA, 1922, p.1). Levando-se em consideração que cada lote da colônia Balbino Cunha possuía cerca de 96.800m² (AGGIO, 2005, p. 78), a terra adquirida pela família era 4,5 vezes maior.

A trajetória dessas famílias, desde a saída de Campo Largo até a compra de terras nas áreas rurais de Iriti, me permite concordar com a bibliografia sobre o tema que afirma que grande parte das famílias veio para Iriti nas primeiras décadas do século XX. Ainda, observei que a maioria não era de italianos, mas sim descendentes deles, que adquiriram terras e se fixaram, mas as narrativas os descrevem como “italianos” e retomam elementos comuns à epopeia e ao “imigrante-herói”: desbravadores, persistentes, trabalhadores e pessoas de muita fé.

Mesmo existindo trabalhos historiográficos que procuraram desconstruir a ideia do imigrante vencedor, essa narrativa ainda está presente quando se trata da trajetória dos imigrantes e descendentes de italianos.

No próximo capítulo discutirei sobre a presença, além de italianos, de outros grupos étnicos em Iriti, como poloneses e ucranianos, os quais fizeram um percurso parecido com os imigrantes que vieram da Itália. Minha preocupação é compreender se nas interpretações sobre o passado também emerge o *imigrante-herói* e como esses grupos manifestam-se socialmente na tentativa de construírem “italianidades”, “polonidades” e “ucranidades”.

PARTE II: REFÚGIOS E PERFORMANCES DA NARRATIVA ÉPICA

CAPÍTULO III: POLONIDADES, UCRANIDADES, ITALIANIDADES

Considero importante analisar as narrativas sobre outros grupos étnicos presentes em Irati, como poloneses e ucranianos, no intuito de compreender se delas também emerge o *imigrante-herói* e quais elementos do passado são mobilizados por eles na construção das polonidades e ucranidades.

As italianidades, polonidades e ucranidades, são, de maneira geral, aqui entendidas como associadas a um sentimento de pertencimento, a uma trajetória histórica comum, reinterpretadas e reinventadas positivamente a partir do tempo presente. Utilizo a expressão no plural por entender que cada grupo constrói seu próprio sentimento de “ser italiano”, “ser polonês” ou “ser ucraniano” e que, além, disso, cada indivíduo possui interpretações e interesses diferentes ao se identificar com um ou outro elemento étnico, o que também pode se alterar ao longo do tempo. Não nego, porém, a relevância que a memória coletiva assume nas narrativas particulares: o que as pessoas lembram e a forma como lembram tendem a incorporar elementos presentes em um passado comum, mistificado e cristalizado. Em síntese, o individual e o coletivo atuam no processo de construção das memórias.

É importante destacar que essas identidades não são fixas e sem mudanças, pois, entendidas como construções culturais e históricas, podem ser renegociadas por solicitações tanto internas quanto externas ao grupo (TRUZZI, 2008, p. 229).

3.1 O *IMIGRANTE- HERÓI* TAMBÉM É POLONÊS E UCRANIANO?

Na cidade de Irati é possível perceber a presença de manifestações identitárias relacionadas aos imigrantes italianos, ucranianos e poloneses. É por meio dessa interação uns com os outros, e não o isolamento, que faz com que identidades étnicas tornem-se emergentes, como bem pontuaram Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 24): “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas.”

Poutignat e Streiff-Fenart ainda afirmaram que “os grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no

comportamento, isto é, diferenças culturais permanentes” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 196). Percebo que essas diferenças se mostram, na cidade de Irati, na língua, nos trajes considerados “típicos”, nas músicas folclóricas, nas danças, na culinária. Porém, um ponto que é comum, é o apego dessas pessoas ao passado e à trajetória dos seus antepassados.

No caso dos imigrantes italianos esse passado é lembrado como algo sofrido, de pessoas pobres que vieram para o Brasil sem muitos recursos, mas que, com muito trabalho, conseguiram prosperar. Tais narrativas se assemelham ao que foi pontuado por Maria Catarina Chitolina Zanini, quando estudou um grupo de descendentes de italianos na região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Segundo a autora: “A pobreza delegada aos pioneiros é um atributo positivo quando se acompanha a trajetória familiar, ou seja, de pessoas que não tendo praticamente nada no momento de emigrar, hoje possuem um patrimônio econômico acumulado e um relativo bem-estar” (ZANINI, 2006, p. 129). E mais, “o passado torna-se um bem simbólico, e a família e noção de pertencimento um valor” (ZANINI, 2006, p. 206).

A interpretação do passado e da noção de pertencimento como “valores” também podem ser visualizados na construção das polonidades e ucranidades. Sobre o grupo étnico ucraniano e suas manifestações identitárias analisei as publicações de uma página na rede social *Facebook* do grupo folclórico ucraniano Ivan Kupalo³⁴. Segundo a biografia do grupo descrita nesta página, o grupo teve início no ano de 1976, quando houve uma apresentação de um grupo folclórico ucraniano na cidade de Irati e muitos jovens acabaram “se encantando” com os trajes e as danças. Por iniciativa do Promotor de Justiça da época, Jeroslau Scrobot, e demais famílias descendentes de ucranianos, um grupo similar foi formado, com o nome “Grupo Folclórico Ucraniano”. Em uma reportagem publicada pela Secretaria de Comunicação, em 2014, no *site* da Prefeitura de Irati, afirmou-se que o grupo foi desativado após cinco anos de funcionamento, sendo que em 1985, por intermédio do Grupo de Jovens da Paróquia Imaculado Coração de Maria, foi reativado com a participação somente de dançarinos adultos e, em 1989, crianças começaram a fazer parte dos ensaios e apresentações. A reportagem

³⁴ O nome faz alusão ao deus Kupalo, personagem mitológico da Era Pagã e venerado como deus do amor e da fertilidade. Com o advento do Cristianismo, a figura de Kupalo passou a ser associada a São João Batista (TRAVENSOLLI, 2014). Ivan Kupala ou Ivana Kupala também remete a uma celebração noturna do solstício de verão, em junho (na Europa), que com o cristianismo passou a ser realizada na noite de São João, juntando o mito pagão de Kupala com o santo católico.

ainda menciona que em 1989 modificou-se o nome para “Ivan Kupalo” (TRAVENSOLLI, 2014).

Em outra publicação na página do *Facebook* do grupo, datada de 29/04/2015, podemos observar o passado como bem simbólico e o pertencimento étnico, um valor. A figura do imigrante ucraniano e sua moral são apresentados como valores que devem ser mantidos e honrados pelas gerações atuais de descendentes:

A tradição ucraniana, com sua abundância de rituais e simbolismos, é um testemunho da riqueza, da antiguidade e do poder da nossa cultura. Temos sorte que os nossos antepassados viveram de forma bonita essa cultura, que valorizavam o modo de vida e crenças da época repassando às gerações atuais os valores. (GARSTKA, 2015)

Ainda em outra publicação na mesma rede social, em 13/12/2018: “Somos movidos pela dança e pelo amor à cultura ucraniana. Um amor que está no sangue, corre em nossas veias e nos motiva a continuar. Um amor que não se explica, se sente” (GRUPO FOLCLÓRICO UCRANIANO IVAN KUPALO, 2018). A expressão “um amor que está no sangue” nos remete à ideia dos valores que as gerações atuais de descendentes carregam de seus antepassados como algo biológico e inato.

Nessas publicações do grupo, a figura do imigrante ucraniano, do passado vivido por eles e de seus “valores” são acionados como uma identidade comum, que os unifica e reforça o sentimento de pertencimento, de ucranidade. Observei que o imigrante é valorizado pelo seu “modo de vida”, pela sua “cultura” e “crença” e por terem “repassado” tais “valores” aos seus descendentes. Noto que não houve menção ao trabalho braçal, ao pioneirismo, à pobreza, à coragem, características acionadas com frequência no grupo étnico italiano. Entendo que por serem publicações de um grupo folclórico que representa os “valores do imigrante” por meio da dança e da música, ou seja, seu aspecto artístico, características associadas ao campo econômico (que remete ao trabalho, desbravamento, pobreza...) não foram enfatizadas.

Mais recentemente, em 2022, a Câmara de Vereadores de Irati fez uma homenagem à “comunidade ucraniana iratiense” contando com a participação de descendentes de ucranianos e também membros do grupo Ivan Kupalo. A moção honrosa teria sido aprovada em 2021 em comemoração aos 130 anos da imigração ucraniana no Brasil, porém, devido à pandemia, somente ocorreu em 2022. O jornal “Folha de Irati” publicou uma reportagem sobre o evento, em que é possível observar outros “valores” atribuídos aos imigrantes, da qual extraí a fala de uma vereadora: “A homenagem a esse povo trabalhador, que nos orgulha e engrandece com seu imenso e

inegável legado social, cultural e econômico, se justifica pelo momento em que o Brasil e o Estado do Paraná celebram os 130 anos de imigração ucraniana” (FOLHA DE IRATI, 2022). Aqui o trabalho aparece associado à figura do imigrante, bem como sua contribuição “econômica, social e cultural”.

Outro vereador, ainda, acrescentou: “Nossa gratidão a esta comunidade, que admiramos e respeitamos por sua religiosidade, cultura e tradições que fazem parte do cotidiano e da identidade de Irati” (FOLHA DE IRATI, 2022). Nessa fala enfatizou-se os “valores” dos ucranianos (religião, cultura e tradições) e sua contribuição para formação da “identidade” de Irati.

Ambrósio Bulka, um idoso, descendente de ucranianos e “representante da comunidade ucraniana” se pronunciou durante o evento e sua fala foi transcrita na reportagem acima citada:

Na época meus pais se instalaram em Mallet, era tudo sertão³⁵, não tinha estradas, a vida era difícil. Depois as coisas foram melhorando, foram construídas casas, igrejas, escolas, e foi-se criando uma nova realidade. Neste período existiam muitas doenças, portanto, perdemos muitas pessoas. O povo sofreu muito, e agora, novamente, estamos comovidos com a população da Ucrânia, que vem enfrentando uma guerra, é triste ver um país bem estruturado e bonito com povo trabalhador e patriota passando por esta situação. (FOLHA DE IRATI, 2022)

Mallet é uma cidade localizada a cerca de 60 quilômetros de Irati e que recebeu imigrantes ucranianos a partir do final do século XIX, mais especificamente em 1896, quando um grupo de ucranianos ocupou cerca de 1.700 lotes de terra (TELEGINSKI, 2016, p. 29). Bulka não esclareceu em que momento seus pais teriam “se instalado” em Mallet, mas retoma alguns elementos bastante recorrentes quando se trata de chegada de imigrantes italianos no Brasil como a presença de florestas inhabitadas, reforçando os “vazios demográficos”, falta de estradas, vida difícil, mas que com o passar do tempo foram prosperando e construindo casas, igrejas e escolas. Citou também a guerra na Ucrânia, fato ocorrido recentemente, e a “comoção” causada por esse fato, o que demonstra a existência de uma identificação com o país de origem de seus familiares.

³⁵ A expressão “sertão” é utilizada, regionalmente, para se referir a terras inhabitadas, sem moradores ou construções, com a presença da mata nativa. No dicionário Aurélio encontramos algumas definições que se aproximam do uso regional: “1. Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. (...)” (FERREIRA: 1975, p.1293). (FERREIRA, 1975, p. 1293).

As ucranianidades em Irati também podem ser observadas na religiosidade por meio da arquitetura de igrejas, presente tanto na área urbana quanto na rural. Na área urbana destaca-se a Paróquia Imaculado Coração de Maria, inaugurada em 1950 (Figura 3), e nas áreas rurais as igrejas São Pedro e São Paulo, construída em 1954, (Figura 4) da localidade de Gonçalves Júnior; Nossa Senhora da Luz (Figura 5) em Governador Ribas construída em 1967; São José Operário (Figura 6) em Linha B construída em 1974; Sagrado Coração de Jesus e Maria (Figura 7) em Cerro da Ponte Alta construída inicialmente em 1977 e reformada em 1992; Assunção de Nossa Senhora (Figura 8) em Itapará construída primeiramente em madeira em 1945 e em 1982 de alvenaria; Nossa Senhora do Rosário (Figura 9) em Água Mineral construída em 1983; e São João Batista (Figura 10), construída de madeira em 1934 e em alvenaria no ano de 1992, em Pinhal Preto (METROPOLIA CATÓLICA UCRANIANA SÃO JOÃO BATISTA).

É possível observar elementos recorrentes na arquitetura dessas igrejas, como a cúpula em estilo bizantino que cobre a torre e, em seu topo, a cruz. A presença dessa arquitetura demonstra a intenção de recriar o espaço social religioso em meio ao contato com outros grupos. Evidencia-se a construção de uma memória amparada em artefatos materiais e também uma forma de construir e demarcar um espaço identitário, de diferenciar-se dos demais, de delimitar as fronteiras do “nós”. Além disso, a igreja “é o lugar mítico, onde simbolicamente se reviviam e se atualizavam as tradições, e de certa forma, tornava-se real e concreta a pátria distante” (HANICZ, 2011, p. 7).

Figura 3: Paróquia Imaculado Coração de Maria



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 4: Igreja São Pedro e São Paulo



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 5: Igreja Nossa Senhora da Luz



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 6: Igreja São José Operário



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 7: Igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 8: Igreja Assunção de Nossa Senhora



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 9: Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Figura 10: Igreja São João Batista



Fonte: Disponível em <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 07/07/2022.

Sobre os poloneses, quem visita a cidade e desconhece seu percurso histórico talvez observe a presença dessa população nos sobrenomes dos moradores, na arquitetura das poucas casas mais antigas que ainda restam em alguns bairros ou até mesmo nas brincadeiras que aparecem nas rodas de conversa, sobre a presença dos “polacos” na cidade. Uma dessas brincadeiras se refere a um dos principais pontos turísticos locais: a imagem de 22 metros de Nossa Senhora das Graças, localizada em um dos pontos mais elevados da cidade (Figura 11). A imagem da Santa, como os moradores se referem ao monumento, está com os braços estendidos e com o “olhar” voltado para a cidade, o que, nas conversas informais, assume a postura de estar exclamando: “Chega de Polaco!”.

A brincadeira, que parece banal ou até mesmo “inofensiva”, deixa transparecer, porém, possíveis tensões e conflitos simbólicos entre os grupos étnicos. Diferentemente de cidades que se intitulam alemãs, como Pomerode no estado de Santa Catarina ou italianas, como Antônio Prado no Rio Grande do Sul, Irati não é definida por essa ou aquela etnia e sim, pela presença de várias, como alemã, ucraniana, polonesa e holandesa.

Figura 11: Imagem de Nossa Senhora das Graças



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

A imigração de poloneses para a região de Curitiba ocorreu na segunda metade do século XIX, os quais fixaram-se em colônias como, por exemplo, Tomaz Coelho, fundada em 1876. Posteriormente, muitos desses imigrantes e descendentes partiram de forma “espontânea” em busca de novos lotes de terra para a região de Irati, formando núcleos como Serra dos Nogueiras, percurso muito parecido ao feito pelos italianos. A construção da linha férrea Brasil São Paulo – Rio Grande Railway, que em 1899 passou a contar com uma estação em Irati, além de impulsionar a vinda dos imigrantes e seus descendentes, contribuiu para a criação de novas colônias federais pelo Serviço de

Povoamento do Solo Nacional, agência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essas novas organizações também atraíram imigrantes poloneses para a região, como foi o caso do Núcleo Iraty (atual distrito de Gonçalves Júnior), fundado em 1908. Não apenas da região de Curitiba vinham os imigrantes poloneses, mas também de lugares mais próximos como Prudentópolis e Mallet (TELEGINSKI, 2016, p. 29-32). Não encontrei referências sobre a quantidade numérica desses imigrantes.

Um dos clubes existentes na cidade, o “Clube Polonês” demonstra a presença de poloneses na região e sua tentativa de demarcação de fronteiras étnicas. Porém, um visitante que desconheça a história do clube dificilmente notará essa marca étnica, pois na fachada do prédio consta a inscrição S.B.C.I. (Sociedade Beneficente Cultural Iratiense). Quando foi criado, em 1921, o espaço foi nomeado como “Sociedade Liberdade” - *Towarzystwo Wolność*, o qual seria destinado para a instrução, em língua polonesa e portuguesa, dos filhos desses imigrantes. Após a implantação do Estado Novo no Brasil, houve a proibição da prática de línguas estrangeiras no país e a instituição da obrigatoriedade do uso da língua nacional, alterando-se o nome da entidade para Sociedade Beneficente Recreativa Educadora José Smolka e, posteriormente, em 1944, para Sociedade Beneficente Cultural Iratiense (SOCIEDADE BENEFICENTE CULTURAL IRATIENSE, 1996, p. 7-8).

Em 1986 foi fundado, por iniciativa de descendentes de poloneses, o Centro de Tradições Polonesas Três de Maio, com o intuito de ensinar e difundir as danças folclóricas polonesas. No ano seguinte, também ligado ao Centro de Tradições Três de Maio, surgiu o grupo folclórico Lublin, que recebeu esse nome devido ao fato de que os trajes que serviram de vestimenta para os dançarinos do grupo teriam vindo da região de Lublin, por intermédio da sociedade polonesa *Wspólnota Polska* e do Consulado Geral da República da Polônia (TELEGINSKI, 2016, p. 41).

Ainda na década de 1980, foi ao ar, em uma das rádios locais, o programa *Godzina Polska* (“Hora Polonesa”), o qual permanece atualmente, sendo apresentado por Genoveva Zavilinski aos domingos, das 11:00 às 12:00. No programa são tocadas músicas folclóricas polonesas e também divulgadas notícias sobre a Polônia. Nessa mesma emissora de rádio, também aos domingos, é apresentado o programa “Hora das Nações”, espaço que contempla as etnias alemã, ucraniana, italiana e polonesa.

Não menos importante, cito também a atuação da BRASPOL – Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil, a qual foi criada em 1990 com o intuito de reunir poloneses e descendentes no Brasil por meio de clubes, sociedades e

congregações religiosas. Em sua tese de doutorado, Neli Maria Teleginski (2016, p. 41) observou que os membros da BRASPOL em Irati e cidades próximas, como Mallet e Prudentópolis, buscam aprender e transmitir a língua polonesa, por meio de cantos litúrgicos, preservação de rituais religiosos, religiosidade e festividades.

Elementos épicos também se fazem presentes nas narrativas sobre a trajetória dos imigrantes poloneses para Irati. Em outubro de 2019, a presidente do Núcleo da Braspol de Irati, Nelsi Pabis, durante uma sessão ordinária da Câmara dos Vereadores de Irati, discursou sobre a comemoração dos 150 anos da imigração polonesa para o Paraná, o que resultou em uma matéria, a qual transcrevi, em partes, abaixo, publicada no *site* da Câmara Municipal da cidade,:

A Presidente [da Braspol] contou que em 2021, será comemorado 150 anos da imigração Polonesa no Paraná. “O Núcleo da Braspol de Irati objetiva organizar uma significativa comemoração para marcar a data. O centenário foi comemorado em 1971, temos uma placa alusiva na Praça da Bandeira. Precisamos deixar uma marca como forma de tributo aos antepassados pela coragem em desbravar uma terra desconhecida e contribuir para sua edificação”, afirmou. [...] A Presidente da Braspol registrou uma mensagem: “Nestes 150 anos de presença no Brasil rendemos nossa homenagem aos poloneses, nos orgulhamos pela sua persistência em prol da Polônia, que hoje é um país moderno e desenvolvido. Nossos cumprimentos também aos imigrantes pelo seu ato de coragem, persistência, força, fé em Deus e contribuição para construção da identidade do povo brasileiro. Que Deus continue nos iluminando e abençando para podermos contribuir para o desenvolvimento do Brasil e continuar honrando a pátria dos nossos antepassados”. (ASSESSORIA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2019)

Desbravador, corajoso, persistente, de fé e que contribuiu para o progresso do Brasil aparecem como qualidades dos imigrantes poloneses, motivos pelos quais devem ser “honrados” pelos seus descendentes. A ideia de trabalho e do imigrante trabalhador, que com recorrência é ação nas narrativas sobre italianos, apesar de que a palavra “desbravador” possa estar associada ao trabalho, não foi citada nesse discurso.

No ano seguinte, 2021, em que se comemorou os 150 anos da imigração polonesa no Paraná, a Câmara dos Vereadores promoveu uma “homenagem à comunidade polonesa iratiense”:

Visando reconhecer a história deste povo trabalhador, que atravessou o atlântico em uma terra desconhecida para proporcionar dias melhores para suas famílias e descendentes, a Câmara concedeu Moção de Aplausos no dia 14 de dezembro à Comunidade Polonesa Iratiense, que este ano comemora 150 anos da imigração no Brasil e no Paraná. (ASSESSORIA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2021)

Nesse evento, um dos vereadores falou sobre a “comunidade polonesa” de Irati, discurso que muito se aproxima, e em algumas partes é fidedigno, ao que utilizou

um ano depois para se referir à “comunidade ucraniana”. As falas do vereador, as quais utilizei, foram transcritas pelo jornal e pelo *site* da Câmara Municipal e podem ter sido adaptadas pelo redator ao escrever o texto.

Nação amiga, povo trabalhador de lutas, vitórias e conquistas trazidas para o bem comum do nosso país, estado e município. Nossa gratidão a esta Comunidade, que admiramos e respeitamos por sua religiosidade, cultura e tradições, que fazem parte do cotidiano e da identidade de Irati (ASSESSORIA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2021).

Os imigrantes poloneses são relacionados à virtude do trabalho, da religião, das tradições e do “heroísmo” por “atravessarem o oceano” e se aventurarem por “terras desconhecidas” para oferecerem melhores condições de vida às suas famílias e contribuírem para o “bem comum” do município.

3.2 ITALIANIDADES EM CONSTRUÇÃO

Um visitante que circule pela cidade poderá observar estabelecimentos comerciais que evidenciam uma possível “origem” italiana. Podemos citar um dos principais restaurantes da cidade, o “Italiano”, que ainda permanece sob a administração dos filhos de seus fundadores. A família possui três espaços de comércio gastronômico na cidade: um restaurante e lanchonete, uma churrascaria e uma panificadora. O interessante é que o restaurante e lanchonete, espaço que recebe mais clientes diariamente, é conhecido não por suas massas - as quais também fazem parte do cardápio -, como se esperaria de um estabelecimento que leva o nome de “Italiano”, mas sim suas carnes, especialmente a “Alcatra na chapa”, que é o principal prato consumido. A carne é servida em uma chapa, acompanhada de fatias de polenta, juntamente com acompanhamentos como saladas, farofa, maionese, batata frita e arroz (Figura 12). Seria a polenta o alimento que expressa a italianidade?

Figura 12: Alcatra na Chapa



Fonte: Facebook, 2023. Acesso em 26/07/2023

Outros estabelecimentos comerciais também evidenciam essa presença italiana, nesse caso com o uso de sobrenomes em suas fachadas, como Bozza, Cavalin Bora, Gasparelo, Rebesco, Trento, Stroparo, Molinari, Moletta, Zarpelon, entre outros. Formas de manifestações como placas, murais, portais, estátuas alusivas a italianos ou à sua presença, inexistem no meio urbano. Porém, quando se menciona a presença de italianos na cidade, imediatamente a comunidade de Pinho de Baixo se torna referência, apesar de termos outras localidades rurais com a presença significativa de descendentes, como é o caso de Rio do Couro, Papuã dos Fiori e Mato Queimado, além de outras em menor quantidade.

O primeiro registro que encontramos em jornais sobre eventos intitulados como italianos está datado de 01/04/2005. A “Noite Italiana” foi promovida pela diretoria do Clube Polonês (S.B.C.I) e prestou uma homenagem a Eliza Zarpelon, moradora da localidade de Pinho de Baixo, e Luigi Crisigiovanni, morador da área urbana, ambos descendentes de italianos (FOLHA DE IRATI, 2005). Para minha sorte, tive acesso ao discurso proferido na abertura do evento, o qual foi guardado por Edite Andreassa Grocholski³⁶ em seu arquivo pessoal. Essa fonte nos permite analisar de

³⁶ A folha com o discurso faz parte do arquivo particular de Edite Andreassa Grocholski, uma das fundadoras do grupo folclórico *Chiaro di Luna*, de Pinho de Baixo. Dona Edite, ao longo de anos, foi guardando diversos materiais relacionados aos descendentes de italianos, especialmente ao grupo

forma mais aprofundada a construção da memória e das italianidades em Iriti por meio de alguns elementos que são evocados nessa narrativa.

Primeiramente: a escolha dos homenageados. Ambos idosos: Eliza com 82 e Luigi com 78 anos. Ela, de uma localidade rural e ele, da área urbana. Ela, descendente de imigrantes italianos vindos de Campo Largo e ele, nascido no sul da Itália. Eliza, ou “Nona Iza”, foi escolhida por ser a “mais antiga moradora” da localidade de Pinho de Baixo. Aqui, para análise, recorro à obra de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Segundo a autora (1994, p. 77-81), a sociedade industrial é perniciosa para a velhice, pois com a perda de sua força de trabalho o idoso não mais produz/reproduz e com a mecanização e padronização de produção o conhecimento prático adquirido em uma vida inteira deixa de ter importância. Ao contrário, nas sociedades tradicionais “tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição” (BOSI, 1994, p. 82). Na “Noite Italiana”, observo que se reserva aos idosos o lugar do passado, o que penso ser resultado de uma sociedade capitalista baseada na lógica da velocidade, da substituição e que torna tudo rapidamente obsoleto. Talvez, por Luigi ser um italiano “de origem”, nascido na Itália, coube representar a imigração da área urbana de Iriti; “Nona Iza”, vinda de uma família de agricultores, moradora da área rural, é a que tem mais proximidade temporal com os primeiros italianos de Pinho de Baixo. Ao que parece, essas pessoas, na festa, assumem o papel de corporificar “o italiano” e “a italiana”, aquele que saiu de seu país, enfrentou dificuldades, trabalhou e prosperou em terras brasileiras.

Cabe aqui uma discussão sobre representação. Entendo o conceito a partir do que foi definido por Roger Chartier, como algo construído socialmente e que busca organizar e classificar as apreensões do mundo social. Essa construção não é feita de maneira passiva, mas é fruto dos interesses de determinados grupos, que concorrem e competem pelo poder e dominação. Essas lutas, segundo Chartier (1990, p. 17), “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e seu domínio”.

Apesar das diferentes trajetórias de vida de Luigi e Eliza bem como de suas famílias no evento, essas diferenças são anuladas em favor de algo maior: o

folclórico, como recortes de jornais, discursos de aberturas de festas, convite, ingressos, cartões enviados a ela por ocasião de festas de final de ano, fotos e cópias de e-mails. O fato desse documento com o discurso de abertura do jantar estar em seu arquivo pessoal pode indicar uma possível participação de Edite na articulação do evento

pertencimento a um grupo étnico ou a uma comunidade imaginada³⁷. No discurso de abertura da “Noite Italiana”, a localidade de Pinho de Baixo é referenciada como “colônia italiana”, sendo esse o primeiro registro que encontrei sob essa denominação, pois a grande maioria se refere à “comunidade”. Gostaria de chamar a atenção para a ideia de homogeneidade existente em ambos os termos, enquanto um grupo único, sem qualquer forma de alteridade.

Nesta noite em que a diretoria deste clube, organizou com esmero e carinho uma homenagem à colônia italiana de Pinho de Baixo, e também, extensiva a todos os outros imigrantes italianos e seus descendentes que fizeram e fazem parte da história do nosso município, quer fixados no interior, nos bairros ou no centro na cidade. Povo trabalhador, de muita coragem, influenciou no desenvolvimento, no progresso, na cultura, nos costumes, na religiosidade, no amor ao trabalho, respeito à família e à terra, muito contribuiu no engrandecimento de nossa sociedade. (NESTA NOITE EM QUE A DIRETORIA, 2005)

No discurso, “os italianos” também são interpretados com unicidade, com características e valores próprios que fazem parte da conduta de todos os indivíduos que pertencem ao grupo. Nesse caso, retoma-se a narrativa do imigrante trabalhador, corajoso, acrescentando-se a contribuição não apenas econômica, mas também cultural na terra onde se fixou, nesse caso Irati. Outro ponto é o reconhecimento da figura do imigrante italiano não apenas na área rural, mas também urbana do município.

Além da “Noite Italiana”, podemos citar outras manifestações de italianidades, como a formação do grupo folclórico *Chiaro di Luna*, criado em 2005, a Festa da Polenta, iniciada em 2006 e a construção do Museu *Casa dei Nonni*, inaugurado em 2016, os quais serão abordados com mais atenção adiante. Essas manifestações são relativamente recentes se comparadas às de outros grupos, como poloneses e ucranianos, provavelmente impulsionadas no contexto de comemoração do centenário de emancipação política de Irati, celebrado em 2007.

A palavra “tradição” tem grande peso quando trabalhamos com grupos étnicos. Evocada para se referir a um passado, com suas práticas e valores, que merece ser cultuado e mantido pelas atuais gerações, a tradição mostra-se presente nos discursos que fazem referência aos descendentes de italianos, como podemos observar em uma reportagem publicada em 25 de julho de 2008, sobre a 3^a edição da Festa da Polenta

³⁷ Faço referência ao conceito de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (2008), embora o autor se refira antes de tudo à ideia de nação, a partir da formação dos Estados Nacionais Modernos nos séculos XVIII e XIX.

(assunto que trataremos com mais atenção no capítulo IV), realizada em Pinho de Baixo:

A melodia da boa música italiana e sua deliciosa gastronomia foram os ingredientes que marcaram a Festa da Polenta, no último dia 19, no pavilhão da Capela São Sebastião, no Pinho de Baixo. A festa, que está em sua terceira edição, mantém vivas as tradições e a cultura italiana trazidas pelos antepassados e que é fortemente preservada em Irati. (FOLHA DE IRATI, 2008)

Na fala de Edison Moro Rios, publicada em 2008 no jornal “Folha de Irati”, o conceito também se destaca: “Preservar costumes e tradições revela o respeito e a consideração aos nossos antepassados, que em muito contribuíram para a formação do patrimônio científico humano” (RIOS, 2008, p. 12). Práticas ditas “tradicionais” também ganham espaço nos jornais: “tradicional tombo da polenta³⁸”, “tradicional vinho”, “pratos tradicionais” e até mesmo a festa passa a ser mencionada como “tradicional” no município de Irati, a partir de sua 5^a edição, ocorrida em 2010. “Polenta, vinho e música típica, nesse último sábado (31), aconteceu no Pavilhão da Capela São Sebastião, na comunidade de Pinho de Baixo, uma das festas tradicionais do município: a Festa da Polenta” (FOLHA DE IRATI, 2010, p. 8).

É possível notar a evidência que a palavra “preservação” também ganhou nas narrativas acima, a qual não deixa de estar associada à “tradição”. Preservar remete à ideia de manter costumes do passado e à preocupação com possíveis mudanças. Quando falamos que algo está preservado nos referimos a características originais que perpassam o tempo e se mantêm sem grandes alterações.

Luiz Felipe Falcão, em texto intitulado “*Brasiliani* e italianos: reflexões sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil contemporâneo”, afirmou:

A etnicidade e a tradição não perdem forças como bens simbólicos operados para colonizar semelhanças, despertar afinidades, suscitar adesões, propiciar disputas de sentido (o autêntico, o verdadeiro, e também o estigmatizado, o oprimido) e, sobretudo, para fundar afastamentos e distâncias, para apartar. (FALCÃO, 2005, p. 59)

E ainda: “A tradição, que articula muitas referências próximas ou comuns à etnicidade, como sangue, herança cultural e pertença, permanece, pois, seduzindo grupos ou indivíduos empenhados na fundação de signos culturais distintivos” (FALCÃO, 2005, p.60). Acionar elementos como o vinho, a polenta, o tombo da

³⁸ O “tombo da polenta” é o momento principal que antecede o jantar da Festa da Polenta no qual uma mulher, a “Nonna”, geralmente idosa, “tomba” a panela de polenta sobre uma tábua de madeira.

polenta e a própria festa enquanto tradicionais colabora para criar uma identidade única do grupo e diferenciá-lo dos demais, definindo a fronteira do “nós” e a do “outro”.

Entendo a tradição a partir do que Stuart Hall pontuou, não como algo que perpassa gerações de maneira inalterável, mas sim fruto de negociações e disputas que a modificam e a reorganizam.

A tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos. Esses arranjos em uma cultura nacional-popular não possuem uma posição fixa ou determinada, e certamente nenhum significado que possa ser arrastado, por assim dizer, no fluxo da tradição histórica, de forma inalterável. Os elementos da “tradição” não só podem ser reorganizados para se articular a diferentes práticas e posições e adquirir um novo significado e relevância. Com frequência, também, a luta cultural surge mais intensamente naquele ponto onde tradições distintas e antagônicas se encontram ou se cruzam. Elas procuram destacar uma forma cultural de sua inserção em uma tradição, conferindo-lhe uma nova ressonância ou valência cultural. As tradições não se fixam para sempre: certamente não em termos de uma posição universal em relação a uma única classe. (HALL, 2003, p. 259-260)

Eric Hobsbawm, na obra “A invenção das tradições”, utiliza o termo “tradição inventada” como:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 1997, p. 9)

O autor ainda chama a atenção para a diferença entre “costume” e “tradição”. O primeiro, ao contrário da tradição, permite que mudanças aconteçam, porém estas devem ser compatíveis com o modelo que as precedia, dando a ideia de uma continuidade histórica. Já a tradição tem como característica principal a invariabilidade e a repetição, tornando-se algo formalizado e ritualizado (HOBSBAWM, 1997, p. 10-12).

Percebo que nos discursos sobre a “Festa da Polenta”, ou mesmo sobre a localidade na qual esse evento é realizado, a palavra “tradição” se aproxima mais da definição cunhada por Hobsbawm, como algo que se repete ao longo de gerações sem qualquer variação, como um ritual, e que a “missão” dos descendentes é “preservar” essa prática.

A festa é um momento de formalização e ritualização de algumas práticas cotidianas entre os descendentes, como por exemplo, retirar a polenta da panela para ser

servida, que na festa é um momento aguardado, tal qual o peso simbólico do corte de uma fita em uma inauguração.

Neste capítulo que se finda busquei mapear algumas manifestações étnicas relacionadas à ucranidade, polonidade e italianidade e a forma como se apresentam no espaço público e na sociedade iratiense. Por meio da análise das narrativas sobre cada um desses grupos, percebi que existe uma proximidade nos discursos sobre a vinda de imigrantes poloneses, italianos e ucranianos para Irati, no que se refere às características do imigrante como a coragem, a fé, o trabalho e a tradição, além disso, exaltou-se de forma positivada a importância que esses grupos tiveram na formação identitária de Irati e em seu desenvolvimento econômico e até mesmo cultural. Dessa forma, é possível afirmar que as trajetórias desses imigrantes e a forma como são mobilizadas pelo coletivo são semelhantes, e aparecem como acontecimentos “vividos por tabela”. O *imigrante-herói* é polonês, ucraniano e italiano, o que os diferencia são as manifestações identitárias promovidas por eles, seja pelos grupos folclóricos, festas, danças, músicas, alimentação, linguagem.

Nos três grupos, apresentou-se a imagem de um imigrante genérico, homogeneizado, estereotipado, sem peculiaridades em suas trajetórias, sem derrotas, sem frustrações e que contribuiu fortemente para “a tradição”, “a cultura”, “a identidade”, a religiosidade e para o progresso econômico de Irati. Houve um esforço em personificar “o imigrante”, dar “cara”, quando foram convidadas, para homenagens, pessoas idosas ou mesmo que possuíam representatividade em suas coletividades.

No próximo capítulo buscarei compreender sobre a atuação do grupo *Chiaro di Luna* e a Festa da Polenta na construção da italianidade em Irati, bem como analisar se essas manifestações étnicas reforçam a figura do imigrante-herói e a narrativa épica.

CAPÍTULO IV: A ITALIANIDADE PERFORMADA: FALAR, CANTAR, COMER E BEBER “COMO ITALIANO”

4.1 “LA BELLA POLENTA”: A ATUAÇÃO DO GRUPO CHIARO DI LUNA

*Quando si pianta la bella polenta
La bella polenta si pianta così
Si pianta così, si pianta così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando la cresce la bella polenta
La bella polenta la cresce così
Si pianta così, la cresce così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando fiorisce la bella polenta
La bella polenta fiorisce così
Si pianta così, la cresce così
Fiorisce così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando si smissia la bella polenta
La bella polenta si smissia così
Si pianta così, la cresce così
Fiorisce così, si smissia così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando si taia la bella polenta
La bella polenta si taia così*

Quando se planta a bela polenta,
a bela polenta se planta assim,
se planta assim, se planta assim.

Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.

Quando cresce a bela polenta,
a bela polenta cresce assim,
se planta assim, cresce assim.

Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.

Quando floresce a bela polenta,
a bela polenta floresce assim,
se planta assim, cresce assim,
floresce assim.

Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.

Quando se mexe a bela polenta,
a bela polenta se mescla assim,
se planta assim, cresce assim,
floresce assim, se mescla assim.

Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.

Quando se corta a bela polenta,
a bela polenta se corta assim,

*Si pianta così, la cresce così
Fiorisce così, si smissia così
Si taia così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando si mangia la bella polenta
La bella polenta si mangia così
Si pianta così, la cresce così
Fiorisce così, si smissia così
Si taia così, si mangia così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando si gusta la bela polenta
La bela polenta si gusta così
Si pianta così, la cresce così
Fiorisce così, si smissia così
Si taia così, si mangia così
Si gusta così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

*Quando fenisce la bella polenta
La bela polenta fenisce così
Si pianta così, la cresce così
Fiorisce così, si smiscia così
Si taia così, si mangia così
Si gusta così, fenisce così*

*Oh, oh, oh
Bella polenta così
Cia cia pum, cia cia pum
Cia cia pum, cia cia pum*

(La Bella Polenta - Canto Popular)

se planta assim, cresce assim,
floresce assim, se mexe assim,
se corta assim.

*Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.*

Quando se come a bela polenta,
a bela polenta se come assim,
se planta assim, cresce assim,
floresce assim, se mexe assim,
se corta assim, se come assim.

*Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.*

Quando se saboreia a bela polenta,
a bela polenta se saboreia assim,
se planta assim, cresce assim,
floresce assim, se mexe assim,
se corta assim, se come assim,
se saboreia assim.

*Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.*

Quando acaba a bela polenta,
a bela polenta acaba assim,
se planta assim, cresce assim,
floresce assim, se mexe assim,
se corta assim, se come assim,
se saboreia assim, acaba assim.

*Oh, oh, oh
Bela polenta assim,
Cia cia pum, cia cia pum.
Cia cia pum, cia cia pum.*

(A Bela Polenta - tradução minha)

A música “*La Bella Polenta*”, considerada uma canção tradicional vêneta, de autoria desconhecida, é, com frequência, cantada/tocada em festas étnicas italianas, e na cidade de Irati não é diferente. Sua letra faz referência a todo processo de preparo e degustação da polenta, desde a plantação, crescimento e floração do milho (alimento que era próprio da América), até o momento em que o fubá vai para a panela, é mexido, cortado e saboreado. A música, ao narrar esse processo, entoa o barulho da própria polenta na panela enquanto cozinha, o “cia cia pum”, e ao mesmo tempo exige uma certa concentração de quem a canta por avançar cada fase com um elemento a mais, como uma brincadeira da memória. Na Festa da Polenta de Pinho de Baixo, “*La Bella Polenta*” é o “prato principal” do repertório musical, especialmente entre os integrantes do grupo folclórico *Chiaro di Luna*. É ao som de “*La Bella Polenta*” que se faz o “tombo da polenta”, momento que marca o início do jantar.

O grupo folclórico *Chiaro di Luna*, criado em 2005, teve um papel fundamental na visibilidade da localidade de Pinho de Baixo como uma “colônia de italianos” em Irati. Para compreendermos a formação e a atuação do grupo *Chiaro di Luna*, realizamos duas entrevistas: com Edite Andreassa Grocholski e com Edison Moro Rios, pessoas que foram responsáveis por idealizar o grupo. As entrevistas, ambas com duração de mais de uma hora, foram realizadas em fevereiro de 2022 na casa de cada um dos depoentes. Tanto Edite quanto Edison residem na área urbana de Irati e, quando entrei em contato com eles sobre meu interesse em realizar as entrevistas, prontamente aceitaram o convite. Ambos já eram pessoas que eu conhecia, principalmente pelo fato de meu esposo e meus sogros participarem do grupo folclórico³⁹.

Edison Moro Rios, na ocasião da entrevista com 59 anos, aposentado, nasceu em São José dos Pinhais, cidade próxima a Curitiba. Devido ao trabalho na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, foi transferido para Irati em 1998, quando passou a frequentar o grupo folclórico polonês Lublin, inicialmente para acompanhar os filhos, que participavam do grupo. Segundo Edison, esse contato com a etnia polonesa se deu por influência de sua esposa, que é descendente de poloneses, nascida na colônia Murici, também em São José dos Pinhais, e o fez retomar o interesse pelo que ele chama de “folclore”.

Edison, que é descendente de italianos, relatou que o interesse pela etnia italiana começou como uma curiosidade de infância, quando seus avós falavam no

³⁹ Atualmente, apenas meus sogros participam do grupo.

dialeto italiano em ocasiões que não queriam que os demais entendessem a conversa ou mesmo quando cantavam músicas em italiano e se recusavam a ensiná-las. Segundo Edison, outra questão que atraía sua curiosidade era o desconhecimento que se tinha sobre as origens das famílias, sobre os sobrenomes, que, muitas vezes, não se sabia se eram de origem polonesa ou italiana; somava-se a isso a falta de acesso à informação, em uma época em que não se tinha internet ou outros meios mais acessíveis de pesquisa (RIOS, 2022).

Segundo Edison, em Iriti as pessoas sempre o apontavam como “o italiano” ou, quando se falava dessa etnia, ele era tomado como referência, chegando, até mesmo, a entrar em contato com a localidade do Pinho de Baixo na tentativa de “incentivar a questão cultural”, porém sem sucesso, pois era alguém “desconhecido”.

[...] eu lembro que tinha essa proposta de incentivar⁴⁰ essa questão cultural, daí eu fui até o Pinho de Baixo, levei um material audiovisual mostrando toda uma questão da saga dos italianos para o grupo de jovens, mas se tinha uma certa desconfiança porque eu era desconhecido, então não teve aquela recepção. (RIOS, 2022)

Segundo Edison, uma de suas inquietações era o fato de que havia muitos descendentes de italianos no município, mas pouco se conhecia ou mesmo se divulgava sobre essa etnia. Em suas palavras:

[...] eu comecei a perceber que em Iriti se falava muito da cultura ucraniana e polonesa, basicamente Iriti era praticamente uma cidade 100% da cultura eslava e eu comecei a perceber que não, que tinha muita coisa dos italianos, mas que não se falava e daí eu lembro que tinha uma conhecida nossa, que nossos filhos estudavam no SESI e minha vizinha era a Edite Andreassa⁴¹ e um dia a gente conversando com a Edite, e ela gostava de falar em italiano, falei: Edite que tal se a gente fizesse alguma coisa para a cultura italiana, porque os italianos foram importantes na formação de Iriti e se você observar vários sobrenomes você vê muita gente que teve importância aqui, mas que não tinha esse espaço. (RIOS, 2022)

A figura de Edite Andreassa Grocholski foi de suma importância para a formação do grupo folclórico, pois se, em tempos anteriores, Edison era um “desconhecido” perante a localidade, Edite, pelo contrário, era conhecida por todos pelo fato de ter nascido no local e ter muitos familiares residindo em Pinho de Baixo. Além do mais, conhecia a língua italiana e estava disposta a ensiná-la.

Edite, na ocasião da entrevista com 77 anos, nasceu em Pinho de Baixo. Para poder estudar, dos 7 aos 13 anos permaneceu em um internato regido por Irmãs de

⁴⁰ Edison não mencionou de quem ou de qual instituição havia partido essa proposta, mas, pelo contexto de sua fala, acredito ser da prefeitura municipal

⁴¹ Referência a Edite Andreassa Grocholski.

Caridade na cidade de Irati, uma vez que o deslocamento diário da área rural era bastante difícil devido à condição das estradas e aos poucos veículos existentes, na sua maioria caminhões. Aos 13 anos, seus pais também foram residir na área urbana e Edite voltou a morar com eles, tendo continuado a estudar e exercendo a profissão de professora até sua aposentadoria.

Segundo Edite, a ideia da formação de um grupo em Pinho de Baixo surgiu de uma conversa com Edison, na qual ambos se questionavam do porquê da língua italiana, mesmo na forma de dialeto, estar “desaparecendo” em Pinho de Baixo, conforme a transcrição que faço abaixo:

Um certo dia eu estava conversando com meu amigo Edison Moro e a gente comentou como as coisas mudaram, como tudo ficou diferente e como era nossa infância e essas coisas assim até que a gente chegou nessa parte da nossa descendência, porque ele também é descendente de italianos, daí a gente falou: poxa, um tempo a gente falava em italiano, era dialeto, mas é italiano, não deixa de ser. A gente era criança e todo mundo falava e nas comunidades falavam e de repente as coisas foram desaparecendo, os mais velhos não falavam mais, as crianças já não aprendiam e assim foi, foi desaparecendo. Aí nós começamos a comentar: veja a comunidade do Pinho de Baixo, que a maioria é descendente de italiano, todos falavam em italiano, hoje ninguém mais fala e por que será? Alguma coisa aconteceu. Essa coisa de se perder com o tempo, muitos costumes ainda existem, mas....poxa, e se a gente pudesse passar alguma coisa que a gente sabe pra essa comunidade, a gente não sabe muito, mas o que nós sabemos nós podíamos passar, e assim eu com o Edison resolvemos ir pro Pinho.

Ao comparar as lembranças sobre a formação do grupo percebo algumas nuances. Na fala de Edison, a preocupação principal era em relação à visibilidade dos descendentes e da “cultura italiana” frente a uma história de Irati que enfatizava apenas poloneses e ucranianos. Já na narrativa de Edite, sua inquietação estava relacionada ao “desaparecimento” da língua italiana em Pinho de Baixo, uma vez que lembrava de, quando criança, ser comum a comunicação na língua italiana.

A proposta de “resgatar o que se perdeu com o passar dos anos”, por meio de aulas de italiano, foi apresentada para os moradores de Pinho de Baixo em um domingo, após a celebração religiosa costumeira no local, realizada, geralmente, às 9 horas da manhã; segundo Edite, foi acolhida com bastante interesse.

Fomos em um dia de missa, no domingo eles fazem aquele culto, não é missa, é culto⁴², vamos lá e vamos propor para eles e assim nós propusemos...que nós gostaríamos de chegar lá na comunidade e falar com eles, ver se eles queriam aprender um pouco de italiano, os costumes, vamos resgatar isso aí que se perdeu com o passar dos anos, vamos resgatar essa cultura dos nossos antepassados, então nós fomos nesse culto e explicamos

⁴² A diferença entre o culto e a missa consiste, além da presença do padre, na organização da celebração. No culto não é feita a consagração da hóstia, uma vez que somente o padre tem autorização de fazê-la.

qual era nosso objetivo. Tudo bem... o pessoal se interessou e aí quando foi em abril de 2005 nós fizemos a primeira reunião e foi na escola, eles cederam as salas pra gente fazer. No dia foram 26 pessoas. Daí as pessoas foram e nós começamos perguntando: o que vocês sabem falar em italiano? e mais ou menos gente jovem, crianças e tinha uns adultos, mas que não sabiam falar também. Eu sei falar *Nonno*, *Nonno e Nonna* e eles não sabiam, então veja como se perdeu com o passar dos anos. Então nós vamos propor para vocês, vamos começar dando umas aulinhas, ensinar italiano e ver se vocês vão gostar, vamos para a música, e então nós começamos. (GROCHOLSKI, 2022)

Como destacado por Edite, após a conversa inicial, em 13/04/2005 foi realizado o primeiro encontro em umas das salas de aula da escola municipal da localidade, com a participação de 26 pessoas, cujas assinaturas ficaram registradas em uma lista de presença (Figura 13). Segundo Edite, o convite se estendeu para todas as pessoas que tivessem interesse em participar, não somente descendentes de italianos; mas, pelos sobrenomes dos que se fizeram presentes, podemos observar a totalidade deles de origem italiana: Cosmo, Gasparelo, Rossa, Vizinoni, Zanlorense e Zarpelon. Nota-se também a predominância de mulheres.

Figura 13: Lista de presença do primeiro encontro do grupo *Chiaro di Luna* - 2005

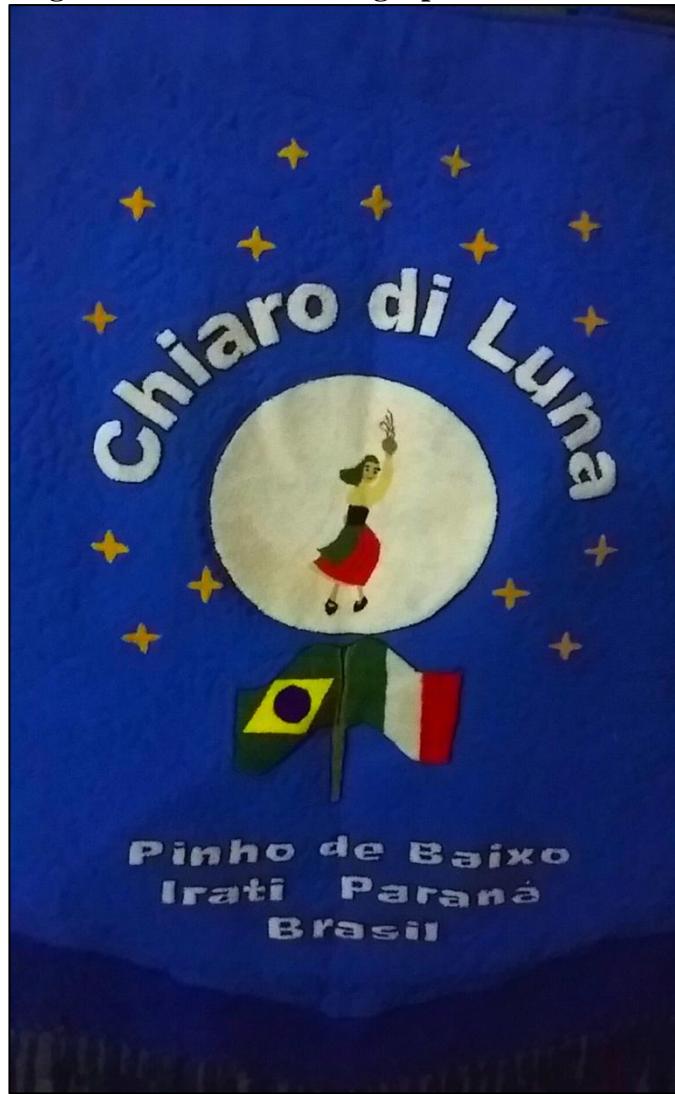
(13/04/05)	
1. Karina Boriani Vignoni	/
2. Francilise Tamburini	/
3. Eliete Maria Tamburini	/
4. Elder Luis Tamburini	/
5. Marcos Varpeloni	/
6. João Augusto Rossa (Guarani)	/
7. ANGELO MASPARECO Jr. +	X
8. Elisa L. Varpeloni	
9. Lucimara Stomski Varpeloni	
10. LAILA YASMIM ZAMPOLON	
11. Janaina Luis Varpeloni	
12. Vera Luis Tamburini	
13. Ebbanáia Rosa Varpeloni	
14. Eleo Justino Varpeloni	+
15. Renata Fabul Rossa	
16. Fábio Carlos Cosmo	
17. Fernanda Luis Varpeloni	
18. Jaime Anselmo Rossa	
19. Renata Boriani Rossa	
20. Simone Maria Varpeloni	
21. Vilzete Varpeloni	
22. Tamila Varpeloni	X
23. Flávia Varpeloni	
24. Déria de Satima Varpeloni	
25. Eliane Maria Tamburini	
26. Carla Francili Varpeloni	

Fonte: Acervo pessoal de Edite Andreassa Grocholski

Inicialmente, a proposta era de ensinar a língua italiana no intuito de se “resgatar” o que havia se perdido com o tempo, porém, com o número de integrantes aumentando, sentiu-se a necessidade de encontrar um nome para o grupo. Segundo Edite, a ideia veio de Edison, que observou que em muitas das noites em que se dirigiam para o Pinho de Baixo era a lua cheia que iluminava o caminho, pois não havia iluminação pública na estrada e nem na localidade; assim, ele deu a ideia de nomear o grupo como *Chiaro di Luna*, que em tradução livre significa “luar”, e os demais integrantes concordaram.

O céu é um elemento que ganha destaque no estandarte do grupo: com a cor azul predominando, a lua bordada ao centro com estrelas ao seu redor. Em frente à lua (cheia), a figura de uma mulher vestida com “trajes típicos” italianos (muito parecidos com as roupas usadas pelas integrantes do grupo nas apresentações) e logo abaixo, a bandeira do Brasil e da Itália unidas uma à outra.

Figura 14: Estandarte do grupo *Chiaro di Luna*



Fonte: Foto da autora – 2017

De acordo com Edite, nas aulas se ensinava o alfabeto em italiano, a pronúncia das letras e palavras, como se apresentar a outra pessoa⁴³, a escrita de algumas frases, e, para isso, não se seguia livro ou apostila, mas sim a “intuição”, tendo como objetivo

⁴³ Na entrevista ela mencionou frases como “bom dia/boa tarde/boa noite, eu me chamo ...”

principal “resgatar as raízes daquele povo”, o que, segundo Edite, foi acontecendo com o passar das aulas.

A gente ensinava a pronúncia, primeiro a apresentação, cada um se apresentava como era em português e em italiano, a gente ensinava em italiano e eles iam repetindo, foi dificuldade no começo, mas depois ficou mais fácil, até crianças de 5, 6 anos já estavam se apresentando em italiano: “sou fulano...” tudo direitinho, e daí a gente começou a ensinar o alfabeto, a junção de sílabas, porque a pronúncia é diferente, por exemplo, você escreve “Ce”, se lê “Che”, então a pronúncia é diferente e daí a gente começou a ensinar essa parte e começamos a escrever no quadro frases, assim uma coisa bem simples para eles entenderem, escrever, ler, a gente começou a passar papéis para eles, escritos, que a gente mesmo organizava, porque a gente não estava seguindo livros, a gente estava seguindo a nossa intuição, tudo o que nós sabíamos, era pouco, mas como a gente diz, se você não ensinar o pouco que você sabe, você não vai ensinar nada, entendeu? Se você sabe pouco, você ensina aquilo, se você sabe mais, você ensina mais, pronto. Mas o importante é passar. Mas o nosso objetivo era resgatar as raízes daquele povo e foi o que foi acontecendo (GROCHOLSKI, 2022)

Entendo que, a partir do estudo da língua italiana, da ideia de valorização de um passado comum e do “resgate” desse passado, o sentimento de italianidade e de pertencimento a um grupo étnico foi sendo construído. Uma das falas de Edite ilustra esse “despertar” do interesse pelo passado e pela genealogia familiar.

[...] mas o importante é que se resgataram as raízes, porque quando nós começamos a gente perguntava, quem é teu avô, teu bisavô, ninguém sabia, dali uns tempos eles até traziam fotos, dizendo nome e tudo, porque foram pesquisar, você veja como fomenta a coisa, daí traziam fotografias e diziam: olha esse era meu avô, esse era meu *Nonno*, minha *bisNonna* e assim por diante, traziam os tios, gente que não estava mais ali, mas que eram relembrados. (GROCHOLSKI, 2022)

A atuação de Edison e Edite na formação de um grupo para o estudo da língua italiana, pautada em um discurso de “resgate das raízes”, pode ser entendida a partir do que Regina Weber chamou de “intelectuais étnicos”, que seriam:

[...] indivíduos ou grupos de indivíduos empenhados em promover o grupo do qual são egressos, empregando energias em ações regulares, que os tornam um referencial para seus coletivos não tanto por suas posses econômicas ou poder político, que podem até ser expressivos, mas pelo interesse em agregar aqueles a quem dirigem um discurso de mobilização de modo relativamente contínuo. São personagens presentes em entidades associativas ou grupo de mobilização, responsáveis também pela expressão verbal da visão simbólica que delinea o que se supõe seja o conjunto abrangido por essas representações. Movem-se num âmbito de manifestações culturais, possuindo um nível de educação maior que seus correligionários ou um trânsito maior pelo universo letrado. (WEBER, 2014, p. 727-728)

Ainda:

Os personagens que estão sendo denominados de “intelectuais étnicos” ficam a meio caminho entre afirmar valores e práticas culturais

específicas do grupo do qual são originários e serem os proponentes de novas práticas a este mesmo grupo, com vistas a aumentar sua receptividade por parte da sociedade majoritária, ao mesmo tempo em que reforçam sentimentos de identidade. (WEBER, 2014, p. 717)

Entendo que novas práticas foram incorporadas ao grupo e transformadas em símbolos de identidade, como, por exemplo, músicas que eram ensaiadas durante os encontros e passaram a fazer parte das apresentações do grupo, como “*La Bella Polenta*” e “*Merica, Merica*”. Outro exemplo é a própria culinária, em que pratos como polenta, frango, macarrão e, também, o vinho, que já eram consumidos pelos moradores, foram ressignificados e passaram a ser “emblemáticos” e representativos da italianidade do grupo. A busca por fotos e objetos que pertenceram aos *nonni* também é reflexo das ações dos “intelectuais étnicos”.

A música era trabalhada nas aulas com o repertório composto por músicas sacras e também folclóricas.

Começamos com a escrita como eu falei, a leitura, depois passamos para uma coisa prazerosa, o que é prazer? Música. Todo mundo gosta de música, então nós começamos. Eu toco teclado e daí tinha os meninos lá que tocavam violão, então nós começamos a tirar músicas para eles cantarem em italiano e eles adoraram né, primeiro nós passávamos a música para eles, a pronúncia da música para sair uma coisa certinha e daí nós íamos para a música propriamente dita. Eles aprenderam muito rápido, vozes maravilhosas daquele povo, como cantam bem, sabe, afinadíssimos.

Com o número de participantes do grupo aumentando, chegando, segundo Edite, a reunir 47 alunos, o grupo foi ganhando visibilidade, principalmente com as apresentações musicais que passaram a realizar em Irati, durante eventos promovidos pela Prefeitura Municipal e Universidade Estadual do Centro-Oeste, e também em outras cidades, como festas culturais e religiosas e até mesmo em eventos promovidos pelo governo do estado, como a Escola de Governo, ocorrido no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, no qual o grupo fez a apresentação de abertura, no dia 17/04/2007 (FOLHA DE IRATI, 2007).

Alguns desses eventos tiveram a articulação da Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente de Irati, o que deixa transparecer o interesse em promover o grupo e a própria localidade de Pinho de Baixo como um chamariz turístico da região. Como exemplo, podemos citar a participação do *Chiaro di Luna* no VIII Encontro Estadual de Secretários, Dirigentes e Técnicos Municipais de Turismo e na III Mostra das Regiões Turísticas do Paraná, realizados entre os dias 13 e 14 de abril de 2007 em Curitiba. Em e-mail enviado para o grupo *Chiaro di Luna* pelo Departamento de Turismo da

Prefeitura de Irati, essa intenção fica ainda mais evidente: “A vitória e o mérito são de todos nós!! Vamos continuar articulando para que nossa região e Irati tenha [sic] o desenvolvimento turístico que merece pelo seu potencial” (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO DE IRATI, 2007).

Se, internamente, o grupo (re)afirmava/construía o sentimento de pertencimento étnico italiano, os “outros” também passaram a identificá-lo de tal forma. Entendo, como indicado no capítulo anterior, que a comemoração do centenário de emancipação política de Irati, ocorrida em 2007, teve grande importância na projeção da “cultura italiana” do município, especialmente da localidade de Pinho de Baixo.

As festividades ocorreram após dois anos da formação do *Chiara di Luna* e na ocasião os integrantes do grupo folclórico desfilaram pela rua Munhoz da Rocha, um dos principais pontos comerciais da cidade, representando a “cultura italiana”, junto a outros grupos, como o Ivan Kupalo, voltado para o folclore ucraniano. O evento foi noticiado pelo jornal *Hoje Centro Sul* como “Irati desfila na Munhoz” e no texto da reportagem se reafirmou o discurso do imigrante trabalhador, desbravador e que levou o progresso onde se fixou: “Balões ao céu anil, ora surgem de anjos, cercados por Nossas Senhoras em manto azul, ora desbravadores ou trabalhadores que ajudaram a erguer a cidade ou ainda a constroem dia-a-dia” (HOJE CENTRO SUL, 2007, p. 8).

Apesar do texto reforçar essa característica do trabalho, nas fotos que fazem parte da publicação (Figura 15) os “italianos” e “ucranianos” foram representados não pelo viés do trabalho, seja ele urbano ou rural, mas sim, enfatizando-se aspectos considerados culturais. No caso dos “ucranianos”, é possível observar que realizaram uma apresentação de dança ao passarem pela “Munhoz”; já os “italianos” desfilaram sobre um veículo decorado com as cores da bandeira da Itália, alguns sentados, outros em pé, ao redor de uma mesa, junto a garrafas de vinho. A foto mostra apenas mulheres (adultas e crianças) e não nos permite afirmar se apenas elas desfilaram, mas me parece que houve uma tentativa de representar os “italianos” a partir do ambiente doméstico, especialmente da cozinha, espaço construído como feminino, ao exibirem elementos como a mesa coberta por uma toalha de crochê na qual estão duas garrafas de vinho, a “bebida emblemática” que supostamente já falaria sobre si e sobre os que a consomem.

No desfile, “italianos” e “ucranianos” não foram representados como agricultores, pois os trabalhadores rurais tiveram um espaço próprio na apresentação, passando pela “Munhoz” como uma família, na figura de um pai, uma mãe e seus três filhos, todos de mãos dadas; as mulheres, de vestido, com lenços na cabeça, o pai de

chapéu e o filho com uma espécie de boina. “Ucranianos” e “italianos” destacaram-se por sua contribuição cultural e não por seu serviço braçal.

Figura 15: Comemoração do centenário de Irati - 2007



Fonte: HOJE CENTRO SUL, 2007, p. 09.

José Roberto Severino, em sua tese de doutorado, analisou as comemorações do centenário da imigração italiana em cidades de Santa Catarina, como Rio dos Cedros, utilizando, entre outras fontes, registros fotográficos sobre os desfiles que ocorreram no município. Ao ler sua tese observei que algumas características desse evento se assemelham ao que ocorreu em Irati, mesmo o desfile em Rio dos Cedros tendo como foco a comemoração do centenário da imigração italiana e o de Irati o centenário da emancipação política. Severino (2004, p.33) afirmou que a presença de grupos folclóricos deu condições favoráveis para o “ressurgimento” da cultura italiana; percebo algo semelhante com o *Chiaro di Luna*, uma vez que a presença do grupo deu visibilidade aos “italianos”, que foi potencializada na comemoração do centenário. A

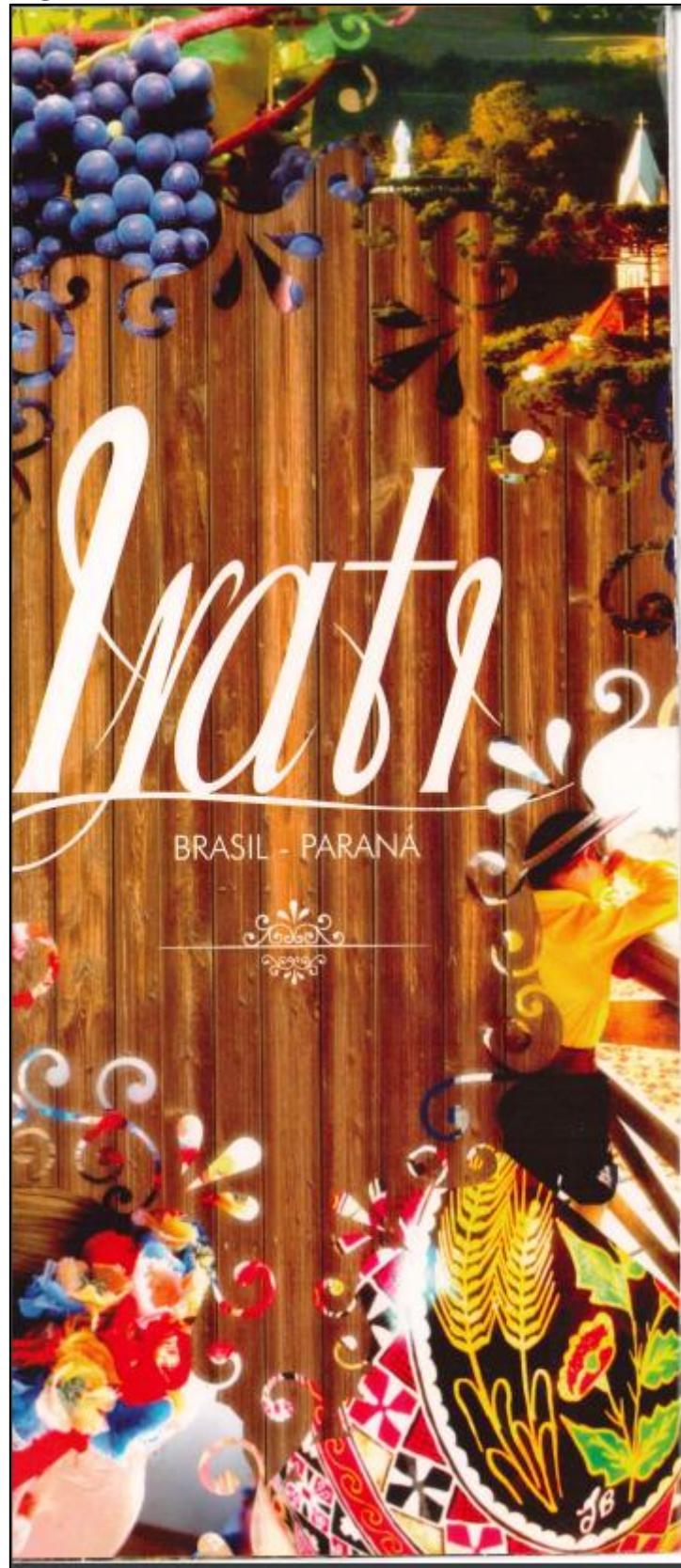
presença de personalidades políticas é outra semelhança com o desfile ocorrido em Irati: nas fotos pude observar que o então prefeito da cidade se fez presente, ficando em uma espécie de palco, com uma visão privilegiada, e também um dos vereadores. Provavelmente o número de políticos era bem maior, mas as fotos me permitem afirmar sobre a presença apenas dos dois.

Algumas diferenças também ficaram evidentes na análise comparativa com Rio dos Cedros. Lá, por ser o centenário da imigração italiana, apenas essa etnia ficou em evidência, o que era de se esperar; em Irati, outras etnias foram referenciadas, dando a ideia de que Irati é composta por uma “mistura” de europeus, não somente italianos. Além disso, em Santa Catarina há a menção aos trentinos, o que não ocorreu em Irati, visto que “os italianos” apareceram de forma genérica, e em nenhum momento foram celebrados os imigrantes “vênitos”, região da qual partiu a grande maioria das famílias.

Não houve inauguração de placas, monumentos ou alegorias comemorativas ao centenário que fizessem referência à presença dos imigrantes na cidade de Irati.

Em 2007, ano em que se comemorou o Centenário de emancipação política de Irati, percebo que houve um esforço por parte da Prefeitura Municipal e do Departamento de Turismo, com apoio das mídias, em projetar a cidade como um atrativo turístico na região, tendo a diversidade étnica e cultural como um dos chamarizes. Tomo como fonte para análise um *folder* de divulgação dos atrativos turísticos publicado em comemoração ao centenário da cidade (Figura 16).

Figura 16: Folder turístico de Irati - 2007



Fonte: Arquivo pessoal de Edite Andreassa Grocholski

Sua capa traz uma espécie de “resumo turístico” de Irati, na forma de imagens em que se destacam os seguintes elementos: no canto superior direito, a paisagem urbana, na qual aparece a “Santa” (imagem de Nossa Senhora das Graças, localizada em um dos pontos mais altos da cidade) e a torre da Igreja Nossa Senhora da Luz, rodeados por uma vegetação na qual ganha destaque o Pinheiro do Paraná; abaixo, a imagem de um menino vestido com “trajes gaúchos”, representando o Centro de Tradições Gaúchas existente na cidade; no canto inferior direito, uma “Pêssanka” e, logo ao seu lado, uma menina com adorno de flores na cabeça, ambas representando a cultura ucraniana; por fim, no canto superior esquerdo, as uvas representam a presença dos italianos em Irati. Nas páginas do *folder* é possível visualizar várias fotos, que junto com textos explicativos (em português e inglês) narram uma história da cidade. No caso dos “italianos”, o documento mostra duas fotos de integrantes do *Chiaro di Luna* em suas apresentações, uma foto com mãos colhendo uvas, outra com garrafões de vinho ao lado de queijos e outra com duas pessoas idosas, moradoras de Pinho de Baixo. Ao lado dessa última foto, um texto:

Situado no Paraná, Brasil, com população de 54 mil habitantes, o município de Irati completou 100 anos de instalação em 2007. Nesta trajetória histórica evidencia-se a força do trabalho, o respeito aos valores humanos, a fé e a vocação para o progresso. Em diferentes períodos de imigração vieram poloneses, ucranianos, alemães, italianos e holandeses. Cada etnia é responsável por parte da cultura do município e suas influências são visíveis na arquitetura, na dança, na culinária, no artesanato e principalmente no jeito de ser do iratiense, um povo simpático e hospitalero. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 2007[*folder*], grifo da autora)

Interessante observar que mesmo a capa do *folder* não contemplando as etnias polonesa, alemã e holandesa, elas são mencionadas no texto, que por sua vez exalta o “imigrante-herói”, se referindo a ele com as características: trabalhador, religioso e com “vocação”⁴⁴ para o progresso. De acordo com Regina Weber, as cidades não podem deixar de reconhecer a pluralidade étnica que as compõe:

Se, num primeiro momento, uma “etnia” pode servir para dar identidade e projeção a um município, num estágio mais urbanizado e desenvolvido economicamente as cidades não podem desconhecer a pluralidade étnica que, via de regra, as caracteriza. Assim, em tempos de pluralidade étnica, os representantes dos poderes municipais devem festejar a multiplicidade. (WEBER, 2008, p. 251)

As publicações em jornais e revistas que circulavam na cidade também ajudaram a impulsionar e reforçar a ideia de Pinho de Baixo enquanto uma “colônia de italianos”.

⁴⁴ Aqui o progresso não é interpretado como o resultado do trabalho e esforço, mas como uma característica inata do próprio imigrante.

Também a esse respeito, cabe indicar as contribuições de Regina Weber, “o jornal veicula modos formalizados de representação identitária que tanto expressam aquilo que o público leitor reconhece quanto contribui para a legitimação de tais práticas” (2008, p. 248).

Atualmente, na cidade de Irati, circulam dois jornais impressos, o “Folha de Irati” e o “Hoje Centro Sul”, que eram, também, os únicos no período em que se comemorou o centenário do município. De forma *online*, outros dois periódicos têm destaque na divulgação de notícias, o “Portal Clique” e o “Jornal Iratiin”. Existe também a revista “Gente Irati Regional”, fundada em 2008. Destaco a relevância que os dois jornais impressos possuem na cidade. O primeiro, iniciado em 1973 e, atualmente, impresso a cada duas semanas, recebeu, inclusive, uma homenagem da Câmara dos Vereadores de Irati, no início de 2023, por completar 50 anos de fundação. Já o segundo, teve sua fundação em 2000 e publica edições semanalmente.

Uma das reportagens contidas nesses veículos ilustra a ideia de projeção turística de Irati a partir de grupos étnicos. Em julho de 2007, passou pela cidade o “primeiro trem de luxo”, que fazia parte do projeto “Programa Turístico Great Brazil Express”, cujo objetivo era atrair turistas estrangeiros para o país. O trajeto de trem foi feito entre Castro e Cascavel e uma das “paradas” da locomotiva foi Irati, local em que os turistas assistiram, na própria estação, a apresentação “do grupo de canto italiano” e de “outros grupos folclóricos”. Os dois jornais impressos da cidade noticiaram o evento juntamente com fotos do *Chiara di Luna* na estação, ao lado do trem, mas não especificaram quais seriam os outros grupos folclóricos.

Um dos jornais destacou: “A importância do passeio do trem de luxo não é só para movimentar o nicho turístico regional, mas também para a exaltação de uma cultura, por vezes esquecida na correria do mundo atual” (FOLHA DE IRATI, 2007). A ideia seria não apenas fomentar o turismo, mas também “exaltar” a cultura italiana “esquecida”. É possível observar como o sentimento de italianidade foi sendo construído, inicialmente pelo *Chiara di Luna* e, nas comemorações do centenário, potencializado por meio da Prefeitura Municipal e das mídias locais.

As comemorações do centenário procuraram destacar Irati como sendo formado por várias etnias, cada uma com sua contribuição cultural. Se compararmos com as comemorações do cinquentenário de Irati, em 1957, quando foi escrito o “Hino do Cinquentenário” a diferença fica evidente no que se quer ver exaltado.

Irati, Irati, cidade amada
Que marchando na trilha do sucesso
A bandeira, ostentas desfraldada
Com o brado de ordem e progresso
Irati, Irati, terra querida
Para honrar este nome tão pujante
Tua gente trabalha destemida
Pelo bem do Brasil gigante
Tens escolas, tens indústrias
E tens campanhas de trigais
Onde os filhos que são fortes
Teu perfil elevam sempre mais
Lá no morro a linda imagem
Que é nosso altivo relicário
Lembrará à posteridade
O teu feliz cinquentenário.
(RIBEIRO, 1957)

No hino se exalta não as pessoas, mas Irati, com suas “escolas, indústrias e trigais”, além da imagem de Nossa Senhora das Graças. Quando se refere a “tua gente”, não se especifica quais etnias ou quem seria essa “gente”, apenas se destaca o trabalho, também citado de forma genérica, que realizam. Percebo que é um hino que busca exaltar as atividades econômicas do município bem como seu progresso perante o estado do Paraná.

Dez anos depois dessas comemorações, em 1967, é instituído o brasão de Irati, criado por José Maria Orreda, que me parece comungar com ideias semelhantes ao hino, como um “desenho” da letra. Na imagem é possível observar a figura do pinheiro ao centro e em sua lateral direita um galho de erva-mate e, à esquerda, o trigo. Entendo que o símbolo exalta aspectos econômicos do município naquele momento, como a produção agrícola e a extração da erva-mate, além do próprio pinheiro, símbolo do Paraná, mas que também foi importante para a economia de Irati, por meio da exploração de sua madeira.

Figura 17: Brasão do município de Irati



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. Disponível em: https://irati.pr.gov.br/pagina/112_Simbolos.html Acesso em 09/06/2023.

Abaixo estão reunidas as publicações realizadas em jornais e revistas que versam sobre a localidade de Pinho de Baixo e o grupo *Chiaro di Luna* entre os anos de 2005 e 2016, material que faz parte do acervo de Edite Andreassa Grocholski. O quadro abaixo foi organizado somente a partir do material coletado por Edite, não sendo feito nenhum levantamento paralelo, dessa forma, é importante considerar que podem ter havido outras publicações, mas que não aparecem no quadro. Destaco o número de publicações em 2007 (ano da comemoração do centenário), que foram 11, e em 2008, 5 publicações. Números expressivos se considerarmos o total de publicações feitas em cada ano. Esses números reforçam que as comemorações do centenário de Irati, com ajuda da mídia, impulsionaram a visibilidade dos “italianos” e a intenção de projetar turisticamente a cidade por meio da presença de grupos étnicos.

Quadro 4: Publicações sobre Pinho de Baixo

Ano da publicação	Dia e mês	Nome do jornal ou revista	Título da matéria
2005	08 a 15 de abril	Folha de Irati	Jantar foi sucesso
2006	28 de julho a 04 de agosto	Folha de Irati	Festa da Polenta movimenta Pinho de Baixo
2006	20 de dezembro	Hoje Centro Sul	Em Irati, o Natal é na Casa do Papai Noel
2007	20 a 27 de abril	Folha de Irati	Grupo folclórico é destaque na Escola de Governo

2007	25 de maio a 01 de junho	Folha de Irati	Pontos turísticos de Irati serão exibidos em programa de TV
2007	04 de julho	Hoje Centro Sul	Irati desfila na Munhoz
2007	11 de julho	Hoje Centro Sul	Serra Verde Express realiza visita técnica a Irati
2007	11 de julho	Hoje Centro Sul	CEEBJA promove semana cultural
2007	14 a 20 de julho	Folha de Irati	Primeiro trem de luxo passa por Irati
2007	22 de agosto	Hoje Centro Sul	Grupos folclóricos preservam cultura de etnias em Irati
2007	14 a 20 de julho	Folha de Irati	Colonização italiana de Pinho de Baixo
2007	25 de julho	Hoje Centro Sul	Cultura italiana, comida típica e animação na Festa da Polenta
2007	27 de julho a 03 de agosto	Folha de Irati	Delicioso cardápio e um visual tipicamente italiano...
2007	10 a 17 de agosto	Folha de Irati	Escola desenvolve projeto sobre cultura italiana
2008	08 a 15 de fevereiro	Folha de Irati	Viticultor conta como fabrica seus saborosos vinhos
2008	30 de maio a 06 de junho	Folha de Irati	Irati torna-se rota oficial de trem de luxo
2008	23 de julho	Hoje Centro Sul	III Festa da Polenta atrai visitantes até de outros estados
2008	25 de julho	Folha de Irati	Polenta
2008	22 de agosto	Folha de Irati	Tradições folclóricas: a importância na cultura de um povo
2009	06 a 07 de junho	Diário de	Comunidade italiana de

		Guarapuava	Irati inicia preparativos para a Festa da Polenta
2009	Agosto	Revista Gente	IV Festa da Polenta resgata cultura italiana
2009	25 de novembro	Hoje Centro Sul	8º Canta Irati
2010	29 de janeiro	Diário de Guarapuava	Produção de vinho mantém tradição e garante renda
2010	15 de julho	Folha de Irati	Pinho de Baixo se prepara para a 5ª Edição da Festa da Polenta
2010	06 de agosto	Folha de Irati	Festa da Polenta atrai mais de 600 pessoas
2011	13 de maio	Folha de Irati	Casa abrigará museu da cultura italiana
2012	20 de janeiro	Folha de Irati	Pinho de Baixo completa 100 anos
2013	12 de abril	Folha de Irati	<i>Chiaro di Luna</i> abrilhantará jantar da Folha e ANAPCI
2013	7 de junho	Folha de Irati	Macarronada do Pinho: o melhor da Itália em Irati
2016	9 de agosto	Folha de Irati	<i>Chiaro di Luna</i> resgata tradições italianas
	Sem referência	Sem referência	Pinho de Baixo comemora padroeiro com festa

Fonte: Elaborado pela autora, 2023, com base na consulta do arquivo de Edite Andreassa Grocholski

A primeira publicação que encontramos e que faz referência ao Pinho de Baixo enquanto “italiano” foi uma reportagem do jornal “Folha de Irati” sobre a 1ª Festa da Polenta, realizada em 2006, um ano após a criação do *Chiaro di Luna*. Nela se utiliza a expressão “comunidade italiana de Pinho de Baixo”. Em 2009, o *Diário de Guarapuava* noticiou que a “Colônia de Pinho de Baixo” se preparava para a 3ª edição da Festa da Polenta. Em 2016, o jornal “Folha de Irati” afirmou que “um pouco da Itália pode ser encontrado na comunidade de Pinho de Baixo”.

O discurso de uma “comunidade italiana” também se fez presente no espaço escolar da localidade, na ocasião das comemorações do Centenário de Irati, em 2007, quando a Escola Municipal Rural de Pinho de Baixo desenvolveu o projeto “Cultura Italiana - uma contribuição para os 100 anos de Irati, no qual se tinha por objetivo “resgatar e valorizar a cultura italiana”, por meio de oficinas de culinária, música e dança. As crianças participaram do preparo da polenta e do doce “caçarola italiana”, aprenderam a cantar a música “*Bella Bimba*” e dançaram a “*Tarantella*” (FOLHA DE IRATI, 2007). Umas das falas de umas das integrantes do *Chiaro di Luna* que auxiliou na condução da oficina me chamou a atenção: “É um conforto para nós, pais, sabermos que nossas crianças estão envolvidas com algo tão nobre como o resgate da cultura de nossos antepassados [...]” (FOLHA DE IRATI, 2007). Percebo que o esforço na construção da italianidade ultrapassa as fronteiras do grupo étnico e mobiliza diferentes instituições, como a família e a escola.

As ações por parte da Prefeitura Municipal e do Departamento de Turismo da instituição, juntamente com os meios de comunicação, bem como as atividades desenvolvidas pelo próprio grupo *Chiaro di Luna*, como apresentações em eventos até mesmo em outras cidades, foram essenciais para a localidade emergir como referência da cultura italiana na região. Tanto que a Festa da Polenta passou a ser reconhecida como um evento do calendário municipal, conforme noticiado pelo jornal “Folha de Irati”, em 15/07/2010.

4.2 NEM FESTA DA CEBOLA E NEM DA UVA, VAMOS FAZER A FESTA DA POLENTA!

A primeira festa foi aquela coisa que a gente pedia por favor para as pessoas comprarem o ingresso, que era um jantar da festa da polenta e a gente dava uma taça de vinho, quem comprasse o ingresso [...]. Então foi a primeira e ali foi uma aprendizagem porque a gente não tinha estrutura, espaço, a gente não tinha noção de quantidade, mas enfim, foi a primeira. (RIOS, 2022)

A primeira edição da Festa da Polenta ocorreu no dia 22 de julho de 2006, no pavilhão da Capela de São Sebastião de Pinho de Baixo. No ingresso para a festa (figura 18), se anunciava o cardápio que seria servido: “polenta de diversos tipos, frango ao

molho e saladas”, no valor de R\$ 5,00 para crianças e R\$ 10,00 para adultos; divulgava-se que a animação seria “música típica italiana com o grupo ‘Tozzetti’ de Bituruna⁴⁵”.

Figura 18: Ingressos para a I Festa da Polenta - 2006



Fonte: Arquivo pessoal de Edite Andreassa Grocholski

O grupo "Tozetti" animou a festa. O contato com os artistas ocorreu por intermédio de uma funcionária que trabalhava com Edison Moro Rios e tinha um de seus tios como integrantes do grupo. A ideia inicial era trazer o grupo "La Concórdia"⁴⁶, porém, o custo era alto e duas empresas da cidade, cujos proprietários são descendentes de italianos, negaram patrocínio (RIOS, 2022). Importante ressaltar que essas informações foram extraídas de uma fonte única: a entrevista concedida por Edison Moro Rios.

Na semana que sucedeu o evento, o jornal “Folha de Irati” noticiou o evento com a chamada “Festa da Polenta movimenta Pinho de Baixo” e em um breve texto o resumiu, transcrição que faço abaixo:

Cerca de 500 pessoas participaram no último sábado, no pavilhão da Igreja São Sebastião, no Pinho de Baixo, da 1ª Festa da Polenta, promovida pela Associação da igreja e pelo Grupo de Tradição Italiana. Quem foi, pôde saborear cinco tipos de polenta, macarronada, frango e muitos molhos e, ainda, sobremesas italianas como *budino di pane*, caçarada italiana [sic]⁴⁷,

⁴⁵ A cidade de Bituruna fica a cerca de 200 quilômetros de Irati e possui aproximadamente 16 mil habitantes, dos quais uma quantidade significativa é de descendentes de imigrantes italianos que se dirigiram para a região nas primeiras décadas do século XX. Em 2020, pela Lei 20.241, o município foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná como “Capital do Vinho”. Além disso, nele ocorre a Festa do Vinho, que em 2023 chegará em sua 12ª edição, a qual atrai turistas para o local, juntamente com outro atrativo: a Rota do Vinho.

⁴⁶ Conhecido grupo de canto italiano formado, em 1987, na cidade de Concórdia-SC e que já possuía o histórico de apresentações em festas. Gravou CD's, os quais Edison já escutava e segundo ele, gostava bastante.

⁴⁷ Penso que a expressão correta seria “caçarola italiana”.

crispelli, e págeia [sic], tudo acompanhado de ótimos vinhos. Durante a festa, aconteceu a exposição de fotos e objetos antigos relativos à comunidade italiana do Pinho e apresentação do grupo italiano Tozzetti. O que chamou a atenção dos presentes foi o "tombo da polenta", quando a "nona Iza", a mais velha da comunidade, virou a primeira polenta na panela Parabéns aos organizadores pelo sucesso da 1^a Festa da Polenta. (FOLHA DE IRATI, 2006)

Junto à reportagem o jornal inseriu foto (figura 19)⁴⁸ de uma das apresentações realizadas na festa, se referindo ao Grupo Tozetti; trata-se, porém, do Grupo de Tradição Italiana, também mencionado na reportagem e que, futuramente, viria a ser chamado *Chiaro di Luna*, da própria localidade de Pinho de Baixo. Na foto pode-se observar a decoração utilizando a bandeira da Itália e do Brasil ao centro, logo atrás do grupo que se apresenta, mas o que predomina são as cores da bandeira italiana. As vestimentas fazem referência aos “trajes tradicionais” — as mulheres com saias, algumas com adereços de flores ou lenços na cabeça, já os homens com camisas brancas, alguns deles com boinas e coletes. Nota-se também, a participação de pessoas de diferentes idades, com predominância de jovens e crianças.

⁴⁸ A foto colorida faz parte do arquivo pessoal de Edite Grocholski. A mesma foto, em preto e branco, fez parte da reportagem publicada no jornal *Folha de Irati*.

Figura 19: Grupo de Tradição Italiana de Pinho de Baixo na I Festa da Polenta - 2006



Fonte: Arquivo pessoal de Edite Andreassa Grocholski

Se compararmos a foto da primeira edição da festa (Figura 19), com a da segunda (Figura 20) podemos observar uma mudança em relação à padronização nas roupas dos integrantes. Se na primeira havia vários modelos de vestimenta, alguns dos integrantes do grupo musical utilizando calça *jeans* e as meninas com saias de diferentes estilos e cores — algo improvisado visto que, segundo Edison Moro Rios, o grupo não possuía recursos ou mesmo patrocínio, havendo a necessidade de emprestar alguns trajes —, na segunda edição da festa as roupas seguem um padrão para todos os integrantes, diferenciando-se entre trajes masculinos e femininos. Provavelmente, a confecção das roupas ocorreu a partir de uma doação de tecidos que o grupo recebeu e que Edison mencionou durante a entrevista. Permaneceu a predominância de crianças e jovens e o grupo aumentou significativamente o número de integrantes.

Ainda comparando as imagens, destaco o uso das cores branco, preto e vermelho nas vestimentas, sendo que o verde desaparece das vestimentas e das pastas que os integrantes seguram, com as letras das canções. Além disso, a ordem das duas

bandeiras, Itália e Brasil, uma ao lado da outra, na parede, inverteu-se (a menos que a imagem revelada tenha invertido o negativo).

Figura 20: Grupo *Chiaro di Luna* na II Festa da Polenta - 2007



Fonte: Arquivo pessoal de Edite Andreassa Grocholski

A segunda edição da Festa da Polenta ganhou destaque nos dois principais jornais de Irati. No *Hoje Centro Sul*, uma página inteira foi destinada para descrever o evento, que recebeu, na notícia, o título “Cultura italiana, comida típica e animação na Festa da Polenta”. Na publicação, foram transcritas algumas falas dos membros do grupo, como as de Edison Moro Rios, Edite Andreassa Grocholski, de alguns moradores de Pinho de Baixo e também de pessoas que vieram de outras cidades. Uma das cozinheiras e também moradora da localidade, Antônia Zanlorensi, afirmou que preparou vários pratos para o jantar, seguindo o que havia aprendido nas oficinas de gastronomia ministradas por Edison. Ainda, segundo a mesma, “ninguém ligava para a geração italiana. As raízes estavam deixadas de lado” (HOJE CENTRO SUL, 2007, p. 9).

Quando Antônia Zanlorensi mencionou que as “raízes estavam sendo deixadas de lado” e que “ninguém ligava para a geração italiana” se referiu ao cenário da

localidade de Pinho de Baixo anterior à formação do grupo *Chiaro di Luna* e à primeira edição da Festa da Polenta. Mas por que “ninguém ligava”?

Entendo que eram hábitos costumeiros e cotidianos dos moradores e não eram interpretados como “italianos”. Muito provavelmente algumas práticas, como o consumo da polenta, eram comuns entre as famílias de Pinho de Baixo, mesmo antes da formação do *Chiaro di Luna*; porém, quando se forma um “grupo italiano” e se faz uma “festa italiana”, a prática e o alimento são ressignificados e passam a identificar aquela coletividade. É nesse momento que as pessoas passam a “ligar para a geração italiana”.

Nos discursos sobre a Festa da Polenta é comum encontrarmos expressões como “resgate”, “tradição” e “típico” e de alguma forma elas aparecem, mesmo que nas entrelinhas, na fala de Antônia Zanlorensi. A palavra “raízes” remete à ideia de origem, como um lugar-primeiro, onde se chega mais próximo a uma Itália imaginada. É de lá, da Itália imaginada, que se buscam as referências para as vestimentas, a culinária, a linguagem e os modos de ser.

Tomo como exemplo a culinária. Na festa, muitos pratos servidos primeiramente eram testados em oficinas desenvolvidas pelo *Chiaro di Luna*. A própria senhora Antônia mencionou que servia, na festa, pratos que havia aprendido a preparar nas oficinas. Dessa forma, coloco aqui o seguinte questionamento: o que seria a comida típica italiana? Era a comida consumida pelos *nonni* aqui no Brasil? Ou seria a comida que se consumia/consume na Itália?

Como eram feitas oficinas para ensinar/aprender/testar receitas antes de servir na festa, penso que alguns pratos eram desconhecidos pelos moradores ou então, não era habitual seu consumo. Esse é um importante elemento das “tradições inventadas”, uma vez tratava-se de receitas que eram desconhecidas pelas famílias e que no jantar eram apresentadas como “tipicamente italianas”. Nas entrevistas que realizei, percebi que a polenta branca era consumida por grande parte das famílias de descendentes, servida mole ou mesmo assada, porém, na festa, serviam-se variações do prato. Na segunda edição da festa, em 2007, foram 6 tipos de polenta, conforme publicação do jornal *Hoje Centro Sul*: “Polenta *Cona Panna* [sic], Polenta Lombarda, Polenta *Lago Di Commo*, Polenta *Brustolata* (assada), Polenta *al Molho Fredo*, Polenta *di Patate* (polenta de batata)” (2007, p. 9). Já na 12^a edição, foram 7 tipos de polenta (Figura 21), retirando-se a “Polenta *al Molho Fredo*” e acrescentando-se a “Polenta *Bianca* (polenta branca)” e “Polenta *Gialla* (polenta amarela)”.

Figura 21: Cardápio da 12ª edição da Festa da Polenta - 2017



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Percebo uma forte referência à Itália no que tange às comidas servidas no jantar e tomo como exemplo a “Polenta Lombarda”, que remete a uma região específica do país. Nesse sentido, o “resgate da comida típica” seria o resgate de uma culinária que se acredita ser praticada em regiões da Itália e não do que foi adaptado pelos descendentes no Brasil. Quando falo em adaptação me refiro ao fato de que muitos dos vegetais, legumes, frutas e cereais cultivados no Brasil eram específicos do nosso país, ou seja,

não faziam parte do cardápio dos imigrantes e que passaram a ser utilizados no preparo das refeições.

Concordo com Antônio Hélio Junqueira (2018), no que tange ao que ele chama de “produção identitária alimentar”:

Note-se que a produção identitária alimentar a que aqui se busca reportar ocorre em diferentes contextos sócio-históricos, culturais e espaciais – que juntos amalgamam a construção imaginária do território –, no interior dos quais se processam progressivamente, no tempo e no espaço, acúmulos, superposições, perdas, exclusões, esquecimentos e releituras de práticas, processos, produtos, saberes e fazeres ligados à alimentação popular. (JUNQUEIRA, 2018, p. 273)

Segundo Edison Moro Rios, algumas receitas que eram servidas na festa já eram de conhecimento dos moradores, caso das sobremesas: caçarola italiana e o pudim de pão; outras passaram a ser incorporadas no cotidiano dos moradores, como o *crispelli* (RIOS, 2022). A variedade de doces servida na festa era bastante significativa, chegando, segundo Edison, a 18 tipos de sobremesa.

Na 12^a edição da festa, da qual tive a oportunidade de participar, o cardápio de doces foi exposto em um *banner* ao lado de onde estavam sendo vendidas as sobremesas e contava com um total de 11 tipos. Os nomes das sobremesas foram escritos, alguns, em língua italiana e outros em português. O conhecido “pudim de pão” recebeu o nome “*budino di pane*” e outras receitas, também bastante comuns na região, como o sagu, permaneceram em língua portuguesa. Ao lado de cada doce, uma breve explicação da história e dos ingredientes que o compõem.

Figura 22: Cardápio de doces na 12ª Festa da Polenta - 2017



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017

Como o jantar da Festa da Polenta ocorria no sábado, os preparativos já se iniciavam, segundo Edison Moro Rios, na quinta-feira, principalmente com os pratos doces, que eram os “mais trabalhosos”. Esse processo de organização da festa e dos pratos dias antes do evento é lembrado por Edison de forma bastante positiva, pois, segundo ele, eram momentos de conversas e de diversão para o grupo:

A gente já começava na quinta-feira a parte dos doces, só o que eu sentia, que a festa da polenta não é só o dia, era um processo, porque você conhecia as pessoas, você conversava com essas pessoas na cozinha, uma troca muito interessante, a gente se divertia ali fazendo os preparos, trabalhava até a noite, às vezes um trabalho fatigante, cansava, mas tinha esse lado do aprender, estava fazendo oficinas e de estar esse congraçamento da comunidade, isso foi uma coisa maravilhosa porque a comunidade veio junto.

As tarefas eram divididas e cada membro do grupo ficava responsável por desempenhar uma função, conforme habilidade e disponibilidade. Segundo Edison, o que o deixava mais realizado era perceber a “autoestima” e a união da “comunidade”:

Então tinha aquele que ia pegar a lenha, o que cuidava dos fogareiros, outro que cuidava da parte de assar os frangos, outro da geladeira, outro do troco, de decoração, de buscar material para ajudar na decoração, outro que ia ver o vinho, outro que preparava o salame, a gente fazia a polenta lombarda então precisava da carne de porco, então a matança de porco já estava acertada, o salame já estava acertado, os queijos quem vai fazer, esse envolvimento era muito gostoso, de estarmos fazendo com a comunidade e era muito legal porque você via a procura, então a gente se sentia muito bem e a coisa que mais me deixava realizado era ver nos olhos da comunidade aquela autoestima de dizer “nós somos tradição”, nós somos uma comunidade, independente de dizer “somos italianos”, isso não existe, nós somos uma mistura, mas aquela coisa da unidade de uma comunidade, acho que isso foi a grande questão que trouxe. (RIOS, 2022)

Esse resultado visualizado por Edison, da união, ajuda mútua entre as pessoas e da própria autoestima da “comunidade” parece ter sido um resultado inesperado, uma surpresa positiva, uma vez que a proposta inicial de seu trabalho era promover a visibilidade dos “italianos” em Irati, por meio da criação do grupo *Chiaro di Luna*. O comentário de Edison ao afirmar que “somos uma mistura” e que “ser italiano” é algo que não existe, me faz compreender que a “comunidade” a que se refere é no sentido da união dos membros do grupo, independentemente de sua ancestralidade.

Segundo Edison, muitas pessoas que haviam tido desavenças anteriormente e que não conversavam, acabavam trabalhando juntas na festa pelo fato de as funções serem organizadas por alguém “de fora” da localidade e que desconhecia esses conflitos.

A cozinha era o espaço de predominância das mulheres e cada uma delas tinha uma função: a que preparava as saladas, as massas, a que cuidava dos molhos, a que fazia os doces etc. Algumas atividades na cozinha eram desempenhadas por homens, como mexer a polenta, descascar cebola e alho ou então fazer o macarrão.

No jantar da festa, o único tipo de massa era o macarrão, temperado com o próprio molho da carne de frango. A massa também é um “prato emblemático” italiano, porém, a localidade de Pinho de Baixo ganhou visibilidade pela polenta, por conta da festa. Apesar disso, em junho de 2013, o jornal “Folha de Irati” publicou uma reportagem intitulada “Macarronada do Pinho: o melhor da Itália em Irati”, na qual algumas mulheres, moradoras de Pinho de Baixo, foram convidadas para preparar o macarrão e contar o “segredo” e sobre como aprenderam a receita. Uma delas comentou

que aprendeu a fazer o macarrão com sua própria família, pois teriam vivido uma época em que o acesso a mercados e armazéns era difícil devido à precariedade das estradas; assim, fazer a própria comida era uma necessidade (FOLHA DE IRATI, 2013, p. 16). É provável que essa reportagem tenha sido patrocinada por uma empresa local de farinha de trigo, pois em uma das fotos da publicação aparece a embalagem da farinha ao lado do macarrão já servido e, ao final da página, a propaganda da marca. Falar do macarrão era preciso, afinal, não se faz polenta com farinha de trigo!

O comércio de produtos feitos pelas próprias famílias da localidade de Pinho de Baixo também ocorria durante e realização da festa, especialmente de gêneros alimentícios, como pães, bolachas, geleias, macarrão cru, salames, suco de uva, licores e vinho, os quais ficavam dispostos em um espaço específico do pavilhão para a venda. Na festa de que participei, observei que muitas pessoas compravam esses produtos, algumas para consumirem na própria festa e outras para levarem para suas casas, principalmente salame, vinho e macarrão. Os produtos e seus preços eram divulgados no próprio cardápio do evento.

Na festa, dois elementos ganham destaque: a Itália e o imigrante que de lá veio para o Brasil. A Itália é relembrada a começar pela decoração da festa, feita nas cores de sua bandeira: vermelho, verde e branco. O imigrante, por sua vez, é retratado na festa por meio de fotos e objetos dos *nonni* que vieram para a localidade de Pinho de Baixo, e também pela maneira como se alimentavam ou como se considera que se alimentavam, consumindo pratos como a polenta, o macarrão e o vinho.

Em relação à alimentação, é necessário observar que a falta de comida era uma realidade constante entre muitos camponeses pobres que deixaram a Itália. É interessante perceber como a polenta, consumida pelas pessoas pobres na Itália, muitas vezes como único alimento, é ressignificada na festa, com uma variedade de tipos e modos de preparo, de forma a celebrar a fartura. Levando em consideração essas ressignificações, a festa pode ser entendida como uma releitura que os descendentes fazem sobre o passado, em que alguns elementos se tornam símbolos com valores e significados imutáveis no passar do tempo (PAGNOTTA; ASSIS, 2017, p. 95). No caso da Festa da Polenta, percebo a culinária e o vinho como símbolos do passado recriados pelos descendentes.

Em pesquisa desenvolvida na colônia de italianos Santa Felicidade, região de Curitiba, a pesquisadora Maria Fernanda Campelo Maranhão (2014) observou a relação dos alimentos com a própria construção da identidade.

para os “italianos” de Santa Felicidade, cujos ancestrais viveram períodos difíceis na Itália e nos primeiros tempos da Colônia, comida e bebida em abundância são uma bênção. Presentes nas tradições do grupo, na solidariedade dos mutirões e na sociabilidade dos casamentos, constituem focos simbólicos de construção da identidade. A polenta é a iguaria de todos os momentos. (p. 149)

A festa, com a abundância de variedades e da quantidade de cada alimento, não deixa de rememorar o que os imigrantes passaram com a escassez de alimentos na Itália e nos primeiros anos no Brasil. “Comida e bebida são uma bênção”. A utilização da palavra “bênção” nos dá ideia de algo relacionado com o sagrado, como uma dádiva. Isso indica também a estreita relação do triunfo do imigrante com elementos que apontavam não apenas para o trabalho, mas também para a fé, duas características evocadas na festa para se referir à identidade dos imigrantes italianos e seus descendentes.

Não posso afirmar se em todas as edições da festa ocorreu dessa forma, mas naquela da qual participei e em algumas reportagens das anteriores, observei que, após o jantar ser servido na forma de *buffet*, um padre da Igreja Católica, geralmente o que já frequentava a localidade, era convidado a fazer uma oração em agradecimento e bênção aos alimentos.

Quanto ao aspecto do trabalho dos imigrantes e descendentes, em algumas edições ocorreu a exposição de objetos que pertenceram aos *nonni* da localidade, muitos deles relacionados ao trabalho agrícola ou doméstico.

Percebo uma indistinção nos discursos que tratam sobre os descendentes de italianos em Irati. Sabe-se que para a região vieram, em sua maioria, os filhos de imigrantes italianos nascidos no Brasil, mais especificamente em colônias de Campo Largo. No entanto, essas pessoas são identificadas nos discursos como “italianas”, mesmo sendo, na verdade, “brasileiras”. Alguns textos se referem a eles, inclusive, como “imigrantes italianos”, como é o caso da reportagem “Colonização italiana de Pinho de Baixo” publicada no jornal “Folha de Irati” em julho de 2007, a qual contempla elementos comuns nesse tipo de narrativa, como a ideia de desbravadores (desconsiderando-se a presença de outras pessoas no lugar) e de trabalhadores.

Nesta comunidade [Pinho de Baixo] os imigrantes encontraram riqueza da mata composta por muitos pinheiros, imbuia, erva-mate, outras árvores nobres e as terras férteis. Compraram pequenas propriedades, fizeram suas casas de madeira bem simples, algumas de chão batido, em condições precárias e com dificuldades, felizes, entusiasmados iniciaram o trabalho na lavoura [...] (FOLHA DE IRATI, 2007, p. 23)

A figura do imigrante também é representada na Festa da Polenta durante o “tombo da polenta” (Figura 18), momento que antecede o jantar, quando uma *Nonna*, geralmente a mais idosa da localidade, transfere a polenta da panela para o *tagliero*, enquanto se canta a música “*La Bella Polenta*”.

Figura 18: “Tombo da Polenta” - 11^a edição da Festa da Polenta - 2016



Fonte: RAMOS, Kelly. *Chiara di Luna* resgata tradições italianas. **Folha de Irati**, Irati, 09/08/2016.

Chamo a atenção para o título da reportagem, “*Chiara di Luna* resgata tradições italianas”, na qual foi destacada a foto do “tombo da polenta”. Vi essa cena inúmeras vezes na casa de *Nonno Momi*, e também dos meus pais, quando eu era criança; tratava-se do processo rotineiro de servir a polenta à mesa, não era chamado de “tombo da polenta”, apenas anunciado com voz firme: “Cuidado que vou despejar a polenta!”, precavendo uma criança curiosa de se queimar na panela ou mesmo na polenta quente. Eu não entendia aquele momento como uma tradição italiana ou um momento simbólico, ritualizado ou aguardado com ansiedade (a não ser se a fome estivesse grande). Trago essa memória da minha infância no intuito de apontar para as releituras e ressignificações que determinadas práticas cotidianas tiveram na Festa da Polenta, como “o tombo da polenta”, que passou a ser interpretado como um resgate da tradição italiana.

Eu lembro de *Nonno Momi* “despejando a polenta”. Em todas as edições da Festa da Polenta, foram *Nonnas* que realizaram o “tombo da polenta”. As mulheres mais idosas representam a vivência do passado, do espaço privado da cozinha e da família,

como guardiãs da memória, uma vez que os “imigrantes” não existem mais. Em suas próprias narrativas, elas se colocam como aquelas que sofreram em meio a uma infância de muito trabalho e sem muitas condições financeiras, mas que, com muito esforço e sacrifício, criaram seus filhos e hoje fazem parte de uma família unida e feliz. São discursos que me parecem refazer o mesmo caminho do imigrante-herói, agora como “a imigrante-heroína”.

Ao fazer uma pesquisa no *site* Google Imagens com a expressão “tombo da polenta”, me chamou a atenção o resultado. A grande maioria das fotos que apareceram mostram enormes panelas de polenta amarela, sendo despejadas de forma mecanizada, descritas por títulos como “Tombo da polenta gigante é atração em Monte Belo do Sul⁴⁹”, “Polenta gigante é atração na Serra Gaúcha⁵⁰”, dando a entender que o atrativo é o tamanho da polenta, como uma competição de qual cidade faz a maior. Interessante que são homens que aparecem ao redor das “panelas gigantes”, conduzindo o processo do “tombo”⁵¹. Mas a 3^a imagem destoa das demais, é uma panela pequena que parece estar sendo aquecida em uma espécie de fogão à lenha, conduzida por uma mulher. A quantidade de polenta que aparece na imagem dificilmente alimentaria todas as pessoas que participaram desse evento⁵², o que indica ser uma representação simbólica e ritualizada do cozimento e do “tombo da polenta”. Entendo que a figura da mulher e do próprio cenário procuram recriar o imaginário do espaço doméstico da cozinha e a figura da *Nonna*. Já os grandes panelões, cuidados por homens, parecem muito mais uma releitura em que o atrativo da festa é a quantidade de polenta e não a memória afetiva do espaço doméstico. Ainda, é importante considerarmos que o uso de máquinas para fazer o “tombo” constrói um espaço masculino.

⁴⁹ <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/tombo-da-polenta-gigante-%C3%A9-atra%C3%A7%C3%A3o-em-monte-belo-do-sul-1.816302>. Acesso em 10/06/2023.

⁵⁰ <https://viagemempauta.com.br/2022/05/20/polenta-gigante-e-atracao-na-serra-gaucha/>. Acesso em 10/06/2023.

⁵¹ Destaco que pode ter havido uma inter-relação dessas festas, inspirações recíprocas ou até mesmo imitações.

⁵² Feira Sabores da Terra, que aconteceu entre os dias 7 e 10 de abril de 2022 em Vitória - ES.

Figura 19: “Tombo da Polenta” - Google Imagens



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <https://www.google.com/imghp?hl=pt-BR>. Acesso em 16/06/2023.

Em Pinho de Baixo foram realizadas 12 edições da Festa da Polenta, a última em 2017. Segundo Edison Moro Rios, um dos motivos que levou a não ocorrer outras edições foram as repercussões que o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 2013, teve no sentido de fiscalizações e proibições, que passaram a ser feitas com maior rigor para a realização de eventos.

Nós tivemos um problema que foi o seguinte: tudo começou com aquele episódio da boate Kiss em Santa Maria, aquele incêndio, aí teve um rigor muito grande dos bombeiros etc., tinha que estar equipado com saídas de emergência, com brigadistas, a gente não poderia usar TNT, uma série de coisas que foram proibidas e essa liberação, correr o risco, inclusive a gente como presidente né, de ser indiciado por fazer a festa ou então de interditar a festa. Então isso foi uma coisa que deu bastante insegurança, ficou bastante crítico, a gente ficou bastante preocupado com isso porque tinha que fazer algumas alterações estruturais lá também, a questão do gás também, não poderia ter botijão de gás dentro, tinha que ser fora, tudo em função desse processo e aí damos essa parada e aí a opção foi não fazer. (RIOS, 2022)

Outro motivo citado por Edison para a não realização de outras edições da festa foi a baixa procura por ingressos nas últimas realizações.

Mas também teve alguma coisa assim: ao longo desses anos a festa estava bombando, daí eu lembro que foi nas últimas edições, deu pra perceber, acho que em função da própria crise⁵³ teve um decréscimo na procura, que antes a gente abria a boca era 600 ingressos a gente vendia que era um tapa e nas duas últimas já foi mais fraco, sobrou ingresso e a procura não foi tão grande. (RIOS, 2022)

⁵³ A crise a que Edison Moro Rios se refere é econômica, porém não consegui identificar a qual período se referiu, provavelmente entre 2014 - 2016.

Somaram-se a isso, segundo Edison, conflitos com o padre que atendia a localidade, devido à restrição do consumo de bebidas alcoólicas nas festas das igrejas, e como os eventos realizados pelo grupo *Chiaro di Luna* eram no pavilhão da Igreja São Sebastião, foi proibida a venda do vinho.

Teve um outro ano, que eu esqueci de comentar, é que nós sempre usamos a estrutura da igreja e aí foi objeto de conflito na comunidade, porque tinha a festa de São Sebastião, e que foi a proibição de bebida alcoólica e teve um ano que foi assim, nós fizemos a Festa da Polenta e demos 100% do recurso para a igreja, para o padre, na condição de que em outubro nós faríamos a festa do macarrão e nós ficaríamos com 50%, quando foi para fazer a festa do macarrão o padre não queria bebida alcoólica, nem vinho e aí acabou. Que sentido faz uma festa sem vinho? (RIOS, 2022)

A proibição da venda de bebidas, a que Edison se refere, foi resultado de um documento assinado pelos Bispos e Presbíteros do Paraná, em 2014, durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nesse documento se expressou o pedido de “iniciar uma caminhada de conscientização de nossas comunidades, a fim de que sejam evitadas as bebidas alcoólicas nas festas abertas, almoços, jantares e em eventos promovidos pela Igreja”, com o argumento de que as bebidas alcoólicas:

prejudicam irmãos portadores da doença do alcoolismo, envergonham as famílias, são mau exemplo para jovens e adolescentes, hoje cada vez mais cedo usuários do álcool. Estragam o ambiente da festa com palavrões, obscenidades e até violência, tanto que é preciso de polícia em muitos casos. Há motoristas que saem embriagados, pondo em risco a vida e a imagem pública da Igreja. O álcool mata! (CONSELHO EPISCOPAL SUL 2, 2014)

Segundo Edison, algumas divergências internas também tiveram contribuição na interrupção da festa, pois muitas pessoas da localidade não ajudavam na organização e nos trabalhos no dia da festa e iam somente “para festar”:

E também teve alguns conflitos assim: ah eu trabalho, o outro não trabalha, aí eu falei: eu não vou decidir por mim. E também em algumas dessas edições, aquela história de que é muito trabalho, tem pessoas que não estão ajudando e vem só festar, aí eu falei: olha eu não decido sozinho, vocês decidem, o grupo decide. (RIOS, 2022)

Os pratos que eram servidos na festa eram totalmente preparados pelos integrantes do grupo, desde a linguiça, os queijos, o macarrão, os molhos, enfim, o que tornava algo bastante trabalhoso e que necessitava de várias pessoas empenhadas na cozinha, dias antes da realização da festa. Todo esse trabalho, somado ao fato de que

muitas pessoas da localidade não contribuíam na organização da festa, acabou desmotivando muitos participantes.

Saliento que essa interpretação partiu da análise da entrevista com Edison Moro Rios e que, portanto, mostra uma única visão sobre a festa e sua organização. No decorrer da pesquisa não identifiquei outros tipos de fontes que pudessem me permitir analisar possíveis incongruências nessa narrativa ou mesmo tensões. Até mesmo nas histórias de vida, poucas pessoas relataram sobre a Festa da Polenta e as que a mencionaram, reproduzem discursos muito próximos aos de Edison.

Edison Moro Rios também mencionou o fato de que muitas crianças e jovens, que formavam uma quantidade significativa do grupo *Chiaro di Luna*, cresceram e acabaram saindo, indo morar em outras cidades para estudarem ou até mesmo por terem se casado. Outras famílias acabavam deixando Pinho de Baixo para acompanharem seus filhos nos estudos, visto que na localidade só havia escola primária. Alguns casais acabaram se separando e deixaram de frequentar o grupo. Dessa forma, o cenário era de uma festa que exigia muito trabalho e empenho e de um grupo que contava com cada vez menos participantes (RIOS, 2022).

Apesar da festa ser interrompida, o grupo *Chiaro di Luna* continuou com as aulas de canto e com jantares chamados de “*Cena fra amici*” (Jantar para amigos), um evento feito na própria cozinha da igreja São Sebastião, com uma menor quantidade de participantes, a maioria da própria localidade, menor variedades de pratos; a música fica a cargo do próprio grupo e não é feita decoração. Serve-se macarrão, polenta, frango ao molho e saladas. Segundo Edison, é algo mais simples, barato e menos trabalhoso, não tendo a necessidade de iniciar os preparos dias antes. (RIOS, 2022). A última edição da “*Cena fra amici*” ocorreu em junho de 2022.

É possível observar que, na última edição do jantar, mantiveram-se os mesmos pratos, se comparados ao convite anterior, o mesmo local (não podemos afirmar o mesmo sobre o horário), e a organização do convite permaneceu a mesma, alternando-se entre o idioma italiano e português.

Figura 20: Ingresso para o “Cena fra Amici” - sem data



Fonte: Arquivo pessoal de Edite Andreassa Grocholski

Figura 21: Ingresso para o “Cena fra Amici” - junho/2022



Fonte: Arquivo pessoal da autora

4.3 “A VIDA INTEIRA NÓS FIZEMOS VINHO!”

Dia de fazer vinho na casa do *Nonno* Momi era uma agitação, um dia diferente, no qual ninguém ia para a roça e era um tal de gente limpando o paoi, lavando bacias, garrafões, trazendo panos, pacotes de açúcar, quase como um dia de “matança” de

porco ou boi... Para mim, era um dia de festa. O trabalho já se iniciava um dia antes, com a retirada das frutas das árvores e, entre um balaio e outro, eu procurava as frutas mais maduras e maiores para degustar, pois com a escada que era colocada nas árvores, qualquer fruta estava à mão. Talvez você, leitor, esteja estranhando tirar uvas com uma escada, não é mesmo? *Nonno* Momi não fazia vinho com uvas e sim com mexerica ou mimosa, como é chamada em algumas regiões, uma fruta cítrica que fica madura no inverno e que lembra uma bergamota. O único pé de uvas que ele tinha ficava ao lado da janela de seu quarto e eu adorava ficar embaixo dele, procurando os melhores cachos, mesmo antes de estarem totalmente maduros, o que deixava *Nonno* Momi muito bravo, pois, segundo ele, eu iria “tirar somente para estragar”.

No dia de fazer o vinho de mexerica eu tinha uma função muito importante: esmagar as frutas com os próprios pés em um suporte de madeira com pequenos espaços pelos quais escoava o suco, tudo isso cuidando para não pisar em nenhuma abelha, que começavam a chegar no ambiente devido ao cheiro das frutas. Eu não lembro de lavar os pés para fazer isso! Depois das frutas espremidas e o suco colocado em garrafões, a função de *Nonno* Momi era colocar a quantidade certa de açúcar para fermentar e cuidar para que o vinho ficasse “no ponto”, o que demorava dias ou até mesmo semanas, não sei dizer o tempo certo. Minha “arte” de criança nos dias de espremer as mexericas era colocar uma pequena mangueira de plástico, sem ninguém ver é claro, e tomar o suco direto dos garrafões.

O vinho de uva não era feito por *Nonno* Momi e nem o de mexerica feito todos os anos, mas lembro perfeitamente das vezes em que foi produzido. Na localidade de Rio do Couro, algumas famílias também tinham por hábito o cultivo de uvas e a fabricação do vinho, em sua maioria para consumo próprio.

Se na localidade de Rio do Couro o vinho era e ainda é, para algumas famílias, produzido para o próprio consumo, em Pinho de Baixo a produção é maior e, em alguns casos, destina-se para o comércio, sendo a principal fonte de renda familiar.

Em reportagem publicada em 2008, no jornal “Folha de Irati” intitulada “Viticultor conta como fabrica seus saborosos vinhos”, o senhor Antoninho Zanlorensi, da localidade de Pinho de Baixo, mencionou que naquela safra foram produzidas cerca de 15 mil toneladas de “vinho seco, suave e rosé”, uma produção bastante expressiva para a região. As uvas eram compradas de produtores de Santa Catarina, pois, segundo o jornal, “na nossa região não existem parreiras de uvas brancas”. Nessa mesma publicação, o senhor Antoninho relatou como começou a fabricação da bebida, como se

dá o processo da colheita, a seleção de grãos, a retirada do suco das frutas, a fermentação, até o momento em que o vinho fique pronto para ser consumido. Percebe-se que a forma de produção era familiar e totalmente artesanal, sem o emprego da mecanização em nenhuma das etapas. Além do vinho, o produtor ainda mencionou na reportagem que aproveitava o bagaço das uvas para fazer o vinagre.

Entre os produtores de vinho de Pinho de Baixo, quando questionados sobre como iniciaram a produção, percebo uma forte relação que estabelecem com a ideia de uma “herança cultural” que veio da Itália e que foi repassada e mantida entre as gerações, como é o caso do senhor Antoninho: “Meu avô que veio da Itália já era um grande produtor de uvas e vinhos e eu apenas dei continuidade a essa atividade maravilhosa” (FOLHA DE IRATI, 2008, p. 7).

Em uma pesquisa realizada, na área de Turismo, por Elieti de Fátima Goveia, Alan Aparecido Guizi e Patrícia Denkwicz, na localidade de Pinho de Baixo, os autores sintetizaram no quadro “Histórico das vinícolas” essa relação da produção do vinho com uma prática que vem passando de geração em geração.

Quadro 5: Histórico das vinícolas de Pinho de Baixo

Produtor ⁵⁴	Histórico da vinícola
JAZ	A produção de vinho e a plantação das videiras tiveram início por parte de seu bisavô. Desde então, a família deu continuidade a essa cultura que veio dos seus antepassados, passando de pai para filho, aproximadamente 80 anos.
AC	O início das atividades da produção de vinho na sua propriedade ocorreu aproximadamente [há] uns 86 anos, com pequena produção, desenvolvida, a princípio, pela sua bisavó, passando para o pai e hoje o filho e netos, que tocam as atividades.
AR	O entrevistado relatou que a cultura dos parreirais e a produção do vinho vêm dos antepassados, passando de pai para filho.
AZ	Afirma o entrevistado que a produção vem da 1 ^a a 4 ^a geração, tendo mais ou menos uns 100 anos.

Adaptado: GOVEIA, E. F; GUIZI, A. A.; DENKWICZ, 2021

⁵⁴ A abreviação dos nomes dos produtores foi uma opção dos autores do artigo.

Oitenta, oitenta e seis e cem anos foi o tempo aproximado, apontado pelos moradores de Pinho de Baixo, que suas famílias cultivam as videiras e produzem o vinho. Em um cálculo rápido, levando-se em consideração a data de publicação do artigo, seria por volta de 1941, 1935 e 1921, respectivamente, que iniciaram o cultivo. Os dados apresentados no quadro apresentam divergência, portanto, quando comparados a discursos, também dos próprios agricultores, que afirmam que as plantações de uvas e a produção de vinho foram “heranças” trazidas pelos imigrantes. Penso que no quadro acima, os entrevistados se referiram à plantação e cultivo das videiras na localidade de Pinho de Baixo, uma vez que as datas se aproximam ao período em que imigrantes e descendentes se deslocaram de Campo Largo para Iratí.

Em 2016, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou fiscalizações nas vinícolas de Pinho de Baixo e, de acordo com os moradores, consideraram que o vinho era impróprio para consumo, devido às instalações utilizadas para sua fabricação. Na ocasião, alguns produtores foram multados e obrigados a irem até um aterro sanitário para descartar a bebida estocada.

Após o ocorrido, alguns produtores da localidade, juntamente com membros da Prefeitura Municipal de Iratí e um deputado federal que frequentava a região, participaram, no dia 07/12/2017, de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a presença de representantes do Ministério da Agricultura e da Receita Federal, para reivindicar o direito de continuar fabricando o “vinho colonial” de forma artesanal. No discurso de um dos produtores, Miguel Rossa, foi ressaltada a importância de se manter a produção por ser uma prática que “faz parte da história e da cultura” dos moradores da localidade, algo que ele faz da mesma forma que seus pais e avós já faziam. Outro ponto que Rossa abordou em sua fala, com um tom de inconformidade, é o fato de o MAPA considerar o vinho como impróprio para o consumo, uma vez, que segundo ele, os cachos e os grãos de uva são selecionados, escolhe-se até mesmo o dia para realizar a colheita e o único produto colocado junto ao suco é o açúcar, para realizar o processo de fermentação.

Como agricultor, a uva faz parte da nossa história, faz parte da nossa agricultura [...], quando nós falamos em plantação de uva para fazer vinho artesanal, nós não falamos em grande quantidade, é 1 hectare, eu por exemplo tenho 700 pés de uva, mas desses 700 pés eu posso colher até 10 toneladas, dependendo do ano e isso dá uma ajuda para a gente se manter no campo [...] só que daí no ano de 2016 em tinha lá um tanto de vinho e chegou a fiscalização tanto lá como no Antoninho que foi no mesmo dia e lacrou o nosso vinho [...] tanto eu quanto o Antoninho tivemos que pagar quatro mil reais de multa, daí pegar aquele vinho e carregar aquele vinho junto com a fiscalização e levar lá no aterro sanitário e jogar o vinho. Puxa, isso doeu na

alma da gente! Nós pra colher um cacho de uva nós colhemos, nós viramos, nós viramos ele para ver se tem alguma semente furada de abelha, tirar as verdinhas, se a uva não está bem madura nós não tiramos, se chover nós não colhemos, tem que colher com o sol bem quente para sair um vinho puro, é só o suco e um pouco de açúcar e nada mais. [...] Se for ver há uns 30 ou 40 anos atrás quase todo italiano tinha sua plantação de uva, pouquinho, mas eles faziam o vinho para o gasto, faziam geléia, faziam o suco, hoje tem 5 plantações de uva. É um prazer para nós, quando chega um senhor, um rapazinho, um casado de novo, quero plantar uns pés de uva, a gente leva no parreiral com maior gosto para arrancar umas mudas e ensinar como se deve fazer. Esse vinho é impróprio para consumo! Caramba, se toda a vida nós fizemos vinho, meus pais, meus avós, tem até um dizer, “um vinho quanto mais velho, fica mais bom”, para nós o vinho nunca fica velho, porque nunca sobra, é sinal que era bom, nós não saímos ofertar para os outros, eles vêm buscar, não é em grande quantidade, é quantidade pequena. [...] é muito melhor ter um lucrinho do que acabar com o parreiral, com a história, com a nossa cultura. (ROSSA, 2017)

Noto que Rossa, na defesa da produção do vinho, buscou ressaltar o modo de fazer artesanal, aprendido com os avós, no qual todo o processo desde a escolha do dia da colheita até a seleção dos cachos e grãos de uva é feito de forma manual, além dos ingredientes utilizados, que seria apenas o suco da uva e o açúcar. Me parece que a intenção foi valorizar uma produção que é feita por pessoas e que dispensa a mecanização e a possível inserção de ingredientes, como corantes e conservantes, por parte da indústria.

Outro produtor que falou durante a audiência foi o senhor Antoninho Zanlorensi, o mesmo agricultor da reportagem publicada em 2008 pelo jornal “Folha de Irati”. A plantação de uvas e a fabricação do vinho como uma herança trazida pelos imigrantes italianos e mantida pelos descendentes ganhou destaque em seu discurso:

Meus avós vieram da Itália e trouxeram até a muda de parreira da Itália para plantar, foi plantado em Campo Largo e estavam fazendo vinho, daí vieram para Irati, meu pai morou no Pinho de Baixo e meu pai sempre fez vinho, os pouquinho para o gasto e sempre plantando as parreiras, eu também tenho uns parreirais muitos antigos e a gente continua, mas depois dessa a gente não sabe o que faz, né. Eu tive que jogar 4 mil litros de vinho e daí a multa mais 4 mil [...] Eu estou na 3^a geração, meu filho na 4^a e meu netinho na 5^a, ele quer pegar, mas eu disse, não sei se vai dar certo. É complicado, porque é uma coisa que tem mais de 100 anos, veio lá da Itália, essas parreiras vieram de navio. (ZANLORENSI, 2017)

Nas falas dos produtores, observo que o passado, o saber dos imigrantes no cultivo das parreiras, na colheita das uvas e na fabricação do vinho, torna-se um patrimônio dentro da argumentação contra as medidas impostas pelo MAPA. Para Zanini (2006, p. 14), patrimônio, nesse caso cultural, é um “bem simbólico, inserido num mercado de relações sociais nas quais o capital cultural possui um peso importante, agregando valor ao indivíduo.”

Essa relação de tensão entre órgãos de fiscalização governamentais e a prática artesanal de produtos alimentícios também foi observada com os queijos da região do Serro e das serras da Canastra e do Salitre em Minas Gerais, fato que gerou mobilização social para manter a prática de produção artesanal. Em 2002, houve o registro do modo de fazer o Queijo do Serro pelo IEPHA/MG – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, e no mesmo ano foi aprovada a Lei estadual 14.185, que permitiu a produção do queijo com leite não pasteurizado e com maturação inferior a 30 dias (CINTRÃO, 2014, p. 151-153).

Ainda durante a audiência pública, o Prefeito de Irati, Jorge Derbli, argumentou que proibir a fabricação de vinhos implicaria, também, no término na Festa da Polenta em Pinho de Baixo, pois durante o evento os produtores locais colocam sua bebida à venda e seria incoerente servir “Coca-Cola” em uma festa como essa.

Em Irati nós temos uma grande festa, senhor deputado, uma festa da comunidade do Pinho de Baixo [...] então nós temos lá a Festa da Polenta e do Vinho,⁵⁵ enche o barracão da igreja, aquelas comunidades, todo mundo vai para comer a polenta que é feita pelas senhoras, produzida uma polenta, vários tipos de polenta e tomar o vinho produzido na comunidade de Pinho de Baixo. Como que vamos fazer agora? Como vamos denominar essa festa: venham para Irati na Festa da Polenta e da Coca-Cola? Não tem condição minha gente. Essa tradição tem que continuar! (DERBLI, 2017)

Como forma de reiterar a fala desses produtores que foram para Brasília, a “Cine Central Filmes”, com apoio da Prefeitura Municipal de Irati, produziu um documentário com duração de 15min41s sobre a localidade, o qual foi exibido na Câmara dos Deputados no dia da audiência pública. O vídeo se inicia com o depoimento do senhor Sebastião Cosmos, sentado junto a seu filho e seu neto e tendo ao fundo a plantação de uvas da família.

Meu pai já veio com certo conhecimento, mas aqui teve que começar, implantar e sempre iniciando uma coisa em um lugar diferente é mais difícil, mas conseguiram e em poucos anos, um ano, dois anos, já conseguiram produzir o vinho que é uma relíquia [...] cada um produzia para si, mas sempre tinha o compadre, o parente, o vizinho, a visita e levava um brinde ou vendido mesmo, cada centavo que entrava era um recurso. Trouxeram as mudas prontas já, prepararam ali em Campo Largo e ela demora sempre uns dois anos para produzir, mas foi o ponto inicial [...] mas só que daí outras coisas apareceram, no início batata e depois foi misturando as coisas, mas nunca deixamos de fazer e agora está aí, meu filho continua. [...] Eles trouxeram as mudas na bagagem, de parreira, e a primeira coisa que fizeram chegando em Campo Largo foi plantar o pé de parreira, na época não se usava nenhum defensivo, nem nada, era tudo sadio e sem doença [...] isso aqui [pegando um cacho de uva] faz parte da

⁵⁵ O prefeito se referiu à festa como “Festa da Polenta e do Vinho”, mas nos materiais publicados pelo grupo que organiza a festa, como convites e ingressos, além das notícias em jornais, o nome utilizado é “Festa da Polenta”.

nossa vida, está no fundo do coração, porque a natureza que oferece e nós estamos tentando dar continuidade a esse trabalho e estou vendo ir água abaixo e eu não queria isso. (COSMOS, 2017)

Na narrativa de Sebastião Cosmos, é possível perceber a defesa da produção de vinho não somente como sendo uma herança cultural dos imigrantes, mas algo que envolve aspectos sentimentais e afetivos.

Importante considerar que essas narrativas foram produzidas no contexto de defesa da produção de vinho em Pinho de Baixo em um momento que o MAPA havia imposto uma série de restrições à produção, após a fiscalização de algumas propriedades. Percebe-se que é comum, nos discursos, o argumento de que as plantações de uvas e a fabricação de vinhos são praticados desde a chegada dos imigrantes que, em algumas falas, aparecem como sendo os responsáveis por trazerem as mudas da planta para o Brasil no final do século XIX, o que diverge com os dados apontados no Quadro 5.

Segundo a pesquisadora Patrícia Coelho de Souza Leão, a introdução das videiras no Brasil ocorreu em 1532, por Martim Afonso de Souza, para a Capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo). No Rio Grande do Sul, as videiras teriam sido introduzidas em 1626 por padres jesuítas e, posteriormente, pelos imigrantes alemães. Somente na segunda metade do século XIX que a produção foi impulsionada pelos imigrantes italianos, quando trouxeram espécies de videira da região do Vêneto (LEÃO, 2010, p. 82). A autora reconhece que algumas espécies da planta teriam sido trazidas pelos imigrantes italianos do Vêneto e, talvez, as narrativas dos descendentes se refiram a esse momento.

A história épica dos imigrantes italianos não se restringe apenas à trajetória de pessoas, mas também se relaciona às práticas, costumes e “tradições” que trouxeram consigo, como por exemplo, dar continuidade, no Brasil, às plantações de uvas e produção de vinho. As mudas de parreira, assim como os imigrantes, sobreviveram à travessia, à transferência de diferentes regiões, à diferença de clima e de solo, às possíveis doenças e pragas e prosperaram, passaram de geração em geração e permaneceram até hoje entre os descendentes.

A família de Sebastião Cosmos foi a única que se adaptou às exigências do MAPA e que atualmente produz vinhos para o comércio, não somente na cidade de Irati, mas também na região. Os demais produtores fabricam somente para o próprio consumo e para a venda “no portão da casa”, como costumam dizer. Na pesquisa

realizada por Elieti de Fátima Goveia, Alan Aparecido Guizi e Patrícia Denkwicz, os produtores relataram algumas dificuldades para manter a produção, principalmente devido às normas exigidas pelo MAPA, o que teria desmotivado muitos deles. Sintetizamos a fala desses produtores em um quadro:

Quadro 6: Dificuldades encontradas pelos produtores de Pinho de Baixo

Produtores	Dificuldades
JAZ	■ A burocracia brasileira atrapalha e desmotiva os produtores rurais;
AC	■ Há falta de apoio aos produtores (quer do setor público, quer de outros setores) para lidar com questões burocráticas e técnicas como as relacionadas à produção de vinho;
AR	■ Alto investimento para a legalização da produção junto ao MAPA;
AZ	

Adaptado: GOVEIA, E. F; GUIZI, A. A.; DENKWICZ, 2021. p. 134-135.

No vinho produzido comercialmente pela família Cosmos, utiliza-se a ideia de “tradição” e da própria Itália como identidade visual do produto. Na página do *Facebook* da vinícola, é possível observar esses elementos no *slogan* (“Brindando à tradição!”) e também na imagem ao fundo, na capa, representando a comuna de Sotto il Monte Giovanni XXIII, região da Lombardia⁵⁶. Essa mesma imagem está presente nos rótulos das embalagens dos vinhos, como podemos observar na mesma figura:

⁵⁶ De acordo com os proprietários da vinícola, a escolha da imagem dessa comuna italiana para compor os rótulos das garrafas de vinho deu-se pelo fato de ser o local de onde a família Cosmos teria emigrado para o Brasil, no final do século XIX.

Figura 22: Capa do *Facebook* da vinícola Cosmos



VINÍCOLA COSMOS. **O cultivo de videiras e a produção de vinhos...** 08 de março 2021. *Facebook*: @cosmosvinicola. Disponível em: <https://www.facebook.com/cosmosvinicola>. Acesso em 19/01/2023.

Em outra publicação feita na página, no mesmo dia da anterior, relatou-se a trajetória da família, sua fixação em Pinho de Baixo e seu apreço pelo trabalho:

Por volta dos anos de 1880, italianos vindos de Sotto il Monte Giovanni XXIII / Lombardia, trazendo na bagagem mudas de videira, se instalaram na região de Campo Largo/PR. Alguns anos depois, parte da família se deslocou para a região de Irati/PR, chegando na comunidade Pinho de Baixo, com muita vontade de trabalhar e escrever sua história aqui no Brasil. (COSMOS, 2021a)

Em uma publicação feita na página em 08/03/2021, o vinho está associado a uma herança cultural trazida da Itália pelos colonizadores e repassada pelas gerações, além de considerada uma “bebida afetiva”.

O cultivo de videiras e a produção de vinhos, inicialmente para consumo próprio, eram formas de perpetuar a tradição enraizada há muito tempo, trazida pelos colonizadores.

Então, o vinho, bebida afetiva que era elemento principal para reunir a família, presentear amigos e envolver cada um em uma boa roda de prosa, hoje passando a tradição de geração em geração, tornou-se a principal atividade da família Cosmos. (COSMOS, 2021b)

No artigo “Imigração italiana do século XIX: o grande marco da vitivinicultura Rio-Grandense e Brasileira”, Marieta de Moraes Ferreira e Valdiney C. Ferreira afirmaram que “uma das formas de se firmar a identidade e a memória de lideranças, comunidades e grupos políticos reside no cuidado com a preservação de sua memória.” Esse esforço pode ser identificado quando a produção do vinho não é interpretada apenas como uma prática agrícola comercial, mas como uma herança cultural trazida pelos italianos e mantida pela família, como uma “memória viva”, um saber-fazer que

se materializa desde a plantação até o consumo da bebida. O vinho não é somente uma bebida alcoólica, mas o resultado de um saber-fazer que extrapolou gerações e que, para os descendentes, simboliza o pertencimento a um grupo.

Se os discursos sobre o *Chiara di Luna* e a Festa da Polenta reforçam o resgate da “tradição” que havia sido esquecida com o passar do tempo, seja na culinária, na linguagem, na dança ou na música, a produção de vinho era a “tradição viva” que permanecia desde a chegada dos imigrantes, sendo as imposições feitas pelo MAPA uma afronta e um risco de que fosse interrompida.

A presença desse simbolismo em torno do vinho fica mais evidente quando comparamos essa discussão com a realizada nas reportagens sobre produção da cebola na localidade. Pinho de Baixo foi apontado, em 2010, pelo jornal *Hoje Centro Sul*, como responsável por 23% de toda a produção no Paraná (HOJE CENTRO SUL, 2010), valor expressivo se considerarmos o tamanho territorial da localidade. Grande parte das famílias agricultoras cultivam o legume, além de outras culturas, como soja, milho e a própria uva. Em uma busca rápida no *site* de pesquisa *Google*, feita em janeiro de 2023, duas reportagens sobre a produção de cebola na localidade apareceram, dando destaque para a expressiva produção, técnicas de cultivo e possíveis alterações na produção devido às mudanças no clima. Em nenhuma delas observei discursos que se aproximem daqueles sobre a produção de uvas.

Quadro 7: Publicação sobre produção de cebola em Iriti

Data de publicação	Título da reportagem	Jornal	Endereço eletrônico
04/08/2010	Irati é o maior produtor de cebola do Paraná	Hoje Centro Sul	http://noticiascentrosul.blogspot.com/2010/08/irati-e-o-maior-produtor-de-cebola-do.html . Acesso em 20/01/23.
17/01/2015	Colheita de cebola é destaque em Irati	Jornal Iratiin	https://www.iratiin.com.br/2015/01/colheita-de-cebola-e-destaque-em-irati.html . Acesso em 20/01/23.

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme procurei expor no decorrer deste capítulo, em Irati, especialmente em Pinho de Baixo, após 2005 algumas práticas procuraram afirmar a italianidade na região, como a criação do grupo folclórico *Chiaro di Luna* e a Festa da Polenta, demarcando a fronteira do “nós” por meio do comer, beber, cantar e falar “como italiano”. O discurso em torno do resgate da “tradição” ficou bastante evidente. Em 2007, essa italianidade foi reforçada nas comemorações do centenário de emancipação política de Irati, com grande contribuição da mídia, principalmente os jornais, criando uma identidade para a cidade amparada na presença e na contribuição de diferentes grupos étnicos, entre eles os italianos. Em 2016, quando “o modo de fazer” o vinho foi questionado pelo MAPA, o discurso em torno da italianidade foi acionado novamente, desta vez, afirmando-se ser uma tradição trazida pelos imigrantes e mantida “viva” de geração em geração, sendo as fiscalizações e imposições do MAPA uma “ameaça” de ruptura dessa “tradição”.

No próximo capítulo tratarei de outro evento importante para a italianidade de Pinho de Baixo, a construção do museu *Casa dei Nonni*, inaugurado em 2016.

CAPÍTULO V: A MUSEALIZAÇÃO DE MATERIALIDADES DO COTIDIANO: *CASA DEI NONNI*

5.1 A *CASA DEI NONNI* É POLONESA

Irati de uns tempos para cá vem passando por grandes transformações. Assim como todas as cidades brasileiras, Irati está se renovando. São novos asfaltos, rotatórias, casas, estabelecimentos comerciais, enfim, a cidade está crescendo. E, portanto, várias edificações antigas estão sendo substituídas, abrindo espaço para o progresso do município. (FOLHA DE IRATI, 2010)

Esse excerto foi retirado de uma publicação do jornal *Folha de Irati* de 05/02/2010, intitulada “Casa histórica dá lugar a rotatória”⁵⁷. Nessa publicação defende-se a ideia da necessidade de retirar “edificações antigas” da área central, visto que essas impedem o crescimento e progresso do município.

Apesar da reportagem reafirmar a importância de as “edificações antigas” darem espaço para o progresso do município, mesmo que de forma singela, percebo que no título existe uma crítica em relação ao fato de a construção ser retirada para a construção de uma rotatória. Quando se menciona “casa histórica” se reconhece o valor e o significado desse tipo de construção para a cidade: não era apenas uma casa que estava sendo demolida, era uma “casa histórica”, muito diferente de uma “casa antiga” ou simplesmente de uma “casa”.

A casa pertencia a Alzira Dembiski Bueno, poetisa, acordeonista e pianista, falecida em 01/09/2010, e foi construída por seus pais, em 1929, inspirada na arquitetura polonesa, visto que seus avós haviam partido⁵⁸ da Polônia (FOLHA DE IRATI, 2010). Penso que o fato de o jornal se referir à casa como “inspirada na arquitetura polonesa” deva-se ao fato de se assemelhar com casas geralmente ocupadas com descendentes de imigrantes poloneses, com paredes de madeira, telhado alto com borda de lambrequim, chaminé e presença do sótão. A técnica construtiva permitia que fosse desmontada e reconstruída em outros locais, diferente de uma casa de alvenaria, por exemplo.

Após o falecimento de seu esposo, Alzira mudou-se para Curitiba e por alguns anos a casa ficou sem moradores. Por muitos anos, enquanto Alzira ainda residia em

⁵⁷ A construção da rotatória ocorreu, mas em boa parte do terreno onde a casa estava localizada construiu-se um imóvel que, atualmente, funciona como escritório de advocacia.

⁵⁸ Gostaria de chamar a atenção para o fato de que Alzira mencionou que seus avós não eram imigrantes, pois “vieram por conta própria” (FOLHA DE IRATI, 2010). Ao que parece, no entendimento de Alzira, imigrantes eram apenas aqueles que partiam com auxílio governamental, característica bastante comum nas imigrações da segunda metade do século XX.

Irati, o imóvel foi utilizado por ela para ministrar aulas de português, piano, acordeon e datilografia.

Figura 23: Casa de Alzira Dembiski Bueno



Fonte: ZARPELON, Ana Maria. **Era uma vez, em Irati**. Irati, 24 jul. 2019. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/2024294154348304/user/100002845998856>. Acesso em 12/11/2022.

Na publicação do jornal *Folha de Irati* sobre a “casa histórica que dá lugar a rotatória”, Alzira afirmou:

O progresso vai esmagando tudo, tomando conta, ocupando os espaços desejados pelos governantes, que sonham em deixar a cidade mais bonita. Já fui muito saudosista, mas hoje, pouco ou quase nada significam para mim, os teres e os haveres. Pois nada levaremos para o outro lado, além das nossas boas ações, a nossa hombridade e a certeza de só ter praticado o bem. (CASA, 2010)

Alzira mencionou o interesse de governantes em determinados espaços na cidade para deixá-la “mais bonita”. Penso que essa referência se deve ao fato de a Prefeitura Municipal de Irati, à época, ser uma das grandes interessadas na compra do imóvel. Apesar de dizer que “pouco ou quase nada” significava para ela, Edison Moro Rios me relatou, em entrevista, sobre a existência de possíveis divergências entre Alzira e a Prefeitura em relação ao terreno em que a casa estava construída.

Edison Moro Rios era uma das pessoas que frequentava a casa de Alzira para aulas de piano, sendo chamado por ela de “filho adotivo”, visto que, segundo Edison, ela não possuía nenhum parente na cidade. O fato de Edison, sua esposa e filha

frequentarem rotineiramente a residência fez com que a relação entre eles ficasse bastante próxima. Edison acompanhou o processo de negociação e venda do imóvel:

Elá tinha um trauma muito grande porque tinha perdido uma parte do terreno para a Prefeitura, [...] elá queria ir embora, elá colocou à venda o imóvel, elá tinha só um filho, inclusive quando elá foi fazer a mudança a gente ajudou e elá queria vender o imóvel e eu falei: Dona Alzira, o que a senhora vai fazer com essa casa? Quem vai comprar vai estar interessado no terreno e não na casa. A casa vão demolir e vai virar galinheiro! A senhora não quer doar essa casa para nós, lá pro grupo folclórico italiano, para a gente fazer um memorial? “Ah tudo bem! Só que você só pode tirar [a casa] a hora que fechar o negócio”. Só que nessa negociação elá tinha vendido a casa e alguém da Prefeitura fez elá desfazer o negócio por interesses escusos, até dava um livro os emails que elá me mandava, aí elá ficou muito amargurada que pressionaram muito, fizeram elá desfazer o negócio [...] (RIOS, 2022)

No poema “Vozes”, publicado em seu *blog* “Anseio e Mensagem”, em 26 de julho de 2010, Alzira escreveu sobre angústia e solidão e a necessidade de agir pela razão. Ainda, citou a casa e algumas lembranças que dela afloravam. O período em que foi escrito, alguns meses após a retirada de sua casa, me leva a crer que a autora tentou expressar seu descontentamento com o processo de negociação e venda do imóvel.

Num barco de angústia e solidão
Com mil decisões a tomar
Busco a voz da razão
Para não soçobrar

Na casa em que vivi
Que a mantendo a [sic] tantos anos
Onde a terra se perfumava ao entardecer
As lembranças vão pouco a pouco
Transformando-se em desenganos

Aturdida por três saudades
Refletidas num só espelho
Sem perder o maravilhoso senso da realidade
Ironizo Sócrates e Platão
A sociedade universalmente...

Finjo que o passado é mentira
Quero ignorar o Paço do passado, ainda presente
Quero esquecer tudo quanto ensinei!...
Do mundo, do coração e das gentes

Dizer que a memória não tem caminho,
mas corre
Que a primavera passada não retorna
Só o amor tenaz, destemido
A Justiça imparcial e Divina
São verdades que não morrem (BUENO, 2010, grifo meu)

Como o interesse principal da Prefeitura era pelo terreno, Edison recebeu a casa como doação, de Alzira, para o “grupo folclórico italiano” de Pinho de Baixo, para

não “virar galinheiro”. A expressão refere-se ao fato de que a madeira de muitas casas e construções antigas, quando demolidas, acaba sendo utilizada para outras finalidades, sem se levar em consideração o valor histórico e cultural que possuem. Na fala de Edison, claramente a casa “viraria galinheiro”, pois após a venda ser legalizada, máquinas adentraram ao imóvel e acabaram danificando a estrutura da residência, o que impediu que ela fosse reconstruída em sua originalidade na localidade de Pinho de Baixo.

No processo de demolição sofremos muito com a Prefeitura da época, porque eu tinha comprado até um manual de como desmontar a casa, porque ela tinha pinturas por dentro; não foi possível porque eles entraram com máquina e tudo, a hora que eles fecharam o negócio com o filho dela, estavam quase derrubando a casa, derrubaram material, a gente perdeu quase todos os tijolos. (RIOS, 2022)

Em foto na publicação “Casa histórica dá lugar a rotatória”, é possível observar a casa já sem telhas, madeiras empilhadas e uma máquina ao lado da residência.

Figura 24: Demolição da casa de Alzira Dembiski Bueno



Fonte: CASA histórica dá lugar a rotatória. **Folha de Irati**, Irati, 05 de fev. 2010.

Na reportagem, Alzira ainda mencionou a doação que fez da casa, porém, não citou que foi feita para o grupo *Chiara di Luna*. O redator do jornal escreveu que a casa seria montada no mesmo “estilo polonês” e receberia o nome de Alzira.

Porém, a casa será doada, a qual já tem seus novos proprietários, será reconstruída com todo amor e carinho, comenta Alzira, dizendo que ela será montada no mesmo estilo polonês e receberá seu nome. “Estou muito feliz por isso”, diz Alzira.(FOLHA DE IRATI, 2010)

O texto identifica a casa e a forma de construir como “estilo polonês”, o que é particularmente interessante pelo fato de uma construção “em estilo polonês” ser reconstruída para representar a “*casa dei nonni*”.

Alzira não chegou a ver a reconstrução completa de sua casa em Pinho de Baixo, pois faleceu meses depois.

5.2 SOBRE QUAL PASSADO FALA O MUSEU?

Em maio de 2011, outra reportagem foi publicada pelo jornal “Folha de Irati”, desta vez intitulada “Casa abrigará museu da cultura italiana”, na qual foi divulgada uma foto da construção praticamente finalizada, porém sem pintura, e também partes de uma entrevista realizada com Edison Moro Rios, que afirmou: “A proposta é que consigamos reunir acervo que retrate um pouco da cultura dos descendentes de italianos, bem como da doadora do imóvel” (RIOS, 2011, p. 15-16). Edison relatou que o espaço seria utilizado como sede para o *Chiaro di Luna* e também para comercialização de produtos feitos na própria localidade, como vinhos, geleias e artesanatos. Ainda, afirmou que já estava ocorrendo uma mobilização das famílias de Pinho de Baixo para reunir mobílias, utensílios e objetos antigos para fazer parte do museu (RIOS, 2011, p. 15-16).

A reconstrução da casa na localidade de Pinho de Baixo contou com o auxílio financeiro do grupo *Chiaro di Luna*, que possuía recursos oriundos da Festa da Polenta, principalmente para custear a mão de obra do carpinteiro, trocar o assoalho e comprar as tintas para a pintura (RIOS, 2022). Houve a doação de tijolos por parte de Antônio Anciutti; Dagoberto Waidzik contribuiu com o projeto e dois moradores de Pinho de Baixo, Irineu Joanito Zanlorenzi e José Zanlorenzi, doaram vigas e tábuas. Além desses auxílios, a empresa América Latina Logística (ALL) doou dormentes que serviram para alicerçar a construção (FOLHA DE IRATI, 2011, p.15-16).

Ainda segundo Edison Moro Rios, a proposta era que o espaço também servisse, dentro das condições sanitárias necessárias, para a produção de bolachas,

embutidos e pães e que, ali mesmo, esses produtos pudessem ser comercializados, mas a implementação dessa ideia não ocorreu.

Com as visitas que o museu *Casa dei Nonni* passou a receber, após sua inauguração, em 05/03/2016, e com a cobrança da entrada, o espaço passou a se manter com esses valores que eram arrecadados (RIOS, 2022). Muitos grupos de turistas de outras cidades frequentavam o museu assim como escolas do município, que levavam seus estudantes para conhecê-lo. Além disso, foi aberta uma trilha na mata que fica ao lado, onde os visitantes poderiam fazer uma caminhada e andar de carroça, para esse último passeio sendo cobrado um valor à parte.

A Prefeitura Municipal de Irati também promoveu alguns eventos, ligados ao Cicloturismo, na localidade. Em maio de 2015, cerca de 140 ciclistas se dirigiram para Pinho de Baixo tendo como pontos da rota turística o museu *Casa dei Nonni*, as duas cachoeiras, o almoço servido pelo *Chiaro di Luna* na Capela São Sebastião e a visita a uma das vinícolas da localidade.

Para cerca de 140 pessoas, o último domingo, 24, saiu da mesmice e foi repleto de esporte, aventura, lindas paisagens e muitos, mas muitos quilômetros pedalados na 5^a edição do Cicloturismo, que desta vez teve como cenário as belezas naturais do Pinho de Baixo. Desde as primeiras horas do dia o tempo não poderia ser melhor. O sol mesmo timidamente apareceu, a temperatura muito agradável e sem chuva, proporcionaram aos ciclistas que saíram da Colina Nossa Senhora das Graças um dia inesquecível. A primeira parada dos ciclistas foi na *Casa Dei Nonni*, museu que retrata a colonização italiana em Irati, principalmente no Pinho de Baixo, onde foi servido café da manhã para os participantes. Logo em seguida, após 7 km desde a saída, os cicloturistas chegaram literalmente no ponto alto da rota, a Cachoeira do Pinho de Baixo. Com aproximadamente 27 metros de altura, a Cachoeira do Pinho foi um atrativo que proporcionou várias atividades aos participantes, como a visita na cachoeira através de uma trilha no meio da mata e o rapel, onde foi feita demonstração do esporte por pessoas com experiência. Para o descanso dos ciclistas, a parada da vez foi na Capela São Sebastião, onde foi servido um delicioso almoço italiano, pelo Grupo Folclórico Italiano Chiaro di Luna. Após o almoço, todos puderam visitar a Vinícola artesanal do Bepe, conhecendo o processo de fabricação de vinhos e, antes do retorno para Irati, todos visitaram a Cachoeira da Serraria. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 2015)

A ênfase dada nessa matéria foram às belezas naturais da localidade, contudo, alguns elementos “italianos” aparecem como um atrativo extra, exemplo do museu, do almoço e do vinho.

Em 2021, a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Paraná (ADECSUL) e Colônia de Equilíbrio Dom Inácio de Loyola também iniciaram um projeto ligado ao turismo em Pinho de Baixo, denominado “Rota do Equilíbrio”. Na página da ADECSUL foi publicada a reportagem intitulada “Rota de Equilíbrio é nova

alternativa de turismo no interior de Irati”, na qual percebo uma tentativa de ampliar os atrativos turísticos da localidade, não somente relacionados à identidade italiana, mas também com a agroecologia e algumas práticas artesanais ligadas à exploração sustentável de recursos naturais, como a confecção de chapéus de buriti - espécie vegetal nativa região.

O projeto também envolve a agroecologia. “Teremos o Caminho de Amor à Terra, onde as pessoas que vierem vão poder trocar informações, aprender um pouco sobre como tratar a terra para obter alimentos saudáveis, sem agrotóxico”, explica a proprietária da Colônia de Equilíbrio, Maria Cristina Medeiros Mazza [...] A conservação da espécie [Buriti] tem ocorrido através do estímulo à produção de muda. Em paralelo, o extrativismo da planta atende também ao artesanato. “Esse trabalho do chapéu, eles têm todo o cuidado na hora da colheita e nós fizemos um pequeno estudo, um pequeno ensaio, e vimos que o próprio manejo, retirando as folhas, o manejo sustentável, até propicia, permite um florescimento maior das árvores, a produção de frutos. Tudo isso está sendo trabalhado junto à comunidade para que, no âmbito maior, essa espécie possa não desaparecer, para que nossos filhos e netos, as próximas gerações, possam conhecê-la”, diz. (ADECSUL, sem data)

Uma das atividades realizadas no “Rota do Equilíbrio” é o “Caminho de Amor à Terra”, atividades na qual as pessoas aprenderiam sobre como produzir sem agrotóxicos. Percebo que nenhuma das atividades apresentadas na citação acima há alguma menção à presença de descendentes de italianos na localidade.

Atualmente, muitos turistas se dirigem até Pinho de Baixo não somente para conhecer o museu, a culinária e as vinícolas, mas também para ter contato com a natureza, visitar as cachoeiras e a própria Colônia de Equilíbrio.

Esse “direcionamento” do turista, com a criação de uma espécie de roteiro de lugares a serem visitados, não é algo neutro e isento de intencionalidades, pois se trata de um espaço produzido, seja pela Prefeitura Municipal, por instituições ligadas ao turismo, pelo grupo *Chiaro di Luna* ou até mesmo pelos proprietários de áreas particulares na localidade. Conforme afirmou Celso Castro,

Seria ingenuidade pensar que um local possa ser “naturalmente” turístico. Seu reconhecimento como turístico é uma construção cultural – isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada (CASTRO, 1999, p.81)

Por espaço produzido entendo os espaços que são construídos e significados socialmente, e em Pinho de Baixo, especificamente, espaços que são etnicamente identificados. Enquanto um espaço produzido, também, é fruto de disputas e conflitos.

Afinal, o turista irá para Pinho de Baixo para encontrar “um pedaço da Itália”? Práticas agroecológicas? Natureza?

A menção a esses roteiros turísticos permite indicá-los como veiculadores de discursos que operam ora no reforço, ora na reformulação da identidade da localidade, nesse caso, acrescentando outros elementos que não estejam relacionados aos italianos, mas sim, ligados às práticas agroecológicas e ao contato com a natureza. Dito de uma maneira bastante simplória: Pinho de Baixo é uma comunidade italiana, mas não somente isso!

Em nenhum desses discursos percebi que se refuta a identidade italiana de Pinho de Baixo e um dos elementos que aparece com recorrência nos roteiros turísticos é o museu *Casa dei Nonni*. A própria localização do imóvel impede que seja negligenciado, pois, para acessar Pinho de Baixo, pela via asfáltica, é necessário passar em frente a ele.

Figura 25: Museu *Casa dei Nonni*



Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Um dos espaços de atuação dos “intelectuais étnicos”, conceito discutido anteriormente, são os museus, que passam a operar como espaço de memória de determinados grupos (WEBER, 2014, p. 725). No *Casa dei Nonni*, a própria construção,

a busca por objetos para compor o acervo, organização e manutenção do museu teve e tem como liderança um dos intelectuais étnicos da localidade.

O espaço de visitação do museu é dividido em três cômodos. O primeiro a que os visitantes têm acesso é a representação de uma cozinha, na qual são expostos produtos para serem comercializados, como geleias, licores, vinhos, pães e bolachas, feitos pelas famílias da própria localidade, e também “lembrancinhas” como chaveiros, porta-chaves e panos de pratos. Ainda nesse espaço estão dispostos objetos relacionados ao trabalho doméstico e agrícola, que foram resultado de doações das famílias da localidade. Também existe um painel com fotos da construção do museu e de algumas apresentações do grupo folclórico *Chiaro di Luna*. Anexo a esse espaço, existe outro cômodo, no qual estão expostas, na parede, cópias de fotos (Figura 27) das famílias da localidade, juntamente com alguns móveis, objetos de decoração, máquinas de costura e dois manequins, feminino e masculino, com as roupas utilizadas nas apresentações do *Chiaro di Luna*. Dentro desse cômodo, tem-se acesso a outro espaço, que representa um quarto (Figura 26), com cama de casal, uma pequena cama, quadros sacros, rosários, roupas de criança, penico, sapatos, malas de viagem.

Para Meneses (1993, p. 208-209), os museus são espaços de produção de identidades e de imagens que podem levar à legitimação de determinadas práticas. Ainda, são espaços de disputa de poder, uma vez que a identidade é produzida a partir da diferença, que é a base para as classificações, discriminações e hierarquizações sociais (MENESES, 1993, p. 209). Acrescento também que, para determinados indivíduos e grupos, os museus podem ser espaços de sociabilidade, de produção de conhecimento, de lazer ou de diversão.

Ainda para Meneses (1994, p. 10):

O primeiro tópico pressupõe que, por sua natureza mesma, o museu tenha algo a ver com o universo do conhecimento. Isto não significa atrelá-lo exclusivamente a esse universo. Não ignoro as tarefas educacionais do museu (mas se não tiverem como referência o conhecimento, tratar-se-á de mera doutrinação), a fruição estética, o lúdico, o afetivo, o devaneio, o sonho, a mística da comunicação e da comunhão, a curiosidade, a necessidade de mera informação e assim por diante. Muito menos ignoro as responsabilidades sociais - e políticas - do museu histórico. No entanto, estes aspectos todos têm sido debatidos com freqüência, se bem que, a meu ver, de forma superficial e lacunosa. Reconhecer essa gama multiforme de possibilidades é recusar um modelo único de museu, chave da natureza e camisa de força.

O museu é construído e organizado a partir de percepções e anseios do tempo presente. Nas palavras de Andreas Huyssen, os “usos do passado são sempre presentes e tardios” (2014, p. 181). Além disso, os objetos dos museus despertam sentimentos em

quem os observa, o que nos leva a pensar o museu não apenas relacionado ao campo do cognitivo, mas, também, afetivo, o que cria condições favoráveis para a “manipulação” da identidade (MENESES, 1993, p. 211).

Os objetos, utensílios, fotografias, móveis e roupas que fazem parte do acervo do *Casa dei Nonni*, e que Maria Catarina Chitolina Zanini chamaria de “pérolas etnográficas”, foram doados pelos moradores da localidade de Pinho de Baixo, principalmente por aqueles que eram integrantes do grupo *Chiaro di Luna*. Muitos desses objetos foram guardados com zelo pelas famílias por pertencerem a seus pais, mães e *nonni*, a grande maioria já falecida, o que revela o significado afetivo depositado neles.

Interessante observar como os objetos acabam sendo ressignificados no decorrer do tempo, ainda mais quando passam a fazer parte do acervo de um museu. Para explicar essa afirmação, trago uma das falas de Edison Moro Rios:

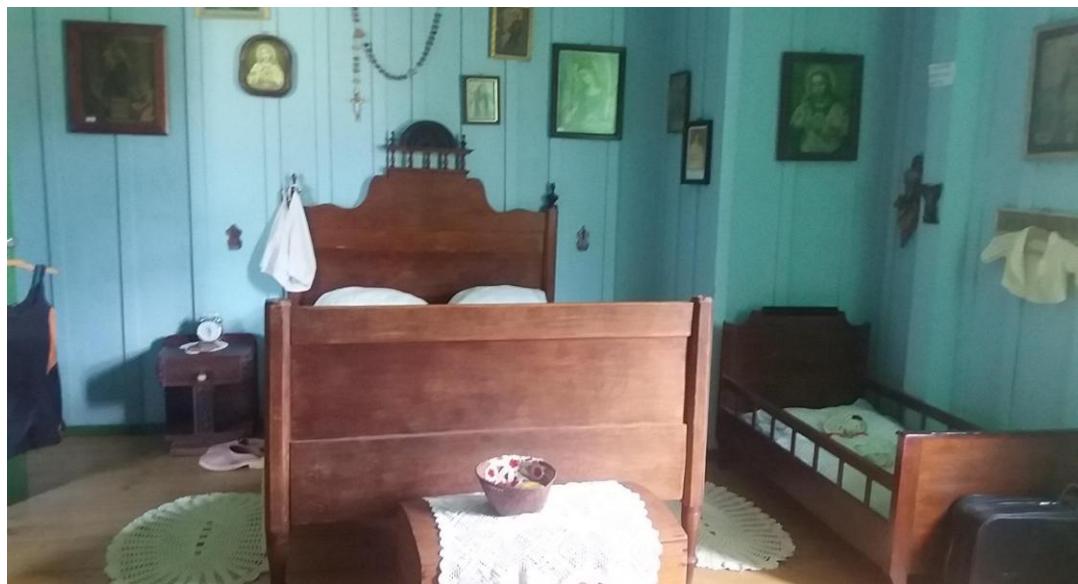
Uma cômoda foi tua sogra que doou, aquela cômoda já era da bisavó dela. A Justina doou umas toalhas de brolha⁵⁹ que eram do enxoval da avó dela. Santo Cristo! Quanta história tem ali e nesses objetos. Daí tem a cama que era do *Nonno Zanlorensi*, pai do Seu Antoninho, e tem inclusive a foto das Bodas de Ouro deles e na cama estão os presentes e a cama está lá. Então é um pouco de mostrar essa história dessa comunidade que foi tão importante para Irati. (RIOS, 2022)

Os móveis que são citados por Edison tinham uma função específica e prática onde, originalmente, estavam. A cômoda e a cama eram apenas móveis de uma casa e que eram utilizados no dia a dia dessas famílias. A cômoda, provavelmente para se guardar roupas e pequenos objetos e a cama para dormir (o que parece óbvio). Porém, para as gerações seguintes, não eram apenas objetos quaisquer, mas sim, objetos que carregam consigo um valor sentimental, afetivo, simbólico, por representarem a memória de seus donos. A cama deixa de ser apenas um móvel de um quarto, utilizado para o descanso, torna-se a “cama do *Nonno Zanlorensi*”, a qual, na memória da família, marcou diversos momentos de sua vida, como a comemoração das Bodas de Ouro, em que nela foram depositados os presentes que ganharam. E, para os visitantes que não têm essas referências, passam a representar a figura dos imigrantes italianos, de forma geral, cumprindo a função metonímica, como apontado por Ulpiano Bezerra de Meneses (1994, p. 28) e que será discutido mais à frente. Os processos que tornam algo

⁵⁹ Espécie de bordado feito em toalhas, em que o próprio tecido é desfiado ou então inseridos fios na barra do mesmo, os quais são trançados com técnicas e nós específicos.

patrimônio e, nesse caso, que tornam especificamente algo em objeto de museu, são processos de produção social de valor.

Figura 26: Cama do museu *Casa dei Nonni*



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

Manter por gerações uma cômoda de madeira, pesada, com gavetas difíceis de abrir ou mesmo uma cama que, talvez, não tenha os padrões de medida para novos colchões, em meio a uma sociedade de consumo que incentiva a compra de produtos “modernos”, leves, versáteis e práticos me faz pensar no significado que esses objetos possuem e que faz com que as famílias os mantenham.

Guardar móveis e demais objetos por décadas, além de se relacionar ao campo do afetivo pode, também, estar ligado ao sentimento de encurtamento do tempo presente e incerteza em relação ao futuro, o que, segundo Pierre Nora, desencadeou o desejo/a vontade de memória que causa na sociedade contemporânea o sentimento de que é preciso guardar, documentar, arquivar (1993, p. 14-15). Como consequência, surgem o que Nora chamou de “lugares de memória” (1993, p. 13) – museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas de aniversário etc. –, referências materiais, simbólicas e funcionais com as quais os indivíduos se identificam e estabelecem vínculos de pertencimento.

Mas qual o significado que esses móveis e objetos, guardados e conservados por décadas, adquirem quando passam a compor o acervo de um museu? O que leva as famílias a cederem tais objetos? Que narrativa constroem? Sobre qual passado falam?

Importante levar em consideração que, segundo Edison Moro Rios, algumas famílias apresentaram uma resistência em expor no museu os objetos que possuíam, por acharem que eram “coisas velhas”; em outra situação, a família se recusou, inicialmente, em levar um penico antigo, pois seria algo vergonhoso. Segundo Edison, houve uma conversa com essas famílias na qual ele expôs o valor simbólico e a história que esses objetos possuíam e que mereciam fazer parte do acervo (RIOS, 2022). Ou seja, atuou como produtor desse valor simbólico, não percebido, inicialmente, pelos próprios possuidores dos bens.

Essa resistência ou mesmo desconfiança apresentada pelas pessoas me fez recordar do que a pesquisadora Syrléa Marques Pereira vivenciou ao trabalhar, em sua tese, com as “caixinhas de lembrança”, compostas por fotografias, documentos e pequenos objetos, pertencentes a imigrantes italianos. Segundo Pereira, não foi uma tarefa fácil ter acesso às “caixinhas”, pois seus proprietários tinham receio de verem objetos com um grande valor sentimental serem banalizados por um estranho ou serem expostos ao público, revelando momentos particulares da vida familiar, no caso das fotografias (PEREIRA, 2008, p. 191).

Não descarto, também, a possibilidade de serem objetos que pertenciam à família (filhos, netos, bisnetos) e não somente a uma pessoa específica; dessa forma, para fazer parte do museu, necessitavam do consentimento de todos os membros e não apenas de uma única pessoa.

As fotos que estão expostas no museu são cópias das originais e foram colocadas em quadros fixados em umas das paredes do cômodo que representa uma sala. Essa organização é algo bastante comum e pude visualizá-la em várias casas que frequentei para a realização das entrevistas, inclusive na casa de *Nonno* Momi. Não posso afirmar que Edison teve a mesma dificuldade que Syrléa no acesso e reprodução das fotos (até porque o objetivo de ambos era diferente), mas é possível perceber que se trata de casamentos e de fotos familiares em que se apresenta as figuras do pai, mãe e filhos. Não são fotos registradas “espontaneamente”, sem que as pessoas pudessem perceber que estavam sendo fotografadas, até porque, décadas atrás, poucas eram as pessoas que possuíam um equipamento fotográfico e tirar uma foto era uma ocasião especial que merecia o uso das melhores roupas e sapatos, mas sim organizadas especificamente para que o fotógrafo pudesse registrar. Ou seja, mesmo que no espaço privado ou em estúdio fotográfico, eram fotos “feitas” para serem mostradas/exibidas.

Figura 27: Exposição de fotos no museu *Casa dei Nonni*



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses chama a atenção para a importância de se observar como, historicamente, as sociedades e grupos operam na produção, circulação e consumo de sentido dos objetos.

Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais - onde eles são efetivamente gerados - para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. [...] Por isso, seria em vão buscar nos objetos o sentido dos objetos. (MENESES, 1998, p. 91)

Mais ainda:

Nesse contexto, mais e mais individualista, os objetos materiais funcionam como veículos de qualificação social. No entanto, deve-se notar que essas funções novas não alteram a qualidade fundamental do artefato: ele não mente. À integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos. (MENESES, 1998, p. 91-92)

Para *Nonno Zanlorensi*, era apenas uma cama; para sua família, representa a memória de alguém que já partiu; no museu, compõe uma nova narrativa, que reinterpreta o passado e afirma a identidade do grupo. Esse mesmo objeto, que antes fazia parte do dia a dia de uma família, agora, somado aos demais pertences de outras

pessoas no museu, passa a compor uma narrativa sobre os italianos, como se passasse de uma escala micro para macro.

No texto “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”, Ulpiano de Meneses, ao comentar sobre os usos dos objetos nas exposições dos museus, definiu 3 formas principais: uso como fetiche, uso metonímico e uso metafórico. Gostaria de chamar a atenção para a segunda forma.

Com a metonímia, o objeto perde seu valor documental, transmuta-se num ícone cultural, de valor, agora, puramente emblemático. É o que ocorre quando objetos (no caso da História, também os eventos reificados) são mobilizados para afirmação ou reforço de identidades. (MENESES, 1994, p. 28)

As identidades são entendidas por Meneses como um processo, e não um produto, que se define a partir de alteridades. Com o uso metonímico do objeto, os vínculos identitários são estabelecidos de forma direta.

Há também que se considerar as memórias evocadas em quem observa esses objetos. Os objetos em um museu atuam como “vetores” de memória, conceito utilizado em trabalhos de Ulpiano T. Bezerra de Meneses e que me parece pertinente para explicar como a memória é mobilizada. Nesse caso específico, minha memória teve como “vetor” o espaço do museu, mas também poderia ser ativada por cheiros, sabores, lugares, sons, enfim, elementos que promovam a “ativação” de lembranças de experiências vividas. Dessa forma, entendo, assim como já apontado por Meneses, que a memória não está nos objetos em si, mas é “carregada”/ativada por eles.

Outra discussão que é pertinente para pensarmos a exposição de objetos e sua difusão/interação com o público diz respeito aos conceitos de “encantamento” e “ressonância”, cunhados por Stephen Greenblatt. Apesar do autor fazer sua análise a partir de “obras de arte”, creio que essa discussão se faz pertinente para minha pesquisa. Nas palavras de Greenblatt:

Por ressonância entendo o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocar em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque. Por encantamento entendo o poder do objeto exibido de pregar o espectador em seu lugar, de transmitir um sentimento arrebatador de unicidade, de evocar uma atenção exaltada. (1991, p. 250)

Janice Gonçalves (2018, p. 87), ao discutir os dois conceitos de Greenblatt, afirmou que tanto a ressonância como o encantamento são desafios para os museus, e

que a ressonância é inclusive o mais habitualmente buscado e alcançado, pois o encantamento é menos controlável - depende muito mais do que o visitante traz consigo, no que se refere a informações e experiências.

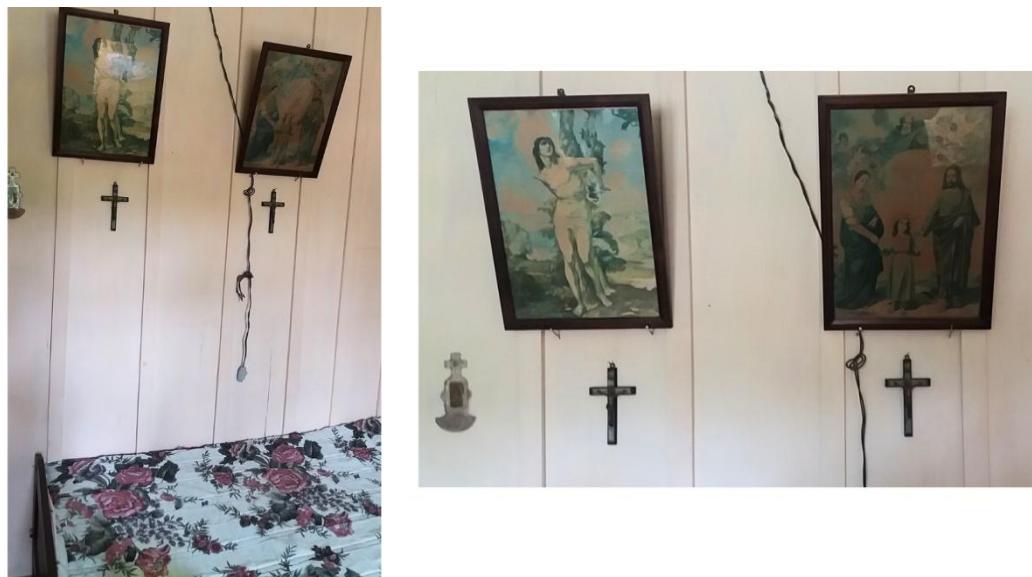
Quando adentrei ao museu pela primeira vez, confesso que senti na pele a experiência do “encantamento”, pois ao observar o quarto recordei do de *Nonno Momi*, principalmente pela semelhança dos quadros de figuras sacras expostos na parede, sobre a cabeceira da cama, com molduras de madeira e a coloração desbotada pelo tempo que as imagens possuíam. Na primeira vez que visitei o museu, ainda não era mãe, as roupas de criança passaram despercebidas aos meus olhos. Recentemente, retornoi para fazer novas fotografias para a tese, após o nascimento do meu filho, e a coisa que mais me chamou a atenção, no mesmo quarto, o qual continua com a mesma organização, foram as roupas de crianças feitas de *tricot*. Entendo que o encantamento é único e particular, e por isso, pouco controlável, pois os mesmos objetos podem mobilizar/ativar diferentes memórias, inclusive na mesma pessoa, como foi meu caso, dependendo das vivências e experiências.

Contudo, penso que a ideia, no museu *Casa dei Nonni*, é acessar memórias que reconheçam o quarto ou outros espaços do museu como algo familiar, algo já presenciado, geralmente na infância, como a “casa dos *nonni*”, mas que também pode ser a “casa do vovô”, “a casa do *dido*⁶⁰”, “a casa do *diadio*⁶¹”...

⁶⁰ дідусь - avô em ucraniano, a tradução fonética aproxima-se de “dido”.

⁶¹ Dziadek - avô em polonês, a tradução fonética se aproxima de “diadio”.

Figura 28: Quarto de *Nonno Momi*



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

A organização do acervo do museu em Pinho de Baixo me parece se aproximar do que Hugues de Varine denominou de “museus locais”, que “são de uma maneira ou de outra vinculados a um território, vila, pequena região, cidade, bairro, sítio industrial, parque natural [...]” (2008, p. 16). Outra característica, seria sua proximidade fácil com a população que serve (VARINE, 2008, p. 16). Há ainda os museus locais de perfil comunitário, que “buscam, com a participação da população, ter no museu a sua ferramenta, como um importante instrumento para o desenvolvimento e para o entendimento de sua realidade” (WILD, 2017, p. 183).

Os museus locais, como é o caso do *Casa dei Nonni*, não se isentam dos “perigos identitários”, uma vez que as realidades locais não são homogêneas e estáticas.

Daí o perigo de tais museus exercerem papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente “recuperarem” uma unidade perdida ou (o que é pior) de espelhos em que narcisisticamente se procure a devolução da imagem que já tinha sido atribuída a si próprio - e que agora retoma sedutora, pronta a se transformar num termômetro com o qual se mede (etnocentricamente) toda a realidade. (MENESES, 1993, p. 214)

Roswithia Weber, em sua tese intitulada “Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos municípios da Rota Romântica - RS”, analisou o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo como um espaço de construção e afirmação da memória entre os descendentes de alemães, atuando de forma militante na reconstrução identitária (WEBER, 2006, p. 80). Percebo algo semelhante na localidade de Pinho de Baixo e também observo como o museu *Casa dei Nonni*, juntamente com a Festa da

Polenta e o grupo *Chiaro di Luna*, atuam/atuaram de forma militante para construção da memória e no “resgate” do passado do grupo, o que na realidade trata-se de uma leitura do passado a partir de interesses do tempo presente.

Nesses discursos, o que era “tipicamente” italiano deve ser resgatado, reavivado e exposto: trajes, comidas, arquitetura, artesanato, vocabulário, danças, músicas, modos de ser e viver. Segundo Meneses, o “típico” tem uma grande importância dentro de objetivos turísticos, uma vez que se torna uma mercadoria estável, transparente e de fácil “digestão” e que conduz a estereótipos que fogem dos contextos históricos da ação humana; portanto, o típico mascara as complexidades, os conflitos e as mudanças (MENESES, 2022, p. 48; MENESES, 1999, p. 99). O próprio museu e a organização de seu acervo compõem uma narrativa que opera dentro desse discurso. A cama no *Nonno Zanlorensi* agora é uma “típica” cama utilizada pelos *nonni* italianos.

Ferramentas, utensílios domésticos, eletrodomésticos e equipamentos utilizados para o trabalho na lavoura também compõem a exposição do museu; esse espaço, porém, diferencia-se do quarto, pois os objetos estão expostos individualmente, sem a preocupação de recriar o ambiente no qual eram utilizados.

Figura 29: Objetos expostos no *Casa dei Nonni*



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

Na foto podemos observar enxada (1), arco de pua⁶² (2), cincerro⁶³ (3), serrote (4), picareta (5), cepilho⁶⁴ (6), peneiras (7), máquinas de moer carne⁶⁵ (8), ferros de passar roupa à brasa (9), cilindro (10), panela (11), chaleira (12), máquina de prensar torresmos⁶⁶ (13), tábua/ *tagliero* (14), ferradura (15) e gamela⁶⁷ (16), entre outros. A identificação desses objetos foi possível pelo fato de muitos deles também existirem na casa de *Nonno* Momi, outros, pedi auxílio para meus sogros, pois na exposição não estão nomeados e/ou contextualizados.

De uma maneira geral, são objetos relacionados ao trabalho, seja ele doméstico ou agrícola, utilizados tanto por homens como mulheres. O ferro de passar, a peneira, o *tagliero*, a gamela e até mesmo a máquina de moer carne marcam o universo de trabalho feminino, em que as mulheres se dedicavam ao preparo de alimentos, cuidado dos filhos e tarefas domésticas, o que não significa que muitas não somavam a essas atividades o trabalho na lavoura acompanhando seus maridos, como foi relatado nas entrevistas que serão abordadas na terceira parte da tese. Aos homens eram reservadas tarefas fora do espaço da casa, e objetos como ferraduras, machados, enxadas, cepilhos e cincerros representam essas ocupações do mundo masculino. Na exposição, não houve a intenção de diferenciar o trabalho masculino e feminino, mas sim, representar o trabalho de uma forma mais ampla e genérica.

Entendo que a não diferenciação dos instrumentos de trabalho masculino e feminino possa estar ligada à própria relação com “o trabalho do imigrante”, sem especificar as distinções de gênero socialmente estabelecidas.

Ao analisar todo o espaço do museu, percebo que 3 elementos se destacam na exposição: família, religião e trabalho.

A ideia da família está presente no próprio nome da instituição, “casa dos avós”, remetendo ao espaço privado e familiar; a representação de um quarto e de uma cozinha também se relaciona ao doméstico; as fotos exibidas são em sua maioria de composições familiares, de casamentos ou de comemorações como “Bodas de Ouro”, celebração de 50 anos de casamento de um dos casais da localidade de Pinho de Baixo.

⁶² Utilizado para perfurar madeira.

⁶³ Espécie de sineta, o cincerro era colocado no pescoço de cavalos para que seus donos pudessem facilmente localizá-los pelo som que emitem.

⁶⁴ Instrumento utilizado para alisar tábuas de madeira e eliminar desníveis.

⁶⁵ Utilizado para moer a carne, principalmente suína, para a produção de linguiças e salames. Ainda, algumas famílias a usavam para moldar a massa de bolachas caseiras.

⁶⁶ O objetivo desse equipamento era prensar os torresmos para extrair a banha.

⁶⁷ A gamela possuía diferentes usos no espaço doméstico, desde armazenar alimentos até servir para tomar banho.

Em parte, essas características das fotos podem ser explicadas devido ao fato de as próprias famílias terem sido mobilizadas a fazerem as doações. Há também que se considerar que essas famílias foram vistas pelos idealizadores do museu como sujeitos fundamentais a serem representados.

A religião aparece atrelada ao espaço doméstico. No quarto, todos os quadros que estão expostos na parede, com exceção das fotos, são imagens sacras relacionadas à religião católica. A religião “foi um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento do emigrado em terras brasileiras” (ZANINI, 2006, p. 137), sendo também um diferenciador e fortalecedor da ideia de grupo. Em sua pesquisa, Zanini afirmou ser a religião considerada um patrimônio entre os descendentes de italianos e que, dessa maneira, deve ser passada de pais para filhos (2006, p. 142). Concordo com a autora e percebo que até mesmo nas representações sobre o passado a religião tem seu lugar garantido nas narrativas.

“O trabalho significa o homem”! Diria que significa e identifica. A construção da ideia do imigrante trabalhador e com apreço ao trabalho marcou boa parte dos discursos que incentivaram a vinda de europeus para o Brasil durante o século XIX. No Paraná não foi diferente: expressões como “imigrante laborioso e morigerado” eram comuns, principalmente em discursos de governantes, para descrever as características dos imigrantes que para cá vieram ou que deveriam vir. O imigrante-herói, como já abordado, só teve prosperidade devido a seu trabalho, principalmente braçal, que fez com que terras fossem, apesar de toda a dificuldade e falta de recursos, desbravadas e cultivadas. Se a religião é interpretada como um patrimônio entre os descendentes, o trabalho também o é. Tal discurso é materializado no *Casa dei Nonni* quando se dedica um dos espaços da instituição somente para a exposição de instrumentos, ferramentas e utensílios utilizados para o trabalho doméstico e agrícola. Claramente, é a parte do museu com mais objetos expostos, o que se dá a entender que foram os que mais tempo foram conservados pelas famílias.

Arrisco dizer que a própria utilidade desses objetos, para as famílias, contribuiu para esse cenário. Para explicar o porquê dessa afirmação, tomo como exemplo minha família, que ainda utiliza alguns desses instrumentos, como a máquina de moer carne, a enxada, o serrote e, até bem pouco tempo atrás, o cilindro. Apesar de terem uma máquina elétrica de moer carne, quando um suíno de pequeno porte é abatido meus pais preferem utilizar a máquina manual, pois é mais prática para ser instalada e limpa, sem contar as bolachas, que nela são ainda feitas. A pequena horta que minha mãe cultiva é

capinada com a enxada, e a lenha que vai para o fogão, picada em pequenos pedaços com o machado. Inclusive, lembro que, quando faltava energia elétrica, o ferro de passar à brasa estava a todo vapor. O serrote também é ferramenta básica para meu pai, quando vai executar pequenos cortes de madeira, mesmo ele possuindo ferramentas elétricas para esse fim. Talvez, o fato de muitos desses objetos estarem sendo utilizados para pequenas tarefas até pouco tempo, explique o fato de terem sido conservados por grande parte das famílias e não vendidos como ferro-velho. Entendo que o valor de uso desses objetos ainda era alto e, portanto, suplantava o valor simbólico que, eventualmente, poderia ser a eles atribuído; desfazer-se deles, mesmo que a para a exposição em um museu, tornou-se mais fácil quando puderam ser substituídos por outras ferramentas ou mesmo quando perderam sua utilidade.

O espaço para guardar esses objetos também pode ter contribuído. Nas áreas rurais, dificilmente se encontra uma casa que não tenha um paiol ou galpão em sua proximidade, uma vez que o tamanho das propriedades é maior se comparado com lotes urbanos. Nesses espaços, sempre sobra um “cantinho” onde esses objetos vão sendo “encostados”; afinal, são pequenos e não tomam tanto espaço a ponto de atrapalharem na organização e circulação no local.

Ao passarem a fazer parte de uma exposição no museu, a interpretação e os sentidos dados para eles se alteram. No museu, representam o trabalho que foi desempenhado por homens e mulheres, trabalho que é patrimônio, virtude e elemento de referência entre os “italianos”.

No decorrer desta segunda parte da tese procurei apontar alguns lugares sociais que ainda são produtores e veiculadores da visão do *imigrante-herói*, como a Festa da Polenta, as vinícolas e o museu *Casa dei Nonni*, juntamente com as mídias impressas, como os jornais e panfletos, por exemplo, que impulsionam a “visibilidade” dos “italianos” em Irati, principalmente no período das comemorações do centenário de emancipação política da cidade.

Nos capítulos que sucedem, e que compõem a terceira parte da tese, as principais fontes analisadas foram as entrevistas com os *nonni*, na forma de histórias de vida, no intuito de observar se há “italianidade” em suas narrativas, se aproximam-se ou convergem da italianidade performada turisticamente e se reproduzem a epopeia em suas histórias. Nossos *nonni* são *imigrantes-heróis*?

**PARTE III: NARRATIVAS PRIVADAS DE IDENTIDADES CRUZADAS:
VOZES DE NONNI**

CAPÍTULO VI: A ITÁLIA, A POLENTA E O VINHO NAS VOZES DOS *NONNI*

Gostaria de iniciar esse capítulo relatando, mesmo que de uma forma breve, o *making off* das entrevistas, sobre aquilo que não ficou registrado nas gravações e transcrições. A entrevista é apenas uma parte de um trabalho que se inicia no primeiro contato com o entrevistado e prossegue até o momento em que nos leva até o portão, na despedida, e arrisco dizer, permanece até hoje. As entrevistas que aqui serão analisadas não tiveram, em média, apenas 1 hora e 20 minutos, elas duraram manhãs ou tardes inteiras. Elas foram o estreitamento de relações em que eu não somente ouvi, mas também falei. Eu não fui apenas ouvinte e meus entrevistados não foram apenas narradores. Trouxe histórias comigo após deixar as residências, mas também deixei muitas por lá. Saí com receitas de bolo anotadas em um papelzinho e também com mudas de plantas e flores. Provei deliciosos cafés e dos mais saborosos bolinhos e pães caseiros. Descobri dores e nomes de remédios que eu nunca imaginei que existissem. Conheci membros da família, seja em fotos ou pessoalmente, vi toalhas e roupas de cama que estão guardados há décadas. Ouvi histórias que talvez nenhum membro da família tenha parado para ouvir. Sem contar os momentos em que eu dei muita risada e tive que “me segurar” para não chorar.

A história não é neutra, o historiador também não é. É preciso se distanciar de seu objeto, ter um olhar de estranhamento. Tarefa fácil? Não! Esse capítulo é um exercício de me distanciar daquilo que eu mesma faço parte.

6.1 QUANDO O GRAVADOR DESLIGA, OS SILÊNCIOS FALAM

Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviremos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito. (BOSI, 1994, p. 39)

As entrevistas foram, sem dúvida, a parte que mais me entusiasmou durante a pesquisa. Era o momento em que sentava em sofás com almofadas fofinhas feitas de crochê e, ao escutar, imaginava uma vida passando diante dos meus olhos através das palavras, gestos e expressões. Enquanto eu escutava a narrativa, a dinâmica da casa

continuava pelos demais integrantes, ainda que em conversas baixinhas para “não atrapalhar”; panelas batiam, a porta do fogão se abria para ser abastecido de lenha, um trator passava, um cachorro latia ou um gatinho vinha procurar carinho nos meus pés. A casa era viva e não era a minha presença que impedia a rotina de acontecer. Algumas vezes, um familiar entrava onde estávamos, sem saber, à procura de algum objeto e rapidamente era repreendido com um sinal de silêncio seguido de “ela está gravando!”. Eu sentia que aquele momento era muito importante para eles, era o momento em que os *nonni* estavam sendo ouvidos e que eram os protagonistas e não deveriam ser interrompidos. Até mesmo visitas foram dispensadas no portão da casa. Confesso que eu me sentia muito importante e os *nonni* também.

A primeira entrevista que realizei foi com *Nonna Maria*⁶⁸, na ocasião com 79 anos, foi em 2018, para a produção de um artigo científico; a outra, realizei em 2019 especificamente para a tese. *Nonna Maria* foi, e ainda é, a entrevistada com que mais tenho contato, por ter parentesco com meu esposo. Viúva, mora na área urbana de Irati, e em plena saúde física e mental, apesar de algumas dores nas articulações, *Nonna Maria* é daquelas pessoas que todo historiador adoraria conhecer e entrevistar. Suas memórias são cheias de detalhes, nomes de pessoas, datas, lugares, e ela não poupa explicações minuciosas sobre qualquer assunto que esteja narrando. Sempre gostei de conversar com ela, escutar suas histórias, dificuldades, conquistas e alegrias. Também pude compartilhar algumas de suas dores, como a perda de um dos filhos. Quando comentei sobre a possibilidade de uma entrevista para a pesquisa, prontamente aceitou, mas já me avisou que ela não sabia “falar bonito” e que ia contar “do jeito dela”. Confesso que boa parte de sua história de vida eu já conhecia, mas nem por isso *Nonna Maria* deixou de explicar ou detalhar alguma situação pelo fato de já ter me contado sobre o assunto em outra ocasião. Porém, nem tudo o que vivenciou foi registrado pelo gravador, principalmente problemas enfrentados durante o casamento, que, por ter contato com ela, sei da importância que tiveram; mas sequer os mencionou, mesmo sabendo que na escrita da tese não seria divulgado seu nome.

Nonna Tereza, na ocasião da entrevista com 77 anos, viúva, moradora da área rural de Irati, é uma mulher admirável, umas das poucas, para não dizer a única, em sua idade, que eu vi dirigir na localidade onde mora. Eu já a conhecia, mas nunca havia conversado com ela e nem ido até sua casa, lugar aconchegante e com inúmeras fotos

⁶⁸ O critério para a escolha dos entrevistados foi pela idade (idosos) e descendentes de italianos.

dos filhos, netos e bisnetos espalhados em porta-retratos nas paredes e móveis da casa. Quando conversamos a primeira vez e expliquei sobre minha pesquisa, fez alguns questionamentos sobre quais perguntas eu faria, expliquei que não haveria perguntas e que a intenção era que contasse sobre sua história de vida; ela aceitou. Porém, no dia da entrevista ela solicitou que eu fosse fazendo as perguntas sobre sua vida, pois andava “esquecida”; nesse caso, acabei elaborando algumas perguntas no decorrer da entrevista: como foi a infância da senhora? como foi a juventude e a vida após o casamento? houve algum fato marcante na vida da senhora? Para essa última pergunta, a resposta foi certeira: “Eu tive um fato que marcou, mas não vou falar aqui”. O “aqui” a que *Nonna* Tereza se referia, provavelmente, ao momento da entrevista em que o gravador estava ligado. Durante a entrevista, mencionou sobre o enxoval que havia preparado para o casamento e do qual ainda guardava algumas peças, as quais foram trazidas até mim, após desligar o gravador e encerrar a entrevista. Eram fronhas brancas com as iniciais de seu nome e toalhas delicadamente bordadas e com brochas. Enquanto me mostrava e contava como era feito esse bordado, me contou sobre o fato que havia marcado sua vida. Não irei expor o que me contou por questão ética e de confidencialidade, mas é importante mencionar sobre esses “não ditos”, sobre muitas “feridas” do passado que só são narradas quando o gravador se desliga.

Figura 30: Bordado e brocha em toalha



Fonte: Arquivo da autora - 2018

Nonno João, com 88 anos de idade, viúvo, reside na área rural de Irati com sua filha, genro e neta. Apesar de sua saúde fragilizada, frequenta assiduamente a igreja da localidade em que reside. Um senhor de tom de voz baixo e com aparência calma e tranquila, que se referia aos seus pais como “papai” e “mamãe” e sua esposa como “patroa”. A entrevista com *Nonno* João me chamou a atenção por expor, em sua maioria, aspectos negativos do passado, como a vida sofrida em sua infância, com a perda precoce da mãe, os poucos anos na escola e o duro trabalho na roça. Com 19 anos prestou serviço militar na cidade de Ponta Grossa, onde permaneceu por um ano e, então, regressou para Irati. Aos 22 anos casou-se e teve 7 filhos, um deles falecendo por problemas no coração antes de completar 2 anos. A entrevista com ele foi realizada em sua casa, na cozinha, e foi umas das mais curtas, com respostas objetivas e sem muitos detalhes; percebi que estava inquieto e preocupado, aguardando sua neta levá-lo para a cidade, não sei especificar o motivo da viagem.

Nonno José, um senhor viúvo de fala calma e voz rouca, também morador da área rural de Irati, me recebeu na cozinha de sua casa, onde mora sozinho. Antes de iniciar a entrevista fez questão de servir refrigerante e bolachas. Passou sua vida trabalhando na roça, inicialmente com os pais, e, após o casamento, com a esposa e os dois filhos. Ao falar sobre sua esposa, narrou sobre a dificuldade que teve para engravidar, segundo ele, devido a uma má formação óssea, que foi corrigida com uma cirurgia feita em Curitiba; porém, esse problema de saúde impediu que ela tivesse partos normais, sendo recomendado o parto cesariano, o que para a época era algo raro. *Nonno* José se emocionou ao lembrar do nascimento do filho mais novo, pois no dia em que sua esposa entrou em trabalho de parto, um temporal deixou o hospital sem luz, o que impedia a realização da cirurgia. O médico orientou *Nonno* José a procurar uma bateria para que pudesse realizar o procedimento, mas enquanto tentava encontrar, a luz retornou:

.... e fez a cirurgia e daí eu fui e encontrei a dona Pierina⁶⁹ [parteira] com o piá assim, 4 kg, preto igual tua blusa assim, quando ela disse: que nome você escolheu porque ela não vai se salvar fiquei em pé porque eu sempre fui muito devoto de nossa senhora e eu sempre coloquei nas mãos dela e falei José, nós não tinha escolhido o nome, porque naquele tempo a gente não sabia se era homem ou mulher e ela friccionando nas costas dele assim de repente ele vomitou assim e quis tossir, voltou e foi um milagre na minha vida. (S. C., 2018)

⁶⁹ Pierina Nadal era uma parteira bastante conhecida na região de Irati, sendo inclusive citada por *Nonna* Maria com uma das que a auxiliaram no nascimento de um de seus filhos. *Nonno* José relatou que chamou Pierina no momento em que sua esposa entrou em trabalho de parto e que esta permaneceu com sua esposa durante a realização da cesariana.

Outro momento em que *Nonno* José se emocionou foi quando relatou as dívidas contraídas pela família e que, mesmo trabalhando durante uma vida inteira, “hoje nem mesmo essa casa é mais minha”, se referindo ao fato de que o terreno onde está a casa foi penhorado ao banco.

Nonno Augusto, 76 anos, reside com sua esposa, filho, nora e neto na área rural de Irati, um homem de voz grave e alta. Recebeu-me em sua casa e antes mesmo de iniciar a entrevista me mostrou todas as fotos da família expostas em quadros na sala, relatando quem eram aquelas pessoas. *Nonno* Augusto afirmou com orgulho que era muito “festeiro”, não perdia os bailes e festas de igreja que ocorriam em localidades ao redor. Sua infância, mesmo que “sofrida” devido ao trabalho na roça, foi marcada por muitas brincadeiras, principalmente “caçar passarinho” com estilingue, atividade que, segundo ele, fazia com muita precisão e habilidade.

Nonna Olívia, 73 anos, viúva, reside sozinha na área urbana do município de Imbituva. Da casa dela, saí com mudas de plantas e um punhado de espinafre de sua horta, local que ela fez questão de me mostrar. *Nonna* Olívia casou-se aos 16 anos de idade, por influência familiar, e dentro de um ano teve seu primeiro filho. Sua narrativa teve como foco principal o sofrimento que passou ao lado do marido alcoólatra, com o qual conviveu até seu falecimento, “nunca dormimos em cama separada”.

Nonna Carlota, 83 anos, viúva, moradora da área urbana de Rebouças, passou sua infância e boa parte da juventude na área rural de Irati. A única das pessoas entrevistadas que não se casou com descendente de italianos. A entrevista com ela foi realizada na sala de sua casa, na companhia de uma de suas filhas, a qual não permaneceu no mesmo espaço durante a gravação da conversa. Outra particularidade de sua história de vida é que, após seu casamento, deixou de trabalhar na roça e, juntamente com o marido, se dedicaram à área comercial, como proprietários de restaurante, hotel e loja de confecções. Mesmo desconfiada com minha presença, por não me conhecer pessoalmente, *Nonna* Carlota foi muito atenciosa e receptiva. Ao final da entrevista me foi oferecido um delicioso café com bolo, preparado pela filha. Após despedir-me, a filha me acompanhou até a saída e me agradeceu pela entrevista, pois teria sido uma “terapia” para *Nonna* Carlota, que passa muito tempo sozinha e “sem ninguém para conversar”.

Nonna Faustina, 78 anos, viúva, moradora da área rural de Irati, reside sozinha em uma casa aos fundos da residência de um dos filhos. Passou boa parte de sua vida

trabalhando na lavoura, inclusive após seu casamento, mas, depois de alguns anos, a família abriu um armazém. A entrevista de *Nonna* Faustina rendeu boas risadas, mesmo quando ela relatava situações difíceis de sua vida, principalmente quando a família passava por momentos de poucos recursos financeiros. Após a entrevista, me mostrou os artesanatos que faz, com a aplicação de bordados em chinelos, trabalho delicado e minucioso ao qual ela dedica algumas horas de seu dia.

Nonna Rosa, 77 anos, viúva, moradora da área rural de Irati. Com voz doce e calma, me recebeu na sala de sua casa, lugar decorado com centros de mesa, capas de almofada e tapetes de crochê, além de vários vasos de plantas. Repetindo a trajetória das outras mulheres que entrevistei, casou-se antes dos 20 anos e seguiu trabalhando na roça, principalmente com o cultivo de milho, feijão e cebola. Em sua narrativa deu ênfase para uma fase difícil, com a agressividade de seu irmão e o alcoolismo do pai.

Nonna Carolina, 87 anos, viúva, moradora da área urbana de Irati, reside com seu filho mais novo. Impossível não lembrar de seu tom de voz rouco e calmo me chamando de “minha filha” e tomando seu chimarrão. Infância marcada pelo trabalho na roça, inclusive após seu casamento, quando passou a morar na casa de seus sogros. Lembranças de suas fugas para ir a bailes e festas, tendo como cúmplice sua mãe, devido à rigidez do pai, foram motivos para boas risadas. Seguidas de narrativas sobre o sofrimento da mãe com o alcoolismo do pai.

Eu conhecia todas as pessoas que entrevistei, apesar de nunca haver conversado pessoalmente com algumas delas, como foi o caso de *Nonna* Tereza, *Nonna* Carolina e *Nonna* Carlota. A grande maioria, conheci por intermédio dos meus sogros, que são moradores de Pinho de Baixo, e outras por intermédio de meus pais, moradores da localidade de Rio do Couro. Como citei acima, a primeira pessoa que entrevistei foi *Nonna* Maria e, por indicação dela, semanas depois, sua irmã, *Nonna* Olívia, moradora de uma cidade próxima a Irati. Nas próprias entrevistas, eram indicados possíveis nomes (parentes e/ou vizinhos dos entrevistados) que poderiam ser do meu interesse de pesquisa.

Inicialmente, fui até a casa dessas pessoas e expliquei sobre minha pesquisa e meu desejo de realizar uma entrevista; nesse momento, caso a pessoa aceitasse, marcávamos data e horário para eu retornar até a residência e realizar a entrevista. No caso de *Nonna* Rosa, o contato inicial foi via o perfil de *Facebook* de sua nora, que residia ao lado de sua casa. Já com *Nonna* Carlota e *Nonna* Olívia, por morarem mais distantes, fiz o contato por telefone. Para minha felicidade, nenhuma das pessoas que

cogitei realizar a entrevista se negou, pelo contrário, todos foram bastante receptivos e agradáveis. Penso que o fato de me conhecerem, ao menos “de vista”, tenha contribuído para isso. A única pessoa que não me conhecia era *Nonna* Carlota, porém, era parente e tinha contato com a família de *Nonno* Momi; então, para ela, eu era a “neta do Momi”.

No primeiro contato com as pessoas que conheci por intermédio dos meus sogros e do meu esposo, foi comum escutar a pergunta: “de que família você é mesmo?”. Afinal, eles me conheciam como a “esposa do Élcio” ou “a nora do Antoninho”, mas não tinham informações sobre minha família. Quando eu respondia que era da família “Maneira”, alguns acrescentavam: “Italiana também?”. Ou então me contavam sobre alguém que conheceram e que tinha esse mesmo sobrenome. *Nonno* João relatou ter conhecido alguém que tinha um caminhão que puxava cargas de batata de Rio do Couro para a cidade. *Nonno* José relatou que “namorou” uma moça, cujo nome não lembrava, dos “Maneira”, em um baile na Colônia Gonçalves Júnior. Interessante que, quando entrevistei *Nonna* Faustina, que conhecia minha família, as perguntas foram outras, querendo saber sobre a situação de saúde de determinadas pessoas da localidade em que meus pais moram. *Nonna* Carlota, por sua vez, me fez perguntas do tipo: “mas quem são teus pais?”; “filhos de quem eles são?”. Quando falei que era “neta do Momi”, tive a impressão que passei da categoria de “desconhecida” para “alguém de casa”. Não consigo descrever a sensação, mas senti que, até esse momento, *Nonna* Carlota estava incomodada ou desconfiada com a minha presença. Algumas perguntas parecidas foram feitas por *Nonna* Carolina, mas com um ar “menos desconfiado”, mais por curiosidade, até porque um de seus filhos, que me conhece, estava em casa, o que, talvez, tenha dado mais segurança e confiança para ela.

Percebi que essas perguntas eram uma forma de se sentirem seguros e terem confiança ou até mesmo fazerem uma sondagem de modo a permitir aferir o que deveriam, ou não, contar: afinal, como iriam falar de suas vidas para alguém que nunca viram e ainda estava gravando suas falas? O que eu poderia fazer com esse material? O fato de encontrarem algum ponto em comum comigo, seja por conhecêrem *Nonno* Momi, meus pais, meu esposo ou meus sogros, foi muito importante, primeiramente para que concordassem em conceder a entrevista e também para que sentissem confiança no momento de relatar suas histórias de vida.

Alessandro Portelli, ao fazer uma reflexão sobre a ética na História Oral, mencionou sobre a importância das perguntas, não apenas as nossas, mas as de nossos entrevistados, tecendo uma crítica aos manuais que aconselham a neutralidade, distância

e a não interferência. Essas perguntas, segundo Portelli, contribuem para “definir a base da diferença e da possibilidade de comparação que confere significado à entrevista” (1997b, p. 22). Respondi muitas perguntas dos *nonni*, contei sobre meu trabalho como professora, onde trabalhava, informei sobre pessoas que há muito tempo eles não tinham notícias, falei e eles me ouviram, na maioria das vezes o gravador estava desligado. Ao ler o texto de Portelli, recordei-me da entrevista com *Nonno José*, que por ser umas das pessoas mais idosas na localidade onde vive, já havia concedido entrevistas para outros pesquisadores, mas ao encerrar a gravação, me disse que se sentiu muito à vontade para falar, parecia “uma conversa”. Apesar de não fazer muitas perguntas durante a entrevista, eu estava atenta ao que ele falava, não anotei nada durante sua fala, meu olhar se voltou para ele, minhas expressões faciais e pequenas falas⁷⁰, conversavam com ele, não fui neutra. Eu não era apenas uma pesquisadora interessada em extrair informações para conquistar o título de doutora, era uma pessoa escutando, respeitosamente, sua história de vida.

6.2 “CHEGA DE FALAR DA ITÁLIA, PORQUE AQUI TEM CAFÉ, LÁ NÃO!”

O título deste item faz parte de uma das memórias de *Nonna Maria*, com sua avó. Seus avós, maternos e paternos, eram italianos e vieram para o Brasil ainda crianças, sendo que um deles, *Nonna Maria* não sabia ao certo, teria nascido durante a travessia do Atlântico. Após chegarem ao Paraná, teriam se instalado na localidade chamada “Salgadinho”, em Campo Largo, porém a escola e a igreja que frequentavam ficavam na colônia Mendes de Sá, também chamada de “Rondinha”. Após o casamento de seus avós, realizado na Rondinha, os filhos começaram a chegar e não poucos, segundo *Nonna Maria*, pois seu pai possuía 13 irmãos. Seus pais casaram-se em Campo Largo, e segundo *Nonna Maria*, em busca de terras mais baratas e em maiores quantidades, vieram para a cidade de Imbituva, próxima a Irati.

Essas lembranças sobre o que ela não viveu, podemos chamar de “acontecimentos vividos por tabela”, termo cunhado por Pollak e que se refere aos acontecimentos vividos pelo grupo do qual a pessoa faz parte.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase

⁷⁰ Utilizei expressões como: “Ah sim, entendo!”; “Puxa vida!”; “Nossa!”, “Aham”.

impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 2)

Dos acontecimentos vividos “por tabela” é preciso levar em consideração aqueles que tratam de lugares e tempos que não fizeram parte da vida de uma pessoa, mas que estão contidos na memória grupal e que, de alguma forma, aparecem nas narrativas daqueles que não vivenciaram, presencialmente, tais fatos.

Essas memórias sobre a Itália, a travessia, a instalação primeiramente em Campo Largo e, posteriormente, região de Irati, são “vividos por tabela”, uma vez que foram narrativas repassadas oralmente de pais para filhos, ou de avós para netos e que compõem, junto com a trajetória individual de cada indivíduo e suas representações sobre o presente/passado, sua memória. Não descarto a influência que novelas, filmes, livros e músicas tiveram na composição de tais narrativas e até mesmo festas, desfiles e outras ações de afirmação da italianidade. Entendo que as “histórias” que escutamos dos *nonni* são resultado da interpretação, reconstrução e adaptação do que ouviram e do que presenciaram.

O fato de seus pais terem vindo para Imbituva e deixado, em Campo Largo, seus avós, fez com que *Nonna* Maria não tivesse tanto contato com eles, pois as idas até lá não eram feitas com frequência e, quando realizadas, se utilizava trem, caminhão ou mesmo, o que demorava muito mais, a carroça puxada por cavalos. A ocorrência de alguma doença grave ou mesmo o falecimento de algum parente também eram motivos para a visitação entre as pessoas. Dessa forma, poucas são as lembranças que *Nonna* Maria tem com seus avós.

Uma dessas lembranças narra uma visita que a avó fez para sua família, quando *Nonna* Maria ainda era uma criança. Rodeada pelos netos, crianças curiosas e cheias de perguntas, foi questionada, entre tantos outros assuntos, sobre como era a vida na Itália. Segundo *Nonna* Maria, a resposta da avó descrevia uma Itália marcada pelas difíceis condições de vida, principalmente com a falta de alimentos e a miserabilidade vivida no campo, com casas simples nas quais habitavam um grande número de pessoas.

Ela [avó] falava que lá passavam fome e que lá as casas eram feias, que em cima morava a família e dafí quando os filhos homens casavam ficavam morando com os pais e as filhas mulheres iam morar com a sogra, podia ter o quanto fosse, diz que ficavam tudo morando junto, porque eles não tinham condição de fazer casa pra cada um né, e dafí moravam em cima e dafí embaixo quando era no inverno tinha que guardar a criação porque se

deixasse solta ela morria de frio, então eles tinham que ter, tinham que repartir um tanto pras vacas um tanto pros carneiro, cabrito, sei lá, o que eles tinham, que a criação era fechada no inverno no tempo da neve, eles diziam no tempo da neve. (L.M.G, 2019)

Quando os netos insistiam em fazer perguntas sobre a Itália para a avó, ela se recusava, pois no Brasil “havia café e lá não”:

A *Nonna* sentava do lado do fogão em dia de frio⁷¹, dia de chuva, daí dizíamos pra *Nonna*: conte mais! E ela dizia, chega, chega, porque aqui, vamos tomar café, porque aqui tem e lá não tinha café, nós não tomava café lá, porque o café tinha aqui no Brasil na época. (L.M.G., 2019)

Nota-se que a Itália é significada como sinônimo de precárias condições de vida, seja pela falta de alimentos, seja pelas condições das habitações. As casas são descritas como lugar onde habitava um núcleo familiar formado por muitas pessoas, devido ao fato de os homens casarem-se e permanecerem com suas esposas e filhos, morando com os pais. Já as mulheres casavam-se e partiam para a casa dos sogros. A presença de animais coabitando o espaço doméstico também está presente nas narrativas, nesse caso, uma necessidade de protegê-los do frio intenso. Nesses “estábulos” improvisados, segundo *Nonna* Maria, em dias de muito frio, em que o trabalho “para fora” era impossibilitado pela neve, era comum os homens se reunirem com vizinhos, junto ao calor dos animais, para conversarem, tomarem vinho e fumar. Às mulheres, nesses dias, era reservada a tarefa de fiar a lã e fazer artesanalmente, com tricô ou crochê, peças de roupas para os membros da família.

Ah, e daí, em dias de frio, muito frio, os homens iam se esquentar com a criação nos estábulos, que diziam, na estrebaria, daí contar causo e conversar, tomar vinho e conversar e daí ficar perto das criações, que daí ficava mais quente, e as mulheres, que daí não dava pra sair para fora, que diz que pra abrir a porta quando dava a nevasca eles tinham que pular pela janela e tirar com a pá e com a cortadeira a neve pra poder abrir a porta, só que nós não acreditava, dizia que era mentira. Daí tinha que abrir, daí pra não ficar só dentro de casa, eles [homens] pegavam e iam lá pros estábulos e levavam um litro de vinho lá e se reuniam em vários vizinhos ali e os homens ficavam conversando e jogando conversa fora e fumando porque todos fumavam naquela época e acho que era cachimbo até. Daí tomando vinho e as mulheres desfiando lã, elas desfiavam e fabricavam a própria lã pra fazer as meias, eles diziam cachecol, mais ou menos para se vestir né, os casacos, as coisas de lã que era feito no crochê ou no tricô, tanto fazia, mas eram elas mesmas que fabricavam e diz que eles tinham uma prática de desenrolar ela, elas iam fazendo a lã, decerto eles tinham alguma maquininha ou uma prensa, alguma coisa né, e passavam o tempo assim. (L.M.G., 2019).

⁷¹ Apesar deste trecho sugerir que a visita da avó acontecesse com certa frequência, *Nonna* Maria afirmou não ter sido algo tão frequente.

A fabricação de roupas pelas próprias mulheres, de maneira artesanal, no ambiente doméstico, é mencionada por Zuleika Alvim (1986, p. 32), que afirma que até mesmo os véus, utilizados aos domingos para ir à Igreja, e sapatos, eram feitos em casa.

Nessas narrativas de *Nonna* Maria é possível observar lembranças associadas a dias de muito frio, o que remete a um clima triste, sem brilho, em que as pessoas permanecem em suas casas, os animais não podem ir para os campos, a agricultura fica impossibilitada. Pode ser apenas uma coincidência, mas acredito que as lembranças de dias frios ajudam a compor uma narrativa de uma “Itália fria”, “que não deve ser lembrada” ou, quando lembrada, marcada por um ambiente hostil. Percebi que, em outras narrativas, até mesmo sobre a vida dos próprios *nonni*, alguns acionaram memórias de dias de geada, frio e chuva, geralmente quando lembravam de algum sofrimento que haviam passado. Um exemplo é *Nonna* Olívia lembrar que, mesmo grávida ou de dieta, em dias de geada, tinha que cumprir algumas atividades “pesadas” como levar milho para os animais. Essa memória aflorou quando ela narrava as dificuldades enfrentadas após seu casamento. A própria *Nonna* Maria lembrou da morte de um de seus irmãos, que ainda era uma criança: “estava chovendo muito, era dia de São Pedro, estava chovendo demais, demais, demais, frio, chuva”.

Como afirmou Portelli, “uma entrevista da história oral tende a ser uma história não contada, ainda que largamente recheada de episódios relatados duas vezes” (2001, p. 12) em que existe uma preocupação em se relatar sobre o passado com eficiência e de forma convincente. Para isso elementos podem ser acionados para compor a “performance” narrativa, como o uso de matéria linguística socializada, de gêneros derivados de escritos ou comunicação de massas (PORTELLI, 2001, p. 12). Ou seja, a associação com dias frios, e até mesmo de chuva, pode ser um esforço e performance na composição narrativa para produzirem sentido para quem narra e para quem escuta.

A descrição das atividades que as “italianas” desempenhavam nesses dias em que não podiam trabalhar em atividades externas devido às condições climáticas, muito se assemelha ao que as mulheres que entrevistamos relataram fazer em dias de chuva: atividades artesanais como crochê ou tricô, ou então costurar. Nenhuma delas falou sobre as atividades dos homens nesses dias.

As condições paupérrimas das casas, nas quais as pessoas acabavam dividindo o espaço com animais, somadas à numerosidade de pessoas habitando os mesmos cômodos das residências, também foi um assunto abordado por Zuleika Alvim (1998, p.

227), a qual ainda acrescentou que era comum a ausência de banheiros ou local adequado nas residências, o que obrigava os camponeses a fazerem suas necessidades corporais em meio às plantações, o que trazia sérios perigos à saúde da população.

Minhas fontes não me permitem afirmar, com precisão, de qual era a região da Itália que a avó de *Nonna* Maria teria emigrado, porém, a partir dos dados numéricos dos imigrantes que deram entrada no porto de Paranaguá, no Paraná, levanto a hipótese de que teria sido o Vêneto, no norte da Itália. Nas pesquisas que tratam da imigração italiana, é comum, entre os pesquisadores, a afirmação de ser o Vêneto a região que enviou um maior número de emigrantes, principalmente para o Brasil⁷². No caso do estado do Paraná, os vênetos chegaram a cerca de 90% dos imigrantes (BALHANA, 1958, p. 33).

Nonno José afirmou que seus avós vieram do sul da Itália, onde cultivavam pés de uvas, faziam vinho, possuíam criação de vacas de leite e plantavam pequenas lavouras durante os 6 meses de verão. O frio também foi descrito como uma grande dificuldade para a família que permanecia em sua casa e apenas os homens saíam para vender ou comprar “alguma coisa”.

Meu avô era do sul da Itália, viviam do vinho e da uva, de lavoura um pouco, vaca de leite, artesanato, eles nos 6 meses de verão faziam comida e guardavam tudo dentro que o inverno chegava a 20 graus abaixo de zero, daí só os homens saíam fazer alguma vendinha ou comprar alguma coisa. (S. C., 2019)

Tanto no relato de *Nonna* Maria quanto de *Nonno* José a figura das mulheres aparece reservada para atividades domésticas e a dos homens para o espaço externo, nos estábulos, conversando e tomando vinho, ou fazendo pequenas negociações de compra e venda, o que demonstra o modelo patriarcal familiar presente nessas narrativas e que muito, provavelmente, também foi/é vivenciado por eles.

As instalações dos camponeses são descritas como precárias e miseráveis, às quais *Nonna* Maria se refere como “casas feias”. Casas com pouca ventilação e úmidas, sem muitas condições de higiene, poucos cômodos, com quartos habitados por três ou quatro pessoas, e pouquíssimos móveis são descritas em um documento datado de 1882, presente no livro de Emílio Franzina.

⁷² João Fabio Bertonha (2016, p. 95) afirma que os vênetos preferiam o Brasil, os sicilianos e napolitanos os Estados Unidos, lígures a Argentina e lombardos a Suíça. Essa configuração ocorria, segundo Bertonha, devido às cadeias migratórias, ou seja, quando um grupo emigrava, se estabeleciam redes de relacionamento, entre os que permaneciam e os que partiam, por meio de cartas e mensagens, as quais geravam um fluxo de informações que estimulavam ou não a partida do restante do grupo.

É preciso imaginar umas míseras casinhas baixas, com rachaduras, caindo aos pedaços, que deixam transparecer pelos buracos usados como janelas e pelas fissuras da parede a mais triste miséria; no interior poucos cômodos sujos, aos quais se sobe por escadas que caem sob o peso do corpo, muitas feitas como poleiros; as paredes revestidas de pós seculares, enegrecidas pela fumaça e pela umidade da chuva que desce livremente do telhado e se infiltra pelas pedras; o solo é, no térreo, de terra ou de pedras mal colocadas, quebradas aqui e ali, levantadas ou faltando; no andar superior, formado por tábuas que balançam; as pequenas janelas frequentemente sem folhas de madeira são fechadas por vidros quebrados ou por folhas de papel; os únicos móveis são uma ou duas camas com cavaletes, um armário e os instrumentos mais indispensáveis para a cozinha e para a agricultura. (...) O número de cômodos de uma casa é variável, mas é sempre muito inferior ao das pessoas da família (...) cada quarto serve para três ou quatro pessoas (...) há como consequência óbvia a coabitação forçada. (NOVELLO, 1882, p. 206-207 *apud* FRANZINA, 2006, p. 300)

A propagação das doenças também aparece nas descrições sobre a Itália, especialmente a região do Vêneto, associada às condições sanitárias e à carência alimentar da população, baseada em gêneros mais baratos e de baixo valor calórico. Segundo Zuleika Alvim (1983, p. 31), o camponês que tinha sob sua responsabilidade cerca de 6 pessoas gastava cerca de 2 a 3 liras diárias em alimentos. Porém, sabe-se que era comum as famílias serem numerosas, compostas pelo dobro de indivíduos, as quais acabavam sobrevivendo com esse mesmo valor. Ou seja, a alimentação tornava-se bastante restrita.

Insalubridade, falta de higiene e fome tornaram-se um “prato cheio” para a disseminação de doenças entre a população. A presença desse cenário catastrófico de pestes e doenças já havia ocorrido na Itália no século XVII, quando a alta Itália (de Veneza ao Piemonte e a Gênova) teve uma queda populacional de 22% e a Itália, de maneira geral, perdeu cerca de 14% de sua população, 1.730.000 pessoas (DELUMEAU, 2009, p. 158). Segundo Jean Delumeau (2009, p. 159), até o final do século XIX, ignoravam-se as causas da peste ou tomavam-se medidas inúteis aos nossos olhos, como aspergir vinagre em cartas e moedas, acender fogueiras purificadoras em encruzilhadas das cidades contaminadas, desinfecção de indivíduos, roupas e casas com perfumes; em período de contágio se saía às ruas com máscaras em formato de cabeça de pássaro cujo bico era preenchido com substâncias odoríferas.

Nas narrativas épicas, assunto já abordado nos primeiros capítulos da tese, a Itália é apresentada como “expulsora”, sem condições para as pessoas se manterem no país. Na descrição de *Nonna* Maria encontramos uma Itália que não deve ser lembrada, porque “não tinha café”, porque as pessoas passavam fome, porque as casas eram “feias”, porque as pessoas conviviam com animais, porque era muito frio. Reforça-se “a

Itália” das narrativas épicas, terra na qual o *imigrante-herói* passou por inúmeras dificuldades, como a fome e a pobreza, situações que o obrigaram a partir em busca de melhores condições. A mesma Itália que na Festa da Polenta, por meio da decoração com a bandeira italiana e de suas cores, bem como com músicas, vestimentas, cardápios e placas utilizando a língua do país, é venerada e rememorada como a “terra dos ancestrais”, a “terra dos *nonni*”.

A avó de *Nonna* Maria teria vivido nessa Itália marcada pela fome, doenças, insalubridade, e as conversas sobre esse assunto não iam muito longe, se encerrando quando os netos pediam para que contasse mais sobre como era a vida na Itália.

Talvez, pelo fato de a Itália ser lembrada dessa forma, a língua italiana não foi ensinada para *Nonna* Maria e seus irmãos, pois, segundo ela, sua mãe preferia que as crianças falassem em português, “pois estavam no Brasil e não na Itália” (L.M.G., 2019). Importante, também, considerar o período do Estado Novo (1937-1945) instaurado no governo de Getúlio Vargas e sua política nacionalista, em que o uso de línguas estrangeiras foi, legalmente, proibido no Brasil. Se levarmos em consideração que *Nonna* Maria nasceu em 1938, até cerca de 7 anos de idade ela viveu em um contexto de restrição nacional ao uso da língua italiana.

Lourenço Resende da Costa, em sua tese de doutorado sobre a prática da língua ucraniana em Prudentópolis, afirmou que:

as crianças com ascendência de algum dos grupos imigrantes atingidos pelas restrições estado-novistas faziam do estabelecimento [escola] um espaço de socializações, de interações étnicas e de bilinguismo, contrariando o ideal monolíngue buscado pelo Estado. (COSTA, p. 123)

Concordo com o autor, no sentido de que o Estado Novo não significou o abandono total do uso das línguas estrangeiras, mas considero que em algumas famílias essa política pode ter impactado no uso e na transmissão da língua italiana.

Após a saída da Itália: o oceano e sua travessia. *Nonno* José narrou que:

Uma irmã do meu pai morreu na viagem, morreu no navio, diziam eles que vieram no porão e essa menina que tinha 2, 3 anos, ela sabia falar, ela queria um ovo frito que eles tinha na bagagem pra se sustentar, daí não deram muita bola e de certo deu bicha⁷³ e morreu e jogaram no mar. (S. C., 2019)

Na epopeia do imigrante, a travessia é relatada como desafiadora e um marco em sua trajetória, pelas condições de higiene, a falta de espaço, as doenças. Muito

⁷³ “Atacar as bichas”, “alvoroçar as bichas” são expressões muito comuns na região e se referem a vermes. Narra-se que muitas crianças ficavam com vontade de algum alimento ou até mesmo brinquedos e “as bichas” as afogavam e impediam que respirassem, levando-as a óbito. Muitos pais tinham, e ainda têm, o hábito de levar as crianças em benzedeiras, que por meio de alguns rituais e orações, acreditam que podem “cortar de bicha” para que a criança não venha a sofrer ou mesmo falecer.

comum serem mencionados, também, os cadáveres jogados ao mar, como citado por *Nonno José*, *Nonno Momi* e também representado em novelas, como *Terra Nostra*. Chegar ao Brasil já significava ao *imigrante-herói* ter vencido muitas batalhas contra a morte, seja por fome ou por doenças. *Nonno José*, porém, não cita que essa criança morreu de alguma doença contagiosa, mas sim de “bicha”.

Crianças morrerem ainda pequenas, com 2 ou 3 anos de idade parece ter sido uma realidade comum e vivenciada pelos *nonni* em suas famílias. Em muitas conversas que tive com pessoas que entrevistei e até mesmo de maneira informal, ouvi relatos de irmãos, primos ou vizinhos que morriam de “bicha”, por vontade de algum alimento ou mesmo brinquedo. Minha mãe conta que uma irmã de sua mãe, quando era criança, morreu porque ficou com vontade de um pêssego, mas não lhe deram porque a fruta ainda não estava madura. Dessa forma, entendo que a narrativa de *Nonno José* pode ter sido “adaptada” ou foi lhe contada dessa forma, a partir da realidade em que muitos descendentes viviam, em que se acreditava que a morte de muitas crianças ocorria, comumente, por “bicha”.

A descrição de como era a vida na Itália foi citada apenas nessas duas entrevistas, por *Nonna Maria* e *Nonno José*, mas é possível perceber similitudes em ambas, seja na descrição de uma Itália “fria” e que impedia a vida no campo, seja no espaço social destinado a homens e mulheres nos períodos de inverno. *Nonna Maria* ainda mencionou, por meio dos relatos de sua avó, que passaram fome e que as casas eram “feias” e com uma grande quantidade de pessoas residindo no mesmo espaço. *Nonno José*, descreveu a travessia do Atlântico, feita no porão do navio, e que uma criança morreu “de bicha” por pedir um ovo frito e não lhe ser dado, tendo o corpo jogado ao mar.

Esses “fatos” não foram vivenciados por *Nonna Maria* e nem por *Nonno José*, mas sim por seus avós, são acontecimentos “vividos por tabela”. São narrativas que em algum momento lhes foram contadas, no caso de *Nonna Maria*, quando ainda era criança, o que facilmente poderia ter caído no esquecimento com o passar dos anos. Muito provavelmente essas histórias não foram contadas apenas uma vez e que lhes marcaram profundamente a ponto de nunca mais esquecerem. *Nonno Momi* também contava da viagem de navio que sua *nonna* fez e que plantaram alface a bordo da embarcação e que até chegarem ao Brasil, houve tempo de colhê-la. Eu não escutei essa história apenas uma vez, mas inúmeras vezes, inclusive da minha mãe. Plantar alface em um navio? Havia alface na Itália? Lembro que a alface era cultivada por ele em sua

horta. Não teria sido uma adaptação a partir da realidade que vivia? Não seriam elementos que compunham sua “performance” narrativa? A memória é seletiva e é também o trabalho do que deve ser esquecido. Essa “memória herdada” pelos *nonni* precisou fazer sentido no grupo familiar para que pudesse ser reproduzida/adaptada, de geração em geração, e ter chegado até a 4^a ou 5^a geração de descendentes sem ter caído no esquecimento.

A descrição feita de uma Itália “expulsora” que não ofereceu condições para a permanência dos italianos e a travessia do Atlântico são “acontecimentos vividos por tabela” e compõem a epopeia vivida pelos imigrantes, reforçada em novelas, músicas, festas, desfiles, livros comemorativos e genealogias. Porém, as narrativas dos *nonni* articulam com elementos ligados ao particular, ao que faz sentido para eles: uma Itália fria que não tinha café, casas que eram “feias”, um familiar que morreu no navio de “bicha” devido a um ovo frito, pés de alfaces que eram plantados e consumidos no navio. Como bem disse Janaína Amado (1995, p. 132): “a memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados”.

Dessa forma, entendo que as narrativas dos *nonni* ao descrever os “acontecimentos vividos por tabela” reproduzem a epopeia, porém adaptam e mobilizam elementos que fazem sentido para eles e para suas histórias de vida.

6.3 A POLENTA E O VINHO COMO REFEIÇÃO E BEBIDA DIÁRIA

“Vou jantar no *Nonno*”! Essa era uma frase que comumente minha mãe escutava durante minha infância. A casa de *Nonno* Momi ficava praticamente ao lado da minha, então, ir até lá era o que eu fazia várias vezes ao dia e à noite também. O jantar era servido não muito tarde, por volta das 19:30/20:00 horas. Lembro-me de adentrar na cozinha e ver minha madrinha Dete (filha de *Nonno* Momi), ou então o próprio *Nonno* ao redor do fogão à lenha, pegando punhados de fubá de uma pequena tigela de plástico que ficava sobre a pia e colocando pacientemente na *técia*⁷⁴, enquanto a *mescola*⁷⁵ não parava de girar, pois não poderia formar *munari*⁷⁶ na polenta. Girar a *mescola* também era uma defesa contra os espirros de polenta quente, que poderiam acontecer caso o

⁷⁴ A palavra “*técia*”, significa “panela” de acordo com o Dicionário Português-Talian, porém, quando minha família utiliza essa palavra, refere-se exclusivamente à panela de fazer a polenta.

⁷⁵ Uma pá de madeira utilizada para mexer a polenta.

⁷⁶ Pequenas bolinhas de fubá. (BALHANA, 1958, p. 113)

movimento parasse. Após o término do fubá, era o momento de deixar cozinhar mais um pouco, e enquanto isso a cuia de chimarrão circulava entre as mãos de *Nonno Momi*, madrinha Dete e tia Joana (outra filha); o resumo do dia de trabalho era feito ou o roteiro para o próximo era planejado ao som dos “pulos” da polenta na tampa da panela. Nesse momento em que escrevo, minha mente desenha claramente a cena, junto a cheiros e sabores que jamais conseguirei descrever, apenas sentir e lembrar, inclusive de quando, para minha decepção, o cardápio era bucho de boi (dobradinha).

A polenta, depois de pronta, era colocada no *tagliero*⁷⁷ e depois de algum tempo cortada com um barbante pelo próprio *Nonno Momi*, que era o responsável por colocar um pedaço generoso em cada um dos nossos pratos. Não raro, ele comia a polenta com leite como sobremesa e, no outro dia, assada na chapa do fogão, era seu café da manhã. Raramente a polenta não era servida no jantar, somente quando o cardápio era sopa ou em domingos, quando se consumia o que havia sobrado do almoço.

Na casa dos meus pais, a rotina não era muito diferente, porém não tínhamos o hábito de cortar a polenta com barbante. Atualmente, mesmo não morando mais com meus pais, sei que a polenta ainda é consumida várias vezes na semana por eles, com algumas mudanças no preparo. Minha mãe, que antes também colocava o fubá pacientemente na *técia* e mexia com a *mescola*, agora dissolve a farinha na água fria e depois disso a coloca na água fervendo para cozinhar, o que, segundo ela, torna o processo de cozimento mais rápido e evita que a polenta “empelote”; a *mescola* deu lugar a uma colher de silicone que às vezes é substituída por outra de alumínio. O *tagliero* deu espaço para uma tigela de vidro. Não existem mais objetos específicos para se fazer a polenta como na minha infância, quando se sabia qual era a panela, a *mescola*, o *tagliero*...usados especialmente para esse fim.

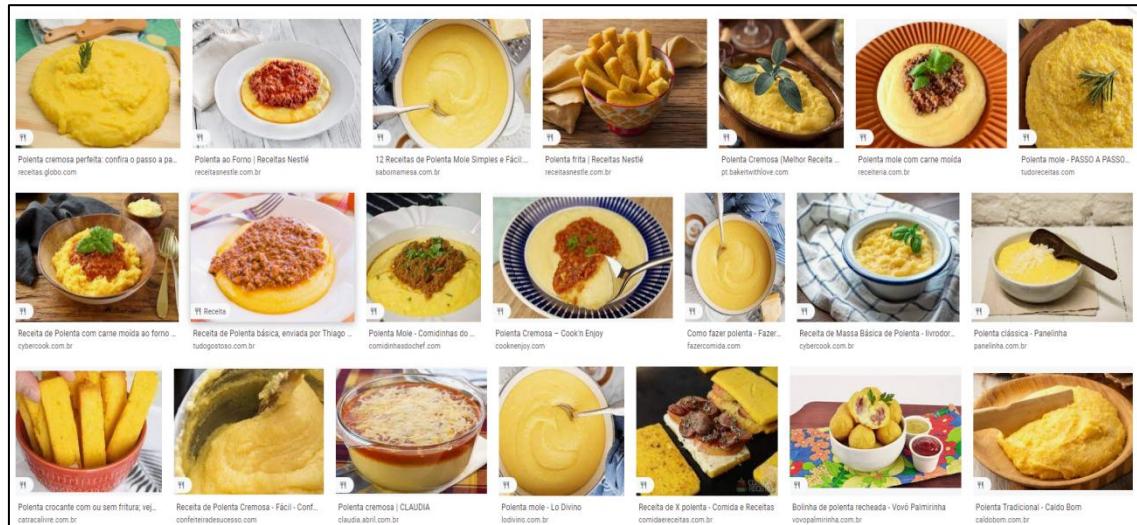
Em nossa família e na própria região de Irati, a polenta branca⁷⁸ é a mais consumida se comparada com a amarela, inclusive na Festa da Polenta de Pinho de Baixo observamos que as variações do prato têm como base a polenta branca. Essa particularidade é bastante interessante, pois em outras festas, como por exemplo, as realizadas em Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, Ouro Fino em

⁷⁷ *Tagliare* em italiano significa cortar. No dialeto utilizado entre os descendentes, o “*tagliero*” é uma tábua de madeira utilizada para colocar a polenta, depois de cozida, para esfriar e poder ser cortada. Em outros locais, é também chamada de “*panaro*” (BALHANA, 1958, p. 114).

⁷⁸ O que diferencia a polenta branca da amarela são os grãos de milho, amarelos ou brancos, que são processados e que se transformam na farinha, chamada de fubá.

Minas Gerais, Urussanga em Santa Catarina, Santa Tereza do Oeste no Paraná, Piracicaba em São Paulo, a polenta amarela é a predominante. Se fizermos uma busca rápida no *site* de pesquisa Google Imagens por “polenta”, vamos encontrar as mais variadas fotos do prato, todas sendo do tipo amarela, conforme *print* que tiramos da tela.

Figura 31: “Polenta” no Google Imagens



Fonte: Google Imagens. Acesso em 02/01/2023.

Comumente, a polenta é servida com outros acompanhamentos, como frango, linguiça ou *fortaia*⁷⁹, chamados de “mistura”. Lembro que nos dias em que meus pais, meu irmão e eu estávamos na roça, principalmente na colheita do tabaco, e chegávamos tarde em casa, minha mãe fazia uma “janta rápida” que consistia em uma generosa panela de polenta e uma “mistura” que, geralmente, incluía linguiça ou *fortaia*.

Percebo que houve mudanças no modo de fazer e servir a polenta, mas seu consumo ainda permanece entre os descendentes, como é o caso da minha família. Em outras localidades, como Pinho de Baixo, esse consumo foi ritualizado, ressignificado e recebeu um novo sentido com a Festa da Polenta, na qual o prato passou a representar um grupo étnico. Em sua tese de doutorado, Neli Maria Teleginski pesquisou sobre as tradições alimentares e a transmissão de saberes culinários entre descendentes de poloneses na região de Irati, onde percebeu que muitas práticas culinárias foram modificadas ou deixaram de existir, como o uso da gordura de porco, substituída por azeites vegetais, as conservas e os fermentados, considerados como um fazer “trabalhoso” pelos descendentes, a substituição dos fornos à lenha para assar pães e

⁷⁹ Ovos mexidos.

broas por eletrodomésticos (TELEGINSKI, 2016, p. 127-128). Entendo que essas rupturas, permanências, inovações, invenções e ressignificações na forma do consumo dos alimentos são algo que permeia toda e qualquer cultura, porém é importante entender esses processos de forma específica.

A alimentação, entendida enquanto uma prática social e cultural, é um dos componentes da etnicidade que marcam fronteiras e delimitam o pertencimento do “nós” e do “outros”. A polenta italiana, o *pierogi* polonês, o *borscht* ucraniano, o *sushi* japonês, o *chopp* alemão, o churrasco gaúcho são comidas que identificam e são identificadas e acabam sendo acionadas e reconhecidas como símbolos de determinado grupo ou então como “pratos emblemáticos” que por si só representam um grupo, conceito utilizado pela antropóloga Maria Eunice Maciel (2005, p. 50).

Roberto DaMatta, em seu livro *O que faz o brasil, Brasil?*, afirmou que a comida e o jeito de comer ajudam a estabelecer a identidade de uma pessoa, classe ou de um grupo (1986, p. 55-56).

Já para a autora Juliana Cristina Reinhardt, a culinária é um dos vínculos mais duradouros que o indivíduo pode manter com seu local de origem (2007, p. 156). Concordo com essa afirmação e cito o exemplo da localidade de Rio do Couro, onde algumas famílias utilizam pouquíssimas palavras de origem italiana em seu dia a dia, mas, em contrapartida, mantêm o hábito do consumo, praticamente diário, da polenta. Cito outra fala da autora: “a comida [...] acaba podendo ter a função de despertar este sentimento de manutenção ou renovação de identidade étnica” (2007, p. 156). Se observarmos a localidade de Pinho de Baixo, onde ocorre a Festa da Polenta, iniciada em 2006, a polenta, consumida pelos moradores mesmo antes da festa, passou a ser símbolo da identidade italiana, ou seja, houve uma ressignificação dessa comida e uma renovação (ou construção?) da identidade étnica do grupo. Já na localidade de Rio do Couro, onde não existem festas de cunho étnico, não percebo o consumo da polenta entre os moradores como intenção de demarcar fronteiras simbólicas e mostrar que “são italianos”. Entendo que, atualmente, esse consumo está muito mais relacionado a um hábito alimentar que foi repassado de geração em geração - o que não quer dizer que não houve mudanças no modo de fazer e nos significados dessa comida com o passar do tempo - do que um elemento utilizado pelos descendentes para marcar sua italianidade.

A polenta, enquanto um “prato emblemático”, fala por si, expressa uma origem, diz sobre aqueles que a consomem e é reconhecível pelas demais cozinhas. A famosa expressão do gastrônomo francês Brillat-Savarin, “dize-me o que comes e te

direi quem és”, faz aqui todo sentido, mesmo que para aqueles que consomem essa comida em seu dia a dia o significado seja outro.

Para mim, que “cresci comendo polenta”, pode ser apenas “mais um alimento” no prato, mas na casa do *Nonno* Momi me remete a outras lembranças dos tempos de infância; para minha mãe, pode acionar suas memórias das idas ao moinho com o milho para transformá-lo em sacos de fubá ou então da correria nos dias da colheita do tabaco; para algumas pessoas pode significar tempos difíceis devido à escassez de alimentos, para outras, lembrança dos animados jantares em família.

A comida mobiliza emoções, sentimentos, vivências e memórias das pessoas que consumiram ou ainda consomem determinado prato e lhe conferem determinado significado, que está ligado ao coletivo e aos grupos nos quais o indivíduo está inserido, mas que, também, faz parte de uma memória individual. Quando nossos *nonni* falam do consumo da polenta em suas histórias de vida, lembram de pessoas, de lugares, de fatos, de cheiros, sabores, de momentos de descontração ou de trabalho, de momentos prazerosos ou de sofrimento, da cozinha ou da lavoura. O consumo da polenta foi mencionado nas histórias de vida de nossos depoentes, especialmente das mulheres, pois grande parte das funções que exerciam estavam ligadas à cozinha e ao preparo dos alimentos.

No século XIX, a polenta era bastante consumida no norte da Itália, especialmente no Vêneto, onde estava presente não somente nas mesas da população pobre, mas também nas famílias com melhores condições financeiras; nestas últimas também se consumia peixe, ovos, salame e verduras, e com mais raridade, alguns tipos de carne, como porco, carneiro e cabrito. O pão de farinha de trigo só se consumia em épocas de colheita do cereal, visto seu alto custo em períodos em que não havia produção interna, pois era necessária sua importação, dada a insuficiência da produção interna para cobrir o consumo⁸⁰. O vinho, da mesma forma que o pão, só era consumido em épocas de colheita das uvas e, nos demais períodos do ano, consumia-se o “vinhete”, que era uma bebida de qualidade inferior, resultado da segunda prensagem da uva (ALVIM, 1986, p. 30-31). Essa alimentação pobre em nutrientes, tendo como base o

⁸⁰ Na região trentina o consumo per capita de milho e trigo era de 154 kg, sendo a produção local suficiente apenas para 233 dias no ano (GROSSELLI, 2008, p. 34).

consumo da polenta, gerou problemas de saúde na Europa, principalmente na população menos abastada, com o surgimento de doenças como a pelagra⁸¹, por exemplo.

Interessante observar como a construção da “italianidade” passa também pela releitura dos hábitos alimentares. A polenta, um prato desprezado por estar relacionado a uma vida sem muitos recursos, é relida e passa a ser vista como motivo de orgulho e tradição para os descendentes, tornando-se inclusive, um elemento produtor de identidade, o qual diferencia o grupo dos demais.

Além da polenta, o vinho também é acionado como um elemento diferenciador da italianidade, talvez não tão “emblemático” quanto a polenta, uma vez que sua produção e consumo também é associado a franceses, portugueses, argentinos, chilenos, entre outros, mas certamente exerce uma função complementar para a identificação da coletividade de descendentes de italianos⁸².

Nonna Maria, que, aos 11 anos de idade, tomava conta da casa enquanto seus pais estavam na roça, relatou a rotina de seus afazeres e destacou a importância das atividades na cozinha.

Com 11 anos eu assava o pão, a mãe amassava e deixava para eu assar, tinha um forninho, um fogão de tijolo, mas tinha o forninho embutido sabe? Eu assava pão, varria a casa, lavava louça, cuidava do feijão, aquele tempo não existia panela de pressão ou fogão a gás, então tinha que cozinhar com tempo né, na panela de ferro, daí não podia deixar apagar o fogo senão o feijão não cozinjava e então a gente tinha que cuidar o fogo e deixar tudo alinhado, a água pra polenta fervendo, pra quando a mãe chegasse de onde ela tivesse trabalhando. Eu tinha que deixar assim o feijão cozinhando e descascar ou batata ou mandioca ou batata doce, uma abóbora, ela pedia pra fazer, a gente tinha que deixar pronto. (L. M. G., 2018)

Apesar de exercer tantas atividades consideradas inapropriadas, atualmente, para uma criança de 11 anos, como cuidar do feijão e assar pães no fogão a lenha, para a época fazer a polenta era uma função reservada para a mãe de *Nonna* Maria. Provavelmente essa era uma tarefa considerada perigosa para uma criança de 11 anos, visto que o fubá era colocado aos poucos com uma das mãos na água fervendo, enquanto que a outra manuseava a *mescola* para que formasse uma mistura homogênea. Como *Nonna* Maria mencionou fazer parte de uma família numerosa, provavelmente

⁸¹ A doença provoca alterações cutâneas, digestivas e mentais e é resultado da falta da vitamina B3 no organismo.

⁸² Exemplo disso é a realização de festas, como a “Festa do Vinho” em Urussanga - SC, “Festa do Vinho e do Queijo” em Salgado Filho - PR, “Festa do Vinho” em Bituruna - PR, “Festa da Uva de Santa Felicidade” em Curitiba - PR, a “*Fest Vin*” em Francisco Beltrão - PR, para citar algumas. Em uma rápida pesquisa em *sites* de divulgação dessas festas, facilmente encontramos, na programação desses eventos, “pratos emblemáticos” italianos, como massas, queijos e polenta.

era grande a quantidade de polenta servida, o que tornava o momento de “tombar” a polenta uma atividade que requeria cuidado, força e uma habilidade que uma criança de 11 anos dificilmente teria.

Em outra entrevista realizada, *Nonna* Carolina relatou sobre sua rotina após o casamento, em que tinha de levantar de madrugada para poder fazer o almoço para o marido e o sogro. Um dos alimentos preparados para se levar para a roça era a polenta assada, provavelmente a que tinha sobrado do jantar.

Meu marido tinha 5 ou 6 camaradas e o falecido sogro trabalhava com erva, o [trabalho] dele era fazer erva, puxar erva, e daí eu levantava para fazer comida, assar polenta, cozinhar arroz, cozinhar as misturas para levar na roça, fazia aquelas baciadas para levar na roça [...] então eu tinha que levantar de madrugada para fazer tudo isso. (V. J. M., 2019)

A polenta não era somente servida nas refeições realizadas em casa, mas também levada para a lavoura nos dias em que não se retornava no horário de almoço ou quando se precisava ir até a cidade para vender produtos, como relatado por *Nonna* Faustina. Seu pai, morador de Rio do Couro, precisava ir até a cidade com a carroça carregada de batatas para a venda e como o trajeto era longo e demorado, devido à carga levada pelos cavalos, ele parava no meio do caminho para comer “polenta e linguiça”.

Para a cidade eles iam levar batata para vender, iam de carroça, aqui onde é a casa do Tite aqui em cima era a pousada deles, eles saiam de madrugada, chegavam ali, descansavam, já pensou uma carroça carregada com 20 sacos de batata? Daí almoçavam e iam para a cidade, no outro dia vinham, descansavam ali, eles comiam polenta com linguiça [risos]. (J. M. B., 2019)

Consumida no café da manhã, jantar e até mesmo como um “almoço improvisado” na viagem de carroça para a cidade, a polenta parece ter sido um alimento presente cotidianamente nas refeições dessas famílias. Destaco que nessas narrativas não houve associação com a italianidade ou o consumo em alguma ocasião especial.

Nonna Maria, ao relatar sobre a situação de miséria vivenciada por seus antepassados na Itália, citou que a polenta era a base da alimentação das famílias compostas por inúmeros membros. A polenta era o alimento que “lograva” a fome, ou seja, que enganava a situação de falta de comida e miséria, pois com ela se enchia o prato, dando-se a impressão da fartura, de que se podia comer a quantidade que cada pessoa desejasse. A carne é descrita como raridade, consumida em pouquíssimas quantidades.

Quando tinham muitos filhos, geralmente tinham, daí morava tudo junto, as filhas casavam e iam morar com a sogra e os filhos ficavam junto, daí trabalhavam junto, moravam meio junto. Uma galinha tinha que dar para todos e tinha casa que tinha 10, 20 pessoas e tinha casa que chegava a ter 30

pra mais, daí a galinha tinha que repartir que desse um pedacinho para cada um. Daí a polenta era feita grande, tinha que lograr, com aquele pedaço de galinha, com aquele ovo, tinha que lograr a polenta, então você enchia o prato de polenta. (L. M. G., 2019)

Nessa narrativa a polenta é utilizada para reafirmar a situação de pobreza e de escassez de alimentos vivida na Itália.

A única pessoa que entrevistei e que relacionou a polenta, não como alimento ligado à rotina de trabalho, seja ele doméstico ou não, mas à diversão e momentos de descontração em família, foi *Nonna Carlota*, ao relembrar sobre jantares entre família na casa de seus pais. Descreveu algumas reuniões familiares, inclusive com a presença de parentes de Campo Largo, que aconteciam à noite, nas quais se reuniam para jogar baralho, tomar vinho com gemada e comer polenta.

De noite faziam aquelas trucadas, aquela vinharada para tomar, ainda faziam na casa da falecida mãe aquelas gemadas para tomar, eu ajudava a bater em uma bacia esmaltada, aquela gemada e daí colocava um garrafão de vinho, enchia os copos com a concha e dava para todo mundo tomar, aquela italianada. [...] Daí iam os parentes, os Magatão, era só os italianos que jogavam, porque os brasileiros coitados não sabiam jogar aquele jogo, então reuniam os Magatão e quando o pessoal de Campo Largo vinha, aquela italianada, minha Nossa Senhora! Era aquele polentão na mesa e vinho! (C. C. J., 2019)

O relato de *Nonna Carlota* citou, também, o consumo do vinho nesses jantares. Essa entrevista também me chamou a atenção devido a se referir ao grupo familiar do qual fazia parte enquanto “italianos” e diferenciá-los dos “brasileiros”, pelo fato de que somente “os italianos” tinham conhecimento sobre determinado jogo de cartas. Importante mencionar que *Nonna Carlota* é a única dos nossos entrevistados e entrevistadas que não se casou com um/uma descendente de italianos e, sim, de poloneses. Talvez, essa memória dos jantares da “italianada” tenha relação com a convivência que teve com outro grupo étnico, o que possivelmente fez com que não participasse mais dessas reuniões familiares com seus pais e tios, tendo a polenta, o vinho e os jogos de carta presentes, visto que, após o casamento, mudou-se para outra cidade relativamente distante de onde havia nascido. O contato com outro grupo étnico pode ter feito *Nonna Carlota* perceber algumas particularidades que ocorriam na casa de seus pais como sendo “coisa de italiano” e os “pratos e bebidas emblemáticos” tomam espaço nessas memórias.

Das entrevistas realizadas, duas comentaram sobre o consumo do vinho como um hábito rotineiro e cotidiano das famílias, durante as refeições ou até mesmo na

execução de atividades, como “malhar feijão⁸³”. *Nonna* Faustina relatou que a produção do vinho era feita pelo pai, mas a família auxiliava nas tarefas desde a plantação até a fabricação da bebida, a qual era destinada para o consumo próprio, uma vez que o vinho substituía a água.

Meu pai fazia, 15, 20 quintos⁸⁴ de vinho todo ano [...] nós levava o dia inteiro para colher uva, as vezes nem colhia, nós não vendia o vinho, era para tomar, nós não tomava água, tomava vinho. Tempo de malhar feijão no terreiro à cambau. não sei se você conhece, nós tinha um terreirão bem grande, nós enchia de feijão dia de sol quente em 8 pessoas [...] e o depósito de vinho era do lado, nós não ia com o copo e nem com a caneca, nós colocava a mangueira dentro do quinto e ia lá tomar, todo mundo. Nós não tomava água, era vinho. Os domingos era só macarrão com vinho [risos]

Além do vinho ser consumido durante o trabalho da família, também acompanhava, junto com o macarrão, as refeições aos domingos.

Outra lembrança que *Nonna* Faustina relatou foi dos dias de colheita da uva: “Nós tinha um parreiral muito grande, era só nós que colhia, e meu pai lá em cima moendo [a uva] com o pé em cima do tinaço⁸⁵, nós colhia as balaiadas e chegava lá em cima e ele ficava pisando, uva preta. Era divertido.” (J. M. B., 2019).

Ainda:

No dia de travasar⁸⁶ o vinho do tinaço grande, para por nos quintos, passava de ano para ano o quinto de vinho até chegava a azedar porque não aguenta tanto, daí nesse dia a gente experimentava por guloso e aquele cheiro de vinho, daí nós enchia o tanque [risos] porque só o cheiro de vinho já atordoa.

“Encher o tanque” foi a forma como se referiu à embriaguez, consequência, segundo ela, do cheiro e da degustação da bebida durante o processo de retirada do vinho do “tinaço”. Se em outros momentos o consumo de bebidas alcoólicas, como a cerveja, era “proibido” para as mulheres, principalmente em espaços públicos como festas, como já relatado anteriormente, a ingestão de vinho, no espaço doméstico, parece ter uma aceitação, inclusive com relato de embriaguez no dia em que se “travasava” o vinho. Entendo, que nesse último caso, a embriaguez não era considerada

⁸³ Processo de extração dos grãos de feijão do interior das bainhas da planta. Atualmente, utiliza-se máquinas acopladas a tratores ou mesmo colheitadeiras para esse fim, mas no período a que os *nonni* se referem, utilizavam-se duas varas de madeira, unidas por um pedaço de couro ou corda, chamadas “cambau”, as quais eram batidas com força, precisão e sincronia nos pés de feijão sobre uma lona, permitindo que os grãos se separassem da palha.

⁸⁴ Um quinto correspondia a 100 litros de vinho.

⁸⁵ Não encontrei nenhuma referência escrita sobre essa expressão, mas refere-se a grandes recipientes de madeira no qual o vinho era deixado fermentando até que se atingisse o ponto de ser “travasado”.

⁸⁶ No dicionário de Língua Portuguesa encontrei a palavra “trasvasar” ou “trasfega” e refere-se ao processo de passar o vinho para outro recipiente, com o intuito de remover sedimentos (DICONÁRIO ONLINE DE LÍNGUA PORTUGUESA) Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trasvasar/>. Acesso em 16/09/2023. Há que se considerar também que “travasare”, em italiano, significa decantar.

uma vergonha, ainda mais por ser uma mulher, mas poderia ser entendida como uma “consequência” do trabalho de manuseio do vinho e não como um “mau hábito”, fruto da diversão.

Se na família de *Nonna* Faustina quem administrava a fabricação do vinho era seu pai, na de *Nonna* Carlota era sua mãe.

A minha mãe tinha parreiral, ela que cortava, podava as uvas sozinha, ela que fazia tudo. [...] As parreiras eram para vinho, ela tinha um parreiral grande, ela fazia 10, 15 quintos de vinho, ela vendia e aquele tempo tomavam bastante, eles tinham o hábito de tomar, o pai tomava, a mamãe também tomava, ninguém almoçava ou jantava sem ter vinho na mesa, eles tomavam bastante vinho. (C. C. J., 2019)

Em sua família também havia o hábito do consumo do vinho tanto por homens quanto pelas mulheres, sendo que a bebida acompanhava as principais refeições de forma rotineira.

Tanto a polenta quanto o vinho eram consumidos cotidianamente pelas famílias, não necessitando de ocasiões ou datas especiais para serem servidos⁸⁷. Ao falarem sobre o consumo da polenta, houve a relação deste alimento com dias de trabalho na lavoura em que se acordava cedo para preparar o almoço que seria levado, aos trabalhos domésticos exercidos enquanto criança em que umas das tarefas era, ao final do dia, deixar a água fervendo no fogão a lenha, às viagens de carroça para a cidade em que a polenta era o almoço improvisado no caminho ou mesmo como o alimento que “lograva” a fome na Itália. O vinho não foi relacionado a festas e a diversão, mas aos dias de trabalho na colheita da uva, dos cuidados com o parreiral ou mesmo em atividades mais “pesadas” como “malhar feijão”. Não necessitava haver um momento especial para ser consumido, era a bebida de todo dia que acompanhava as refeições de homens e mulheres.

Entendo que essa relação que estabeleceram com a polenta e o vinho pode ser compreendida como uma “italianidade” inconsciente, não assumida, não percebida e não afirmada por essas famílias. Muito diferente do que acontece em festividades como a Festa da Polenta, por exemplo, em que a polenta e o vinho identificam “o comer e beber do italiano”.

A relação com a Itália foi mencionada na forma de “acontecimentos vividos por tabela” e neles percebi que se reproduziram elementos da narrativa épica, como a construção de uma Itália “expulsora”, fria e sem condições para a prática da agricultura

⁸⁷ Apenas *Nonna* Carlota mencionou os jantares que ocorriam na ocasião da vinda de parentes de Campo Largo.

A viagem de navio e seus desafios também foi destacada, contudo, são narrativas que incorporam elementos singulares e que produzem sentido e significado para os próprios *nonni*.

No próximo capítulo, ainda nas vozes dos *nonni*, busquei identificar se em suas histórias de vida também existe uma epopeia vitoriosa, se reforçam ou desconstroem a trajetória vitoriosa do *imigrante-herói*.

CAPÍTULO VII: DAS DORES E DELÍCIAS DA VIDA

7.1 (RE)LEITURAS ÉPICAS

As narrativas dos *nonni*, tanto em relação ao imigrante italiano que chegou ao Brasil, ou mesmo quando eles e seus descendentes, após algumas décadas, partiram das colônias de Campo Largo para Irati, se aproximam no que tange às dificuldades e à falta de recursos que vivenciaram. *Nonna* Tereza, ao relatar a trajetória de seus pais, filhos de imigrantes, que deixaram a colônia Rio Verde em Campo Largo e se deslocaram para Irati, constrói uma narrativa que destaca a viagem em família, os medos, a pobreza, e ao que parece, a escassa alimentação:

Eles vieram para cá do Rio Verde com quatro crianças, meu pai veio de carroça, levou uma semana para chegar aqui [...] aqui só tinha gente preto, as crianças choravam de medo porque lá não tinha gente preto. Foi muito sofrida a vida dos meus pais, moravam em uma casinha, não tinha chão, de noite os cachorros cavavam o chão para entrar, comer a comida deles, veja que vida que eles passaram. (A. Z. L., 2019)

A narrativa de *Nonna* Tereza, ao mesmo tempo que reforça a narrativa épica, descrevendo o sofrimento inicial passado pela família em terras desconhecidas, desconstrói a ideia do pioneirismo dos italianos e seus descendentes, como os primeiros a chegarem e desbravarem as terras da localidade, uma vez que citou a presença de pessoas “pretas” residindo da região.

Nonno Augusto fez uma descrição da vida de seus pais nos primeiros anos após a chegada a Irati que se aproxima das dificuldades relatadas por *Nonna* Tereza. Porém, ele cita a presença da mata, do trabalho e da prosperidade financeira alcançada pelo pai com a extração da erva-mate.

Meu pai quando chegou aqui morava numa estrebaria, num paiolzinho e daí ele foi ajeitando, mas era só mato, os cachorros vinham roubar as coisas deles. Daí ele começou a lidar com erva. Ele fez um depósito aqui e ficava até em cima de erva-mate, tinha uns 3 ou 4 carijos⁸⁸, [...] e ele tinha dinheiro, o pai. (A. Z., 2019)

Elementos épicos aparecem tanto nas narrativas do percurso Itália - Brasil, como Campo Largo - Irati. A figura do *imigrante-herói* parece fazer parte até mesmo da trajetória dos descendentes de italianos que se deslocaram para Irati, os quais, também, teriam passado por dificuldades nos primeiros anos, morando em casas paupérrimas,

⁸⁸ Estrutura que era construída para a secagem da erva-mate antes de ser depositada nos galpões.

cercadas pela mata e tendo que proteger a alimentação de animais, como cachorros, chegando, finalmente, ao progresso econômico.

O trem foi um importante meio de transporte de muitos imigrantes e descendentes que vinham de Campo Largo para Irati ou que regressavam para Campo Largo com o intuito de visitar os parentes que por lá haviam ficado. Segundo *Nonno José*, muitos “italianos” teriam vindo de trem para Irati, como foi o caso das famílias Maneira, Fracaro, Siguro e Rossa. Nem todos, porém, utilizaram a ferrovia, pois segundo *Nonno José*, seu pai veio de Campo Largo trazendo todos os pertences em uma carroça, trajeto que durou cerca de 6 dias.

É provável que a vinda de carroça tenha sido algo intencional, pois na época o uso da tração animal e das carroças era indispensável para o trabalho agrícola e, como esta era a atividade desempenhada por muitos imigrantes e descendentes, trazê-la era de suma importância. Interessante é que a mãe ficou em Campo Largo e só após 1 ano mudou-se para Irati, quando as plantações e a criação de animais já estavam organizadas. Talvez essa atitude indique a dúvida e a incerteza de prosperar em Irati e, caso a nova empreitada não desse certo, havia para onde retornar.

Vejamos a narrativa de *Nonno José*:

Eles [imigrantes] se instalaram em Campo Largo e daí foram criando conhecimento e diziam “Vamos subir lá pra cima”, vieram para cá e acharam terras boas, à vontade, bem parecidas com as de Campo Largo, gente interessada em vender, não tinha valor nenhum. Chegando em Irati, meus pais já vieram de carroça de Campo Largo, levaram 6 dias e os Maneira, Fracaro, Siguro, Rossa, aqueles vieram por trem e foram encaminhados pra aqueles lado [Rio do Couro] e pra lá já tinha a colônia dos alemães, a Colônia Gonçalves Júnior, e eles foram, Rio do Couro e Pirapó, duas comunidades italianas, foi o que aprendi.

Entrevistadora: E será que eles já tinham algum conhecido para essa região? Algum parente?

Nonno José: O primeiro que veio foi o Zanlorensi, um irmão dele lidava como revendedor de bebida e aí tinha uma estação da estrada de ferro e ele veio e ali onde é a Praça da Bandeira ele se instalou, comprou um barracãozinho e distribuía cerveja encapada com uma capa de palha, sabe? Andre era o nome dele, ele era primo do Gusto Zanlorensi, daí eles vieram visitar e acharam bonito o lugar, lugar bom, e já arrumou de comprar aqui no Pinho de Baixo e já veio morar, daí já veio o irmão dele, meu sogro, o Francisco, e já veio o cunhado dele, o Pedro Anzolin, meu pai e três irmãos, o tio Tonho e o tio José Moisés, vieram de carroça, ficaram e já acertaram, a carroça já ficou aqui. Arrumaram um aqui⁸⁹ que arrumou um meio alqueire de chão, ficaram um ano e daí voltaram buscar. A minha mãe veio depois de quase um ano, eles já tinham feito lavoura, já tinham plantado parreira, já tinham criação, que aqui era criador em comum, cada um tinha o seu, mas era

⁸⁹ Se referindo a um homem, mas não especifica quem seria essa pessoa.

tudo em comum⁹⁰. Daí a minha mãe veio de trem com a família, a mudança: um saco nas costas [risos]

Entrevistadora: Tua mãe veio com quantos filhos de Campo Largo?

Nonno José: Com quatro, daí aqui nasceu mais quatro. Era tudo difícil, não tinha igreja aqui, eles eram uma família muito religiosa. (S. C., 2019)

A fala de *Nonno José* retoma alguns elementos que percebi serem comuns nas narrativas sobre os percursos dos imigrantes: a “travessia”, a escassez de recursos financeiros e a prosperidade adquirida após algum tempo. A falta de recursos aparece quando menciona o fato de que a “mudança” que sua mãe trouxe foi apenas um “saco nas costas”, se referindo aos poucos bens materiais que a família possuía. Entendo que a prosperidade associada ao trabalho é referenciada quando cita que no período de “quase um ano” já haviam feito lavoura, plantado mudas de uva e iniciado a criação de animais, muito provavelmente para o consumo próprio.

Outro ponto que gostaria de salientar é a ênfase dada à “travessia”, ou seja, a locomoção da terra de partida para a terra de chegada. Se nas narrativas que versam sobre a imigração da Itália para o Brasil a travessia do Atlântico, utilizando navios, é comumente lembrada, de Campo Largo para Irati, as carroças e trens assumem o protagonismo, sendo que *Nonno José* relatou até mesmo a quantidade de dias, de carroça, que foram necessários para que seus pais chegassem a Irati.

Nonno José fala que seus parentes se instalaram primeiramente em Campo Largo e que, anos mais tarde, “foram tomando conhecimento” de outras regiões onde havia terras disponíveis para a compra. Depois, narra que já existiam algumas pessoas “conhecidas” em Irati, uma delas havia se instalado nas proximidades da estação de trem com um comércio de bebidas, o que atraiu a visita dos parentes que ainda moravam em Campo Largo, os quais teriam gostado das condições que o lugar apresentava e tempos depois, fixado residência também. Considero que a notícia da

⁹⁰ O criadouro comum de animais foi uma prática recorrente em grande parte das localidades rurais de Irati e de outras cidades da região Centro-sul do Paraná e fazia parte de uma organização maior chamada “Faxinal”. O faxinal é um sistema de uso coletivo da terra, a qual é dividida, de maneira geral, em duas áreas: de plantar e de criar. Nas terras de criar existiam animais de pequeno e grande porte, principalmente porcos, bois e cavalos, os quais eram de propriedade particular, mas criados coletivamente nessa grande área, denominada criador. Para impedir que os animais ultrapassassem o limite do criador, era construída uma cerca, sendo que cada família que fosse proprietária de animais deveria ficar responsável pela conservação de determinada parte da cerca. Fora desse espaço, na terra de plantar, existiam as lavouras, em sua maioria destinada ao próprio consumo das famílias, que se dedicavam a cultivos de milho, feijão e arroz, basicamente. Esse sistema de uso da terra acabou se tornando cada vez menos utilizado por essas comunidades, em grande parte, devido à chegada de grandes produtores de soja ou mesmo de madeireiras que compravam as terras que ficavam dentro do criador e impediam seu uso coletivo. Atualmente, na cidade de Irati, pouquíssimas comunidades ainda mantêm a prática da criação coletiva; um exemplo delas é o distrito de Itapará (CHANG, 1988; NERONE, 2000; SOUZA, 2009; MANEIRA, 2014).

existência de terras para a venda, e em alguns casos, a preços mais baixos do que era praticado nas proximidades da capital, circulou pelas colônias de Campo Largo, principalmente entre as famílias que possuíam algum laço de consanguinidade.

O conceito de redes sociais no processo de migração nos ajuda a compreender a trajetória Campo Largo-Irati, feita pela família de *Nonno* João e outras tantas, nas primeiras décadas do século XX, não apenas como produto de um cálculo racional, mas sim, ligada a redes de parentesco, amizade e origem comum (ASSIS, 2004, p. 57). Quando pensamos na família que migra, não se trata apenas da figura de pais e filhos, mas de uma rede social que transcende esses limites e se ramifica para avós, primos, cunhados, tios e até mesmo para pessoas com laços afetivos como padrinhos e compadres (OLIVEIRA, 2015, p. 76). Isso nos mostra que o ato de migrar é complexo e motivado por inúmeros fatores, não apenas macroestruturais, como os econômicos por exemplo, mas por interesses particulares, relacionados ou não a laços de consanguinidade, amizade e pertencimento construídos na terra de partida e na terra de chegada.

Concordo com Dornelas (2001) quando afirma que as redes sociais partem de “pessoas concretas e de sua necessidade de criarem laços de confiança entre si [...] Através de uma série de trocas simbólicas (bens, presentes, favores, casamentos, filhos, etc), o grupo se constitui, dá formas às suas práticas culturais e a seus princípios de honra e moral” (DORNELAS, 2001, p. 6). Corroborando com Dornelas, Kelly (1995) enfatiza o aspecto social das redes, definindo-as como:

agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos. (KELLY, 1995, p. 219 *apud* TRUZZI, 2008, p. 203)

Gláucia de Oliveira Assis (2004), ao pesquisar sobre migrantes que partiram de Criciúma, Santa Catarina, para Boston, nos Estados Unidos, percebeu que a migração envolve estratégias familiares que, incorporando homens e mulheres, resultam em um novo arranjo nas relações familiares e de gênero. Em outro trabalho, Assis afirma:

Ao se incorporar a categoria “gênero” na análise dos fluxos migratórios, a migração deixou de ser vista apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos e emerge envolvida em redes de relações sociais, como uma estratégia de grupos familiares, de amigos ou pessoas da mesma comunidade. Nesse contexto, as mulheres e os homens, em diferentes momentos, aparecem como os elos que ligam “aqui e lá” redes sociais que

ajudam nos primeiros momentos na sociedade de emigração e na manutenção dos laços com o lugar de origem. (ASSIS, 2007, p. 768)

O importante papel desempenhado pelas mulheres no processo de migração não se restringe somente àquelas que se deslocam, mas abarca também aquelas que ficam na terra de partida, tecendo redes de apoio e negociando sua nova condição, assumindo, muitas vezes, tarefas que eram de responsabilidade de outro membro do grupo (CAMPOS; CARDOSO, 2014, p. 164-165). No caso da mãe de *Nonno* José, ao ficar um ano em Campo Largo com 4 filhos após a partida do marido, provavelmente teve que desempenhar funções que, antes, faziam parte do universo masculino, como cuidar do orçamento da família, realizar algum tipo de compra e venda, cuidar da plantação, tarefas que extrapolavam o ambiente doméstico e feminino.

Caso semelhante aconteceu com a família de *Nonna* Tereza. Residentes na colônia Rio Verde, em Campo Largo, seus pais, na época com 4 filhos, adquiriram terras na área rural de Irati com a ajuda de uma família de italianos que já residia na região há alguns anos. De início, apenas seu pai migrou, utilizando uma carroça como meio de transporte, pois sua mãe necessitou permanecer na colônia para cuidar da saúde da filha mais velha, que, de acordo com *Nonna* Tereza, possuía um “tumor na barriga”. Tempos depois, migrou com os filhos junto ao esposo. *Nonna* Tereza nasceu alguns anos após seus pais residirem em Irati e casou-se com um dos filhos da família que havia auxiliado seu pai na aquisição de terras.

A história narrada por *Nonna* Tereza é significativa por representar a importância que as redes sociais possuíam nos primeiros anos de estadia dos que migravam. Esses laços ultrapassavam a consanguinidade e abarcavam uma rede que se ramificava para pessoas com que de alguma forma se identificavam. *Nonna* Tereza não mencionou, mas como grande parte das famílias italianas vieram de Campo Largo, é provável que quem auxiliou seu pai tenha também feito esse mesmo caminho.

Os estudos sobre migrações que abordam a questão da adaptação na nova terra geralmente trabalham com deslocamentos de longas distâncias. Contudo, é importante salientar que até mesmo em percursos mais curtos houve a necessidade de adaptar-se ao ambiente natural, social e cultural. A título de exemplificação: grande parte desses migrantes vieram de colônias povoadas, em sua maioria, por imigrantes italianos, como foi o caso da Balbino Cunha e Dona Mariana, e ao chegarem em Irati, tiveram um contato constante (não que essa prática fosse ausente em Campo Largo) com outros grupos, como poloneses, alemães e ucranianos, principalmente quando se deslocavam

para a área urbana, no intuito de comprar e/ou vender seus produtos. Outro exemplo foi a adaptação também necessária em relação ao próprio trabalho, nesse caso a agricultura, seja em relação à maneira de cultivar a terra, às técnicas agrícolas, seja aos produtos cultivados.

Não menos importante que as relações de confiança estabelecidas na terra de chegada foram as que permaneceram entre aqueles que ficaram nas colônias. Muitas pessoas que migraram eram casadas há pouco tempo e teriam recebido ajuda financeira dos pais para comprarem as terras. Será que essa ajuda permanecia durante os primeiros anos na nova residência ou se restringia à compra de terras?

Os primeiros anos de estadia nas novas terras foram um período, segundo nossos entrevistados, de inúmeras dificuldades, principalmente no que tange à alimentação. Como a principal atividade desempenhada nas colônias era a agricultura voltada, em grande medida, para o consumo próprio, ao chegarem em Irati essa fonte de alimento não estava disponível, pelo menos nos primeiros meses, haja vista que as plantações ainda necessitavam serem feitas. A prática da agricultura foi para os imigrantes que se fixaram em colônias, salvo aqueles que instalaram algum tipo de comércio, uma prática que garantia a sobrevivência da família. Um exemplo dessa importância pode ser observado na malograda experiência de imigrantes holandeses do “Núcleo Iraty”, atual Colônia Gonçalves Júnior: em 1908, quando foram forçados a migrarem para a região de Carambeí-PR, suas lavouras foram destruídas por gafanhotos e o pouco alimento colhido, devorado nos galpões por ratos (MANEIRA, 2014, p. 100-102).

É provável que aquelas famílias que vieram com suas carroças tenham trazido algumas reservas de alimentos para os primeiros meses, enquanto as plantas ainda cresciam. Caso essa reserva não fosse suficiente ou a lavoura não produzisse o necessário para suprir a alimentação, a família que havia permanecido em Campo Largo era a referência a quem se poderia recorrer.

Essa situação foi vivenciada pelos pais de *Nonna* Carolina, que vieram para Irati logo após se casarem em Campo Largo. De início, quem teria auxiliado seus pais foram “brasileiros”, que venderam porcos e galinhas para a criação e de tempos em tempos um saco de fubá era enviado pelos familiares de Campo Largo, demonstrando que, quando a rede de apoio se estabelecia na terra de chegada, não havia uma ruptura com aqueles que ficavam na terra de partida, principalmente por se tratar de parentes muito próximos, como pais e irmãos.

Meus pais vieram de Campo Largo e os pais deles da Itália. Os pais deles vieram porque lá era muito sofrimento, faltava comida, levaram 6 meses de navio. Daí, depois que meus pais casaram, vieram para o Rio do Couro, aqui no Irati, só o casal. [...] Ela [a mãe] sofria pra fazer comida, eles contavam que se eles fizessem um feijoá⁹¹ eles tinham que fazer só pra comer, se fosse pra vender não tinha, então quando eles chegaram lá eles foram lidando devagarzinho, tinham os brasileiros que moravam lá, então eles compravam um porquinho, uma galinha e foram lidando com aquele porquinho, aquela galinha, e iam comendo e sempre tinha ovo. Ah, e o quintal! Ela [a mãe] tinha de tudo, plantava de tudo [...] tinha uma couve que ela trouxe semente de Campo Largo, fazia cabeça⁹² aquela couve. Meu Deus que couve pra fazer sopa! Daí minha mãe contava que a cada 6 meses vinha um saco de fubá pra eles comerem de Campo Largo, talvez os pais deles mandavam, daí aquele saco de fubá tinha que dar pra uns pares de meses, porque se criaram com aquilo e quando comia era aquilo e pronto. E daí minha mãe sempre tinha verdura e ela fazia muita sopa, até no meio dia, sopa preta, branca e com verdura, fazia aqueles panelão de sopa. (V. J. M., 2019)

Nonna Carolina foi a única pessoa, entre as entrevistadas para a pesquisa da tese, que mencionou a ajuda recebida pelos que vieram de Campo Largo de pessoas que não eram descendentes de italianos, nas palavras dela, “brasileiros”, o que demonstra que o auxílio não se restringia ao próprio grupo étnico. Porém, na grande maioria das entrevistas o que se observa é que o laço que unia solidariamente as pessoas estava amparado em princípios étnicos.

A fala de *Nonna* Carolina expressa, também, a ideia de um passado “sofrido”, desde a Itália, a viagem de navio até os primeiros anos em Campo Largo e, posteriormente, Irati. Curiosamente ela cita que a travessia de navio durou 6 meses (*Nonno* José relatou que a viagem de carroça de Campo Largo para Irati durou 6 dias). A escassez de comida ou mesmo sua falta, acompanhou a trajetória de seus familiares, mas que “devagarzinho”, com as pequenas plantações para o consumo, compra de porcos e galinhas dos “brasileiros”, vinda de fubá de Campo Largo e o quintal cultivado pela mãe, conseguiram se manter.

A busca por terras é mencionada em algumas entrevistas como fator principal para o deslocamento de muitas famílias de Campo Largo para Irati.

Entrevistadora: Mas eles vieram pra cá [Irati] por quê?

Nonna Maria: Porque lá não tinha terra pra comprar, daí eles vieram.

Entrevistadora: E a terra em Campo Largo?

Nonna Maria: Eles não tinham, eles plantavam no terreno dos pais, eles não tinham terra lá e meu pai, eles eram em 13 irmãos, eles eram 9 irmãos e 4 irmãs, 13 né, o Antônio, com o pai, o tio João, o tio Calinho e o tio Gustinho e esse Gustinho eu fui no enterro não faz muitos anos que morreu. (L.M.G, 2018)

⁹¹ Plantação de feijão.

⁹² Expressão que remete ao formato da planta após seu crescimento.

A família de *Nonna* Maria residia na colônia Rondinha, em Campo Largo, e teria se deslocado para Irati, nas primeiras décadas do século XX, devido às terras da colônia serem insuficientes para garantir o sustento de uma família tão numerosa. Somava-se a isso, segundo *Nonna* Maria, a inexistência de terras para venda na região. A família de *Nonna* Maria se instalou na comunidade rural de Pinho de Baixo⁹³, pois alguns parentes já haviam se dirigido anteriormente para o local; após isso, outros familiares partiram de Campo Largo, porém, fixaram residência nas proximidades de Pinho de Baixo, em um local denominado Barro Branco.

Entrevistadora: E como eles vieram parar no Pinho de Baixo?

Nonna Maria: No Pinho porque os tios da mãe já tinham vindo antes. O Vítorio Cosmo e o João Cosmo, que moravam no Pinho, eles tinham vindo bastante antes e daí depois mais tarde veio, não sei se a época que a mãe veio, tinha vindo o Moisés Cosmo que é irmão daqueles do Pinho, daí aquele já não se instalou no Pinho, já se instalou no Barro Branco, o Moisés com a família, com filhos casados, vieram todos, a família inteira. (L.M.G, 2018)

Na fala de *Nonna* Maria também é possível observar as redes sociais estabelecidas, uma vez que os tios de sua mãe já haviam fixado residência na região e acabaram influenciando a vinda de outros familiares.

Em umas das entrevistas observei também outra característica presente nas narrativas épicas, a positivação do trabalho e o desbravamento das matas da região. *Nonna* Faustina relatou que seus pais se conheceram e casaram-se em Campo Largo e quando seu pai foi pedir a mão de sua mãe em casamento, foi questionado pelo sogro.

Você tem alguma coisa para dar? E ele respondeu que tinha braço bom para trabalhar. Daí ele deixou ela vir, senão não deixava. Eles casaram e vieram morar para cá [Rio do Couro], essa estrada era só picada, foram fazendo picada até chegar lá no Rio do Couro, lá era a maioria brasileiro. (J. M. B., 2019)

O termo “picada” é utilizado para se referir a pequenos caminhos abertos no meio da mata fechada que permitiam a passagem somente de pessoas. Meios de transporte como carroças e caminhões não transitavam pelas “picadas”.

Percebo que tanto nas narrativas sobre o percurso Itália-Campo Largo, como Campo Largo-Irati a história épica se repete, porém com algumas adaptações e releituras. Se na Itália as condições que obrigaram muitas pessoas a migrarem foi a falta de comida, em Campo Largo a dificuldade maior era o acesso às terras; de um lado, a travessia a bordo de um navio, de outro, com trem e carroça. Em ambos os percursos a

⁹³ No período em que a família de *Nonna* Maria se dirigiu para essa região, Pinho de Baixo pertencia ao município de Imbituva. Atualmente, faz parte do território de Irati.

falta de recursos e a escassez de alimentos são mencionados, mas com “trabalho”, ajuda entre redes sociais formadas, em sua maioria, por membros do mesmo grupo étnico, comércio com os “brasileiros”, “devagarinho”, a situação foi melhorando.

Essa releitura realizada pelos *nonni* me reportou ao texto de Janaína Amado, “O Grande Mentirosa: tradição, veracidade e imaginação em História Oral”, no qual a autora, ao pesquisar sobre a Revolta do Formoso ocorrida em Goiás nas décadas de 1950-1960, se deparou com uma entrevista sobre esse movimento, concedida por Fernandes, que era uma releitura do livro “Dom Quixote de La Mancha” de Miguel de Cervantes. Uma das discussões levantadas por Amado é sobre a memória dos outros e a memória do antes:

Outra característica da memória, que a aproxima muito da história, é sua capacidade de associar vivências individuais e grupais com vivências não experimentadas diretamente pelos indivíduos ou grupos: são as vivências dos outros, das quais nos apropriamos, tornando-as nossas também, por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas, fotografias... Nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que outros viveram. [...] Às vezes, indivíduos e grupos apropriam-se de vivências antigas, anteriores, experimentadas não apenas por eles ou por seus contemporâneos, mas também por antepassados, por gente que viveu antes deles, em outras épocas. (AMADO, 1995, 132-133)

A vinda dos imigrantes italianos para o Brasil, Campo Largo ou mesmo Iraty não foi vivenciada diretamente pelos nossos entrevistados, foram “vividos por tabela”. Suas memórias são amparadas em relatos de outras pessoas ou até mesmo, o que não posso desconsiderar, em músicas, novelas, livros e filmes. Isso não significa, como bem analisado por Amado, que são mentiras, uma vez que expressam o modo de pensar, interpretar e compreender o passado de determinadas pessoas ou até mesmo grupos, tendo como ponto de partida o presente.

Contudo, a história de vida de cada um dos nossos entrevistados é atravessada não somente por essas memórias “não vividas”, mas por experiências únicas e particulares que foram experimentadas somente por eles, na sua infância, período escolar, juventude, casamento, vida conjugal e, agora, na “velhice”.

As vozes dos *nonni* me permitiram compreender que a epopeia se fez presente quando narraram sobre o que não vivenciaram, quando falaram sobre “acontecimentos vividos por tabela”. Porém, ao relatarem sobre suas próprias experiências de vida, percebi a singularidade, os sentimentos, o único, as dores e delícias da vida, os significados dados a ela. Nas vozes dos *nonni*, não foi o *imigrante-herói*, o personagem principal da história.

7.2 INFÂNCIA: TEMPO DE TRABALHAR, TRABALHAR, TRABALHAR ... BRINCAR E ESTUDAR

Quando a infância é mencionada nas entrevistas, dois elementos ganham destaque: o trabalho, as brincadeiras e a escola, principalmente o trabalho. Nenhum dos depoentes, independentemente de ser homem ou mulher, relacionou a infância, somente, como um período de brincar e estudar, mas sim de trabalhar.

Marilda Checcucci Gonçalves da Silva, ao escrever sobre “O brincar e as brincadeiras entre crianças campesinas de origem italiana no médio Vale do Itajaí”, afirmou, utilizando o conceito de Pierre Bourdieu, que “as crianças são levadas à criação de um *habitus*, em que o trabalho é fundamental”; nesse sentido, o trabalho intenso e ininterrupto é interpretado como virtude em oposição ao ócio (SILVA, 2005, p. 121). No grupo estudado por Silva (2005, p. 122), a autora constatou que, por volta dos 6 anos de idade, as crianças já eram incorporadas ao trabalho realizado pela família, assumindo inclusive, por volta de 12 anos, a responsabilidade de chefiar a família após a morte prematura da figura paterna. Elaine Cátia Falcade Maschio, em sua tese de doutorado, na qual pesquisou sobre a escolarização de crianças e descendentes de imigrantes italianos em Curitiba, afirmou que a participação da criança no trabalho doméstico e agrícola caracterizava a inclusão da infância no processo econômico e social das comunidades imigrantes; além disso, nos pequenos depositavam-se expectativas de manutenção da propriedade e demais bens da família (MASCHIO, 2012, p. 190-191).

Trago aqui alguns trechos das entrevistas em que o trabalho na infância foi mencionado:

Nonno Augusto: Era muito sofrido aqueles tempos. Eu fiquei um ano [na escola] e vim embora, eu queria estudar lá no Irati [...] a mãe por ela deixava, mas o pai só me perguntou se eu tinha coragem de puxar mercadoria com 4 cavalos⁹⁴ [...] e eu enfrentei, dava duas viagens com o carretão lá daquelas serras com 13 anos. Quem faz isso aí hoje? Se for fazer já prendem. (A. Z., 2019)

⁹⁴A mercadoria a que se refere eram os produtos agrícolas que estavam na roça e que precisavam ser transportados de carroça até os galpões nas proximidades das residências.

Nonna Tereza: Depois que eu saí da escola minha vida foi trabalhar, não tive mais regalia nenhuma. Se não era na roça era em casa, porque a gente tinha quintal grande. Desde os 9 anos, 10 anos sempre trabalhando. E era trabalhado, não era como hoje que as crianças brincam, não tinha hora para brincar, era trabalhar direto. (A. Z. L., 2018)

Nonna Olívia: Eu trabalhei bastante na roça, uns 30 anos, desde os 9 anos, meu pai lidava com cebola, plantava com os dedos, arava com cavalo e enterrava com os dedos. Nós íamos pra roça de segunda a sábado, 8 km a pé, com geada, descalço, sem casaco, a mãe fazia nossos casacos de saco de açúcar, aquele tempo o açúcar era em saco, não tinha armazém como agora, aquele tempo era bodega. (A. M. G., 2019)

Nonno João: A infância foi uma infância assim [pausa]...sem alegria, vivida junto com os amiguinhos, como eu te disse, a gente perdeu a mãe numa idade de adolescente, perdeu aquele ânimo de viver, a alegria. Mas graças a Deus a gente sempre tinha os amiguinhos que davam mais coragem para a gente viver, porque senão não tinha graça a vida. Era só brinquedinho de casa, fazia aquelas bicicletinhas de madeira, vivia naqueles lançantes correndo de bicicleta, mas era só domingo, porque dia de semana tinha que ajudar os pais na roça e os irmãos. De 9 anos em diante eu comecei a trabalhar, o pai plantava só milho e feijão. (P. Z., 2018)

Fica claro, nas falas, que as crianças, desde muito cedo, com cerca de 9 anos, já contribuíam com o trabalho junto a seus pais e irmãos, independentemente de serem meninos ou meninas, principalmente no trabalho na roça, no cultivo de milho, feijão e cebola. Embora as meninas fossem educadas para desenvolverem trabalhos domésticos e se tornarem futuras “mães de família”, elas não se isentavam do trabalho na lavoura.

A escola parece ser lembrada como uma diversão, uma “válvula de escape” em meio a uma pesada rotina de trabalho em casa ou na lavoura, tanto que alguns desejavam continuar estudando, mas foram impedidos, pois o “trabalhar” era mais importante. O momento em que estavam na escola, apesar de na época serem comuns os castigos físicos aplicados aos alunos, permitia que vivessem sua infância como crianças, sem se preocupar em cuidar dos irmãos mais novos, realizar tarefas domésticas ou estarem na roça.

Para *Nonna* Maria, a escola é lembrada com um lugar agradável e ao qual adorava ir; além de brincar na hora do recreio, também era onde se “sabia das novidades” da localidade, que eram trazidas/levadas pelas próprias crianças.

Nonna Faustina relatou, em meio a risos, que ia para a escola para “fazer bagunça”, porém, recebiam, por parte da professora, castigos físicos, mas seus pais

nunca souberam disso, do contrário apanharia deles. Acrescentou, ainda, que não julga seus netos⁹⁵ se eles também tiverem esse tipo de comportamento.

Eu estudei até o 3º ano, não tinha outras séries, não tinha professora, e a mesma professora dava aula para as 3 séries juntas, era lá no Rio do Couro. [...] Eu gostava de ir para a escola para bagunçar [risos], eu agora não me admiro dos meus netos fazerem bagunça, pois eu também fazia. Um dia um aluno estava dando risada e eu não sabia o porquê e comecei a dar risada também, daí fiquei de castigo [...], tivemos que se ajoelhar no milho na área da escola. Nós fazia malandragem na escola. (J. M. B, 2019)

Em sua entrevista, apenas relatou o fato de ter sido castigada pela professora por estar rindo, junto com outro colega, mas não especificou o que seria a “bagunça” que fazia ou mesmo a “malandragem”. Talvez fossem simples atitudes, mas que para a rigidez da época soavam como uma grande transgressão às regras.

Na entrevista com *Nonna* Tereza, a primeira coisa que diz lembrar de sua vida é “do tempo que começou a ir na escola.” Para ela a escola foi marcante devido a não saber se comunicar em português, o que chama de “brasileiro”, e lá ter sido onde começou a aprender a língua. A escola também foi o lugar em que foi catequizada, conforme os ritos da religião católica.

Antigamente era tudo difícil. Eu comecei a ir na escola com 7 anos e não sabia falar em brasileiro, nada, nada, só falava em italiano, para você ver minha situação. Aí as crianças perguntavam as coisas para mim e eu não sabia, porque em casa só falavam em italiano, ninguém falava em brasileiro. Aí na escola eu fui aprendendo o brasileiro. De 7 a 9 anos eu fiquei na escola só e daí já saí. A catequese eu também fiz na escola com a professora, era a Dona Marica [...] Depois que saí da escola minha vida foi trabalhar (A. Z. L, 2018).

Em algumas falas também é possível perceber que a conclusão dos anos iniciais de ensino (na expressão deles, quando “saíam da escola”) marca o início de uma vida somente para o trabalho, com mais responsabilidades dentro da família. Se antes seu tempo dividia-se entre brincadeiras, escola e trabalho, agora a função era exclusivamente o trabalho.

Maschio (2012, p. 196) observou, por meio das listas de frequência escolar nas colônias italianas de Curitiba, que o número de faltas aumentava, nas escolas para meninos, nos períodos de roçada, plantação e colheita, momento que necessitava de maior número de braços para executar as tarefas, especialmente daqueles que atingiam 10 anos. Embora essa situação não tenha sido relatada nas entrevistas, muito

⁹⁵ Nonna Faustina mencionou os netos, mas creio que fazia referência aos bisnetos.

provavelmente eram comuns nessas localidades da área rural, principalmente nos anos finais da escolarização, quando os meninos já estavam maiores.

Tanto para os homens quanto para as mulheres a infância foi marcada pelo trabalho. A diferença que observei foram as atividades que eram desempenhadas. No caso dos meninos, o trabalho era fora do ambiente doméstico, na roça ou com os animais. Com as meninas, o trabalho era, geralmente, junto às mães, na casa ou no cuidado com os irmãos mais novos, como é o caso de *Nonna Maria*, que enquanto sua mãe estava na roça ou lavando roupa no rio ficava responsável pelos irmãos e afazeres domésticos. Aos 11 anos, já era responsável por, praticamente, todas as tarefas.

Se a escola era uma “válvula de escape” para a rotina de trabalho que possuíam, as brincadeiras também. Marilda Checcucci Gonçalves da Silva afirmou, sobre o grupo que pesquisou, que a brincadeira era fundamental para a “sobrevivência psíquica” das crianças: “A brincadeira aparecia então como um meio de escapar da vida limitada da criança, de se projetar num universo alternativo excitante, onde a iniciativa é possível, onde a ação escapa das obrigações do cotidiano” (SILVA, 2005, p. 122). A importância desses momentos de brincadeiras com os amigos ficou bastante evidente, principalmente, no relato de *Nonno José*, que afirmou que, depois que sua mãe faleceu, ainda muito jovem, “perdeu o ânimo, a alegria de viver” e eram seus “amiguinhos” que lhe davam força e coragem, do contrário sua vida “não teria graça”.

Informação recorrente nas entrevistas era que o momento destinado para brincar era domingo após o almoço, após terem ido à igreja no período da manhã e cumprido todas as atividades que fossem solicitadas. Nesse dia, as mulheres visitavam-se e levavam as crianças, que não eram poucas e de idades diferentes, meninos e meninas, que se reuniam para brincar com o que tinham em mãos: brinquedos feitos por eles mesmos ou improvisados. A orientação para “brincar para fora da casa” vinha das próprias mães, que não queriam ouvintes, principalmente quando se tratava de algum assunto que consideravam inapropriado para as crianças ou mesmo para não atrapalharem a conversa.

Ah, nós brincava quando as comadre se reuniam pra tomar chimarrão, em dia de chuva, aos domingos, era aquele bando de criança, então elas tinham as conversas delas e nós não podia escutar, não sabia o que elas falavam, vão brincar lá fora, nós ia embaixo de uma árvore, achava uma árvore caída e seca, né, que aquele tempo caía madeira, e nós fazia casinha, juntava caquinho de louça, boneca de pano de roupa, de sabugo, carrinho de sabugo e nós brincava com os piá também, nunca surgiu uma maldade, nunca, nunca. (A. M. G., 2019)

Dificilmente as crianças participavam das conversas de adultos, sendo desde muito pequenas educadas a não atrapalharem os mais velhos enquanto conversavam. Participar da conversa de adultos sem ser solicitado era um sinal de desrespeito e transgressão às regras. Victor Tomelin, no livro “Pedagogia do Silêncio”, descreveu sua experiência enquanto criança em uma família de descendentes de italianos em Santa Catarina:

Nós, os filhos, éramos treinados para obedecer e respeitar os pais e os mais velhos. Os irmãos menores deveriam fazer o mesmo em relação aos maiores. [...] O uso da vara era admitido, tolerado e abusado. Não só. O que eles tivessem à mão serviria para intimidar os pequenos. [...] Aos filhos nunca nos era concedida a palavra. Em qualquer lugar em que os adultos estivessem conversando, não era permitido às crianças se aproximarem, muito menos interromper a conversa ou dela participar. Era assim diante dos pais, dos mais velhos, das visitas, na igreja e na escola. (TOMELIN, 1986, p. 20)

Nonna Faustina relatou algo muito parecido que acontecia em sua infância:

A gente não podia perguntar coisas que interessava, Deus o livre se a gente perguntasse alguma coisa, apanhava, e se chegasse gente na casa do pai e da mãe, não precisava dizer “saia daqui”, era só dar uma olhada e nós [saí] todos para fora, não ficava ali escutando conversa de ninguém, era rígido a coisa. [risos]. (J. M. B, 2019)

Disciplina rígida, castigos físicos, trabalho, obediência e hierarquia familiar foram a realidade de muitas crianças. Algumas mais, outras menos, mas, de maneira geral, esses elementos faziam parte das relações familiares, inclusive dos nossos entrevistados. No domingo à tarde, durante as brincadeiras, era o momento de desfrutarem de algumas horas de “liberdade”, sem a rigidez do dia a dia.

Para os irmãos mais velhos, a “liberdade” era vivida em partes, pois a responsabilidade de cuidar dos mais novos continuava até mesmo nesses momentos de descontração, segundo *Nonna* Maria, o que acabava atrapalhando: “A brincadeira quando eu ia brincar tinha que levar os pequenos juntos se eu fosse brincar, daí inventava de fazer alguma coisa e eles derrubavam tudo [risos]” (L. M. G., 2018).

Segundo *Nonna* Olívia, meninos e meninas brincavam juntos, aos domingos, sem qualquer tipo de “maldade”, o que acredito, se refira a alguma brincadeira, palavra ou atitude que tenha conotação sexual. Já *Nonna* Maria mencionou que brincavam juntos enquanto os meninos eram pequenos, pois mais velhos “atentavam”: “as meninas brincavam e os piá atentavam porque se você fazia alguma coisa interessante eles vinham desmanchar [risos]”.

Espigas de milho eram bonecas; árvores, casinhas; cacos de louça eram utensílios domésticos; tampas de latas, rodas; penas e palha de milho eram petecas; pedaços de madeira se tornavam os cavalos mais velozes ou caminhões potentes para os pequenos. Os brinquedos eram feitos pelas próprias crianças, utilizando os materiais que tivessem disponíveis, até mesmo da própria natureza, e a imaginação.

A gente juntava caquinho de louça quebrada, porque onde tem criança sempre quebra bastante louça e aquele tempo não existia plástico, então quebrava as louças, aí a gente juntava caquinho, limpava com um paninho e daí dizia que estava fazendo casinha, quando tinha um caco de louça com uma florzinha a gente adorava porque achava que era mais bonito. (L. M. G., 2019)

Os meninos brincavam, geralmente, com carrinhos e bicicletas feitos por eles mesmos, com madeira, como relatou *Nonno* Augusto:

Hoje as crianças estão tranquilas, têm bicicleta e...nós desde pequenos se criamos fazendo aqueles carrinhos de 4 rodas de correr e aquelas bicicletas de pau, até queriam que eu fizesse uma para a turma ver. Mas eu não vou fazer, nós sofria muito. (A. Z., 2019)

É comum haver a comparação entre a experiência que tiveram enquanto crianças e a realidade vivida pelos netos, na atualidade. Nas falas dos *nonni*, as crianças “têm de tudo”, se referindo a brinquedos e até mesmo alimentos como doces, e não precisam trabalhar, ao contrário deles, que se quisessem um brinquedo tinham que fazer com os materiais disponíveis, e doces, ganhavam raramente.

Nonna Rosa descreveu sua infância como “sofrida”, devido ao fato de seu pai beber e um de seus irmãos ter distúrbios psicológicos que o tornavam agressivo, fazendo com que, muitas vezes, ela e os demais irmãos tivessem que fugir para a mata para passar a noite ou então se abrigar na casa de uma vizinha.

A infância, mas não o trabalho, se encerrava por volta dos 13 anos de idade, quando meninos e meninas, mesmo com a rigidez familiar, começavam a frequentar festas, matinês e bailes ou mesmo os encontros religiosos, que se tornavam propícios para troca de olhares e “paqueras”.

7.3 ENTRE OLHARES, CARTINHAS E RECADOS: DO NAMORO AO CASAMENTO

Ao tocarem no assunto “juventude”, percebi que uma alegria e leveza tomava conta de seus semblantes e passavam a narrar histórias de momentos de diversão, das festas, das pessoas que os acompanhavam, das estratégias que utilizavam quando os

pais não permitiam sair, dos “namorados” e “namoradas” que tiveram, dos “olhares”, das “cartinhas” ou “recados”. Essa mesma sensação de alegria ao narrarem sobre sua juventude, a pesquisadora Jeisa Rech (2008, p. 4) também teve ao entrevistar idosos para sua dissertação de mestrado, que teve por tema “Memórias de namoros em Joinville na década de 1950”. Lucy Cristina Ostetto também afirmou que os descendentes de italianos de Nova Veneza - SC, lembraram das festas com muito prazer e com minúcia de detalhes (OSTETTO, 1997. p. 86). Penso que isso possa estar relacionado à fase de suas vidas que puderam desfrutar de certa liberdade ao saírem, se divertirem e se colocarem no papel de protagonistas, ao poderem escolher, na medida do possível, seus namorados, esquecendo por poucas horas da rigidez familiar, do trabalho na roça ou até mesmo doméstico.

Relatos sobre as “paqueras” e namoros foram mencionados por nossos *nonni* ao falaram sobre a etapa de suas vidas que vinha após a infância e que precedia o casamento, momento em que, ainda, residiam e trabalhavam com os pais, mas em que desfrutavam de certa “liberdade” ao irem a bailes, matinês, festas de igreja, missas ou até mesmo em rezas realizadas nas casas de vizinhos. A juventude, na percepção deles, se iniciava quando começavam a frequentar “divertimentos” sem estarem acompanhados dos pais e quando passavam a perceber o “outro” com interesse; se encerrando no momento do casamento, independentemente de sua idade, quando dava início um novo ciclo marcado por responsabilidades muito maiores. *Nonna* Olívia, afirmou: “eu perdi minha juventude, porque casei muito nova”. Seu casamento ocorreu quando tinha 16 anos, momento em que sua juventude foi “perdida”, na sua percepção. Já Altiva Pilatti Balhana definiu essa fase como “adolescência”, período que segundo a autora caracterizava-se pela

mudança de relações com a própria família, à qual a criança começa a prestar um auxílio mais ou menos ativo, tanto em casa como nos trabalhos agrícolas. Ao mesmo tempo se percebe uma separação afetiva em relação aos familiares, em troca da maior aproximação com os companheiros de brinquedos e jogos. (BALHANA, 1958, p. 190)

Nonna Maria relatou que “a gente começava [a namorar] muito cedo, não sei por que eles [pais] tinham naquela época, que se a menina estava mocinha eles já achavam que tava criada, com uns 13, 14 anos. Achava que estava adulto.” Sua fala revela outra percepção: que por volta dos 13 anos de idade já se considerava que as meninas eram adultas e que, portanto, já poderiam assumir a responsabilidade de casarem. Sua mãe, porém, orientava que somente após os 15 anos ela poderia namorar:

A minha mãe dizia que antes dos 15 anos ela não queria que eu namorasse, mas a gente sempre dava umas paqueradas. Ela contava que ela começou a namorar com 13, mas levar na casa, porque não tinha onde se encontrar, não tinha telefone, então ela dizia que antes dos 15 não era pra levar namorado pra casa. (L. M. G., 2019)

Outras famílias compreendiam que a idade para “começar a namorar” era por volta dos 17 ou 18 anos, como afirmou *Nonna Carolina*.

Eu fiquei moça e os velhos, os nossos pais, falavam que antes de ter 17 ou 18 anos, [antes] não podia ter namorado, tinha que esperar quando tivesse essa idade, então se não podia, não podia, mas a gente namorava escondido para eles não saberem. (V. J. M., 2019)

Apesar de terem uma educação rígida e um controle por parte dos pais, as “jovens” encontravam formas de “transgredir” as regras, como “paquerar antes da idade”, como foi o caso de *Nonna Maria* e *Nonna Carolina*. Outra forma eram as “fugas” para bailes e festas sem que os pais soubessem, principalmente a figura paterna, que era quem estava no topo na hierarquia familiar.

Nonna Faustina: Para eu ir em baile eu tinha que fugir [...] eu só avisava a minha irmã: tô indo Tonha, e saía pela porta da frente, tinha um carreiro assim na beira do parreiral, saía lá no tio Luis, lá em cima [risos], ele [pai] não queria que eu namorasse, daí quando eu chegava em casa com o namorado ele ficava olhando lá [risos], mas daí não dizia nada, pelo menos para mim não falava nada, talvez ele falasse para a mãe. (J. M. B., 2019)

Nonna Carlota afirmou que: “a minha juventude era muito boa, mas eu tinha que fugir para ir nos matinês, eu saia bastante, meus irmãos sempre me levavam nos bailes, a falecida tia Helena ia junto, porque eles gostavam” (C. C. J., 2019).

Nonna Tereza também “se virava” como podia para ir aos matinês sem seu pai saber, para isso esperava ele ir até a igreja para jogar bocha e, então, poder sair: “nos matinê nós ia de bicicleta, nós não contava pro pai, porque ele vinha na igreja jogar bocha e antes de anoitecer nós estava em casa, mas a mãe sabia e não contava para o pai, a mãe coitada era uma santa, nós tinha que se virar” (A. Z. L., 2019).

Ao que parece as mães acobertavam as jovens que saiam sem a autorização do pai. *Nonna Carolina* mentia que ia na casa de uma de suas tias, mas para sua mãe contava a verdade, a qual somente a alertava sobre o horário de retorno.

Nós ia nos matinê escondido dele [pai], nós dizia para a mãe: mãe nós vamos na tia Stella e ela dizia, podem ir, mas quando chegar 5 horas vocês estejam em casa, mas nós contava para ela que nós ia no matinê e ela dizia: vão, mas 5 horas voltem porque teu pai tá em casa e ele quer saber onde vocês estão e nós ia, com as filhas da tia Stella, com a Nina. E nós ia e eu gostava de dançar, ai meu Deus como eu gostava de dançar, às vezes paquerava alguém. (V. J. M., 2019)

Já nas festas de igreja *Nonna* Tereza disse que não havia tanta rigidez, uma vez que seu pai possuía um caminhão e gostava de ir nesses eventos, que ocorriam durante o dia, porém nos bailes, a proibição também acontecia por parte da mãe.

Em festas nós ia, meu pai gostava muito de festa, ele comprou um caminhão em 1948 [...] e nós não perdia festa, ele colocava um banco em cima do caminhão, porque aquele tempo podia andar e nós não perdia festa. Nós ia cedo. [...]. Minha mãe também gostava, nós deixava um caseiro lá e ia para as festas. [...], andava tudo mal trajado com qualquer roupa e ia embora. Baile era mais difícil, a mãe não deixava, só de casamento, de casamento nós amanhacia. [...] Algum baile a gente ia, o falecido Mirto, meu irmão, dizia: pode se aprontar para ir no baile, o pai deixa você ir na roça porque não vai deixar ir no baile? e daí eu fui em uns 3 ou 4. Os piá mais velhos ele deixava, o falecido Mirto ia para toda a parte. (A. Z. L., 2019)

Importante destacar que a figura do irmão (homem) mais velho também exercia um certo controle na família, principalmente sobre as irmãs mais novas. Outras mulheres que entrevistamos também afirmaram que algumas vezes lhes foi permitida a ida a eventos noturnos somente se fossem acompanhadas dos irmãos ou dos pais, o que revela as relações de gênero, no qual a mulher era construída como submissa, obediente e dependente da figura masculina. A presença do irmão mais velho afastava comentários indesejáveis para “as boas moças”. Destaco, também, a diferença no tratamento dado para os filhos em relação às filhas, principalmente os mais velhos, que tinham uma liberdade muito maior de ir a bailes e festas.

Nonna Olívia contou que seu pai era muito ciumento e que só permitia que ela e as irmãs fossem a bailes se fosse junto:

Meu pai era ciumento, baile ele não gostava que nós fosse, às vezes quando era baile ele ia junto na Apiaba⁹⁶, ele ia junto e não podia pegar na mão se achasse um namoradinho, não podia nem pegar na mão, só sentar junto e olhar eles dançarem. (A. M. G., 2019)

Ao que parece, a figura do pai ou de um irmão mais velho também servia para “vigiar” o comportamento da moça, que não podia ter qualquer contato físico com homens, a não ser no momento em que estava dançando, evitando assim que viesse a “ficar mal falada”.

Outra forma de evitar comentários e proteger a reputação das jovens era deixar uma criança junto com o casal, geralmente um irmão mais novo. *Nonna* Faustina mencionou que um dos lugares que seus pais permitiam ir com o namorado era em rezas que aconteciam na igreja, porém, ela tinha que levar “um Santo Antônio”: “os namoro

⁹⁶ Distrito da cidade de Imbituva.

eram em casa, a gente não saía, o único lugar que a gente ia era na igreja. Só que para ir na igreja tinha que levar um Santo Antônio, tinha que levar a sobrinha porque não deixavam sair sozinho” (J. M. B., 2019).

Aos jovens rapazes também era ensinado sobre a “proibição” dos contatos físicos com as moças: “Olhava bem de longe, Deus o livre esbarrar na moça, se fosse no ouvido dos pais, não podia, casamento era virgem” (S. C., 2019). Nota-se que a preocupação dos rapazes era outra, a de que os pais da moça soubessem que ele tinha “esbarrado” nela. Um agravante era quando as meninas eram “órfãs”: “Nossos pais ensinavam assim: não brinque com filha alheia, ainda mais se for órfã, isso é contra a lei de Deus, por isso a gente teve que se guardar.” A moça que não tinha os pais, parece ser entendida como alguém vulnerável e sem proteção.

As falas dos *nonni*, tanto as das mulheres como de *Nonno* José, revelam que tocar em uma moça não feria a reputação dos homens, como se esse fosse um “instinto natural” da figura masculina. Já as mulheres eram vigiadas de todas as formas e me parece que era muito mais com o intuito de coibir possíveis “atitudes” dos homens, do que evitar que as mulheres tomassem algum tipo de iniciativa. Percebo aqui uma organização familiar baseada no modelo do patriarcado, o que não se restringe apenas aos descendentes de italianos, e que era reforçado pela religião católica.

Percebi que havia uma rigidez maior quando se tratava de bailes, já festas de igreja e matinês que aconteciam em plena luz do dia, não havia tanta restrição, apenas com o horário de voltar para a casa, por volta das 17 horas.

Cabe também um comentário sobre as entrevistas que realizamos com os homens: *Nonno* José relatou que sua mãe não gostava que ele fosse em bailes: “a mãe tinha um costume que não gostava de sair, que nós saísse sem segurança, então quase que não frequentava esse negócio de baile.” A fala dele apresenta um discurso diferente se comparado com as mulheres, no sentido de que a “mãe não gostava”, o que não significava que a mãe proibia, ao contrário, das mulheres, que narravam que “meu pai não deixava”, “meu pai proibia”. *Nonno* Augusto contou que quando tinha 16 anos, planejou fugir para ir a um baile junto com os irmãos mais velhos, porém seu pai percebeu: “daí ele chamou o meu irmão e disse: diga pro Augusto que se ele quiser dinheiro, eu dou dinheiro; e me liberou, daí ninguém me segurou mais”. Nesse trecho da fala é possível perceber que não houve resistência por parte de seu pai para que ele fosse ao baile e ainda, lhe deu algum dinheiro, uma vez que era necessário pagar a

entrada⁹⁷ e também, comprar algum “agrado” para as moças, como refrigerante, por exemplo⁹⁸. Nenhuma das mulheres que entrevistamos relatou ter recebido dinheiro dos pais para essas ocasiões. A vergonha de “um homem sair sem dinheiro”, demonstra a construção de sua figura enquanto provedor. Às mulheres, cabia o papel de submissão e dependência (pai ou marido).

Sobre os bailes, os *nonni* afirmaram que, tanto homens quanto mulheres, iam para dançar, tanto que *Nonno* João não frequentava esses eventos porque “não gostava de dançar”, e que não ficavam para o lado de fora do salão, prática que parece ser condenada por eles. *Nonno* Augusto inclusive se referiu, com desaprovação, à “juventude de hoje em dia” que vai para os bailes e fica do lado de fora do salão ingerindo bebidas alcoólicas ou drogas, o que segundo ele, “naquela época” não acontecia. Estar “dentro do salão”, principalmente no caso das mulheres, permitia que estivessem sob o olhar dos irmãos, pais e demais pessoas, o que impedia comentários que afetassem a “honra da moça”.

No interior dos salões de bailes, comercializavam-se bebidas, mas às mulheres só era permitido o consumo de refrigerante. Em nenhuma das entrevistas houve menção à venda de vinho nessas festividades. *Nonna* Tereza afirmou:

Eu casei com 22 anos e não sabia o que era o gosto de uma cerveja, ninguém tomava, era um escândalo se a moça tomasse uma cerveja, os homens tomavam, a gente ia nas festas de igreja no Bom Jesus com minhas primas e tomava gasosa. [...] e agora todos tomam cerveja, mulher, moça, aquele tempo não. (A. Z. L., 2019)

A dança era um ótimo pretexto para o início de conversas e namoros. *Nonna* Carolina afirmou que antes do rapaz convidar para dançar já havia uma troca de olhares que revelava o interesse entre ambos. Quando a troca de olhares era recíproca, o par para a próxima música já estava formado sem mesmo trocar uma palavra. Segundo ela, como as moças não pagavam a entrada nos bailes e matinês, não lhes era permitido negar o convite para a dança, a não ser que o rapaz estivesse embriagado ou então quando elas “já tivessem tratado” a dança com outro pretendente.

Se no espaço privado o corpo feminino era controlado e disciplinado, no espaço público esse controle era muito maior. Ditava-se “o certo” nas roupas, cores,

⁹⁷ A entrada em bailes e matinês era cobrada apenas dos homens, as mulheres tinham entrada gratuita.

⁹⁸ Nos bailes e matinês acontecia uma dança chamada “chimango”, em que as mulheres podiam convidar os homens para dançar. Ao final da dança, o homem pagava alguma bebida ou comida, geralmente refrigerante. Era considerado uma grande vergonha o homem não ter dinheiro ou se negar a comprar algo para a moça.

comportamento, tom de voz, postura, horários, companhia, no que beber, com quem sair, onde ir. Olhos atentos vigiavam qualquer transgressão a essas normas morais e sociais. As meninas eram “preparadas” para assumirem a função social de mães, esposas e donas de casa.

As igrejas eram espaços que, por serem frequentados rotineiramente pelas famílias da comunidade e, nos dias de festa, por localidades vizinhas, acabavam se tornando o espaço propício para o início de muitas trocas de olhares, recados e namoros entre os jovens, como foi o caso de *Nonno José*.

Meu encontro com minha falecida mulher foi em uma festa de igreja, era o ponto de encontro, as festinhas por roda⁹⁹ ou na igreja que 3 horas [da tarde] tinha o terço e proseava um pouquinho depois, porque 5 horas tinha que vir descascar milho e se aprontar para o outro dia. (S. C., 2019)

Além das igrejas, havia reuniões religiosas nas próprias casas das localidades rurais. *Nonna Maria* mencionou o quanto divertidos eram os encontros nos vizinhos para rezar o terço no período da noite, momento em que se conversava sobre diversos assuntos cotidianos, mas em que também se aproveitava para “trocar olhares” com os rapazes.

A utilização desses espaços, destinados à religiosidade, como lugares para namorar, foi uma prática que Altiva Pilatti Balhana (1958) também observou na colônia Santa Felicidade, em Curitiba. Segundo a autora, os primeiros amores começavam nas igrejas, aos domingos e dias de festa, momentos em que “os rapazes costumavam estacionar no pátio e nas escadarias da igreja, de onde melhor podem observar o movimento das moças, que nesses dias surgem bem cuidadas nos seus melhores vestidos” (p.193). Balhana (1958) ainda destaca essa prática em procissões e grandes trabalhos agrícolas, quando diversas famílias se reuniam, o que tornava propício o início dos namoros (p. 193).

Além da troca de olhares, muitos namoros iniciavam-se quando o rapaz “mandava recado” para a moça. Esses recados eram entregues, geralmente, por pessoas do convívio de ambos e consistiam em um “convite” para se encontrarem em determinada festa ou então dizendo que o rapaz “queria conversar com a moça”. *Nonna Tereza* contou que sua cunhada foi até sua casa, no dia de Natal, convidá-la para ir no terço na igreja e entregar o recado de que um rapaz que ela já havia conhecido estaria lá,

⁹⁹ Festa nas redondezas.

porém, o rapaz não apareceu e nesse mesmo dia ela “se encontrou em namoro” com quem viria a ser seu marido.

As cartas foram citadas por duas mulheres. *Nonna* Maria disse ter recebido “cartinhas” de rapazes interessados em namorar

Eu recebia muita cartinha dos piá. As meninas tinham ciúme de mim, acho que por que eu sempre fui de conversar. Às vezes as cartinhas chegavam amarela, de tanto passar. Aconteceu de chegar até aberta, as cartas. As cartinhas perguntavam do tempo da escola, se já tinha namorado e contavam o que faziam, onde estavam morando. (L. M. G., 2019)

Já *Nonna* Tereza contou que as cartas eram o meio de se comunicar com o namorado que havia ido prestar serviço militar na cidade de Foz do Iguaçu.

O “levar na casa” significava que não era uma simples “paquera”, mas um “namoro” no qual o rapaz possuía intenções “sérias”, geralmente relacionadas ao casamento. Além disso, implicava em laços estabelecidos entre as próprias famílias. Segundo *Nonna* Maria, seu namorado frequentava sua casa apenas aos domingos, após o almoço, o que era um costume bastante comum para a época, e dificilmente seus pais conversavam com ele, pois o local em que os namorados ficavam conversando era a sala e o restante da família, a cozinha.

Só no domingo e só depois do almoço, imagine aquele tempo não era que nem hoje em dia, as pessoas não davam liberdade, o rapaz chegava na casa, a mãe ou o pai passava ali e era “bom dia”, “boa tarde”, perguntava se tava bom e pronto, nunca convidava o rapaz pra ir na cozinha e não tinha onde ir. Às vezes ia na cozinha, mas só depois, no final¹⁰⁰. Era costume assim, não tinha esse negócio de ficar toda a vida junto com o namorado, talvez quem morava perto às vezes ia todo domingo, mas naquela época era longe. (L. M. G., 2019)

Ao falar sobre “esse negócio de ficar toda a vida junto com o namorado”, *Nonna* Maria se refere ao fato de muitos casais de namorados, na atualidade, se virem com frequência, até mesmo durante a semana e participam, juntos, de festas, aniversários ou outros eventos, o que para ela é totalmente diferente ao que acontecia em “sua época”.

Nas entrevistas que realizei, com exceção de *Nonna* Carlota, as famílias já se conheciam antes mesmo de iniciarem os namoros. Algumas eram vizinhas e outras possuíam vínculos de compadrio ou mesmo de parentesco. Quando eram da mesma localidade frequentavam os mesmos encontros religiosos e, quando de localidades vizinhas, participavam das festas de igreja. Fato é que rapazes e moças se conheciam, o

¹⁰⁰ A expressão no final se refere à proximidade da data do casamento, período em que geralmente o casal já havia noivado.

que ajudava na “aceitação” do namoro por parte das famílias. *Nonna* Carolina relatou que a primeira vez que levou seu namorado em casa seu pai não ficou bravo, nas palavras dela, “não disse nada”, porque ele “era conhecido, era gente da casa”. Disse isso pelo fato de as famílias morarem próximas, na mesma localidade, e um de seus irmãos, o Tito, ter se casado com uma irmã de seu marido, a Maria. Na família de *Nonna* Olívia também aconteceu algo parecido. *Nonna* Olívia morava junto com sua irmã, que já era casada, para auxiliá-la com as crianças pequenas. Além do casal, das crianças e *Nonna* Olívia, residiam também os sogros de sua irmã. Segundo ela, o sogro de sua irmã passou a chamá-la de “norinha” insinuando que ela poderia namorar com um de seus filhos, o que de fato acabou acontecendo.

Eu morava com a [nome da irmã] e meu sogro morava junto com ela, lá era tudo meio junto. Me lembro que um dia a [nome da irmã] deu de mamar pra neném e deu a mamadeira pra ele [futuro marido] segurar e eu já fiquei de olho e daí meu sogro começou me chamar de norinha, só me chamava de norinha, eu por ser menina fazia as coisas e fazia tudo certinho, e eu até agora sou agitada. Então nós namoramos, então sabe o que ele falou? Meu sogro disse assim: vamo fazer esses piá casarem, vamos mandar eles casar, nós estamos precisando de ajudante lá na casa, minha mulher, a Rosa não pode fazer mais nada. E meu pai disse: vamos. No outro dia ele já foi comprar as alianças, já noivamos. (A. M. G., 2019)

Não consegui identificar se esse foi o motivo do casamento dos outros *nonni*, mas no caso de *Nonna* Olívia, a decisão foi de seu sogro, devido ao fato de precisar de mais braços para auxiliar no trabalho em casa. Confesso que nessa hora não consegui segurar uma pergunta: “E a senhora queria isso?”, como resposta obtive: “Não sei, eu fazia o que os outros falavam.” Em outra entrevista, desta vez com *Nonna* Rosa, ela relatou que seu namorado, com 24 anos, queria se casar, pois “já estava na hora de fazer as coisas para ele”. Nessas narrativas o casamento assumiu, de um lado, a função prática de cooptar mais braços para o trabalho doméstico, e, de outro, a acumulação de bens materiais para o rapaz, não mais para seus pais, uma vez que, quando eram solteiros, trabalhavam na roça e os recursos eram administrados pelo pai ou, na sua ausência, pela mãe ou irmão mais velho.

Alguns namoros podiam não ser bem aceitos, inicialmente, pelas famílias, como o caso de *Nonna* Carlota pelo fato de seu namorado ser “polaco”.

Nonna Carlota: Depois que meu pai morreu, eu tinha 14 anos, daí que eu fui em um casamento de um irmão do meu marido, porque meu irmão era padrinho desse casamento e daí eu fui junto e nesse casamento que eu conheci ele, foi meu primeiro namorado e último. Ele era polaco, os pais dele vieram da Polônia, minha mãe não queria que eu namorasse ele, ela me dizia: Nega eu não quero que você case com um polaco porque vocês viram que o falecido tio Miro, que era o mais velho, casou com uma polaca e a polaca era

ruim que Deus o livre, brava. Daí eu dizia, mas se eu gosto dele e se eu fugir? Ela me dizia: se você fugir eu te surro [risos], eu brincava com ela. E daí um dia ele veio falar com a minha mãe, daí noivamos, casamos e era o genro que ela queria mais bem. (C. C. J., 2019)

Nonna Olívia em sua entrevista relatou que seus pais não se importavam que fosse “polaco” ou “alemão”, mas “pretos” não eram bem aceitos. Nessa parte da entrevista, ela falou com voz extremamente baixa, tanto que na gravação não se pode ouvir, consciente da forma preconceituosa e discriminatória que essas pessoas eram/são tratadas.

O fato de apenas uma das entrevistadas ter casado com alguém que não fosse descendente de imigrantes italianos me chamou a atenção. Entendo que a proximidade das residências dos noivos, o fato das famílias “se conhecerem” e frequentarem os mesmos espaços de sociabilidade, como a igreja, por exemplo, possam ter influenciado nas “escolhas”, mas não descarto a possibilidade de namoros entre descendentes de italianos serem mais bem aceitos pelas famílias.

Antes do casamento, era comum os jovens “noivarem”. No dia do noivado de *Nonna* Maria, seu namorado veio acompanhado apenas de seu futuro sogro, pois “aquele tempo era difícil as mulheres saírem de casa, elas tinham as famílias muito grandes, não saíam, quase.” O noivado era o momento em que as famílias se encontravam para conversarem sobre os detalhes do casamento, como o dia, o local, a festa, as despesas, entre outros assuntos. Segundo *Nonna* Maria, nesse dia quem combinava os detalhes do casamento e da festa eram apenas os pais, sendo que os noivos não poderiam interferir no que as famílias acordassem. Essa prática também é descrita por Altiva Pilatti Balhana:

O namoro em geral é longo, dando tempo para que os jovens se conheçam bem antes do noivado. Quando os jovens decidem entre si o casamento, quase sempre em acordo com os próprios progenitores, o moço envia uma embaixada à casa da moça a fim de formular o pedido. Via de regra, são os pais do moço que se dirigem à família da moça para fazer a proposta de casamento. Na falta do pai, vai a mãe juntamente com um irmão mais velho, os quais realizam o pedido aos pais da moça, ou à sua mãe, ainda a um irmão mais velho quando ambos os pais já não existem. (BALHANA, 1958, p. 193)

No caso de *Nonna* Maria não ocorreu como descrito por Balhana, uma vez que somente seu namorado e o pai foram até sua casa para a ocasião.

Percebi nos relatos que, após o noivado, a rigidez das famílias em relação ao casal tendia a diminuir: *Nonna* Rosa contou que seu noivo passou a ir em sua casa às quartas-feiras e não somente no domingo, “chegava da roça, tomava um banho e descia

lá em casa para nós conversar (M. Z., 2019); outras relataram, como *Nonna* Tereza, que passaram a ir em bailes com mais frequência somente depois de “noivas” e segundo *Nonna* Carolina, só lhe foi permitido andar de “mãos dadas” após ter “ficado noiva”.

O tempo em que ficavam “noivos” era curto, geralmente poucos meses, período em que se engordava o boi, organizava o pão da casa da noiva para a festa, a moça finalizava seu “enxoval¹⁰¹” e se convidava os vizinhos, parentes e amigos para o casamento. Toda a movimentação, preparação e a própria festa ocorria na casa dos pais da noiva, de acordo com os *nonni*.

7.4 NEM TUDO SÃO FLORES: A VIDA MATRIMONIAL

A gente ia nos bailes para dançar, não ficava lá fora bebendo igual hoje em dia, eu ia para dançar [...] mas foi pouco tempo, já casei e acabou tudo. (A. Z. L., 2019)

Nonna Tereza, depois de ter relatado de maneira alegre e empolgada sobre seu “tempo de juventude”, as “paqueras”, os namoros, as festas, mesmo com a rigidez do pai, falou o que está exposto acima e nitidamente percebi a mudança em seu tom de voz e sua expressão facial. De alguém que narrava com empolgação e risos, para alguém que passou a lembrar das dificuldades que emergiram entre o cuidar da casa, dos filhos e, ainda, contribuir nas atividades da lavoura. Ao desligar o gravador, entendi que essa mudança em sua expressão facial ia muito além do sofrimento com o acúmulo de atividades.

Outras mulheres também tiveram expressões muito parecidas, como *Nonna* Olívia, a qual relatou que sua rotina “foi muito pior” após o casamento e descreveu as atividades que cumpria:

[Minha rotina] foi pior, muito pior, olha eu tinha que levantar, deixar o nenê no berço, primeiro eu fazia fogo no fogão a lenha, pra deixar a água esquentando naquelas chaleiras de ferro e daí eu deixava o nenê no berço e daí ia tirar, 3, 4 até 6 vacas de leite, ia com o balde, [...] eu recolhia e ia no depósito pegar aqueles cestos de milho, restolho e levava lá longe aí a gente recolhia vaca e deixava o terneiro¹⁰² mamar um pouquinho pra soltar o leite, daí pegava e amarrava o terneiro e tinha vaca que tinha que

¹⁰¹ O enxoval era composto por roupas de cama, mesa e banho, a maioria confeccionada pelas próprias moças com auxílio de suas mães. Toalhas e guardanapos de crochê, brolhas ou mesmo tricô eram atividades realizadas em dias “de chuva”, quando o trabalho na roça ficava comprometido, ou mesmo durante a noite. Ao longo de sua “juventude” as meninas acumulavam esses artesanatos e quando o casamento era marcado, grande parte do enxoval já estava pronto.

¹⁰² Bezerro.

amarrar a perna porque dava coice. Meu marido ia tratar os cavalos, tratar pra preparar pra ir pra roça e nós tinha bastante porco, criava bastante porco, no chiqueiro tinha 2 pra carne, deixava dois, três meses [...] Às vezes eu tinha que levar milho, grávida, de dieta, lá geava muito, muito, descalça, com aquele casaquinho, nós tinha um [casaco] só pra passeio que a minha mãe comprou antes de nós casar, ela me comprou um casaco muito bonito. Nós fabricava vinho, nós tinha parreiral, o [nome do marido] ia pra roça com os cavalos, daí eu colocava o nenê pra dormir e ia limpar o quintal, dois baixa quintal, e carpir o parreiral. Depois quando faltavam 8 dias pra completar mais um ano, tive mais um [filho], aí tive que deixar de ir um pouco na roça, mas mesmo assim eu acompanhava, tinha que ir direto na roça (A. M. G., 2019)

Observei que grande parte das mulheres tinha seu primeiro filho antes de completar um ano de casamento e ao completarem o segundo ano, outro filho já havia nascido ou estava a caminho. É inegável que a responsabilidade e a carga de trabalho aumentavam após a vinda dos pequenos, somando-se às demais atividades da casa e da roça.

Nonna Carolina afirmou que trabalhava o dia inteiro na roça; quando chegava à noite em casa, sua cunhada, que residia junto, já havia feito o jantar, porém, antes de jantar ela tinha que dar banho e trocar a roupa dos filhos pequenos:

Quando eu tinha as crianças pequenas, os outros jantavam, e eu até dar banho, até trocar de roupa, até fazer mamadeira, os outros já tinham jantado e já tinham ido dormir e daí aquela louçanada para lavar, aí eu ia jantar aquela hora, aí lavava aquela louça e já ajeitava o almoço para levar no outro dia na roça, picava um repolho, colocava uma batatinha para descascar, deixava pronto para que no outro dia enquanto eu assava a polenta [consumida no café da manhã] já ia cozinhando o arroz [...] (V. J. M., 2019)

Noto pela fala de *Nonna* Olívia e *Nonna* Carolina que os homens pouco ou quase nada auxiliavam nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, a eles cabia o trabalho com os animais de grande porte, como os cavalos, e na lavoura (em ambas atividades as mulheres também auxiliavam).

Provavelmente essa era a rotina de muitas mulheres que viviam na área rural, não somente de descendentes de italianos. Maria Conceição Abel Missel Machado, ao pesquisar sobre as mulheres imigrantes italianas da área rural de Caxias do Sul, descreveu uma rotina de trabalho que se assemelha ao que *Nonna* Olívia vivenciou:

Cabiam ao homem os trabalhos tidos como mais pesados e grosseiros: a derrubada das árvores, o corte da madeira, a preparação das tábuas, a construção das casas, o preparo da terra para o cultivo das culturas principais e o cuidado dos animais de grande porte. As mulheres se ocupavam de todas as tarefas domésticas, do cuidado das hortas e pomares e do cuidado dos animais de pequeno porte, mas frequentemente, acompanhavam os homens como auxiliares em suas tarefas. (MACHADO, 1993, p. 98)

Tarefas que não geravam lucro, como tirar o leite das vacas, atividades artesanais e domésticas eram consideradas inferiores, ou seja, não eram “trabalho de homem”, o que demonstra o papel secundário atribuído às mulheres.

A única mulher que não relatou dificuldades após o casamento, mesmo depois comentando sobre problemas com o alcoolismo do marido, foi *Nonna* Carolina: “o primeiro que eu namorei foi o [nome do marido] e casamos, graças a Deus, eu não tenho arrependimento nenhum, vivemos super bem, criamos nossos filhos numa boa, ele viajava e eu, se precisasse sair, eu saia, sempre nos demos super bem” (C. C. J., 2019).

Notei ser algo comum entre os entrevistados que, após o casamento, os casais permaneciam morando com os pais do noivo, pelo menos por alguns anos, até que construíssem uma casa. *Nonna* Carlota namorou por 5 anos, visto que não queria ir morar junto com os sogros, mas ao final, quando se casou, acabou residindo com eles, pois “ele [marido] não queria deixar os pais”.

Nonna Maria casou-se aos 18 anos, em uma semana que choveu durante vários dias e, na madrugada do seu casamento, chegou a nevar. Como as estradas estavam em péssimas condições, praticamente intransitáveis, foi necessário colocar correntes nos pneus do caminhão que a levaria até a cidade para o casamento. Porém, não foi suficiente, pois o caminhão atolou e foi necessária a ajuda dos convidados para empurrar o veículo, o que atrasou a celebração do casamento. Depois de algum tempo, chegaram até a Igreja Nossa Senhora da Luz, na área urbana de Iriti, porém foram impedidos de entrar pelo corredor central da igreja, devido à situação em que se encontravam os calçados dos convidados. A solução foi entrar pela lateral da igreja e casar em um pequeno altar, ao lado de onde deveria ter sido a celebração. Depois de todos esses transtornos, os convidados e os recém-casados voltaram para a comunidade do noivo, onde o almoço seria servido no pátio da propriedade de seus pais. Como houve um grande atraso na cerimônia, a carne que havia sido assada já tinha passado do ponto, chegando a ficar sem condições de consumo; sendo assim, a solução encontrada foi fazer carne de panela, às pressas.

A história do casamento de *Nonna* Maria nos rendeu boas gargalhadas durante a entrevista. Talvez, na época, a noiva tivesse ficado bastante preocupada e triste pelo acontecido, porém, ao narrar sobre esse dia, seu rosto não deixava transparecer esses sentimentos, mas sim, a alegria de quem lembrava de um episódio que, hoje, é significado de uma maneira diferente.

O dia do casamento foi lembrado tanto pelos homens como pelas mulheres como um dia de alegria e festa, de comida e bebida e de prolongados bailes que se estendiam até a madrugada. A maioria das festas ocorreu no sábado, com a celebração do matrimônio no período da manhã, ao meio-dia o almoço e à tarde servido o bolo. Porém, alguns relatos mencionaram que os convidados permaneciam até a noite e quando chegava a hora do jantar, esquentava-se o que havia sobrado do almoço. Tudo isso, embalado pelo som de gaitas e violões e dos casais dançando.

O casamento começava de manhã e ia até outro dia de manhã e ainda tinha repique¹⁰³ no outro dia. Me lembro que no casamento do Davi nós amanhecemos dançando, [...] anoiteceu chovendo e deu uma geada, nós fomos embora já estava dia com aquela geada. (A. Z. L., 2019)

Nonna Carolina relatou que sua festa foi apenas no sábado e “não teve repique”. Contou ainda que foi servido pão com carne, vinho e cerveja, tudo preparado em casa, nada industrializado.

O casamento de *Nonna* Olívia foi em um sábado à noite e foi servida “a janta” para os convidados:

Fizeram uma churrascada [...], cantamos, minha sogra fez bastante cerveja de casa, mataram um boi, fizeram bastante pão, foi uma janta, terminada a janta já tiraram as mesas e começaram a dança, quando terminou o baile, tinha muita gente de longe, de Campo Mourão, minha sogra fez a cama de colchão de palha para eles dormirem e outros dormiram em cima do capim para dar para a criação. (A. M. G., 2019)

As mulheres relataram desconhecer métodos para prevenir a gravidez, resultando na gestação já nos primeiros meses de casadas. *Nonna* Maria foi um desses casos, e antes dos 30 anos de idade já tinha 6 crianças. Com exceção do último filho, todos os outros nasceram pelas mãos de parteiras, como Pierina Nadal, em partos que aconteciam em casa. Como morou com sua sogra e alguns cunhados durante algum tempo, no dia em que entrava em trabalho de parto os homens e crianças eram retirados da casa; os primeiros iam para a roça fazer algum serviço e os pequenos encaminhados para a casa de algum parente, só regressando quando seu marido ia até lá e dizia: “Vamos para casa ver o neném que acabamos de comprar”. Relato semelhante foi feito por *Nonna* Carolina, que afirmou que no dia do parto só ficavam em casa sua sogra e o marido.

¹⁰³ O repique consistia no retorno dos convidados para o almoço no domingo, no qual geralmente era servido o que havia sobrado do dia anterior. Nem todos os convidados retornavam para o repique, geralmente, os parentes próximos e aqueles que tinham ajudado voluntariamente na organização da festa.

A sexualidade dificilmente era assunto para conversas entre as jovens, até mesmo com suas mães. As poucas informações que tinham eram vindas de conversas com as amigas, primas ou com irmãs mais velhas que partilhavam suas vivências, sobre a menstruação, por exemplo. *Nonna* Carolina contou que, quando casou, não tinha conhecimento “do que iria acontecer” e só foi “descobrir” na noite de núpcias. Segundo *Nonna* Carolina, a gravidez só era confirmada para a família quando a barriga começava a despontar, do contrário, o marido era o único que sabia. Quando entrou em trabalho de parto do seu primeiro filho, passou pela mesma situação, não sabia o que estava por vir e não entendia o porquê de sua sogra começar a trazer panos para o quarto, desconhecendo que se sangrava ao parir. Em um tom de lamento acrescentou: “ninguém contava nada, nada, nada, a gente casou inocente e ganhou a criança inocente, eu não sabia que precisava forrar a cama na hora que vem o neném e daí eu pensei: meu Deus, porque a minha mãe não me contou nada!” (V. J. M., 2019).

Nonna Rosa e *Nonna* Olívia também mencionaram sobre as frequentes traições que vivenciaram em seu casamento, por parte dos maridos.

Ele era um bom marido, mas mulherengo, isso ele era, ele teve muitas mulheres que eu sei, a mulher sente quando... e teve uma vez que uma mulher veio aqui na casa brigar comigo, trouxe até uma faquinha [risos], ele estava junto, e ela foi embora, ele teve muitas mulheres, de certo que tinha saúde. A minha força era fazer ele participar das coisas boas, para ver se ele não fazia essas coisas, de sair com as mulher. Um dia eu escutei ele falar para um amigo aqui na garagem: eu vou trocar de carro, que mulher a gente tem só uma e de vez em quando é bom trocar, quanto mais um carro. Eu escutava ele falar essas coisas. Eu nunca pensei em separar, eu amo meus filhos e numa separação os filhos é quem sofrem. Quando eu tinha certeza a gente brigava, mas não ficava muito tempo [pausa], a gente tinha fé, nós participamos dos encontros de casais, cursinho [...] (M. Z., 2019)

Mesmo tendo relações extraconjugaais, *Nonna* Rosa afirmou que “era um bom marido”, provavelmente se referindo ao fato de conseguir prover a família ou então, de não ter um comportamento agressivo com ela ou com os filhos. A permanência do casamento, segundo ela, deveu-se ao fato de não ver os filhos “sofrerem” com a separação e de ter fé. Separar-se poderia significar muito mais do que “ver os filhos sofrerem”, a começar por contrariar preceitos da Igreja Católica, religião com grande influência na localidade em que *Nonna* Rosa residia. Fabio Augusto Scarpim (2017) afirmou que um dos discursos da Igreja Católica brasileira, foi a defesa da indissolubilidade do matrimônio e que “a solução para resolver o problema das uniões desajustadas não estava na dissolução, mas na [...] paciência cristã para enfrentar os eventuais desajustes dos cônjuges” (p. 126-127). Nas palavras de *Nonna* Rosa, era “ter

fé”. Ela chegou inclusive a mencionar que conversou com membros da Igreja Católica que promoviam “encontros de casais” e que, junto com o marido, passaram a participar desses encontros. Além disso, o papel de manter o casamento recaía sobre a mulher e “características atribuídas particularmente ao feminino como a docura, a caridade, a paciência, a compreensão e o cuidado deveriam ser usadas como aliadas na preservação do matrimônio” (SCARPIM, 2017, p. 127).

Já era sabido por parte dos casais, uma vez instituído o matrimônio na igreja, que não havia a possibilidade de separação, independentemente de como vivessem. *Nonna* Faustina inclusive fez uma comparação com “hoje em dia”, tempo em que se o casal “não deu certo, vai cada um para um lado”. Segundo ela, “em sua época”, “tinha que ficar [junto], apanhasse ou não apanhasse, tinha que ficar, o que foi fazer lá na igreja? Foi jurar para casar e viver até o fim da vida” (J. M. B., 2019). E, ao que parece, essa norma moral da não separação foi seguida, pois em nenhuma das entrevistas que realizamos houve a separação do casal ou mesmo a menção a casais, com idades próximas aos que entrevistamos, que tenham se separado.

Nonna Olívia, após descobrir a infidelidade do marido, optou por mudar-se da área rural para a urbana, na tentativa de afastá-lo da mulher com quem estava se relacionando e em nenhum momento mencionou ter cogitado a separação.

Tanto na narrativa de *Nonna* Rosa, como na de *Nonna* Olívia, percebi que foram elas que buscaram “solucionar” os problemas conjugais, ora buscando auxílio na religião, ora tentando se afastar de onde teria ocorrido a traição. Essa postura corrobora o que Scarpim afirmou sobre a responsabilidade depositada nas mulheres em manter o casamento.

7.5 O BOTEQUIM TAMBÉM É NO MEU LAR

Um assunto que foi recorrente nas entrevistas, especificamente com as mulheres, e que me chamou bastante a atenção, foi o fato de mencionarem experiências que tiveram com seus pais ou maridos com bebidas alcoólicas. *Nonna* Rosa e *Nonna* Carolina tiveram a infância e parte da juventude marcada pelo alcoolismo do pai; *Nonna* Olívia e *Nonna* Carlota relataram sobre períodos difíceis em suas vidas após o casamento, devido ao vício do marido. O consumo de bebidas alcoólicas não acontecia

somente em bares, mas também em casa; em alguns casos, os próprios filhos, obedecendo a ordens, compravam os litros de cachaça.

Nonna Rosa relatou que, quando era “mocinha”, com cerca de 12/13 anos, era obrigada a ir até uma bodega¹⁰⁴ existente na localidade onde morava para comprar “pinga” para seu pai, que ficava em casa deitado em um “pelego¹⁰⁵” na cozinha, sem trabalhar, fazendo com que sua família “não tivesse valor”. A embriaguez acontecia, também, quando ele ia para a cidade de carroça e, no retorno, parava em várias bodegas no decorrer do caminho. Segundo *Nonna* Rosa, quando ele chegava em casa brigava com ela e seus irmãos, que iam até o quarto e jogavam as bebidas fora, com medo que a situação se agravasse. Como consequência, *Nonna* Rosa relatou que sua mãe sofreu durante anos com gritos e xingamentos e atribuiu também a “doença da cabeça” que seu irmão teve devido ao nervosismo que sofria ao ver seu pai naquela situação.

Quando ele não tava bêbado ela era bonzinho, mas quando bebia ele rangia os dentes, parecia um cateto, nós sofremos muito na nossa vida de juventude. No bar ele não ia porque aquele tempo tinha só uma bodeguinha, daí às vezes ele ia de carroça para a cidade e na volta ele vinha parando pras bodegas. Minha mãe sofreu, ela tinha muitas varizes e sofreu com ele também, porque imagine um homem ficar bebendo, não trabalhava, daí o filho começou a aprontar na família, começou a judiar de todo mundo, como que a mãe ia se sentir feliz assim. (M. Z., 2019)

Nonna Carolina também relatou o sofrimento de sua mãe e irmãos devido à embriaguez frequente do pai.

Meu pai era trabalhador, era trabalhador, comprou terreno para os filhos morarem, era muito trabalhador, mas não sei o que aconteceu, de uma altura em diante parou de ir para roça e começou a ir na bodega beber. Daí brigava com a minha mãe quando chegava em casa, nós passamos algum nervo de ruim que ele era. Não era todo dia de tarde que ele ia, mas daí ele não ia mais na roça e ele que ficava com o dinheiro, ele fazia o que queria e minha mãe uma coitada. Às vezes de noite ele se atrasava lá na bodega, às vezes uma geada que amanhecia, ele vinha embora e tinha que estar a janta quente lá no fogo e ela ficava esperando ele. Ele entrava, jantava e ia dormir. E no outro dia minha mãe falava para ele, que ele tinha vindo tarde e ela estava esperando e aí eles já começavam a encravar. (V. J. M., 2019)

Nonna Olívia relatou sobre seu marido, que, além de beber com frequência, também se negava a lhe dar dinheiro, o que a obrigava a trabalhar lavando roupas para

¹⁰⁴ As bodegas, armazéns ou casas de secos e molhados eram estabelecimentos comerciais comuns nas localidades da área rural de Irati e até mesmo em bairros da cidade, nos quais se vendia, além de bebidas, alimentos, tecidos, ferramentas e objetos para uso doméstico e pessoal. Esses espaços também serviam como pontos de encontro, exclusivamente masculinos, para jogar, cantar, conversar, beber e comer (TELEGINSKI, 2012).

¹⁰⁵ Pelego é a pele de ovelha utilizada em montarias de cavalo com o objetivo de trazer conforto a quem cavalga.

uma comadre e a vender perfumes de casa em casa pela cidade. Com o dinheiro que conseguia, comprava itens básicos para ela e seus filhos, e quando a necessidade era maior do que o dinheiro que possuía, acabava comprando “fiado” nos comércios. Relatou também que, quando seu marido chegava em casa à noite, embriagado e “fazendo estrepolia”, ela e os filhos fugiam e passavam a noite dormindo em um galinheiro existente na propriedade, ou quando ela percebia que ele havia dormido, voltava para casa sem fazer barulho e se deitava na cama - segundo *Nonna Olívia*, “nunca dormi separada”, se referindo ao fato de sempre ter dormido na cama junto ao marido, até mesmo diante dessas situações. Aos sábados de manhã, *Nonna Olívia* ia cuidar da erva-mate e o esposo se dirigia para um clube da cidade para jogar “bocha”, até que, depois de beber, arranjava confusão e era expulso, procurando, então, os bares da cidade. Segundo ela, cerca de 4 ou 5 vezes ele foi preso ou então chegava em casa trazido pelos policiais e, novamente, voltava a expulsar a família de casa. O consumo de bebida não acontecia somente no clube e bar, mas também na própria casa, no “bico do litro”. *Nonna Olívia* mencionou que, mesmo orientada pelo médico a não carregar peso devido a problemas de saúde, por medo, acabava, ela mesma, comprando as bebidas no mercado a pedido do marido. Quando os filhos já estavam mais velhos, uma das filhas, com 15 anos, convenceu seu marido a fazer o tratamento contra o alcoolismo na cidade de Cascavel; depois disso, ficou 3 anos sem beber, período que, segundo ela, foi muito bom, mas logo retornou ao vício. A situação que vivia com o marido nunca foi compartilhada, até mesmo com pessoas próximas a *Nonna Olívia*, como seu pai e sua mãe.

Por fim, o relato de *Nonna Carlota*, que foi o mais sucinto de todos e o único que reconheceu o alcoolismo como doença. Segundo ela, depois do casamento, em busca de trabalho, acabaram se mudando para outra cidade do Paraná e, após alguns anos, retornaram para uma cidade próxima a Irati, onde *Nonna Carlota* residia no momento em que realizei a entrevista. Foi nesse retorno que o marido começou a beber, tanto em casa, uma vez que a família tinha um restaurante que servia bebidas alcoólicas, quanto em bares próximos à residência. O tratamento foi realizado em uma clínica de Curitiba, na qual ficou por 96 dias e depois disso “nunca mais bebeu”. *Nonna Carlota* reconheceu que “o alcoolismo é uma doença, não é por gosto que a pessoa bebe”.

Dos trabalhos que li sobre o alcoolismo, observei que as fontes históricas utilizadas são, em sua maioria, escritas, como livros de registros produzidos por hospitais e espaços de reabilitação, fichas e estatísticas de internamentos, jornais, livros

produzidos por médicos, cartilhas, processos-crime e até mesmo músicas - o próprio recorte temporal das pesquisas justifica essas escolhas - mas não encontrei nenhum que trabalhasse com a história oral, campo que tem muito a contribuir para a ampliação das discussões sobre esse tema, a partir de outros olhares. Nos relatos acima expostos, provavelmente, apenas dois deles apareceriam nas fontes escritas: ou das clínicas em que foram internados para reabilitação ou dos arquivos policiais, no caso do esposo de *Nonna* Olívia. Talvez em diários (essa prática não foi mencionada pelas entrevistadas) ou cartas. As fontes orais podem permitir realizar uma sondagem, não apenas da quantidade de pessoas, profissão ou outras informações que dados quantitativos podem fornecer sobre o uso de bebidas alcoólicas, mas também lançar olhares para outros atores envolvidos, como a própria família, por exemplo, e que as fontes escritas não contemplam ou contemplam superficialmente.

No caso da nossa pesquisa, esse assunto só aflorou devido às histórias de vida. Confesso que me surpreendeu, dentro do número de entrevistados, que 4 mulheres relatassem sobre o tema, o que me leva a considerar que esse foi um problema bastante comum nessas localidades, mas que muitas vezes era tratado de forma velada, por representar uma vergonha para a família.

A embriaguez era uma grande preocupação para as famílias, uma vez que atingia o pilar moral tanto valorizado por elas e pela sociedade: o trabalho. Mesmo que as mulheres desenvolvessem as mesmas atividades que os homens, somando-se ainda o trabalho doméstico, com os filhos, o cuidado de hortas e pomares, as atividades que davam retorno econômico eram atribuições masculinas. Os homens tinham o papel social de provedores da família por meio de seu trabalho. Dessa forma, um homem que se encontrava embriagado não conseguiria trabalhar, administrar economicamente a família e prover seu lar.

O trabalho era um “padrão de masculinidade”:

Valorizava-se o homem por sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso, força e iniciativa, e vinculavam-se os atributos da virilidade ao trabalho, que deveria desempenhar uma função central na vida do homem, fazendo-o sentir-se reconhecido e aceito socialmente. (MATOS, 2001, p. 42)

A autoridade do homem perante a família e os filhos também era posta em xeque com a constante embriaguez. *Nonna* Rosa era jovem no período que seu pai começou a beber e, como ficava incapacitado de tomar decisões, era sua mãe que as tomava, como permitir a ida a festas: “A mãe ainda nós conversava, mas o pai nós não

dava muita atenção, porque ele não tinha autoridade, ele não cuidava nem dele, ia cuidar de nós?" (M. Z., 2019)

Em nenhuma das entrevistas as mulheres mencionaram possíveis causas para a constante embriaguez de seus pais ou esposos, apenas relataram o sofrimento que passaram e o impacto que causaram na relação familiar.

As histórias de vida dos *nonni* tiveram pontos em comum, como a infância marcada pelo trabalho e ao mesmo tempo as “travessuras” de criança, a rigidez familiar com relação aos jovens, especialmente, as moças, que mesmo assim utilizavam estratégias para “escaparem” e irem a bailes e festas, os namoros, casamentos, a vida matrimonial, os filhos; porém, cada um construiu sua própria narrativa e interpretações sobre o passado. Nessas histórias pude visualizar diferentes papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, além da ação reguladora de instituições como a família e a igreja. Mesmo inseridos dentro dos mesmos padrões sociais, as dores foram motivadas e sentidas de maneira diferente e as experiências vividas marcaram a particularidade de cada um. Nem sempre se é herói. Nem sempre se perde. Nem sempre se é feliz. Nem sempre é somente tristeza. Nem sempre é epopeia. São as dores e delícias de estar vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a escrita da tese, após analisar fontes bibliográficas, jornalísticas, produções audiovisuais, em redes sociais, acervo de museu, fotos, panfletos e as entrevistas, no intuito de responder a problemática da pesquisa, creio ter contribuído para o avanço dos estudos historiográficos em relação à imigração italiana e seus descendentes na região centro-sul do estado do Paraná, em especial na cidade de Irati. Também acredito ter aberto possibilidades para futuras pesquisas sobre o tema, com enfoques e recortes temporais e geracionais diferentes ou até mesmo com os próprios *nonni*, uma vez que, segundo Portelli, a história oral sempre será uma história não contada.

Mesmo considerando a ruptura entre epopeia e História, foi possível identificar narrativas, inclusive em trabalhos científicos, que reforçaram elementos épicos. Ao longo da primeira parte da tese analisei produções bibliográficas na qual a figura homogeneizadora e estereotipada do *imigrante-herói*, emergiu como aquele que deixou a Itália “expulsora”, atravessou o Atlântico, chegou ao Brasil, trazendo junto dele características consideradas virtudes como o trabalho, a coragem, a religiosidade, a parcimônia e até mesmo a “tradição”. Praticando tais valores, prosperou economicamente e trouxe o progresso econômico onde se fixou. Busquei, também, apresentar produções bibliográficas que contribuíram para a desconstrução da narrativa triunfante e vitoriosa do imigrante, como, por exemplo, pesquisas que apontaram para o considerável número de retornos para a Itália. No caso do Paraná, houve uma forte influência do Movimento Paranista, nas primeiras décadas do século XX, que procurou criar uma identidade para o Paraná que se diferenciava do restante do país, valorizava a presença do imigrante (branco) europeu e destacava sua contribuição para o estado. Algumas produções historiográficas sob a influência do Paranismo, nas décadas de 1950 e 1960, apresentaram reflexões que consolidavam a ideia da existência de “vazios demográficos” que foram “povoados” por imigrantes europeus, contribuindo para o silenciamento de muitos grupos, como indígenas, por exemplo.

Encontrei apenas dois trabalhos, na área de História, sobre a imigração italiana na região centro-sul do Paraná. Um deles, sobre a produção de vinho em Pinho de Baixo, reforçou o pioneirismo dos imigrantes italianos para a formação da localidade, o desbravamento da mata e o “trabalho duro” realizado para que pudessem iniciar as plantações de uva. Os livros comemorativos e genealogias de algumas famílias

descendentes de italianos também reproduziram a narrativa épica e o percurso do *imigrante-herói*. Levando-se em consideração esse cenário, creio que minha pesquisa contribuiu para a identificação da presença desse tipo de narrativa nas produções que versam sobre o tema, inclusive no que se refere a outros grupos étnicos presentes na região, como poloneses e ucranianos, e mostrou, por meio das entrevistas, que o *imigrante-herói* é uma categoria genérica de representação que desconsidera ou mesmo silencia as diferentes trajetórias, as dores e derrotas vividas.

Na segunda parte da tese, busquei compreender como manifestações de etnicidade, como o grupo folclórico *Chiaro di Luna* (2005), a Festa da Polenta (1^a edição em 2006) e o museu *Casa dei Nonni* (2016) atuaram na construção de italianidades, nas iniciativas de “performar” o “imigrante italiano” e no reforço das narrativas épicas, conectando jogos identitários, políticas de memória e interesses econômicos (em especial, pelo viés do turismo). A identificação do vinho e da polenta como constituintes do “ser italiano”, foi alavancada pelas ações do grupo *Chiaro di Luna*, as edições da Festa da Polenta, desfiles e comemorações do centenário de emancipação política de Irati (2007), juntamente com publicações veiculadas em meios de comunicação, como os jornais. As restrições à produção do vinho pelas famílias de Pinho de Baixo pelo MAPA (2016) e a consequente mobilização dos produtores de uva para mantê-la, acionando inclusive esferas governamentais, também promoveu a disseminação de narrativas que relacionam a produção e o consumo do vinho como “tradição” trazida da Itália e mantida pelos descendentes. A ação de órgãos, ligados à Prefeitura Municipal, para atrair turistas para a cidade, tendo como reduto “dos italianos” a localidade de Pinho de Baixo, também consolidou esse tipo de narrativa.

No decorrer da pesquisa, percebi que as celebrações de datas consideradas “especiais”, bem como livros de caráter genealógico, foram um “terreno fértil” para a reprodução e (re)afirmação do caráter épico da imigração e da exaltação do *imigrante-herói*. Cito como exemplo as comemorações ao centenário da imigração italiana na colônia Antônio Rebouças, em Campo Largo (1978), os 150 anos da imigração polonesa no Brasil (2021), os 130 anos da imigração ucraniana no Brasil (2021), centenário da emancipação política de Irati (2007) e as obras de caráter genealógico: “A colônia que veio do Pó” e “Descendentes da família Francisco Stroparo e Luíza Eulália Simionato Stroparo”.

Na terceira e última parte da tese, as histórias de vida dos *nonni*, idosos descendentes de imigrantes italianos, foram as principais fontes históricas estudadas, no

intuito de analisar se a epopeia estava presente em suas narrativas ou se elas rompem com a figura do *imigrante-herói*. Ainda, busquei compreender se havia manifestações de “italianidade” em suas narrativas e como se apresentavam cotidianamente.

Nas entrevistas com os *nonni* percebi a existência de narrativas sobre a Itália e a travessia dos imigrantes italianos que podem ser entendidas como “acontecimentos vividos por tabela”, dos quais eles não estiveram presentes, mas, na coletividade, sentem-se pertencentes. Nos “acontecimentos vividos por tabela”, observei a presença da epopeia ao descrever as condições enfrentadas na Itália “expulsora” e durante a viagem de navio. Porém, em suas histórias de vida e na “performance” narrativa houve uma adaptação a partir de elementos que faziam sentido para eles: uma Itália que é expulsora devido ao inverno rigoroso que impossibilitava a vida no campo, às casas serem feias, ausência de café, fome, a difícil viagem de navio marcada, não pelas doenças, mas pela morte de uma criança por “bicha” e pelo longo percurso em alto mar que foi tempo suficiente para se plantar e colher alface.

Se a Itália foi “expulsora”, as colônias italianas de Campo Largo, no início do século XX, também, agora não mais pelo frio, fome ou pelas casas “feias”. O que moveu os descendentes italianos ou os “italianos” foi a procura de terras a preços menores e em maiores quantidades, uma vez que os lotes coloniais já não eram suficientes para as numerosas famílias formadas. Novamente, percebo essas narrativas como “acontecimentos vividos por tabela”, e também reproduzem elementos da epopeia, destacando a saída dos descendentes de italianos de Campo Largo, a longa e difícil viagem (de trem ou carroça), a chegada à região de Irati, as dificuldades enfrentadas na instalação, o medo da invasão de animais às casas à procura de comida, a pobreza, as moradias, paupérrimas, o árduo trabalho braçal, o progresso.

Percebi que a epopeia, mesmo havendo adaptações por parte dos *nonni*, foi reproduzida nos “acontecimentos vividos por tabela”, seja no percurso Itália - Brasil ou Campo Largo - Irati. Em algumas entrevistas, houve a ruptura com a ideia do *imigrante-herói*, pioneiro e desbravador, quando foi citada a presença de outros grupos, “pretos” ou “brasileiros”, já residindo nos locais onde compraram terras, alguns deles, inclusive, auxiliaram nos primeiros anos de instalação vendendo porcos e galinhas para que os descendentes de italianos pudessem (re)iniciar a criação.

A descrição do percurso (Europa - Brasil) feito pelo “imigrante italiano”, sua coragem, trabalho, cultura, religiosidade, bem como sua contribuição para “a identidade” e desenvolvimento econômico de Irati muito se assemelhou a narrativas

sobre outros grupos presentes na cidade, como “poloneses” e “ucranianos”, o que demonstra que a epopeia observada nesses “acontecimentos vividos por tabela” não se restringe apenas na composição da italianidade, mas também da polonidade e ucranidade.

Na narrativa épica, ancorada na figura do *imigrante-herói* (homem), percebi que houve uma tentativa de homogeneização do “imigrante italiano”, como único e sem singularidades, desconsiderando-se suas diferentes trajetórias, origens, profissões e carregando-o de estereótipos positivados: trabalhador, honrado, corajoso, desbravador, religioso e que prosperou e trouxe progresso por onde passou. Esse tipo de narrativa deixa de considerar particularidades, como as marcas geracionais, de gênero, as regionalidades, enfim, as diferentes trajetórias de cada pessoa. Os relatos dos *nonni* e suas histórias de vida, por sua vez, apesar de reproduzirem nas narrativas de acontecimentos “vividos por tabela” a epopeia, foram de fundamental importância para desconstruir tais estereótipos, a começar por mostrar a presença e a contribuição de mulheres nesses deslocamentos, na administração dos lares, no trabalho na roça, na fabricação do vinho e em várias atividades que não se restringiam apenas ao espaço doméstico. Se “o imigrante” é herói, “a imigrante”, também.

O *imigrante-herói* é trabalhador? Nas histórias de vida pude perceber que ao longo de suas vidas o trabalho fez parte da rotina de homens e mulheres, crianças, jovens e adultos e até mesmo idosos e que, sem dúvida, essas pessoas contribuíram para o “progresso” econômico de Irati. Mas qual o preço pago para ser *imigrante-herói*? Se na epopeia, o imigrante trabalhador é uma virtude, que chega até parecer romantizado, na vida real o trabalho custou a muitas crianças uma infância sem muito tempo para brincar, as quais encontravam no pouco tempo que permaneceram na escola ou aos domingos as “válvulas de escape” para poderem, “apenas” serem crianças e agir como tais. Aos jovens e adultos, o trabalho como agricultores(as), comerciantes, no transporte de alimentos, na manutenção das propriedades, no cuidado de hortas e pomares, no trato dos animais, no cuidado com os filhos, nos intermináveis trabalhos domésticos. Vida de trabalho duro que, em determinados momentos foi interrompida pelo alcoolismo de pais e maridos. Seria o álcool também uma “válvula de escape”?

Ao analisar as histórias de vida, percebi que o consumo da polenta e do vinho não foram associados ao fato de “serem italianos” ou a ocasiões especiais¹⁰⁶, mas como

¹⁰⁶ Como exceção de *Nonna Carlota*.

um hábito rotineiro, corriqueiro e ligado ao trabalho que exerciam como pequenos agricultores. A polenta era consumida no café da manhã, no jantar, como um almoço improvisado e até mesmo como sobremesa (*nonno* Momi comia com leite após a refeição). O vinho fazia parte de uma das produções da família e era consumido junto às refeições e até mesmo em atividades que exigiam um maior esforço e concentração, como “malhar feijão”.

Ou seja, suas histórias de vida não condizem com a italianidade performada turisticamente, uma vez que são mais profundas que isso. O vinho e a polenta mobilizaram diferentes lembranças: da mãe que cuidava do parreiral, da rotina de trabalho que começava logo cedo preparando o almoço para levar para a roça, da água fervendo no fogão ao final do dia, da diversão do dia da colheita da uva em família, do pai esmagando-as com os pés, das “enchidas do tanque”.

Os *nonni* mostraram, por meio de suas lembranças e composição das narrativas, que suas histórias de vida vão muito além da “simplória” figura do *imigrante-herói*, porque não são lineares, genéricas, previsíveis, repetidas, vitoriosas. Elas envolvem sentimentos, afetos, sensibilidades, dores, risos, choros, silêncios. Elas são resultado da seleção e da interpretação que cada um faz do seu passado à luz do tempo presente e por isso carregam em si, o único, o particular, o singular. Cada um carrega consigo sua própria epopeia.

FONTES

Documentação de arquivo

Arquivo pessoal de Maria Elizabet Maneira

Fotografias¹⁰⁷

SABOIA, Otaviano. **Escritura Pública de retificação**, Distrito de Barra Mansa, 1932.

SILVA, José Pedro Dias da. **Escritura Pública de compra e venda de terras**, Distrito de Barra Mansa, 1922.

Arquivo particular de Edite Andreassa Grocholski

CASA abrigará museu da cultura italiana. **Folha de Irati**, Irati, 13 de maio 2011.

CASA histórica dá lugar a rotatória. **Folha de Irati**, Irati, 05 de fev. 2010.

COLONIZAÇÃO italiana de Pinho de Baixo. **Folha de Irati**, Irati, 14 a 20 de jul. 2007.

CORAL de Irati abriu a Escola de Governo com canções italianas. **Folha de Irati**, Irati, 20 a 27 de abr. 2007.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO. **Agradecimento - VIII Encontro**. *E-mail* recebido por Edison Amarildo Moro Rios em 21 de abr. 2007.¹⁰⁸

ESCOLA desenvolve projeto sobre cultura italiana. **Folha de Irati**, Irati, 10 a 17 de ago. 2007.

FESTA da Polenta atrai mais de 600 pessoas. **Folha de Irati**, Irati, 26 de ago. 2010.

FESTA da Polenta movimenta Pinho de Baixo. **Folha de Irati**, Irati, 28 de jul. a 04 de ago. 2006.

IRATI desfila pela Munhoz. **Hoje Centro Sul**, Irati, 04 de jul. 2007.

JANTAR foi sucesso. **Folha de Irati**, Irati, 08 a 15 de abr. 2005.

MACARRONADA do Pinho: o melhor da Itália em Irati. **Folha de Irati**, Irati, 07 de jun. 2013.

NESTA NOITE EM QUE A DIRETORIA. [*Discurso de abertura da Noite Italiana*]. 01 de ago. 2005.

¹⁰⁷ Trata-se de fotos de casamentos, de composições de famílias, eventos religiosos, eventos festivos e de atividades ligadas ao trabalho.

¹⁰⁸ O referido *email* foi impresso e faz parte do arquivo particular de Edite Andreassa Grocholski

POLENTA. **Folha de Irati**, Irati, 25 de jul. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. **Irati**, 2007. Kugler Artes Gráficas. [Folder]

RIOS, Edison Moro. Casa abrigará museu da cultura italiana. **Folha de Irati**, Irati, 13 de maio 2011.

RIOS, Edison Moro. Tradições Folclóricas: a importância na cultura de um povo. **Folha de Irati**, Irati, 22 de ago. 2008.

VITICULTOR conta como fabrica seus saborosos vinhos. **Folha de Irati**, Irati, 08 a 15 de fev. 2008.

VEREADORES homenageiam Comunidade Ucraniana iratiense. **Folha de Irati**, Irati, 31 de ago. 2022. Disponível em: <https://www.folhadeirati.com.br/cultura/vereadores-homenageiam-comunidade-ucraniana-iratiense/>. Acesso em 15/07/2023.

PRIMEIRO trem de luxo passa por Irati. **Folha de Irati**, Irati, 14 a 20 de jul. de 2007.

Arquivo Público do Paraná

- Correspondência oficial da Presidência da Província

BARROS, José Ferreira de. [Telegrama] 8 de janeiro de 1887, Campo Largo [para] Presidente da Província do Paraná, Curitiba. 1f. Solicita informação sobre imigrantes que acabaram de chegar a Campo Largo.

CAVALLI, Pedro. [Requerimento] 3 de junho de 1889, Curitiba [para] Presidente da Província, Curitiba. 1f. Solicita compra de um lote de terra na colônia Alfredo Chaves para Pedro Cavalli.

COLBACHINI, Pietro. [Abaixo Assinado] 6 de agosto de 1889, Campo Largo [para] Presidente da Província do Paraná, Curitiba. 1f. Solicita sementes e ferramentas para os imigrantes de Rio Verde e Campina.

Entrevistas

A. M. G. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 12/02/2019. (Nonna Olívia, 73 anos)

A. Z. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 17/01/2019. (Nonno Augusto, 76 anos)

A. Z. L. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 14/01/2018. (Nonna Tereza, 77 anos)

C. C. J. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 01/02/2019. (Nonna Carlota, 83 anos, *in memoriam*)

C. S. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 20/01/2011. (*Nonna Clara, 80 anos, in memoriam*)

J. M. B. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 07/02/2019. (*Nonna Faustina, 78 anos*)

L. M. G. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 12/01/2018. (*Nonna Maria, 79 anos*)

L. M. G. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 30/01/2019. (*Nonna Maria, 80 anos*)

M. Z. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 20/01/2019. (*Nonna Rosa, 77 anos*)

P. Z. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 14/01/2018. (*Nonno João, 88 anos*)

S. C. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 14/01/2019. (*Nonno José, 79 anos*)
ver nome dos pais dele

V. J. M. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 30/01/2019. (*Nonna Carolina, 87 anos*)

GROCHOLSKI, Edite Terezinha Andressa. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 01/02/2022.

RIOS, Edison Moro. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 17/02/2022.

Legislação

BRASIL. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1848. **Lei n. 514 de 28 de outubro de 1848.** Fixa a despesa e orça a Receita para o exercício de 1849-1850. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1848.

PARANÁ, **Leis Decretos e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba: Typ. Paranaense, 1855, t. 2. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/1855.pdf. Acesso em 22/05/2023.

BRASIL. **Estatuto da pessoa idosa:** lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Produção Audiovisual

PINHO de Baixo. Irati: Cine Central Filmes, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1X-N6AWalgPnIqcF4RNORfavoeuzZI8uY/view?usp=sharing>. Acesso em: 20/08/2022.

ROSSA, Miguel. **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.** Disponível em: <https://www.facebook.com/Iratin/videos/produtores-de-vinho-artesanal-do-pinho-de-baixo-est%C3%A3o-na-c%C3%A2mar/1443090039141482/>. Acesso em 09/08/2022.

Relatórios de Presidentes da Província

CARVALHAES, José Antonio Vaz de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial.** Curityba: Typografia Paranaense, 1857. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1857_vice-presidente_joseantonio_vaz_de_carvalhaes_2_0.pdf. Acesso em 22/05/2023.

MATTOS, Francisco Liberato de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial.** Curityba: Typografia Paranaense, 1858. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1858_presidente_francisco_liberato_de_mattos_0.pdf. Acesso em 22/05/2023.

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial.** Curityba: Typografia Paranaense, 1854. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1855_presidente_zacarias_de_goes_e_vasconcelos_0.pdf. Acesso em 22/05/2023.

Sites e redes sociais em meio digital

ADECSUL. **Rota do Equilíbrio é nova alternativa de turismo no interior de Irati.** Disponível em: <https://www.adecsl.org.br/rota-do-equilibrio-e-nova-alternativa-de-turismo-no-interior-de-irati>. Acesso em 19/11/2022.

ASSESSORIA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI. **Na Tribuna, Presidente do Núcleo da Braspol de Irati relembra trajetória dos imigrantes poloneses.** Irati, 23 de out. 2019. Disponível em: <https://www.irati.pr.leg.br/institucional/noticias/na-tribuna-presidente-do-nucleo-da-braspol-de-irati-relembra-trajetoria-dos-imigrantes-poloneses>. Acesso em 13/09/2023.

ASSESSORIA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI. **Legislativo homenageia comunidade Polonesa iratiense.** Irati, 15 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.irati.pr.leg.br/institucional/noticias/legislativo-homenageia-comunidade-polonesa-iratiense>. Acesso em 14/09/2023.

BUENO, Alzira Dembiski. **Vozes. Blog Anseio e Memória,** 26 de jul. 2010. Disponível em <https://anseioemensagem.wordpress.com/>. Acesso em 13/11/2022.

CONSELHO EPISCOPAL SUL 2. **Consideração dos bispos do Regional Sul 2 sobre o consumo de bebidas alcoólicas em festas de Igreja.** Curitiba, 17 de mar. 2014.

Disponível em: <https://cnbbs2.org.br/wp-content/uploads/2014/03/20140318-Bebidas.pdf>. Acesso em 02/11/2022.

GARSTKA, Rodrigo. **Porque vocês também merecem nossa homenagem nessa data... Feliz dia Internacional da Dança.** Iriti, 29 abr. 2015. Facebook: @grupoivankupalo. Disponível : <https://www.facebook.com/grupoivankupalo>. Acesso em: 08/07/2022.

GRUPO FOLCLÓRICO UCRANIANO IVAN KUPALO. **Descrição do grupo.** Facebook: @grupoivankupalo. Disponível em: <https://www.facebook.com/grupoivankupalo>. Acesso em: 07/07/2022.

GRUPO FOLCLÓRICO UCRANIANO IVAN KUPALO. Iriti, 13 dez. 2018. Facebook: @grupoivankupalo. Disponível em: <https://www.facebook.com/grupoivankupalo>. Acesso em: 08/07/2022.

IRATIIN. **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.** Disponível em: <https://www.facebook.com/Iratiin/videos/produtores-de-vinho-artesanal-do-pinho-de-baixo-est%C3%A3o-na-c%C3%A2mar/1443090039141482/>. Acesso em 09/08/2022.

METROPOLIA CATÓLICA UCRANIANA SÃO JOÃO BATISTA. Disponível em: <https://metropolia.org.br/eparquia/irati/>. Acesso em 10/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. **Cicloturismo Rota Pinho de Baixo.** Iriti, 25 de maio 2015. Disponível em: https://irati.pr.gov.br/noticiasView/1648_Cicloturismo-Rota-Pinho-de-Baixo.html. Acesso em 19/11/2022.

RESTAURANTE ITALIANO. Iriti, 8 jul. 2021. Facebook: @itarestaurante. Disponível em: <https://www.facebook.com/itarestaurante>. Acesso em: 08/07/2022.

RIBEIRO, Silvio Francisco. **Hino de Iriti.** 1957. Disponível em: https://irati.pr.gov.br/pagina/113_Hino.html. Acesso em 15/04/2023.

TRAVENSOLLI, Augusto. **Iriti sedia festival de danças ucranianas.** 29/10/2014. Disponível em: https://irati.pr.gov.br/noticiasView/1370_Iriti-sedia-Festival-Nacional-de-Dancas-Ucranianas-.html . Acesso em: 07/07/2022.

VINÍCOLA COSMOS. **O cultivo de videiras e a produção de vinhos...** 08 de março 2021. Facebook: @cosmosvinicola. Disponível em: <https://www.facebook.com/cosmosvinicola>. Acesso em 19/01/2023.

VINÍCOLA COSMOS. **Por volta dos anos 1880...** 08 de março 2021. Facebook: @cosmosvinicola. Disponível em: <https://www.facebook.com/cosmosvinicola>. Acesso em 19/01/2023.

ZARPELON, Ana Maria. **Era uma vez, em Iriti.** Iriti, 24 jul. 2019. Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/groups/2024294154348304/user/100002845998856>. Acesso em 12/11/2022.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Osmar. **A colônia que veio do Pó.** Ponta Grossa: Ed. Planeta, 2005.
- ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALVIM, Zuleika M. F. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – v. 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-288.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf. Acesso em 02/07/2023.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias:** estudo de um grupo imigrante ucraniano (1895-1995). Curitiba, 1996. 412f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos Popacionais**, Campinas, v.11, n.1, p. 61-87, 1994.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo:** rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos imigrantes brasileiros. Campinas, 2004. 348f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, dez. 2007.
- BACIL, Elizete. **A Capela São Sebastião:** 100 anos de fé e religiosidade. Irati: INPAG, 2012.
- BAGNO, Silvana; EWALD, Ariane. Lembranças do país da Cocanha entre os descendentes de imigrantes italianos no início do século XX: o Brasil imaginado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1, p. 248-253, 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a19.pdf>. Acesso em: 27/06/2019.
- BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade:** história da imigração italiana no Brasil: os Vênetos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1999.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba: João Haupt & Cia, 1958.

BALHANA, Altiva Pilatti. Italianos no Paraná. In: DE BONI, Luís A. (Org). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. v. 1, p. 120-144.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, p. 39-50, jan/abr. 1996.

BALHANA, Altiva Pilatti, WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.) **Un mazzolino di fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 3v.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1874>. Acesso em: 20/05/ 2023.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da História. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (Orgs). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 219-229.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di paese**: a reelaboração de um Vêneto imaginado na ex-colônia de Conde d'Eu (1884-1925). Porto Alegre, 2004. 324f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v.1)

BERTONHA, João Fábio. **Sob o signo do Fasão**: o Fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943. Campinas, 1998. 419f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2016.

BONIN, Jiani Adriana. Mídia e memórias: explorações sobre a configuração dos *palimpsestos* midiatisados de memória étnica italiana. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, n. 15, p. 83-102, 2009.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**: Colonização e migração. São Paulo, 1969. p. 423 - 439.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOYM, Svetlana. Mal estar na nostalgia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, abr. 2017.

BURMESTER, Ana Maria; [et.al]. Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: SILVA, Marcos A. (Org.) **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo, 1990. p. 145 - 160.

CAMPOS, Emerson; CARDOSO, Michele Gonçalves. Família e Tempo Presente: arranjos familiares e fluxos migratórios (2000-2013). In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando (Org.). **Os pequenos pontos de partida**: novos e(i)migrantes rumo à Itália do século XXI. Curitiba: CRV, 2014. p. 163-182.

CARVALHO, Rosane Ap. Bartholazzi. **Os italianos no noroeste fluminense**: estratégias familiares e mobilidade social, 1897-1950. Niterói, 2009. 285f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (Org.) **Antropologia Urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 80-87.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROCHA, Ilana Periciari. **Imigração internacional em São Paulo**: retorno e reemigração, 1890-1920. São Paulo, 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

CINTRÃO, Rosangela Pezza. Comida, vigilância sanitária e patrimônio cultural: conflitos entre políticas públicas. **Ruris**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16903>. Acesso em: 17/06/23.

CHANG Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. (Boletim técnico, 22)

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28.

COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.17, n.34, p. 53-74, 1997.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil Meridional. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: julho 2011. p. 1-9.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina**: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

COSTA, Lourenço Resende da. **A prática da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná**: preservação da identidade e das fronteiras étnicas (1940-2018). Curitiba, 2019. 263f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

FEDALTO, Pedro. **O centenário da colônia Antônio Rebouças**. Curitiba : Voz do Paraná, 1978

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DADAM, James. **Coisas de italiano**: a construção da memória e identidade italianas nos meios de comunicação. Itajaí, 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí.

DaMATTa, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo e identidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**: 1300-1800 - uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DORNELAS, Sidnei Marco. Redes sociais na migração. **Revista Travessia**, ano XIV, n. 40, p. 5-10, maio-ago. 2001.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Brasiliani* e italianos: reflexões sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil contemporâneo. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil**: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005. p. 55 - 74.

FAUSTO, Boris. A imigração e a participação política na Primeira República. In: Seminário Temático: Os imigrantes e a política no Brasil. **XVII Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, MG, 22-25 outubro, 1993. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/17-encontro-anual-da-anpocs-1/st-2/st01-1/7280-borisfausto-imigracao/file>. Acesso em: 17/03/2019.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea – v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 13-61.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000,

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Valdiney C. Imigração italiana do século XIX: o grande marco da vitivinicultura rio grandense e brasileira. In: XIII Encontro Nacional de História Oral. História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. **Anais XIII Encontro Nacional de História Oral**, 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1469140018_ARQUIVO_MarietaeValdiney.pdf. Acesso em 20/01/2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 1^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan/jun 2012.

FILLUS, Luiza Nela; BONETE, Izabel Passos. **Descendentes da família Francisco Stroparo e Luíza Eulália Simionato Stroparo**. Guarapuava: Vermelho, 2007.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha - a história de um país imaginário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FRANZINA, Emílio. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRONZA, Raquel. Parque temático Epopeia Italiana, em Bento Gonçalves, estreia novos cenários, luz e som. In: **GZH Viagem**. 27/11/2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/viagem/noticia/2017/11/parque-tematico-epopeia-italiana-em-bento-goncalves-estreia-novos-cenarios-luz-e-som-cjaifpcje0fi501npvem1gpcj.html>. Acesso em: 16/11/2021.

GEHLEN, Arnold. A felicidade evadida: uma interpretação da nostalgia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 142-152, abr. 2017.

GOLINI, Antonio; AMATO, Flavia. Uno sguardo a un secolo e mezzo de emigrazione italiana. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A; FRANZINA (a cura di). **Storia dell'emigrazione italiana**: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 45-60.

GONÇALVES, Janice. Além da superfície: memórias da dor, materialidade e patrimônio cultural. In: FRAGA, H. J. et al. (Org.). **Patrimônio no plural**: práticas e perspectivas investigativas. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2018. p. 77-94.

GOVEIA, E. F; GUIZI, A. A.; DENKWICZ, P. As vinícolas do Pinho de Baixo (Iraty, Paraná) e a potencialidade para o turismo de experiências. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, v. 11, n. 1, p. 124-141, 2021.

GREENBLATT, S. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênitos e lombardos) nas florestas brasileiras (1874-1900). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (vênitos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

GRYCZYNNSKA, Monika. **O Casarão da Serra**. Curitiba: Vicentina, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HANICZ, Teodoro. Religiosidade, identidade e fronteiras fluídas: algumas considerações sobre os descendentes de ucranianos no Brasil e os desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n.9, jan. 2011, p.1-11.

HARTOG, François. A fábrica da História: do ‘acontecimento’ à escrita da história as primeiras escolhas gregas. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, p. 7-19, dez. 2000.

HARTOG, François. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. **Revista de História**, São Paulo, v. 141, p. 9-20, 1999.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)**: os primeiros contactos do imigrante com o Brasil. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972.

HUTTER, Lucy Maffei. A imigração italiana no Brasil (séculos XIX e XX). In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. p. 74-96.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz**: os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação 1822-1914. In: X Encontro Estadual de História, 2010. **Anais do X Encontro Estadual de História**, Santa Maria, 2010, p. 1-17. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf. Acesso em 20/01/2023.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio. Territórios alimentares e reinvenção das tradições na cozinha colonial da Serra Catarinense (SC): a experiência da associação de agroturismo acolhida na colônia. **Geografares**, [S. l.], n. 25, p. 263–283, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17633>. Acesso em 09/06/2023.

KONSTAN, David. Ressentimento - História de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004. p. 59-80.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro, Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná, 1880-1940.** São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

LEÃO, Patrícia Coelho de Souza. Breve histórico da vitivinicultura e a sua evolução na região semiárida brasileira. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 7, 2013, p. 81-85. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/121/110> . Acesso em 11/06/2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Appunti sulle migrazioni. **Bollettino di Demografia Storica**, [s.l.], n. 19, p. 35-39, 1993.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra et. al. (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 246-262.

LOCATTELI, Fabiano. Tradições italianas em Pinho de Baixo, Irati-Pr - 1930-1970. In: Semana de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009, Irati. **Anais** [...]. Irati, UNICENTRO, 2009. p. 1-5.

MACHADO, Maria Conceição A. M. **Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul – 1900-1950**. Porto Alegre, 1993. 212f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-RS.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Orgs). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 49- 55.

MANEIRA, Regiane. **Narrativas sobre a praga de gafanhotos nas localidades de Faxinal dos Mellos, Faxinal do Rio do Couro e Rio do Couro: Irati-PR, década de 1940**. Irati-PR, 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba: um estudo sobre restaurantes, rituais e re (construção) de identidade étnica**. Curitiba: SAMP, 2014.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilitá (1875-1930)**. Curitiba - PR, 2012. 340f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D12_Elaine%20C%C3%A1tia%20Falcade%20Maschio.pdf. Acesso em 27/01/2023.

MATARAZZO, Maria Pia; LIMA, Jorge da Cunha. **Matarazzo: 100 anos**. São Paulo: CLA Comunicações, 1982.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim:** alcoolismo e masculinidade. São Paulo, Companhia. Editora Nacional, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 5, série 2, p. 52-60, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento) *In: Anais do Museu Paulista*. Nova Série, n. 1, p. 207-222, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5282>. Acesso em 20/01/2023.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

_____. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. *In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da. (Orgs). Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 88-99.

_____. A paisagem como fato cultural. *In: YÁZIGI, Eduardo (org.) Turismo e paisagem*. SP: Contexto, 2002. p. 29-64.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. 6. ed. São Paulo, Contexto, 2013.

MOTTA, Lucio Tadeu. **As Guerras dos índios Kaingang:** a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá : Eduem, 2008.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná - ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NERONE, Maria M. **Terras de plantar, terras de criar – sistema faxinal:** Rebouças - 1950-1997. Assis, SP, 2000. 284 f. Tese (Doutorado em História) - UNESP.

NISHIKAWA, Reinaldo. **As colônias de imigrantes na província do Paraná, 1854-1889**. São Paulo, 2015. 239f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

ORREDA, José Maria. **Iratí**, vol. I. Irati: O Debate, 1972.

_____. **Iratí**, vol. II. Irati: Editora Sul-Oeste do Paraná, 1974.

_____. **Aleluia**, vol. II. Irati. [s.l.], 1980.

_____. **Iratí**, vol. III. Irati: O Debate, 1981.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Vozes que recitam, lembranças que se refazem:** narrativas de descendentes italianas/os, Nova Veneza - 1920-1950. Florianópolis, 1997. 162f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da memória.** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PAGNOTTA, Chiara; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil): entre epopeia e festas étnicas. **Confluenze**, Bologna, v. 9, n. 1, p. 78-106, 2017.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre história, fotografias e objetos:** imigração italiana e memórias de mulheres. Niterói, 2008. 280f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLINARI, M. **Cantando a vida:** a mentalidade do imigrante italiano nas letras de músicas folclóricas. Curitiba, 1991. 249f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v.14, p. 25-39, 1997a.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13 - 49, 1997b.

_____. História Oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, 2001. p. 9 -36.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

POZENATO, José Clemente. **A Cocanha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

RAMA, Carlos M. A História e a Novela. **Revista de História**, São Paulo, v. 24, n. 49, p. 155-187, 1962.

REINHARDT, Juliana Cristina. **Dize-me o que comes que te direi quem és:** alemães, comida e identidade. Curitiba, 2007. 204f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

ROCHA, Ilana Periciari. **Imigração internacional em São Paulo:** retorno e reemigração, 1890-1920. São Paulo, 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

ROSSA, Rosana Taís. **Crenças e atitudes linguísticas de descendentes de imigrantes italianos de Pinho de Baixo, Iriti, Paraná**. Guarapuava-PR, 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro Oeste.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **Vida material, vida econômica**. Curitiba: SAMP, 2017.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, número especial, p. 7-10, jan. 2000.

SCARPIM, Fábio. **Bens simbólicos em laços de pertencimento**: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937). Curitiba, 2010. 244f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

SCARPIM, Fábio. **O mais belo florão da igreja**: família e práticas de religiosidade em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – Paraná, 1937-1965). Curitiba, 2017. 342f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

SCOTTI, Zelinda Rosa. **Que loucura é essa?** Loucos e loucos italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925). Porto Alegre, 2013. 283f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SEVERINO, José Roberto. **Noi oriundi**: cultura, identidade e representações da imigração italiana em Santa Catarina. São Paulo, 2004. 240f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves da. O brincar e as brincadeiras entre crianças camponesas de origem italiana no médio Vale do Itajaí. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil**: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005. p. 121-140

SOCIEDADE BENEFICENTE CULTURAL IRATIENSE. **Histórico integrante dos preparativos para a celebração do LXXV aniversário do Clube Polonês**. Castro: Kugler, 1996.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 29-87.

STADLER, Cleusi T. Bobato. **Colônia Bella Vista**: um espaço construído pelas práticas sociais dos imigrantes italianos em Imbituva/Pr. Iriti-PR, 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste.

TELEGINSKI, Neli. **Sensibilidades na cozinha**: a transmissão das tradições alimentares entre descendentes de imigrantes poloneses no Centro-sul do Paraná, século XX. Curitiba, 2016. 355f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 9-28, jun. 2002.

TOMELIN, Victor. **Pedagogia do Silêncio**: o tamanho do medo. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1986.

TONIAL, Honório. **Dicionário Português-Talian**. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios**: sírios e libaneses em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

VALENGA, Gaspar. **1903-2003**: Centenário de Riozinho e história de algumas empresas pioneiras de Irati. Guarapuava/Irati: Ed. UNICENTRO, 2003.

VARINE, Hugues de. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Coords.) **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. Sergipe: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008. p. 11-20. Disponível em: https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-5_museus-como-agentes-de-mudanc3a7a.pdf Acesso em 13/01/2023.

VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267-288, jul./set. 2018.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

WACELYCZEM, Vinícius. **A Festa da Polenta como instrumento para a preservação da identidade cultural do Pinho de Baixo-PR**. 2012. 68 f. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati-PR.

WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina**: subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, A., ARENDT, I., GRÜTZMANN, I. **Campos múltiplos**: identidade, cultura e história - Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008. p. 235-255.

WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. **História Oral**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2013.

WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 2, p. 703- 733, mai./ago. 2014.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário:** História, Identidade e Turismo nos municípios da Rota Romântica - RS. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WILD, Bianca. Os ecomuseus e museus comunitários e os desafios da acessibilidade e da inclusão. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.l], v.6, n. 12, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16357>. Acesso em 12/06/2023.

WHITE, Hayden. **Meta-História:** a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional:** a construção da identidade étnica da região de Santa Maria – RS. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 521-547, 2007.